

ANGELA LYGIA PARODI SCAVONE

O DEPARTAMENTO NA ESTRUTURA
UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E
EM SUA REALIDADE CONCRETA:
UM ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação (Administração e Supervisão Escolar) à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Lucila Schwantes Arouca.

CAMPINAS, 1987

UNICAMP

SECRETARIA CENTRAL

Comissão Julgadora

Luísa Gertrudes Araujo

J. Capelato

J. Costa

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação para o Mestrado, defendida
por Profa. Angela Lygia Parodi Scavone,
aprovada pela Comissão Julgadora em

data 10 de Dezembro de 1987

assinatura Luísa Silveira Arouca

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, ANTONIA e FRANCISCO.

À minha Mestre e Orientadora,
Dra. LUCILA SCHWANTES AROUCA.

Aos meus companheiros e companheiras de
Magistério, de todos os graus e modali-
dades de ensino, tanto das escolas pú-
blicas como particulares, que acreditam
na relevância da Educação.

Agradecimentos a todos os que ofereceram condições para a realização deste trabalho

- . Ao Governo do Estado de São Paulo que, através do Estatuto do Magistério, Lei Complementar nº 444/85, me permitiu um ano de afastamento remunerado para a conclusão da presente dissertação;
- . À Universidade São Francisco, que em nenhum momento colocou obstáculos para esta pesquisa;
- . Ao P.I.C.D., que me auxiliou durante uma parte do curso de mestrado na Unicamp;
- . Às pessoas amigas que durante este período me forneceram subsídios bibliográficos que muito me auxiliaram na realização do trabalho:

Dr. Mauro Zucatto, Dr. Orestes Quêrcia, Pe. Luiz Carlos Dutra, Enio Trievalier, Alcides Ferreira de Castilho, Antonio Carbonari Netto, Dr. Valmor Bolan, Antonio Neres de Meira, Norberto Comune;
- . Às pessoas que um dia acreditaram em minhas possibilidades: Dra. Lucila Schwantes Arouca, Dr. José Camilo dos Santos Filho, Dr. Jesus de Alvarenga Bastos e Dra. Amélia Americano Domingues de Castro;
- . À Maria José Guedes Contreras, pela dedicação e zelo com que cuidou da revisão e da datilografia dos textos;
- . Ao jovem e inteligente Paulo Giordano, meu amigo e amigo de meus filhos, com o qual analisei aspectos teóricos deste meu trabalho, através de um diálogo adulto e competente;
- . A todos os meus mestres, do Júlio Cesar, do Coração de Jesus, do Progresso, do Diocesano, da PUCC, da UNIMEP e da UNICAMP, que me ensinaram as lições da "Vida da Escola";
- . Aos meus companheiros e companheiras de profissão, pelo apoio, cooperação e solidariedade que recebi durante todos estes anos de luta no magistério público e particular;

- . A todos os meus alunos, de São João da Boa Vista, de Itatiba, de Jundiaí, da Parada de Taipas, de Artur Nogueira e de Valinhos, do 1º, 2º e 3º graus, que em mim despertaram, durante estes 31 anos de magistério, uma permanente curiosidade;
- . Aos Funcionários de todas as escolas onde trabalhei e trabalho, pelas atenções recebidas, durante todos estes anos;
- . Aos meus pais, Antonia e Francisco, que mesmo não tendo concluído o curso primário, me ensinaram as mais importantes lições da "Escola da Vida";
- . Aos meus irmãos, Vinício, Adriano e Fernando, que tiveram uma escolaridade de mais curta para permitir que eu tivesse uma escolaridade mais longa;
- . Ao Roque, pelo incentivo e respeito à minha vocação;
- . Aos meus filhos, Rogério, Mônica, Renato e Raquel, pela razão do meu viver e do meu trabalho;
- . Às pessoas amigas de toda a minha família, pelo apoio e carinho;
- . A todas as trabalhadoras domésticas que, realizando parte de minhas tarefas e cuidando de meus filhos, permitiram que eu estudasse, pesquisasse e cuidasse da educação dos filhos de outras mulheres.
- . Aos ex-prefeitos de Itatiba, Senhores Erasmo Crispim e Giacomo Rela que sempre me valorizaram como educadora junto à comunidade itatibense.
- . À ex-aluna Claudete Medeiros Vendramini e hoje colega e Mestre em Estatística, pelas orientações fornecidas durante o desenvolvimento do trabalho.

I N D I C E

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
. Metodologia da Pesquisa	3
 CAPÍTULO I O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL 	
1. Introdução	13
2. Do Brasil Colônia até os Antecedentes da Reforma	17
3. A Reforma do Ensino Superior Brasileiro	35
 CAPÍTULO II A DEPARTAMENTALIZAÇÃO E AS TEORIAS ADMINISTRATIVAS 	
1. A Evolução das Teorias Administrativas em Educação ..	51
2. O Departamento e as Teorias Administrativas	59
3. O Departamento na Estrutura do Ensino Superior Brasileiro	62
 CAPÍTULO III O DEPARTAMENTO NO CAMPUS II DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO 	
1. A Universidade São Francisco	68
2. O Campus II da Universidade São Francisco	72
3. Estudo de alguns aspectos estruturais do departa- mento no Campus II da Universidade São Francisco	73
3.1. Recursos Humanos ou Comunidade Universitária do Departamento no Campus II da USF	73
3.1.1. Docentes	75
3.1.2. Pessoal Técnico e Administrativo	78
3.1.2. Discentes	80
3.2. Recursos Materiais	82
3.3. Local Físico (Espaço Físico)	86
3.4. Carreira Universitária	88

4. Estudo de alguns aspectos funcionais do departamento no Campus II da Universidade São Francisco.....	95
4.1. A Chefia do Departamento	95
4.2. Atribuições de natureza didático-científica (pedagógica) e de natureza administrativa nos departamentos	100
4.3. Atribuições do departamento ligadas às questões de ensino, pesquisa e extensão universitária....	111
4.4. Funções dos departamentos: planejamento, coordenação e integração	118

CAPÍTULO IV

OS ALUNOS DO CAMPUS II DA USF E SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AOS DEPARTAMENTOS

.....	134
CONCLUSÃO	158
ANEXO I - Roteiro Sintético do Pensamento do CFE (1962-1974)	170
ANEXO II - As disciplinas que compõem os departamentos no Campus II da U.S.F.	177
ANEXO III - Regulamento do Magistério Superior da Universidade São Francisco	186
ANEXO IV - Questionário do 1º Grupo - Cap. III	196
ANEXO V - Questionário do 2º Grupo - Cap. IV	202
ANEXO VI - Tabela de Porcentagens do Capítulo III	207
ANEXO VII - Tabela de Porcentagens do Capítulo IV	217
ANEXO VIII- Estatuto e Regimento da U.S.F.	243
ANEXO IX - Projeto Sócio-Educacional da U.S.F.	302
BIBLIOGRAFIA	332

INTRODUÇÃO

O objetivo da presente dissertação, cujo tema é o DEPARTAMENTO NA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA E EM SUA REALIDADE CONCRETA, é analisar e compreender como se estruturam e funcionam os departamentos em uma recém-criada universidade particular brasileira e quais os possíveis obstáculos que estariam impedindo o alcance daquilo que é previsto e esperado pelos mesmos.

De 1968 a 1987, dezenove anos são passados da criação dos departamentos na estrutura universitária brasileira, a partir de diversos dispositivos legais e da Lei 5.540/68, que coloca em relevo o papel do departamento como órgão de inúmeras e importantes atribuições na universidade, onde ele é considerado a célula básica da estrutura das instituições de ensino superior.

A existência desse órgão colegiado, encontra-se fartamente regulamentada em inúmeros documentos e presente nos estatutos e regimentos das diferentes modalidades de ensino superior existentes no Brasil, sejam elas instituições oficiais ou particulares, quer sejam Universidades, ou Instituições Isoladas de Ensino Superior. (*)

Neste trabalho, vamos estudar como se realiza a idéia do Departamento no Campus II da Universidade São Francisco, localizado no município de Itatiba, Estado de São Paulo.

Outros estudiosos já realizaram aprofundamento sobre a questão departamental, como apontaremos durante o desen

(*) ver ROSA, Pe. Antonio Geraldo Amaral - "O Departamento na Estrutura Acadêmica das Instituições Isoladas de Ensino Superior. Recife. 1976. pp. 3 e 29

volvimento do trabalho. (1)

O presente estudo pretende ser uma modesta contribuição aos interessados pela questão universitária no Brasil. Pensamos como o autor que afirma: "O estudo da legislação se revela um instrumento privilegiado para a análise crítica da organização escolar porque, enquanto mediação entre a situação real e aquela que é proclamada como desejável, reflete contradições objetivas que, uma vez captadas, nos permitem detectar os fatores condicionantes de nossa ação educativa. A partir daí, torna-se possível romper com a visão ingênua do processo educativo." (SAVIANI, 1976, p. 193)

Este trabalho vai se desenvolver através de 4 capítulos. No Capítulo I faremos, em um primeiro momento, uma Introdução, em um segundo momento, um estudo com base em pesquisas bibliográficas sobre o Desenvolvimento Histórico das Universidades no Brasil, desde suas raízes mais remotas, no Período Colonial, até o período que precede a reforma universitária de 1968. Em um terceiro momento aprofundaremos a questão da reforma universitária enfocando o contexto de seu nascimento e as circunstâncias de seu aparecimento. (2)

No Capítulo II, abordaremos as questões da Departamentalização e as Teorias Administrativas em três momentos: 1. A Evolução das Teorias Administrativas em Educação: 2. O Departamento e as Teorias Administrativas e 3. O Departamento na Estrutura do Ensino Superior Brasileiro.

No Capítulo III estudaremos, ainda, a estrutura e o funcionamento do departamento na Universidade São Francisco

(1) CHAMLIAN, Helena Coharik - O Departamento na Estrutura Universitária - Faculdade de Educação. USP. São Paulo, 1977.

CARDOSO, Maria Luiza Pontes - Análise do Processo Didático em um Departamento Universitário. Faculdade de Educação. UNICAMP. Campinas, 1982.

(2) CUNHA, Luiz Antonio - A Universidade Temporã - O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. 1980. p. 14. - Também considera que o Ensino Superior tem suas origens no período colonial, que vai de 1572 a 1808, no que se refere à educação, com o ensino de Filosofia, Teologia, Artes e Matemática, no Colégio da Bahia.

utilizando, ao mesmo tempo, dados obtidos nas pesquisas bibliográficas, de campo e na observação. Serão apresentados e analisados os resultados obtidos de questionários aplicados aos professores, chefes de departamentos e diretores do Campus II da USF em Itatiba. As questões pesquisadas referem-se aos aspectos estruturais dos departamentos, como por exemplo, os de Recursos Humanos, ou Comunidade Universitária, os de Recursos Materiais, Espaço Físico e Carreira Universitária. Serão ainda estudadas neste capítulo questões ligadas aos aspectos funcionais do departamento, como por exemplo, os da Chefia, os das Atribuições de Natureza Administrativa e de Natureza Didático-Científica ou Pedagógica, os das atribuições ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, os de Planejamento, Coordenação e Integração nos Departamentos.

No Capítulo IV faremos, ainda, através da pesquisa bibliográfica, de campo e da observação, um estudo das expectativas dos alunos do Campus II de Itatiba, em relação ao comportamento dos departamentos na estrutura universitária da USF naquele local.

Após o Capítulo IV, apresentaremos as conclusões, os anexos necessários e a bibliografia consultada e citada.

Quanto à metodologia da pesquisa, esclarecemos o seguinte:

METODOLOGIA DA PESQUISA

O Estudo do Departamento na Estrutura Universitária foi realizado através dos seguintes procedimentos metodológicos:

1º) Pesquisa Bibliográfica: leitura e análise de obras escritas, documentos e textos relacionados com a instituição universitária e com a estrutura e funcionamento do departamento na organização universitária no Brasil e na Universidade São Francisco.

29) Observação da realidade departamental da estrutura universitária do Campus II da USF, na condição de professora, chefe de departamento e supervisora de estágios de Licenciatura.

30) Pesquisa de Campo, realizada no Campus II da Universidade São Francisco, através de questionários aplicados a dois grupos de indivíduos:

1º Grupo: dos professores, chefes de departamentos e diretores do Campus II da USF;

2º Grupo: dos alunos dos diferentes cursos existentes no Campus II da USF.

Os questionários aplicados aos professores, chefes de departamentos e diretores, bem como, aqueles aplicados aos alunos, têm as seguintes características:

- . foram entregues pessoalmente;
- . contêm perguntas do tipo "abertas" e "fechadas";
- . os dados foram tabulados considerando-se o critério da porcentagem.

No caso das perguntas "abertas", que admitem várias respostas a cada pergunta pesquisada (representada por itens) por parte dos respondentes, os resultados são apresentados em duas colunas de porcentagens. Na primeira coluna, a porcentagem foi calculada da seguinte forma:

nº total de respondentes	100
nº total de respostas àquele item	x

ou

$$x = \frac{\text{nº de respostas do ítem} \times 100}{\text{nº total de respondentes}}$$

Na segunda coluna, a porcentagem foi calculada da seguinte maneira:

somatória das	
respostas	100
nº de respostas	
àquele ítem	x

o u

$$x = \frac{\text{nº de respostas do ítem} \times 100}{\text{somatória das respostas}}$$

Estes cálculos foram feitos tanto para os questionários do Grupo 1 (professores, chefes de departamento, diretores), no Capítulo III, como do Grupo 2 (alunos), no Capítulo IV. (*)

No Grupo 1, o número fixo de respondentes foi 21. No Grupo 2, o número fixo de respondentes foi 217. O número de respostas obtidas em cada ítem, tanto no Grupo 1 como no Grupo 2, foi variável.

Nas questões fechadas, a soma total das respostas foi sempre igual ao número de respondentes. Daí que a soma das porcentagens seja sempre igual a 100%. Nas questões abertas, como o respondente pode não responder, ou dar mais de uma resposta à mesma pergunta, a somatória geral das respostas pode ser > (maior), < (menor), ou = (igual) ao número de respondentes, daí a variação das somas das porcentagens. (**)

Entendemos por amostragem o processo de utiliza-

(*) Ver Anexos VI e VII com tabelas de porcentagens utilizadas.

(**) Somente utilizaremos duas colunas de porcentagens quando o número de respondentes for ≠ (diferente) do número total de respostas.

ção de uma parte como base para a estimativa do todo. No caso pesquisado, temos: (19) para uma totalidade de 90 (professores + chefes + diretores) elementos existentes no Campus da Universidade, por ocasião da pesquisa, 21 pesquisados - ou respondentes, equivalendo a 23,33% do total geral (Capítulo III) e, para uma totalidade de 529 (alunos dos cursos já citados), 217 pesquisados - ou respondentes, que representam 41,02% do total geral (Capítulo IV).

Considerarei 21 como amostragem dos professores, chefes de departamento e diretores da USF. Eles representaram 23,33% da totalidade dessas categorias, que possuíam 90 elementos. Considerarei como amostragem dos alunos, 217 elementos, que representaram 41,02% de um total de 529 alunos dos cursos do Campus II da USF (dados da época da pesquisa).

Foram analisados 21 questionários que representam 23,33 % da totalidade dos professores, chefes de departamentos e diretores da USF (Campus II).

Em relação aos alunos, foram analisados 217 questionários, que representam 41,02% da totalidade dos alunos existentes no Campus II da USF, na época da pesquisa, nos cursos de Letras, Psicologia, Ciências, Matemática e Estudos Sociais.

Os questionários são constituídos de uma série de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados considerados relevantes para a pesquisa. As respostas foram formuladas pelos informantes, no caso, as pessoas que constituem ou participam, através de representações, da vida departamental.

Todas as questões foram pré-elaboradas, e as respostas foram dadas por escrito.

Os questionários apresentaram:

- 19) Perguntas abertas, que exigem uma resposta pessoal espontânea, com todos os pormenores e restrições que o próprio informante considere necessários. "A questão aberta é destinada a permitir uma resposta franca do indivíduo, visto que não fornece, nem sugere, qualquer elemento para a resposta." (GRESSLER, 1983, p. 76)
- 20) Perguntas fechadas, com respostas lacônicas, monossilábicas, como sim ou não, e podem concorrer para esclarecer o significado da pergunta. "As questões fechadas também elucidam a dimensão das respostas, visto que se estabelece de antemão a sua resposta." (GRESSLER, 1983, p. 76)

As questões estiveram ao nível dos respondentes e cobriram pontos em relação aos quais havia necessidade de informações, ou seja, deixar claro a questão da estrutura e do funcionamento do departamento no Campus II da USF. As questões eram do interesse dos informantes e diziam respeito a aspectos da realidade universitária com os quais os mesmos já tiveram experiências.

Os questionários apresentam as seguintes vantagens: versatilidade; asseguram a liberdade em expressar opiniões; são instrumentos rápidos para coleta de dados; podem ser pré-testados, como os questionários utilizados na presente pesquisa, e que puderam ser testados previamente; a aplicação dos questionários não exerce pressão sobre os indivíduos; permite aos informantes refletir sobre a resposta, não exigindo resposta imediata. A utilização do questionário como instrumento de pesquisa pressupõe saber claramente o que se pretende da mesma.

Os questionários podem fornecer os seguintes tipos de informações:

- " - Informações para descobrir fatos;
- Informações para determinar as opiniões sobre

os fatos;

- Informações para conhecer os sentimentos das pessoas;
- Informações para descobrir planos de ação;
- Informações sobre conduta passada e atual;
- Informações sobre os motivos de uma ação, sen
tido, conduta. "

(GRESSLER, 1983, p. 74-75)

Consideramos esta pesquisa predominantemente do tipo qualitativa (descritiva e reflexiva), utilizando dados quantitativos, quando necessário. Esta pesquisa utiliza várias metodologias e vários instrumentos, e tem as características de um estudo de caso.

Segundo BOGDAN & BIKLEN (1982), existem cinco características básicas nas pesquisas qualitativas:

" 1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.

2. Os dados coletados são predominantemente des
critivos.

3. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto.

4. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial por parte do pesquisador.

5. A análise dos dados tende a seguir um proce
so indutivo." (3)

Algumas pesquisas descritivas fazem parte das qualita-

(3) BOGDAN, R. & BIKLEN, S.K. - Qualitative Research for Education - Boston, Allyn and Bacon, Inc., 1982

tivas. "A pesquisa descritiva descreve sistematicamente fatos e características presentes em uma determinada população ou área de interesse. Seu interesse principal está voltado para o presente e consiste em descobrir o que é." (GRESSLER, 1983 p. 28).

A área de interesse pesquisada é o departamento da Universidade São Francisco e a população pesquisada são os alunos, professores, chefes de departamentos e diretores, como já foi mencionado nas páginas anteriores.

"A pesquisa descritiva é usada para descrever fenômenos existentes, situações presentes e eventos, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar o que outros estão desenvolvendo em situações e problemas similares, visando aclarar situações para futuros planos e decisões. Não procura necessariamente explicar relações ou testar hipóteses provando causa e efeito." (GRESSLER, 1983, p. 28).

Esta pesquisa, predominantemente do tipo qualitativo-descritiva, é um estudo intensivo da organização departamental no Campus II da USF.

"O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização (CA) ou do ensino noturno." (LUDKE, 1986, p. 17).

Segundo GOODE & HATT (1968), o caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo (LUDKE, 1986, p. 17). Os departamentos do Campus II estão inseridos na Universidade São Francisco que, por sua vez, faz parte do sistema universitário brasileiro.

No estudo de caso, o caso pode ser um indivíduo, um grupo, ou uma instituição.

Atuando como profissional da educação desde 1956, nas mais diferentes situações, tanto no 1º, como no 2º e 3º graus, como docente dos três níveis de ensino, como coordenadora pedagógica, diretora e orientadora educacional no 1º e no 2º graus, como chefe de departamento, coordenadora e supervisora de estágios no 3º grau, nestes últimos doze anos, optamos, nesse trabalho, pelo estudo da realidade do 3º grau, porque entendemos que muitos dos problemas do 1º e do 2º graus poderiam ser também minorados com um aperfeiçoamento, a nível de 3º grau, dos profissionais do Magistério que passam pelas universidades, tanto públicas como particulares.

Não desconhecemos que outras tentativas e providências também deverão ser tomadas, em todos os níveis e graus e no próprio processo político-educacional da Nação. Defendemos, inclusive, a formação de todos os docentes em nível universitário, sejam eles mestres de pré-escolas, de excepcionais, de 1a. à 4a. série, ou de outras séries do 1º e do 2º graus. A complexidade do ato de educar e a sua enorme responsabilidade nos fazem ver como é urgente e necessária a formação de qualquer docente através da Universidade. Ao lado das lutas salariais por uma remuneração condigna do pessoal do magistério, acrescentamos a necessidade insubstituível de um compromisso político com o desenvolvimento das classes menos favorecidas da sociedade brasileira, através de uma competência profissional que poderá ser conquistada também através da universidade brasileira, seja ela pública ou particular.

A nossa intenção de refletirmos sobre a realidade educacional brasileira ligada, neste caso, ao ensino de 3º grau, prende-se à possibilidade de podermos contribuir, de alguma maneira, para a transformação da própria realidade educacional, pois, como nos diz Saviani: "Portanto, o homem é capaz de educar de modo sistematizado quando toma consciência da situação (estrutura) educacional, capta os seus problemas, reflete sobre eles, formula-os em termos objetivos realizáveis, organiza meios para alcançar os objetivos, instaura um processo concreto que os realiza e mantém ininterrupto o movimento dia-

lético ação-reflexão-ação. Este último requisito resume todo o processo, sendo condição necessária para garantir sua coerência, bem como sua articulação com processos ulteriores. Pois, o modo de existência do homem é tal que, uma práxis que se estrutura em função de determinados objetivos, não se encerra com uma realização, mas traz a exigência da realização de novos objetivos, projetando-se numa nova práxis (que só é nova pelo que acrescenta à anterior e porque a pressupõe; na realidade, prolonga-se num processo único que se insere na totalidade do existir)." (SAVIANI, 1978, p. 78)

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL

1. Introdução

Pensar a universidade e sua evolução histórica, significa pensar uma série de questões, como cultura, ciência, ensino, pesquisa, extensão universitária, autonomia, dependência e outras, que lhe são correlatas.

Atualmente existem várias visões e concepções de universidade, sobre as quais não é objetivo nosso tratar neste trabalho.

As universidades tiveram sua origem remota nas instituições do mundo greco-romano e foram tomando formas específicas no contexto religioso do oriente islâmico e do ocidente cristão. No período feudal, os *studia generalia* eram lugares frequentados por estudantes vindos de todas as partes do mundo. Para terem o direito de ensinar, ou de conferir graus, os mestres precisavam de uma licença do Papa, do Rei, ou do Imperador, assim como hoje precisam de um parecer do Ministério da Educação, dos cursos de mestrado e doutoramento.(1)

"Depois da queda do Império Bouvines, em 1214, na qual Felipe Augusto, da França, venceu o Imperador da Alemanha, o papado acaricia o sonho de uma teocracia universal que pusesse toda a vida, assim a leiga como a religiosa, sob o controle da Igreja. As universidades aparecem como o meio mais poderoso e mais eficaz de realizar essa unidade intelectual e moral. Elas, entretanto, não saíram do nada; são o remate de longa história, muitas vezes confusa, e se apresentam, na maior parte dos casos, como instrumento de substituição, pela ordem e pela disciplina de uma efervescência social e intelectual cheia de perigos." (DEBESSE, 1974, pp.156-157)

(1) WANDERLEY, Luiz Eduardo W. - O que é Universidade. 1985. - À pág. 16 da referida obra, o autor relaciona uma série de universidades já a partir do século XI.

Os estudantes, professores e clérigos desfrutavam, na época, de uma série de privilégios e de imunidades, tais como, proteção contra prisão injusta, permissão para morar com segurança, direito de interromper os estudos e cursos que realizavam, proteção contra extorsão em negócios financeiros.

A origem da palavra universidade pode ser explicada da seguinte forma: "Segundo algumas fontes, a palavra *universitas* foi originariamente aplicada às sociedades corporativas escolásticas e, provavelmente no decorrer do século XIV, o termo passou a ser usado à parte, no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil." (WANDERLEY, 1983, pp. 15-16)

Nos últimos decênios do século XII, mestres privados sob a supervisão do *ecolâtre* (chanceler episcopal), se instalaram e davam ensino privado aos que desejavam aprender e reuniam um número sempre mais considerável de estudantes nacionais e estrangeiros, estudantes que se reuniam para a defesa de seus interesses, formando as corporações (*universitates*) rígida e minuciosamente reguladas no modelo das corporações dos trabalhadores da época, através de suas regras, proibições, e privilégios (Itália e França). As primeiras universidades não remontam, portanto, aos organismos puramente clericais, como algumas vezes se pode acreditar.

Na Itália, em 1150, encontramos os primeiros mestres leigos do Direito e, na França, são estudadas a Filosofia, Teologia e a Medicina. Esses mestres, na maioria das vezes, são "clérigos não ordenados" que se instalam, primeiro nas escolas e, depois, se tornam cada vez mais independentes, fazendo da arte de ensinar a sua profissão e provocando, com a sua habilidade, o acompanhamento dos alunos em suas peregrinações.

"Esta floração intelectual e escolar apresentava inconvenientes. Essas centenas de mestres, em Paris, por exem

plo, trabalhavam de forma dispersa. Era indispensável por ordem nessa vigorosa proliferação provocada pelas transformações da sociedade. Foram, pois, causas internas e específicas que contribuíram para a criação dessa nova forma de organização escolar." (DEBESSE, 1974, p. 158)

As organizações universitárias vão tomando formas e características diferentes em função das épocas e contextos onde surgem e se desenvolvem.

As primeiras universidades surgem na Itália (Bologna, 1100) e na França (Paris, 1150). (*)

"As soluções são diferentes, segundo as regiões e as circunstâncias, mas pode-se dizer que, no conjunto, a universidade, expressão espontânea das exigências intelectuais e morais de uma sociedade saída da letargia, perderá a maior parte de sua independência e acabará por tornar-se instrumento de políticas diferentes nas mãos da Igreja, da realeza, dos príncipes locais ou, até, das grandes municipalidades." (DEBESSE, 1974, pp. 158)

As universidades medievais, que deram origem às universidades brasileiras, possuíam algumas características, como por exemplo, o seu caráter conservador, polêmicas ligadas aos temas da Teologia ou outros, o espírito universalista, o regime de internato, as aulas orais e as defesas de tese no final dos cursos. Desenvolviam um saber desinteressado e existiam para formar uma elite aristocrática e de mérito. O Ensino era, portanto, o primeiro e grande objetivo das universidades, o que deveria ser ainda hoje.

Com a revolução industrial e a consolidação de um modo de produção capitalista, houve a divisão social do trabau

(*) Cf. informações sobre todas as universidades do mundo in CARNEIRO, David - História Esquemática da Educação e das Universidades no Mundo. Curitiba, Editora da Universidade do Paraná, 1984. 105 pp

lho e surgiu, nas universidades, a necessidade do cultivo das especializações ligadas às diferentes áreas do saber; com o aparecimento das técnicas e da aplicação das ciências. O saber já não era apenas desinteressado mas, passava a ter finalidades as mais diversas. As pesquisas surgem da necessidade de ampliar os conhecimentos face às novas exigências da humanidade e das organizações sociais. No início, tivemos a pesquisa pura, desinteressada, sem a preocupação com o uso que dela seria feito; mas, aos poucos, surgem as pesquisas aplicadas, ligadas aos conhecimentos úteis e à expansão das forças produtivas (a pesquisa científica, moderna, básica e aplicada surge no século XIX, na Alemanha). Com a pesquisa, temos o segundo grande objetivo das universidades. A extensão universitária surgiu da necessidade e do compromisso que as universidades devem ter em relação à sociedade como um todo. A extensão universitária deriva da responsabilidade que os detentores do saber acumulado ou pesquisado devem ter em devolver à sociedade os benefícios que este mesmo saber pode ocasionar, melhorando as condições de vida da humanidade, que não participa diretamente deste saber. (A extensão universitária surge no século XIX, na Inglaterra e nos Estados Unidos).

Os três grandes objetivos das universidades são pois: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Universitária, sem os quais não poderemos denominar uma instituição de Universidade.

2. Do Brasil Colônia até os Antecedentes da Reforma

O ensino superior no Brasil tem suas raízes no trabalho educacional dos jesuítas, que aqui chegaram em 1549, com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, trazendo como missão a conversão dos gentios e o apoio religioso aos colonos. Para alcançar estes fins, recebiam subsídios do Estado Português, bem como sesmarias destinadas à manutenção dos educandários que viessem a criar.

Desenvolveram, na época, graus de ensino como o elementar, ou ensino de primeiras letras, os cursos de humanidades, artes e teologia, que eram desenvolvidos em colégios e seminários.

Foram muitos os colégios fundados pelos jesuítas: em 1550 foi fundado, na Bahia, o primeiro colégio e, em 1553 inicia-se o funcionamento de um curso de humanidades, seguindo-se, em 1572, o aparecimento dos cursos de artes e teologia, nesse mesmo estabelecimento.

Além do colégio da Bahia, existiram, no período colonial, outros colégios: o colégio do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo, com curso de Filosofia a partir de 1638; o colégio de Olinda, com cursos superiores a partir de 1687; o colégio de Recife, com cursos superiores em 1678 e 1721; o colégio do Maranhão, com curso de Teologia a partir de 1688 e, mais tarde, um curso de Artes; o colégio do Pará, com um curso de Artes a partir de 1695; o colégio de São Paulo de Piratininga, desde 1554, inicialmente com cursos elementares e, posteriormente, com cursos de Humanidades, o mesmo acontecendo com o colégio de Santos, desde 1653; o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, Minas Gerais, inaugurado em 1750, com cursos superiores de Filosofia e Teologia, a partir

de 1753. (2)

As atividades educacionais desenvolvidas nos colégios e seminários, através dos cursos de humanidades, artes e teologia, "eram abertas também aos externos, jovens que não pretendiam a carreira religiosa. Os de artes preparavam os alunos para a Universidade de Coimbra" (CUNHA, 1980, p. 29), atuando, dessa maneira, como escolas preparatórias para as universidades europeias.

Durante o período jesuítico, desenvolveu-se no Brasil uma educação gratuita e pública, nos diferentes graus de ensino, seguindo as normas da *Ratio Studiorum*, ou seja, da *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesus*, normas de estudos da Companhia de Jesus, fundada na Espanha em 1540, por Inácio de Loyola.

Analisando o trabalho educacional dos jesuítas sob seu enfoque ideológico, "o ensino desenvolvido nos cursos de filosofia e teologia, no Brasil do século XVI ao século XVII, só pode ser entendido como atividade de um aparelho educacional posto a serviço da exploração da colônia pela metrópole. Sem embargo das contradições que começaram a aflorar em fins do século XVIII, e amadureceram no início do século XIX, quando os homens ilustrados da Colônia passaram a se aliar aos que lutavam contra a exploração metropolitana, os diplomados pelas escolas superiores destinavam-se a viabilizar essa dominação" (CUNHA, 1980, p. 19) — pelo menos esta parece ser a interpretação de alguns educadores brasileiros sobre o papel da educação jesuítica no Brasil.

Considerando esse primeiro período da educação brasileira, podemos afirmar que o ensino superior no Brasil teve sua origem nos vários colégios jesuíticos espalhados pelo território brasileiro. Esses colégios preparavam os futuros sa-

(2) Cf. CUNHA, Luis Antonio. A Universidade Temporã - O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas, p. 33-35

cerdotes para a missão da evangelização, e preparavam os estudantes brasileiros das universidades européias que, na época, desenvolviam diferentes cursos. Estes estudantes retornavam ao Brasil com uma formação universitária que refletia a situação de dependência cultural da colônia em relação aos colonizadores.

Após a expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e de suas colônias, o sistema educacional sofreu praticamente uma destruição. Sucederam-lhe novos currículos, métodos de ensino, e uma nova estrutura bastante desarticulada. A expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, deu-se em um momento de grandes transformações políticas, econômicas e culturais em Portugal.

Durante o período pombalino, ocorrem o fechamento dos colégios dos jesuítas na Bahia, em Recife, Olinda, Piratinga, Rio de Janeiro, São Luiz, Belém e Mariana, ficando o ensino superior seriamente prejudicado. Surgem as aulas de matérias isoladas e cursos superiores com novas estruturas, no Rio de Janeiro e em Olinda; além disso, "em 1776 os frades franciscanos criaram, autorizados por alvará régio, um curso superior, no Convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro. Era, na realidade, uma faculdade organizada conforme a Universidade de Coimbra, já nos moldes da reforma pombalina" (CUNHA, 1980, p. 53), uma vez que, com a expulsão dos jesuítas, abria-se uma nova oportunidade para outras congregações religiosas.

Com a transferência da família real portuguesa, a partir de 1808 até 1821, torna-se clara a urgência de transformação do ensino superior, para atender-se às necessidades sociais e econômicas daquele momento histórico, e daí a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da colônia, e de se fundar todo um grau de ensino completamente distinto do anterior. O novo ensino apresentava as influências da dependência cultural às quais Portugal estava preso, por isso, "a partir de 1808 foram criados cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos; como sub-produto, formar profissionais liberais" (CUNHA, 1980, p. 62), como exigência dos novos tempos

do Brasil imperial. (*)

Os estudos de matemática, física, química, biologia e mineralogia se deslocaram dos cursos de filosofia, controlados pela Igreja, e passaram para os cursos médicos, Academia Militar, Escola Politécnica e, com o retorno dos brasileiros que estudavam na Escola Politécnica de Paris, onde lecionava Augusto Comte, temos a introdução do Positivismo no Brasil, significando que as teorias francesas vão exercer significativa influência na educação brasileira, a partir daquele momento.

A primeira faculdade criada por D. João VI, a Academia Real Militar, era uma Faculdade do Exército e localizava-se no Rio de Janeiro (Carta Lei de 4 de dezembro de 1810).

Analisando a questão da influência das estruturas universitárias estrangeiras sobre a brasileira, pode-se considerar que a Universidade de Coimbra constituiu-se, durante aproximadamente quatro séculos, como um modelo para as estruturas das faculdades no Brasil.

Além da Academia Real Militar, foram instaladas a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874), a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832), a Faculdade de Medicina da Bahia (1832), a Faculdade de Direito do Recife (1854), e a Escola de Minas de Ouro Preto, podendo-se afirmar que durante esse período formou-se o núcleo do ensino superior que deu origem às estruturas existentes até hoje, com algumas ampliações e diferenciações, sob a influência das teorias francesas, principalmente do Positivismo.

Durante todo o Império, o ensino superior não sofreu alterações, e cerca de 42 propostas de universidades foram apresentadas, embora nenhuma tenha sido atendida. As uni-

(*) Segundo Luiz Antonio Cunha, em educação, o período colonial vai de 1572 até 1808, e o imperial, de 1808 até 1889. Op. cit., pp. 15, 16, 63

versidades eram um privilégio da metrópole portuguesa e não de suas colônias.

Além do argumento, freqüentemente repetido, de que Portugal bloqueava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, de modo a manter a colônia incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e as artes (CUNHA, 1980, p. 12), havia outros, como por exemplo, o de que a Espanha encontrou suas colônias e povos dotados de uma cultura superior, dificultando, assim, a disseminação nas potências dominadas, da cultura dos conquistadores. Por outro lado, a Espanha, no século XVI já possuía oito famosas universidades, enquanto que Portugal dispunha de apenas uma. Sendo assim, Portugal não poderia enviar mestres e docentes universitários às colônias, o que a Espanha podia fazer. Uma outra questão a considerar seria a da nomenclatura: não poderíamos chamar de universidades os colégios dos jesuítas na Bahia, no Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda, Maranhão e Pará, tal como se chamavam "universidades" algumas escolas hispano-americanas equivalentes aos colégios do Brasil daquela época? (CUNHA, 1980, p. 13)

Enquanto era esta a situação do Brasil, na América Espanhola os fatos aconteciam de modo diferente, em termos de universidade. Em 1538, temos a primeira universidade do continente americano, fundada na Ilha de São Domingos, de vida efêmera. Em 1553, temos uma universidade no México e outra em São Marcos, no Peru; em São Felipe, no Chile, e em Córdoba, na Argentina. Na época de nossa independência, existiam na América Espanhola 27 (vinte e sete) universidades, enquanto que no Brasil, existiam somente faculdades isoladas. ⁽³⁾

Pelo que se pode observar, tudo indica que na condição de colonizador, Portugal dificultava o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, e isto era decorrente de vários fatores, como pudemos assinalar anteriormente. A Coroa

(3) Cf. CUNHA, Luiz Antonio - A Universidade Temporã - O Ensino Superior, da Colônia à Era de Vargas, p. 11

concedia bolsas para estudantes brasileiros estudarem em Coimbra, mas não permitia que esses mesmos estudos se realizassem aqui, uma vez que nossa dependência, além de política e econômica, era também cultural.

Proclamada a República, em 1889, o período que se segue, até 1930, é conhecido como o da República Velha, ou Primeira República, ou, ainda, da República Oligárquica. Nesse período, sob a influência positivista francesa, o ensino superior sofreu importantes transformações.

Apesar do ensino superior brasileiro ter sido criado há mais de um século, durante a permanência da família real portuguesa no Brasil, de 1808 a 1821, a primeira organização desse ensino em universidade, por determinação do Governo Federal, só apareceu em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, quando era Presidente, Epitácio Pessoa. Essa universidade surgiu da agregação de três escolas superiores existentes no Rio de Janeiro: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. (*)

Durante a Primeira República, surgiram, pela pri-

(*) A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, será reorganizada mais tarde, em 1931 e, em 1937, além de novamente reorganizada, passará a denominar-se Universidade do Brasil. Em 1939 ela recebe a incorporação da Universidade do Distrito Federal, que havia sido criada em 1935.

meira vez, as escolas superiores livres, dependentes da iniciativa particular. Este aparecimento foi decorrente da necessidade do aumento da força de trabalho especializada e da influência do próprio Positivismo. Um outro fator que pesou na demanda dos alunos aos cursos superiores, além do número de universidades criadas, foram as facilidades nas condições de ingresso nas universidades.

Enquanto que, no final do Império, o ensino superior se reduzia às seguintes áreas do saber: medicina e correlatos, engenharia e correlatos, direito e agronomia, localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Salvador, Recife, Olinda, Cruz das Almas (Bahia) e Pelotas (Rio Grande do Sul), na Primeira República, o número de áreas aumentou consideravelmente.

Apareceram nesse período as primeiras escolas particulares, como a Escola de Engenharia do Mackenzie College, criada pela missão presbiteriana em São Paulo, em 1896, segundo o modelo da Union University, área de jurisdição da University of The State of New York; e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, instituição de ensino particular, sem orientação religiosa, que seguia o modelo das escolas alemãs. O patrimônio desta escola foi doado por uma baronesa e administrado pelos engenheiros formados pela Technische Hochschule de Berlim, Alemanha. (4)

Estes movimentos expansionistas das universidades públicas e particulares, provocaram mudanças de natureza quantitativa e qualitativa na estrutura e funcionamento das mesmas, podendo-se dizer que "no período que vai da Reforma de Benjamin Constant, em 1891, até 1910, ano imediatamente anterior à da Reforma Rivadávia Corrêa, foram criadas no Brasil, 27 (vinte e sete) escolas superiores: 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia e 3 de agronomia" (CUNHA, 1980, p. 157), o que representa um crescimento significativo, para a época, do ensino superior brasileiro.

(4) Cf. CUNHA, Luiz Antonio - Op. cit. - p. 157

Nunca é demais lembrar que esse período foi fortemente influenciado pela presença dos ideais positivistas no Brasil, como comprova a seguinte afirmação: " A influência do Positivismo na política educacional da república nascente resultou da presença dos militares positivistas na Assembléia Constituinte e da atuação pessoal de Benjamin Constant como Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890 e 1891" (CUNHA, 1980, p. 150), e esta influência se faz presente até hoje nos meios intelectuais e em todos os graus de ensino.

Luiz Antonio Cunha chama de Universidades Passageiras aquelas que tiveram uma duração efêmera e, de Universidades Sucedidas, aquelas que permaneceram e vingaram. Entre as Universidades Passageiras, poderíamos citar: a Universidade de Manaus, criada em 1909, com o nome de Escola Livre de Manaus, durante o ciclo da borracha, e que se dissolveu em 1926; a Universidade de São Paulo, fundada por uma sociedade civil, em 19 de novembro de 1911, e que durou aproximadamente até 1917; a Universidade do Paraná, fundada em 19 de dezembro de 1912, e que se dissolveu em 1915. Entre as Universidades Sucedidas, figuram a Universidade do Rio de Janeiro, criada depois de trinta tentativas, em 1920; a Universidade de Minas Gerais, criada em 7 de setembro de 1927; a Universidade do Rio Grande do Sul, criada em 1928. (5)

" Em 1912, já havia sido criada a Universidade do Paraná , oficializada pela Lei Estadual nº 1.284. Dela faziam parte as faculdades de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Todavia, o Governo Federal, através do Decreto-Lei nº 11.530 de março de 1915, que determinava a abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de 100.000 habitantes, deixava de reconhecer oficialmente a Universidade do Paraná, uma vez que Curitiba naquela época não atingia essa população. Oficialmente reconhecida somente em 1946, não deixou todavia, de funcionar, segundo o testemunho de Ernani Cartaxo, durante todo o período que vai de 15 de março de 1931 , quando foram abertos seus cursos, até sua oficialização pelo Governo Federal." (ROMANELLI, 1980, p. 132)

(5) Cf. CUNHA, Luiz Antonio - Op. cit. - pp 191-206

Segundo CUNHA, Luiz Antonio, 1980, pp. 191 a 206:

Tendo como finalidade esclarecer denominações ligadas às Universidades de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, vamos tentar fornecer os seguintes dados:

1º) A Escola de Engenharia de Porto Alegre foi criada em 1896, com base no patrimônio doado pela Baronesa de Candiota e com a contratação de 50 professores estrangeiros, principalmente alemães. Essa escola era administrada por engenheiros da Technische Hochschule de Berlim, Alemanha.

2º) Em 1896 foi também criada a Faculdade Livre de Direito, de Porto Alegre.

3º) Em 1889 é criada a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

4º) Em 1898 é criada a Faculdade de Odontologia de Porto Alegre.

5º) Em 1910 é criada a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande do Sul.

6º) Em 1928, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, com 1.200 alunos, possuía 11 institutos. Isso fez com que João Simplício a chamasse de Escola de Engenharia da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. Em 1932 ela foi efetivamente denominada de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul e, a partir de 1934, Universidade de Porto Alegre.

No dia 5 de abril de 1911, quando era Presidente o Marechal Hermes da Fonseca, e Ministro do Interior, o deputado gaúcho Rivadávia da Cunha Correa, foi promulgado o Decreto nº 8.659, que apresentava a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, e outros decretos, dando novo regulamento ao Colégio Pedro II (Decreto nº 8.660), regulamentando, ainda, as Faculdades de Medicina (Decreto nº 8.661), as Faculdades de Direito (Decreto nº 8.662), e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Decreto nº 8.663).

No decreto da lei orgânica aparecia a criação da figura do livre-docente, ao que tudo indica, inspirada no regime universitário alemão e que se constituía em um professor graduado que apresentava um trabalho original aprovado pela congregação de uma escola superior e, como tal, ele poderia ministrar cursos, chamados particulares ou privados. Pelos cursos, ele não seria remunerado pela universidade, mas receberia taxas pagas pelos alunos que o procurassem, uma vez que fossem descontadas as despesas havidas. Além disso, uma percentagem da receita caberia ao estabelecimento. (6)

No dia 18 de março de 1915 foi promulgado o Decreto nº 11.530, que tinha como objetivo fundamental reorganizar o ensino secundário e superior em todo o país. Esse decreto destituía de privilégios os diplomados do Colégio Pedro II e dos demais colégios que lhe eram equiparados, quanto ao garantir aos seus possuidores matrículas diretas no ensino superior e criava, não sô os exames vestibulares para a seleção de alunos nos cursos superiores, mas, também, a figura do catedrático, com cargo vitalício, escolhido por concurso, concorrendo com tese escrita.

Em 1925, quando era ministro João Luis Alves, foi realizada a última reforma do período da Primeira República, a Reforma Rocha Vaz, que "objetivou o reforço do controle do Estado, particularmente do Governo Federal, sobre o aparelho escolar, numa tentativa de estabelecer o controle ideológico das crises políticas e sociais que vieram desembocar na revolução que pôs fim ao regime, em 1930" (CUNHA, 1980, p. 170),

(6) Cf. CUNHA, Luiz Antonio - Op. cit. - p. 163

num período que se caracterizou por uma grande centralização do poder.

Outros fatores importantes para o ensino superior ocorreram nos anos 20: dois Congressos de Ensino, um em 1922 e outro em 1927, nos quais foram estudados vários problemas do ensino superior, e dois Inquêritos: um em 1926, patrocinado pelo jornal O Estado de São Paulo, e outro em 1928, sob os auspícios da A.B.E. - Associação Brasileira de Educação.

Em 1931, Francisco Campos elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851), cuja vigência foi de 30 anos. Esse estatuto adotava para o ensino superior o regime universitário. Na mesma data, foi reorganizada a Universidade do Rio de Janeiro (Decreto nº 19.852) e criado o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850).

Segundo o Decreto nº 19.851, que se constituiu no Estatuto das Universidades Brasileiras, o ensino superior e a universidade teriam:

- (a) duplo objetivo: ensino e pesquisa;
- (b) finalidade didática e finalidade social;
- (c) que constituir-se pelo menos de três estabelecimentos de ensino superior: Direito, Medicina e Engenharia, ou uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras;
- (d) concessão de relativa autonomia administrativa e didática, como preparação para a autonomia plena;
- (e) previsão de algumas medidas referentes à organização administrativa das universidades;
- (f) introdução do concurso de títulos e regulamentação do papel do livre-docente;
- (g) manutenção do regime de cátedra;
- (h) introdução de algumas medidas relativas à vida acadêmica;
- (i) vida social universitária;
- (j) reorganização da Universidade do Rio de Janeiro. (7)

(7) FÁVERO, Maria de Lourdes de A. - A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, 1977, pp. 34 a 36

A partir do Estatuto das Universidades Brasileiras, a idéia de universidade começa a tomar forma no Brasil. No entanto, "a solução encontrada para a criação da universidade — uma solução de fachada — não teve fácil aceitação. Não demorou muito e surgiram críticas incidindo sobre a falsidade do título pomposo atribuído a um mero conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes, mantendo o mesmo currículo de quando eram apenas faculdades sem nenhum vínculo" (CUNHA, 1980, p. 193), o que vem comprovar que as legislações, apenas, não modificam a realidade educacional, mas que existe uma multiplicidade imensa de fatores que pesam sobre as transformações da educação.

Durante os anos 20, os "profissionais da educação", membros da A.B.E. (Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924 e poderosa expressão da influência norte-americana no Brasil) foram responsáveis por reformas do ensino em diversos pontos do país, por exemplo, Lourenço Filho, em 1923, no Ceará; Francisco Campos e Mario Casassanta, em Minas Gerais, em 1927; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, em 1928. A França é substituída pelos Estados Unidos, no que se refere a sua influência na educação brasileira e a A.B.E. vai representar essa nova influência.

"O prestígio gozado pelos USA na mente dos construtores do regime republicano no Brasil, e a separação entre a Igreja Católica e o Estado, em 1889, propiciam a vinda para cá, de numerosos missionários portestantes daquele país. Eles abriram colégios para o ensino secundário, que logo vieram a gozar de grande fama pela qualidade e modernidade da educação neles desenvolvida." (CUNHA, 1980, p. 197)

A influência norte-americana foi reforçada pelos meios de comunicação de massa, como por exemplo, as agências noticiosas da United Press e Associated Press, e o cinema, através da Universal Pictures Corporation e a Metro Goldwin Mayer. Juntamente com as mercadorias norte-americanas, importava-se, também, o "American Way of Life".

Escritores como Monteiro Lobato e Gilberto Amado, após viagens aos Estados Unidos, escrevem livros contando as maravilhas daquele país e propondo novos caminhos para o Brasil. (8)

Nessa época, a A.B.E. estava preocupada com vários problemas de natureza educacional e, na II Conferência Nacional de Educação, realizada em Belo Horizonte em 1928, levantava os seguintes pontos:

" - Não deve haver um tipo único de universidade para todo o país;

- cada universidade deve se organizar conforme suas condições peculiares e as da região onde se localiza, assim, também os cursos que pretende oferecer e as pesquisas que pretende desenvolver;

- o que deve ser uniformizado é o preparo fundamental para a matrícula nas universidades;

- as universidades devem gozar de autonomia integral, garantida pela renda de um patrimônio inalienável, intransferível e insubrogável, doado pelos governos federal e estaduais, ou por particulares." (CUNHA, 1980, p. 202)

Em março de 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 25 educadores e escritores brasileiros interessados em problemas educacionais, no qual se expressa um movimento de renovação educacional iniciado após as guerras de 1914 e 1918, e que atinge seu ponto alto nos anos de 1920 e 1930.

Segundo Fernando de Azevedo, o Manifesto:

(8) Cf. CUNHA, Luiz Antonio - Op. cit., p. 197

- 1ª - apresenta uma análise do problema educacional sob vários aspectos;
- 2ª - define objetivos e traça fins para a educação.

Traz, ainda, elementos para uma nova política educacional e para o ensino superior, e recomenda a criação de universidades que possam exercer a tríplice função da:

- pesquisa, entendida como elaboração da ciência;
- ensino, como transmissão da ciência;
- extensão universitária, como vulgarização da ciência.⁽⁹⁾

A partir deste momento, vive-se a transição da "era da escola superior" para a "era da instituição universitária".

Em 1933, Armando Salles de Oliveira, Interventor no Estado de São Paulo, institui uma Comissão para elaborar um projeto de criação da primeira universidade de São Paulo, que seria a primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades, pois, até então, as universidades tinham se organizado através da incorporação dos cursos existentes e autônomos. Em 25 de janeiro de 1934, o Decreto nº 6.283, institui a Universidade de São Paulo, agrupando as Faculdades de Direito, Medicina, Escola Politécnica, Escola Superior "Luiz de Queiroz" de Agricultura, Instituto de Educação e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, esta última com funções integradoras. A Universidade de São Paulo tinha como objetivo a formação de professores para o magistério secundário, a realização de altos estudos desinteressados, e o desenvolvimento de pesquisas.

(9) AZEVEDO, Fernando de - A Educação Entre Dois Mundos - São Paulo, Melhoramentos - s.d. (sem data)

O projeto, conforme Antunha, previa que a Universidade de São Paulo deveria ser:

- . uma instituição única;
- . responsável pelo cultivo do saber em todos os ramos do ensino de disciplinas de caráter não-utilitário;
- . local de realização de pesquisas científicas;
- . local de altos estudos de caráter desinteressado;
- . local de realização de cursos básicos de disciplinas comuns a outras instituições universitárias;
- . ter como objetivo formar professores secundários e superiores. (10)

Estes objetivos iniciais foram perseguidos pela Universidade, mas não foram alcançados em sua totalidade, fato este que comprova a distância que existe sempre nos sistemas educacionais entre os valores proclamados e os reais valores alcançados.

Em 1935, quando era Diretor de Instrução da Prefeitura do Distrito Federal Anísio Teixeira (1932 a 1935), foi criada a Universidade do Distrito Federal, de estrutura arrojada, incluindo a Faculdade de Educação; em 1939 ela foi extinta, quando se incorporou à Universidade do Brasil (antiga Universidade do Rio de Janeiro). (*) No mesmo ano era criada a Universidade de Porto Alegre, que incluía em sua estrutura uma Faculdade de Estudos Econômicos.

A Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e a Universidade Federal, representaram duas tentativas de estabelecimento de universidades que continuaram sendo mera justaposição de escolas estanques. (11)

(10) Cf. ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves, Universidade de São Paulo - Fundação e Reforma. 1974. p. 111-139

(11) Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes, A Universidade Brasileira em Busca de sua identidade, 1972. p. 38

(*) Anísio Teixeira idealizou a Universidade do Distrito Federal, que foi criada por Decreto de Pedro Ernesto, em abril de 1935. Anísio foi o primeiro reitor dessa universidade.

Em 1961 ocorre uma nova tentativa de constituição de uma universidade: a de Brasília, que surge como um projeto orgânico de uma instituição integrada, criada pela Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961.

Essa Universidade, conforme Fãvero, pretendia:

- 1º - ser uma resposta às necessidades de renovação do ensino, como forma de integrar nos seus cursos universitários, a ciência moderna e a tecnologia;
- 2º - possuir uma metodologia interdisciplinar como condição de trabalho.

Entre os seus aspectos mais relevantes de organização estrutural, destacavam-se:

- a) - a substituição da estrutura tradicional, composta de faculdades isoladas, por uma instituição composta por institutos centrais de ensino e pesquisa, faculdades responsáveis pela formação profissional, e por órgãos complementares;
- b) - ênfase nos institutos centrais;
- c) - extinção da cátedra e criação do departamento como unidade universitária. ⁽¹²⁾

Os departamentos, que somente seriam regulamentados muito mais tarde, são pensados, a partir de 1961, pela nova estrutura idealizada para a Universidade de Brasília.

Na estrutura universitária brasileira tivemos a seguinte evolução, quanto ao lugar que os professores ocupam nessa estrutura.

Em um primeiro momento, tivemos a figura do livre-docente, baseada no modelo alemão e que foi prevista na Lei

(12) Idem, p. 32

Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental (Decreto 8.659 de 5 de abril de 1911).

Em um segundo momento, a partir do Decreto de 18 de março de 1915, que reorganizou o ensino secundário e superior, temos a figura do professor catedrático, lente vitalício.

A partir da Lei 3.998, de 15/12/1961, começa a ser pensada pela Universidade de Brasília, a criação da departamentalização, que vai progressivamente se oficializando a partir de outros dispositivos legais, como veremos na segunda parte deste capítulo.

Na estrutura educacional brasileira, portanto, a cátedra existiu antes do departamento e, para compreender o segundo, é preciso entender a primeira.

"A rigor, o regime de cátedras foi introduzido no país no momento da criação das primeiras escolas de nível superior, pelo Príncipe Regente, em 1808. Era, pois, um regime velho, mais do que sesquicentenário, quando foi clara e definitivamente abolido pela Lei 5.540 de 28/11/1968." (CHAMLIAN, 1977, p. 6)

O regime de cátedras sofreu inúmeras mudanças antes que viesse a vigorar o sistema departamental. Houve época em que a cátedra conviveu com o departamento (sistema misto ou híbrido). Até hoje, encontramos nos departamentos o Professor Titular, que às vezes tem a função do catedrático antigo.

Segundo Chamlian, na cátedra acontece a passagem de um cargo individual para um agrupamento de docentes, sob a chefia do professor catedrático. De um cargo individual singular, passa-se para uma coletividade de docentes (com a organização monárquica tradicional).

"Desse modo, a cátedra, o concurso, a vitaliciedade e a liberdade de cátedra constituíram um 'sistema' em que

cada peça dependia das outras." (CHAMLIAN, 1977, p. 15)

A introdução da organização departamental em âmbito nacional, segundo inspiração norte-americana, é de data relativamente recente. Essa introdução dar-se-á, como veremos adiante, a partir dos Decretos nºs 53 e 252, respectivamente de 1966 e 1967, e se consolida com a própria edição da Constituição de 1967. Apesar de regulamentada nessa época, a experiência da organização departamental já vinha sendo vivenciada em algumas universidades, como a de São Paulo e a do Brasil. Essas experiências departamentais isoladas ocorreram sob a vigência da cátedra.

A departamentalização aparece, como veremos mais tarde, oficialmente, para substituir a cátedra, por isso Valmir Chagas afirma que "o departamento originou-se da cátedra e foi por isto causa e efeito de sua extinção. (CHAGAS, 1972, p. 1)

3. A Reforma do Ensino Superior Brasileiro

O desenvolvimento do país, provocado pelo processo de industrialização e pelo crescimento econômico desencadeado a partir da década de 50, tornou mais evidente a necessidade de uma reformulação das universidades no Brasil e, "simultaneamente às várias transformações que ocorreram, tanto no campo econômico quanto no campo sócio-cultural, surgiu, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da vida nacional, da estagnação das universidades brasileiras" (FÁVERO, 1977, p. 44), e a temática da mudança das universidades começou a ser debatida no ambiente universitário e fora dele.

A crítica às instituições universitárias, segundo Fávero, torna-se sistemática, e as questões mais polêmicas referem-se a:

- . estrutura e organização das universidades;
- . o papel da universidade numa sociedade brasileira em desenvolvimento;
- . a questão do aumento de vagas, a ampliação e expansão dos cursos, a qualidade do ensino superior;
- . como reformar a universidade brasileira. (13)

A partir de 1961, os estudantes brasileiros terão um papel importante nos rumos que levarão o Brasil à Reforma Universitária.

(13) Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes, A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, 1972, p. 44

Um dos acontecimentos relevantes foi o 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que teve lugar em Salvador (BA), de 20 a 27 de maio de 1961, promovido pela U N E - União Nacional dos Estudantes. O Seminário ficou conhecido como a "Declaração da Bahia", e nesse encontro foram discutidos três temas básicos: A Realidade Brasileira, A Universidade no Brasil e A Reforma Universitária.

No primeiro tema - A Realidade Brasileira - " os universitários caracterizam o Brasil como uma nação capitalista em fase de desenvolvimento e um estado oligárquico e classista, com uma infra-estrutura de base latifundiária, permeada de sérias contradições. A título de solução, foram feitas várias proposições, entre elas: a criação de sólida infra-estrutura de base, exigência de uma reforma agrária que possibilitasse o desenvolvimento diversificado da produção agrícola, socialização dos setores fundamentais da economia, superação da condição proletária." (UNE, 1961)

No segundo tema - A Universidade Brasileira - são feitas críticas à universidade, principalmente como instituição alienada em relação à realidade brasileira.

No terceiro tema - A Reforma Universitária - que continha adendo ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os estudantes propõem a luta pela reforma e pela democratização do ensino e sugestões em relação aos problemas pedagógicos e acadêmico-administrativos. Pela primeira vez, fala-se em abolição da cátedra vitalícia.

Os estudantes realizam, ainda, o 1º Encontro da Região Sul, em Porto Alegre (RS) - Diretrizes para uma Universidade Sulina; o 2º Seminário da Reforma Educacional, em Curitiba (PR) - Carta do Paraná, de 20 a 27 de março de 1962; e o 3º Seminário da Reforma Universitária em Belo Horizonte, e em 1963. Através desses encontros, os alunos passaram a exigir a participação de um terço dos estudantes, com direito a voto nos órgãos colegiados das administrações universitárias.

Do período que vai de abril de 1964 até o início

de 1967, as discussões dos estudantes passaram a girar em torno, tanto da revogação da Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464 de 09/11/64), pela qual a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes, e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais, quanto em torno da defesa da gratuidade do ensino superior, do aumento de vagas e de verbas para as escolas públicas.

Durante esse período, não só no Brasil, mas no mundo todo, assistia-se a manifestações estudantis. Em 1968, com a recusa dos estudantes em participar do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e, com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI 5), em dezembro de 1968 e, também do Decreto nº 477, em fevereiro de 1969, cessaram todas as reivindicações no meio estudantil universitário.

Nessa época, o governo federal toma diversas medidas parciais em relação ao ensino superior, através dos Decretos-Leis nºs 53 e 252, de 18/11/66 e 28/02/67, respectivamente, que estabeleceram princípios e apresentaram normas para a reestruturação das universidades federais, aplicáveis também às universidades públicas.

Antes disso, a Lei nº 4.881-A de 06/12/65, já havia estabelecido a carreira do magistério superior vinculado às universidades oficiais; a Portaria Ministerial nº 159, de 14/06/65, referia-se à duração dos cursos de graduação; e o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, definia os cursos de pós-graduação.

Para podermos entender estas medidas e normas legislativas, precisamos recuar mais uma vez no tempo. De 19 a 21 de julho de 1961, os reitores das universidades federais, sob convocação do Ministro da Educação, realizam em Brasília, uma reunião, na qual foi aprovada a "Declaração dos Princípios", onde se colocam em relevo os seguintes pontos:

- 1º) A questão dos objetivos das universidades: o Ensino, a Pesquisa e a Elaboração Cultural.

- 29) A questão da autonomia universitária, entendida como autonomia econômica, financeira, didática, administrativa e disciplinar.
- 39) A criação dos Institutos Universitários.
- 49) O Colégio Universitário.
- 59) O aumento de matrículas.
- 69) A articulação das Faculdades e Escolas com os Institutos Universitários.
- 79) O agrupamento das cadeiras nos Departamentos, visando maior eficiência de ensino.
- 89) A manutenção da cátedra vitalícia.
- 99) A remuneração e o regime de trabalho dos docentes e incentivo ao tempo integral.
- 109) A criação das Cidades Universitárias.⁽¹⁴⁾

A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024), de 20 de dezembro de 1961, não levou em conta as sugestões dos reitores, assim como não levou em conta as colocações dos estudantes ou os trabalhos de seus encontros. A lei refletia as grandes contradições do momento quanto ao ensino superior e, quando comparada ao Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, não é inovadora, antes representa um retrocesso.⁽¹⁵⁾

A Universidade do Brasil, criada em 1937 (antiga Universidade do Rio de Janeiro), apresentava, naquele ano, algumas propostas de reformas, que somente foram retomadas a par

(14) Cf. Declaração de Princípios - Reitores das Universidades Federais, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Julho-Setembro 1961

(15) Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes, Op. cit., p. 53

tir de fevereiro de 1962. Este fato tem significativa importância na futura reforma universitária brasileira, pois, nesse mesmo ano, o Conselho Universitário daquela Universidade designa uma Comissão Especial para tratar do assunto: A Reforma Universitária. É feita uma consulta a docentes de outras universidades e, também, a outras pessoas interessadas numa solução para os problemas da educação brasileira, no que se refere ao ensino superior.

É criado o Escritório de Planejamento da Reforma Universitária da Universidade do Brasil, que tem a função de coordenação dos trabalhos e da elaboração de um documento, baseando-se em opiniões obtidas. O coordenador dos trabalhos é o Professor Jorge Felipe Kafuri que, após elaborar uma síntese dos dados obtidos, submete-a à Comissão da Reforma que, por sua vez, elabora um documento onde são definidas as diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil.

As diretrizes, segundo Fávero, referem-se:

- aos fins da Universidade;
- ao problema da autonomia financeira, administrativa e didática;
- à constituição e características do corpo docente;
- ao corpo docente, acesso e preparo prévio, assistência ao estudante, representação e participação em órgãos deliberativos e aos direitos e deveres do estudante;
- à política relacionada aos cursos de graduação e pós-graduação, à pesquisa, à criação literária e artística, à responsabilidade e cooperação com a comunidade local, nacional e internacional;
- ao aproveitamento e mobilização dos recursos das Universidades. (16)

(16) Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes, A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, 1972, p. 55

Estas diretrizes, que se transformaram em propostas, foram sustadas com as mudanças políticas ocorridas em 1964.

Em 1965, a Diretoria do Ensino Superior do MEC, convida o Professor Rudolf P. Atcon para realizar um estudo sobre a reformulação estrutural da universidade brasileira, aproveitando-se, inclusive, as medidas sugeridas para a Reforma Universitária da Universidade do Brasil. O Professor Atcon visita doze universidades brasileiras e apresenta sugestões para a melhoria do sistema universitário.

Em 29 de abril de 1966, é fundado o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), reconhecido como Entidade de Utilidade Pública em 31 de julho de 1972. De 1966 a 1968 o Professor Atcon organiza e estrutura o Conselho e nele trabalha, durante esse período, como seu Primeiro Secretário.

A importância da educação como um dos fatores do desenvolvimento foi percebida desde o início pelo novo regime, e isso ficou mais evidente a partir de 1968, pois, ao lado das mudanças econômicas e sociais, aconteceram alterações também no campo educacional. Num primeiro momento, traça-se a política da recuperação econômica. Além da contenção e represão presentes nessa etapa, constatou-se uma aceleração do ritmo de crescimento da demanda social da educação, o que provocou, conseqüentemente, um agravamento da crise no sistema educacional brasileiro, principalmente no ensino superior.

A citada crise, "na verdade, acabou por servir de justificativa para a assinatura de uma série de convênios entre o MEC e seus órgãos, e a U.S. Agency for International Development (USAID), para a assistência técnica e cooperação financeira dessa Agência à organização do sistema educacional brasileiro. Esse é o período dos chamados "Acordos MEC-USAID" (ROMANELLI, 1980, p. 196), objetos de tanta discussão crítica no cenário da educação brasileira, nestes últimos anos, dadas as suas influências negativas nas legislações que lhes sucederam.

Os acordos MEC-USAID existiam mesmo antes de 1965. O fato desses convênios serem omitidos, em fins de 1967, num volume de 600 páginas do MEC sobre o tema relacionado a acordos e convênios, causou estranheza e, ao ser divulgado, foi recebido com reservas e objeções nos meios universitários. (17)

Nesses acordos, Flávio Suplicy de Lacerda representava o MEC e Stuart Van Dike representava a USAID. Os acordos para assessoramento de técnicos americanos aos técnicos brasileiros, em todos os graus de ensino, e encarregados de estudar a Reforma do Ensino Superior, foram muito criticadas, conforme Fãvero, pois indicavam um atestado de dependência cultural e, ao mesmo tempo, uma declaração da incompetência do Brasil. (18)

Os acordos MEC-USAID representam a ajuda internacional para a educação às sociedades periféricas e países do Terceiro Mundo. Essa ajuda vinha carregada de aspectos ideológicos, como por exemplo:

- . considerar os países do Terceiro Mundo e periféricos atrasados;
- . apegar-se a aspectos parciais e particulares para interpretar a totalidade do sub-desenvolvimento;
- . considerar o sub-desenvolvimento um problema técnico e não político;
- . valorizar o Planejamento e a Educação;
- . criar mão-de-obra de baixo nível, através do ensino;
- . criar hábitos de consumo;
- . reforçar, através da dependência cultural, a dependência política e econômica. (19)

O compromisso da educação brasileira com os acordos MEC-USAID poderão ser melhor percebidos através das seguin

(17) ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. Op. cit. p. 56

(18) Cf. FÁVERO, Maria de Lourdes. Op. cit. p. 59

(19) ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, História da Educação no Brasil. 1980, p. 199

tes considerações:

" Enfim, na medida em que as agências internacionais de ajuda à educação nos países do Terceiro Mundo partem de uma concepção de sub-desenvolvimento, que na realidade procura explicar o global pelo particular, ela tem também por estratégia, a compartimentação da realidade e, nesse sentido, não só se comporta acriticamente, como ajuda ou favorece o desencadeamento da organização de sistemas educacionais ou reformas que atribuem acentuado valor ao estudo do processo educacional em nível microssocial, evidenciando-lhe mais os aspectos psico-pedagógicos do que os aspectos macrossociais. Neste sentido, não só favorece a importação de técnicas modernizantes, que privilegiam o estudo da aprendizagem em si, isolando-o do seu contexto, mas também, o que é ainda mais grave, imprime uma direção quase única à pesquisa educacional. Esta passa então a refletir a compartimentação e a desvalorizar os estudos do macrossistema educacional e suas relações com o contexto global da sociedade." (ROMANELLI 1980 p. 203)

A reforma do ensino superior brasileiro, bem como todo o ensino do 1º e 2º graus, foram altamente influenciados pelos acordos MEC-USAID. As funções da Universidade, segundo essas influências, não foram inovadoras ou revolucionárias, mas modernizadoras, acomodatórias e conservadoras. As instituições de ensino dos países sub-desenvolvidos, como o Brasil, ficaram na dependência das instituições americanas de ensino superior. Órgãos e pessoas foram organizados e treinados pelas instituições norte-americanas, em nome do desenvolvimento nacional. Essa dependência se caracterizava pela existência e presença de assessoria para planejamento dos sistemas de ensino, cooperação cultural, treinamento de técnicos em educação, ajuda financeira, assessoria quanto aos livros didáticos a serem adotados.

Rudolf Atcon defendia inúmeras modificações relacionadas com o ensino superior e, entre elas, a eliminação da

câtedra e a criação dos departamentos. (*) Convém notar, portanto, que a simples substituição das câtedras pelos departamentos não ocasionaria transformações na vida universitária, mas estas transformações poderiam ser esperadas se outras medidas fossem adotadas. Daí ser uma temeridade estabelecer um julgamento da vida universitária apenas analisando a questão departamental, sem estabelecer relações com o todo. É preciso, ao se analisar o sistema departamental, relacioná-lo com o todo da vida universitária de uma instituição, e até do sistema social total, pois no microssistema que é a vida departamental, estão os traços e reflexos de uma série de contradições presentes em um sistema mais amplo.

Além da substituição da câtedra pelos departamentos, Atcon defendia, segundo Romanelli, "o treinamento de pessoal técnico-administrativo para implantar reformas educacionais e linhas gerais da organização universitária, como por exemplo, a criação de um Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, criação de Unidades de Estudos Básicos, ou Centros Universitários de Estudos Gerais, eliminação dos Institutos Centrais, ampliação e diversificação de cursos profissionais, implantação de tempo integral no regime de contratação dos docentes, criação de cursos básicos, melhoria de qualidade e ampliação da quantidade, novas atividades acadêmicas e científicas, inovação, dentro de um critério de máxima integração econômica." (ROMANELLI, 1980, p. 212)

Os acordos MEC-USAID, além de deixarem suas marcas no 1º e no 2º graus, abrangeram também os ramos do ensino acadêmico e profissional, atuaram nas reestruturações administrativas, nos planejamentos e treinamentos de pessoal docente e técnico. Quanto ao ensino superior, sua maior preocupação foi torná-lo menos oneroso e mais produtivo. Decorrente das preocupações governamentais, surgiu, em relação ao terceiro grau, um decreto que previa uma nova organização para este grau de ensino,

(*) A criação dos departamentos já vinha sendo pensada desde a instalação da Universidade de Brasília, em 1961.

visando mais produtividade e economia de recursos, isto porque o sistema de cátedras não era o mais econômico para as universidades.

No sentido de evitar desperdícios de recursos, o Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, determinou que fossem feitas, nas universidades, mudanças de organização; além disso, ficou evidente, por esse decreto, a preocupação em estabelecer um princípio de economia e produtividade, próprio da mentalidade empresarial. Isto pode ser constatado no Artigo 1º do citado decreto-lei:

" Artigo 1º - As universidades federais organizar-se-ão com estrutura e métodos de funcionamento que preservam a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. "

A mentalidade empresarial, tecnocrática norte-americana, estava presente em todos os passos para a Reforma do Ensino Superior que culminaria, em 1968, com a Lei nº 5.540/68. Em 1967, o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro, cria os departamentos dentro do plano de reestruturação do ensino superior.

Em 29 de dezembro de 1967, no auge da crise estudantil, o governo criou uma Comissão Especial, com o objetivo de:

- . Emitir parecer conclusivo sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis.
- . Planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil.

- . Supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do Ministro de Estado.

Essa Comissão, que ficou conhecida como Comissão Meira Mattos, era assim composta: Coronel Carlos Meira Mattos, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra; Professor Hêlio de Souza Gomes e Professor Jorge Boaventura de Souza e Silva; Promotor Affonso Carlos Agapito da Veiga; Coronel-Aviador Waldir Vasconcelos, do Conselho de Segurança Nacional.

Consideramos significativa e não casual a composição da Comissão Meira Mattos: dois militares, um promotor, e apenas dois professores. O documento por ela elaborado atinge, ao mesmo tempo, dois tipos de objetivos: medidas de exceção originadas da área militar, mescladas com aspectos repressivos da ação governamental diante da crise estudantil e conteúdos de mentalidade empresarial, representados pela assessoria americana, ligados ao desenvolvimentismo, à eficiência e à produtividade. O relatório Meira Mattos influencia o Ato Nº 5 e o Decreto 477⁽²⁰⁾, assim como propõe uma reforma com objetivos práticos e pragmáticos que levem ao progresso técnico, econômico e social do país. A educação é vista como uma condição para o desenvolvimento e como um instrumento através do qual serão alcançados o progresso social e a expansão de oportunidades.

Naquela ocasião, o documento foi dividido em duas partes. Na primeira parte, constava que, com a finalidade de controlar a crise estudantil, sugestões e providências deveriam ser tomadas a curto prazo. Na segunda parte, aparecem análises de pontos críticos do sistema educacional, provocadores da crise, e propostas de mudanças.

Aproximando a concepção de universidade à de qual

(20) CHAUI, Marilena de Souza. Ventos do Progresso: A Universidade Administrada - Descaminhos da Educação Pós 68 - Cadernos de Debate nº 8. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1980

quer empresa, constatamos que "significativo, nesse sentido, é o fato de a proposta de reforma administrativa do MEC vir acompanhada da seguinte fundamentação: 'É condição fundamental para o bom funcionamento de qualquer empresa, a existência de uma estrutura adequada à sua finalidade. A estrutura empresarial deve oferecer uma organicidade lógica, criando escalões sucessivos de direção técnica e de administração, tudo no sentido de assegurar a fluidez material das ordens e diretrizes, a sua apreciação por setores especializados, a inter-comunicação entre esses setores e coordenação administrativa e técnica, e o fácil trânsito vertical de cima para baixo e de baixo para cima!'" (ROMANELLI, 1980, p. 220)

A política educacional do momento emprestava claramente medidas tecnocráticas do mundo empresarial, para solucionar problemas da educação brasileira, no caso, no ensino superior. Tentava-se adequar o modelo educacional ao modelo econômico, pois, através da educação seriam atingidos os objetivos de desenvolvimentismo de natureza econômica. A administração da empresa dita normas para o mundo escolar, como podemos constatar nas seguintes considerações:

" Somente uma estrutura racional e equilibrada, sem estrangulamento nem evasões, pode assegurar a dinâmica do fluxo administrativo, nos sentidos horizontal e vertical, justificando as mais modernas teorias de técnica organizacional difundidas pelos professores de administração Richard Johnson, Fremont Kas e James Resenweig, da Universidade de Washington." (ROMANELLI, 1980, p. 220)

Seguindo as mesmas influências, a estrutura do sistema deve conter o menor número de níveis de chefia e formar a cadeia de comando mais curta possível, conforme orientavam as teorias administrativas daquela época.

Em 2 de julho de 1968, o governo cria um Grupo de Trabalho para estudar, em caráter de urgência, as medidas para que se resolvesse a Crise da Universidade Brasileira. Esse

Grupo, constituído pelo Ministro da Educação Tarso Dutra, foi organizado com o objetivo de estudar a Reforma da Universidade Brasileira visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país.

O Grupo considerou que, para atingir tal objetivo, seria necessário promover uma reorganização acadêmico-administrativa do ensino superior, a ser efetivada através de:

" a) Elevação da universidade ao plano de racionalidade crítica e criadora, pela integração do Homem em determinado momento histórico, tornando a própria universidade instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento.

b) Delegação ao sistema universitário de uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional.

c) Criação de estruturas orgânicas e flexíveis em lugar de cátedras e unidades autônomas. "

(Relatório do Grupo de Trabalho, 1968)

Entre as diversas medidas práticas sugeridas pelo Grupo de Trabalho, aparecia a seguinte:

"... instituição do sistema departamental, concentrando em cada uma dessas unidades, recursos humanos e materiais relacionados à área de conhecimento respectiva."

(Idem, 1968)

A Lei nº 5.540 de 28/11/1968 e o Decreto - Lei nº 464 de 11/02/1969, propunham mudanças para o sistema universitário brasileiro, tais como:

- preferência pelas universidades em lugar de es-

estabelecimentos isolados;

- o departamento congregando disciplinas afins como a menor fração da estrutura universitária;

- a incumbência do Conselho Federal de Educação em estudar e fixar os distritos geo-educacionais para a aglutinação em Universidades ou Federação de Escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior já existentes.

No plano administrativo, previa-se que:

- os reitores responderão pelo executivo das universidades;

- a existência de um órgão central de coordenação do ensino e da pesquisa;

- para as autarquias, um Conselho de Curadores;

- nas unidades de ensino superior:

- . a figura do Diretor;

- . um Conselho Departamental, ou Congregação, com funções deliberativas;

- . um Colegiado de Coordenação Didática;

- . em todos os órgãos, representantes docentes e discentes.

A Lei da Reforma Universitária nº 5.540/68 foi aprovada, determinando que todas as universidades se adaptassem aos novos dispositivos. Esses dispositivos incorporavam dois pontos de honra defendidos pelas lutas estudantis:

1º - a extinção da cátedra vitalícia;

2º - a universidade como padrão de organização do ensino superior. (*)

(*) "Não é, pois, temerário asseverar que os documentos que definiram a política educacional brasileira tivessem seu arcabouço e suas vigas mestras nos acordos MEC-USAID, que, dessa forma deixaram de atuar de forma provisória, como estava explícito nos seus textos, para atuar de forma permanente ao lançar as bases da organização do nosso sistema de educação." (ROMANELLI, 1980, p. 225)

Em lugar de propiciar diversos padrões de organização da carreira docente, a lei extinguiu simplesmente o regime de cátedra. (*)

O que a lei previa, como sempre, não se realizou em todas as circunstâncias da vida universitária do país. As propostas de legislação, principalmente a proposta do sistema departamental, tomaram formas diferentes de estrutura e funcionamento, dependendo de um contexto dentro do qual as universidades se instalaram e viveram.

Este será o objetivo de nosso trabalho: verificar como o sistema departamental se estruturou e funciona em uma recém-criada universidade particular, a Universidade São Francisco.

(*) No Anexo I, inserido ao final desta dissertação, apresentamos o Roteiro Sintético do Pensamento do Conselho Federal de Educação, de 1962 a 1974, onde se poderá acompanhar os assuntos abordados pelo C.F.E., relacionados com a evolução da idéia de departamentalização no Brasil. Esse Roteiro foi organizado e publicado pelo Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB. O Sistema Departamental na Universidade Brasileira. Projeto MEC/SUBIN/DAU/CRUB - Volume 2, agosto de 1974

CAPÍTULO II

A DEPARTAMENTALIZAÇÃO E
AS TEORIAS ADMINISTRATIVAS

1. A Evolução das Teorias Administrativas em Educação

Tentaremos, nesta parte do trabalho, ainda que rapidamente, localizar a idéia da departamentalização entre as diferentes teorias da administração educacional. Entre as inúmeras formas de classificações existentes na bibliografia atual, utilizaremos a contribuição de dois eminentes cientistas brasileiros desta área: José Camilo dos Santos Filho e Benno Sander, considerando serem estas as abordagens do assunto mais completas que conhecemos, até o presente momento.

Segundo Sander, o Pensamento Administrativo de Sêculo XX evolui principalmente através de três grandes escolas: da Escola Clássica, da Escola Psicossocial e da Escola Contemporânea.

A tese clássica foi exposta no princípio deste século, com três movimentos representativos: a Administração Científica de Taylor, a Administração Geral de Fayol, e a Administração Burocrática de Weber. Na tentativa de sistematizar o conhecimento e o ensino da teoria administrativa, os protagonistas da Escola Clássica concebem a organização como um sistema mecânico e racional, em que a administração se orienta pelo critério da eficiência econômica, tendo sua contribuição ficado restrita aos estudos dos aspectos formais da organização.

A Escola Psicossocial foi desenvolvida no final da década de 1920, após a guerra de 1914, período de grande recessão econômica, através dos estudos das relações humanas por Mayo, Roethlisberger e Dickson, e dos estudos do comportamento administrativo, protagonizado por Barnard e Simon. Esta escola concebe a organização como um sistema orgânico e natu-

ral, em que a administração se preocupa com a integração funcional de seus elementos, levando em conta a eficácia técnica e a eficiência econômica.

Após a II Guerra Mundial, a Síntese Contemporânea tenta superar as duas orientações anteriores "à luz do critério de efetividade sócio-política, atribuindo especial atenção às variáveis situacionais do ambiente externo que afetam as organizações." (SANDER, 1982, p. 9)

Na Escola Contemporânea surgem o Desenvolvimento Organizacional de Bennis; a Administração para o Desenvolvimento de Heady e seus associados, a Ecologia Administrativa de Riggs, a Teoria da Contingência de Lawrence e Lorsh, a Ciência do "Management" de Drucker e outros adeptos, e o Desenvolvimento Institucional de Esman e Blaise.

Ao lado das teorias anteriores, pertencentes à Escola Clássica e à Escola Psicossocial, no início da década atual surgem as teorias críticas baseadas na fenomenologia, no existencialismo, no método dialético e nas abordagens de ação que têm, na relevância humana, o critério chave para orientar os atos e fatos administrativos. Estas últimas encontram-se ainda em fase de desenvolvimento.

A instabilidade econômica e política, de âmbito internacional, presente no final da década de 1970 e início de 1980, leva a novos questionamentos críticos e perspectivas teóricas no campo da administração.

Os quatro momentos vividos mundialmente pela administração das empresas, são absorvidos pela administração pública e educacional brasileira, que "acompanham, se bem que consideravelmente defasadas no tempo, o esquema evolutivo observado na Europa Continental e nos Estados Unidos da América". (SANDER, 1982, p. 10)

Após analisar novamente cada um dos quatro momentos da evolução da administração pública e educacional brasi-

leira, Sander conclui que no momento podemos delinear quatro paradigmas da administração educacional:

1. Administração para a Eficiência
2. Administração para a Eficácia
3. Administração para a Efetividade
4. Administração para a Relevância.

A eficiência, do latim *efficientia* - ação, força, virtude de produzir, "é o critério administrativo que revela a capacidade real de produzir o máximo com o mínimo de recursos, energia e tempo." (SANDER, 1983, p. 11)

A eficiência, critério central da administração clássica, está ligada à produtividade e preocupa-se em encontrar os meios e procedimentos mais adequados para alcançar os resultados previstos pelas metas, representa a racionalidade econômica. É eficiente aquele que produz o máximo com o mínimo de desperdício de custo e de esforço. Enquanto que eficiência é um assunto técnico, a eficácia é um assunto político.

A eficácia organizacional consiste na maximização de rendimento para a organização por meios técnicos, econômicos (eficiência) e por meios políticos. Eficácia significa capacidade ou potencialidade para alcançar resultados almejados.

Eficácia é o critério fundamental dos administradores não-clássicos, dos representantes da administração por objetivos, como Drucker, Odiorne e Humble. Ela busca, no desempenho administrativo, o alcance dos objetivos estabelecidos. "Para Barnard, a eficácia refere-se ao nível de desempenho administrativo na consecução dos objetivos institucionais enquanto que a eficiência se define em termos de grau de satisfação das motivações pessoais." (SANDER, 1983, p. 12)

A efetividade, do latim *efficere*, significa realizar, cumprir, concretizar. Este conceito surgiu na Administra

ção Contemporânea com a intenção de superar os conceitos de eficiência e de eficácia. É o critério central da administração para o desenvolvimento. Segundo Sander, a efetividade corresponde ao termo inglês *responsiveness* e representa a capacidade de resposta, de atendimento às exigências da comunidade externa expressas politicamente. "Em outras palavras, a efetividade é o critério de desempenho que mede a capacidade de produzir a solução ou resposta desejada pelos participantes da comunidade." (SANDER, 1983, p. 13)

Este critério pretende a promoção do desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida humana, tentando alcançar não só os objetivos organizacionais, mas outros, mais amplos, ligados aos aspectos econômicos e sociais.

O conceito de relevância, do verbo latino *relevare* - levantar, salientar, valorizar, está associado à substantividade intrínseca da administração, à sua própria razão de ser, que é o aprimoramento da qualidade de vida dos participantes do sistema educacional. Relevante é aquilo que tem valor, que realmente importa para os indivíduos e grupos que participam do sistema educacional e nele desenvolvem uma forma qualitativa de vida humana associada. Essa qualidade de vida é uma peculiaridade cultural de cada comunidade e, portanto, precisa ser respeitada.

Conforme o conceito de relevância, somente os participantes dessa comunidade podem externar, através de percepções e interpretações, o que desejam como qualidade de vida. São suas opções existenciais que vão definir o que entendem como qualidade de vida. "Nesse sentido, a relevância é um critério de desempenho filosófico e antropológico medido em termos da significância, do valor, da importância, ou da pertinência dos atos e fatos administrativos para a vida dos participantes do sistema educacional." (SANDER, 1983, p. 14).

Wittman, unificando os conceitos de efetividade e relevância, considera a Administração da Educação um ato essencialmente político. (WITTMAN, 1981, pp. 7-9)

Analisando as relações entre o desenvolvimento social e a administração educacional, SANTOS FILHO (1983) verifica que esta última pode assumir, e assume, diferentes papéis ao longo da história, e estabelece a possibilidade de existência de dois paradigmas principais:

- O primeiro deles, o paradigma que representa a Teoria Convencional, dominante na Administração Escolar, está a serviço da manutenção do *status quo* social, e funciona como um instrumento de dominação representado pelas elites sócio-econômicas detentoras do poder e repressoras.

- O segundo, o paradigma que representa uma Teoria Emergente de Administração Escolar, está a serviço da transformação e da libertação social, e funciona como instrumento de libertação a serviço do desenvolvimento social das classes oprimidas ou dominadas.

Segundo este autor, o desenvolvimento social, que depende também da democracia política, fundamenta-se filosoficamente nos direitos do homem e, estes direitos podem ser de dois tipos (segundo BROWN, 1979): direitos humanos, propriamente ditos e direitos de bem-estar social.

Os direitos humanos compreendem: 1º) o desenvolvimento pleno da própria compreensão, isto é, o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual e da sensibilidade moral do ser humano e, 2º) o direito de controlar, de participar das decisões que afetam a vida de cada um. Estes direitos são interdependentes e poderão estar presentes em qualquer instituição.

Quanto aos direitos do bem-estar social, eles incluem os direitos ao trabalho, ao salário justo, ao repouso, à assistência médica, à aposentadoria, à segurança pessoal. Nas opiniões de Maslow e Marx⁽¹⁾, estes direitos podem ser considerados pré-condições para a realização dos direitos humanos. Um dos direitos humanos mais importantes, é o que se refere à

(1) Cf. SANTOS FILHO, José Camilo dos - Administração Educacional e Desenvolvimento Social in Revista Brasileira de Administração da Educação - ANPAE, Volume I, nº 1 - Porto Alegre. Janeiro-Junho, 1983

participação no processo de tomada de decisões acerca de problemas institucionais básicos, e é importante salientar que, quanto mais permanecer a situação de conformismo às injustiças sociais, mais difícil se torna a reconquista dos direitos humanos.

Como ficam estas questões de direitos humanos e de direitos ao bem-estar social, quando se tratar de instituições educacionais?

Aqui viriam as duas posturas principais analisadas por Santos Filho, quando fala dos dois paradigmas já citados: o primeiro, que representa a Teoria Convencional, e o segundo, que representa uma Teoria Emergente de Administração Educacional.

As teorias de administração educacional que fazem parte do Paradigma Convencional, são representadas historicamente pela Administração Científica do início do século, pelas Teorias das Relações Humanas das décadas de 30 e 40, e pelo Novo Movimento da Teoria de Administração, iniciado na década de 50 e presente até nossos dias.

Todas as teorias pertencentes a este primeiro paradigma se caracterizam como um empiricismo positivista e um funcionalismo estruturalista, e os princípios metodológicos de suas investigações científicas são os mesmos das ciências físico-naturais.

Este primeiro paradigma tem sido contestado por sua limitação teórica e metodológica, por ter demonstrada a sua preocupação com a manutenção do *status quo* e, também, quanto à sua orientação conceitual, bem como nos princípios de sua pesquisa.

Conforme SANTOS FILHO (1983), as limitações de uma ciência empírico-positiva da organização e administração educacional levaram a um grande debate epistemológico e ao esboço de um novo paradigma (o 2º paradigma), mais satisfatório para a ciência educacional. Os três principais pontos básicos do debate são:

- (1) uma visão alternativa de ciência;
- (2) uma visão alternativa de trabalho do cientista e da teoria;
- (3) uma base teórica e ideológica alternativa.

A proposta deste 2º paradigma, de uma nova ciência da administração, pressupõe que o estudo da estrutura e do funcionamento de uma organização escolar e de sua função mediadora entre a esfera política e a esfera econômica e a infra-estrutura da própria escola, ambas inseridas numa sociedade, poderão chegar a desenvolver uma ciência da práxis, uma ciência que estimule a ação prática baseada na teoria. Esta ação social não poderia permanecer a serviço da manutenção do interesse de uma minoria que detém o poder num determinado momento histórico, mas deveria servir para o crescimento e o aperfeiçoamento daquilo que seria mais relevante no plano individual e social.

As organizações educacionais, entre as muitas dentro das quais passamos grande parte de nossas vidas, precisam ser democratizadas em suas estruturas internas para que, externamente, venham contribuir para uma autêntica democracia social, conquista que só pode surgir através de um povo democraticamente educado.

Democracia pressupõe participação, envolvimento, informação, sabedoria, condições que devem existir, também, e principalmente, no interior das organizações escolares.

Diante destas colocações, concordamos que a administração não pode ser entendida como uma atividade neutra e simplesmente técnica, mas, pelo contrário, é uma atividade comprometida e política e que, tanto pode colocar-se a serviço da manutenção do sistema social vigente, ou pela sua superação e transformação.

No sentido de caracterizar a nova ciência da administração, Santos Filho cita FOSTER (1980), que aponta quatro

pressuposições básicas presentes nesta proposta:

1 - O problema administrativo primordial de nosso tempo é o de assegurar igualdade de oportunidades para os indivíduos, através das organizações. Isto é verdadeiro nos campos racial, econômico e educacional.

2 - As organizações são agências mediadoras entre os indivíduos e a esfera social. Suas normas e exigências determinam o desempenho dos indivíduos e reforçam a diferenciação social.

3 - Os administradores são capazes de mudar as estruturas organizacionais de modo significativo, ou seja, são capazes de modificar as exigências que as organizações impõem aos indivíduos.

4 - O campo da administração, especialmente o da administração educacional, tem muito a se beneficiar do contato com as disciplinas sociais relacionadas (por exemplo, a Sociologia, a História, a Sócio-Linguística).

(SANTOS FILHO, 1983, p. 62)

O aprofundamento das questões ligadas às teorias das administrações em educação e à própria administração universitária, será objeto de um trabalho futuro que pretendemos realizar em outra oportunidade. No momento, procuramos limitar as considerações sobre esta temática, por razões de ordem metodológica ligadas à extensão deste próprio trabalho, acrescentando sobre o mesmo o estritamente necessário à compreensão do problema.

2. O Departamento e as Teorias Administrativas

Uma vez apresentadas, ainda que muito rapidamente, a evolução das teorias administrativas, vamos tentar agora localizar a idéia da departamentalização, que é a que mais nos interessa neste processo de desenvolvimento.

No início do século XX, até mais ou menos 1930, os autores clássicos estudam os aspectos formais da administração. Entre os temas mais estudados estão, em um primeiro momento, a administração como atividade, observação das funções dos administradores, e o conceito de processo administrativo, composto de planejamento, organização, comando, coordenação e controle.

Além destas questões, são estudados os princípios de administração, os métodos empíricos como causa do desperdício e ineficiência na administração, o ajustamento homem-máquina para conseguir maior produtividade.

Um outro problema é levantado pelos autores clássicos: a necessidade de se dividir o trabalho, que decorre da conveniência de se agruparem as tarefas homogêneas em órgãos específicos, formando uma estrutura interna que possibilite a coordenação. Essa estrutura interna é orientada pelo critério do alcance de controle e torna conveniente delegar a autoridade democrática através de níveis hierárquicos definidos. Esta hierarquia assume a forma piramidal e o poder máximo é concentrado no topo da pirâmide.

Segundo os autores clássicos, de uma experiência de longos anos na administração, podem surgir ensinamentos que seriam válidos para outros indivíduos em situações semelhantes. Diante disso, surgem os princípios, leis ou regras da ad

ministração.

Um deles é o Princípio da Divisão do Trabalho e, outro desses princípios é o do Agrupamento do Trabalho ou de Tarefa, também chamado de Departamentalização. O primeiro princípio, foi debatido pelos economistas do século XIX, principalmente por Adam Smith, em "A Riqueza das Nações", e por Charles Babbage, em "On the Economy of Machinery and Manufactures".

O princípio da divisão do trabalho foi empregado inicialmente na indústria, como um dos fundamentos do trabalho em série, mas, posteriormente, foi utilizado em outros tipos de serviços burocráticos, inclusive na Educação. Este princípio afirma que a divisão do trabalho exerce um efeito positivo sobre a eficiência do grupo, uma vez que executar as mesmas tarefas provoca maior habilidade, maior precisão, maior segurança e aumento de rendimento, pressupondo que a mudança de ocupação ou tarefas implica num esforço de adaptação que diminui a produção.

Na medida em que o trabalho encontra-se dividido, há maior necessidade de supervisão e de coordenação; aqui surge a departamentalização, que consiste no agrupamento de tarefas homogêneas.

Para corrigir os efeitos negativos da especialização e da divisão do trabalho, segundo a administração clássica, há necessidade da presença de um supervisor, ou coordenador.

Segundo a departamentalização, a eficiência de um grupo está ligada à homogeneização do trabalho executado, dos processos e métodos que utiliza e dos objetivos que o movem.

Entre os critérios utilizados para o agrupamento das pessoas na departamentalização, estão os seguintes:

1º) os objetivos que se pretendem atingir;

- 20) os processos de trabalho utilizados pelos membros do grupo;
- 30) a clientela a ser atendida;
- 40) a área geográfica;
- 50) o produto obtido.

3. O Departamento na Estrutura do Ensino Superior Brasileiro

Transferindo para a administração educacional os princípios da administração de empresas, sem considerar quão diferentes são entre si uma organização empresarial e uma organização educacional, tivemos, importada dos Estados Unidos da América, a idéia da departamentalização, que foi transferida para a universidade brasileira através de vários momentos históricos, já abordados no Capítulo I deste trabalho. Tendo como precedentes outras formas de organizações, pode-se afirmar que "O Departamento originou-se da cátedra e foi, por isso, causa e efeito de sua extinção." (CHAGAS, 1972, p.1) (*)

Para os legisladores, o departamento é um órgão de ensino e pesquisa que se estrutura para o cultivo de um determinado campo do saber. Como tal, ele se reveste de um triplice aspecto:

- É uma congregação de professores que atuam e deliberam com objetivos comuns de ensino e pesquisa (Decreto-Lei nº 252/67, Artigo 2º, § 2º).

- É um conjunto de disciplinas afins (Lei nº 5.540/68, Artigo 12º, § 3º), isto é, conjunto daqueles sub-campos em que, para efeitos didáticos-científicos, se desdobra o campo mais amplo com o qual se identificada. E, também:

- É uma unidade administrativa dotada de meios, serviços e instalações, que tornam possível o exercício de suas funções. (CHAGAS, 1972, p. 16)

Assim como a universidade representa a escola maior, o departamento representará a escola menor da própria universidade.

(*) Ver considerações já efetuadas sobre as diversas formas de organização universitária no Capítulo I (final da 1ª. parte) deste trabalho.

Ele é considerado a célula básica do organismo universitário. Operando ao mesmo tempo nos planos estrutural e funcional, o departamento é a única unidade de existência real na universidade.

O próprio departamento, que é um todo, passa a se constituir uma parte de um todo maior, que é a universidade, "o departamento é a unidade de ação mais adequada para realizar o sentido de comunidade intelectual dentro de cada área do saber." (SUCUPIRA, 1972, p. 37-64).

Tanto no que diz respeito ao ensino, como à pesquisa e à administração, o departamento reúne os docentes de uma mesma área de saber, sendo assim a menor unidade estrutural da universidade.

O departamento pode ser caracterizado como "um órgão colegiado, com um corpo deliberativo (sob a orientação de um chefe) em que deve constar a representação estudantil (Documenta, 1971, 131:223-5). Essa representação estudantil se relaciona com as disciplinas oferecidas pelo departamento, e não pelos alunos do curso. Os representantes de alunos do departamento são eleitos entre os alunos que cursam disciplinas daquele departamento.

Os departamentos são regidos por normas que devem constar dos Regimentos da Universidade.

Não deverão existir departamentos unidisciplinares ou mono-disciplinares, nem departamentos com nomes de cursos profissionais. Os departamentos abrigam disciplinas e não matérias. O número de disciplinas de um departamento não deve ser muito reduzido, nem excessivo.

Considerando que implicam alteração regimental, a transferência e a extinção dos departamentos são terão validade após aprovação pelo Conselho Federal de Educação.

Os Conselhos Departamentais caracterizam-se como

colegiados interdepartamentais.

Os departamentos são, ao mesmo tempo, instâncias deliberativas e unidades de administração, ensino e pesquisa. Eles se distinguem da Faculdade ou Escola por serem partes in divisíveis da estrutura universitária, sendo que sua indivisi bilidade corresponde: à necessidade de manter integrado o campo de estudo correspondente; ao objetivo de evitar os dis farces do reaparecimento da cátedra. Essa interpretação não invalida a existência de coordenações funcionais que poderão aparecer na estrutura universitária, coordenações que deverão ser dinâmicas, variáveis e ocasionais, de acordo com as nece sidades e imperativos surgidos na vida do ensino superior.

Quanto à sua constituição, os departamentos deverão atender aos critérios de homogeneidade e complementaridade. Participam do mesmo, todos os professores de uma mesma e determinada área do saber, independentemente da categoria que ocupam na carreira do magistério. Também participam os representantes de alunos matriculados nas disciplinas que os integram. Esses alunos são eleitos conforme orientações constantes dos regimentos das diferentes universidades.

É imprescindível que o departamento se constitua num campo coerente de estudos, por isso, as disciplinas deverão ser afins. A organização dos departamentos dependerá do modelo estrutural adotado pela universidade.

Quanto ao dimensionamento, é preciso considerar que: "O essencial é que se realize a idéia do departamento co mo comunidade intelectual atuante na base da cooperação mútua, daí porque não deve o órgão abrigar um número demasiado de pro fessores, o que iria fatalmente prejudicar-lhe a indivisi bilidade - e nem um número por demais reduzido, que impeça a rea lização basicamente comunitária." (SUCUPIRA, 1972, 27(86/87): 37-64).

O número de departamentos de uma universidade dependerá dos campos de conhecimento puro ou aplicado existentes

nas universidades.

O Decreto-Lei nº 252/67 indica dois princípios básicos para o dimensionamento dos departamentos:

- 1º - amplitude do campo abrangido;
- 2º - quantidade dos recursos materiais e humanos utilizados em seu funcionamento.

Um outro aspecto importante a considerar sobre o departamento é o que se refere à competência do departamento. Segundo a Resolução CFE nº 29/74, ela depende basicamente da estrutura universitária e deveria compreender:

- "- aprovar os programas elaborados individualmente pelos professores ou em equipe;
- apreciar a qualificação dos professores, indicando-os para as disciplinas;
- organizar turmas;
- propor contratação de professores;
- fixar condições e exigências para transferências e matrículas;
- manter o arquivamento das provas durante o período pré-estabelecido;
- realizar pesquisas;
- elaborar seus planos de ação, atribuindo encargos de ensino e pesquisa a seu pessoal, segundo suas especializações;
- indicar ao conselho departamental os professores;
- examinar e aprovar, no início de cada período letivo, a programação e o planejamento das atividades de cada professor, encaminhando-os, em seguida, ao conselho departamental;
- acompanhar a execução dos planos de ensino, com vistas à consecução dos objetivos das discipli-

nas respectivas;

- encaminhar à instância superior, ao final de cada período letivo, relatório circunstanciado das iniciativas;
- emitir pareceres sobre trancamento de matrícula, transferência e adaptação." (CRUB, 1974, 1/35 - 1/36).

As legislações pertinentes à departamentalização prevêem, também, a existência de uma chefia departamental na estrutura universitária. A primeira consideração que se faz é a de que a escolha do chefe de departamento, bem como a de seu substituto, deve recair entre os próprios eleitores.

Nos departamentos não há sub-chefes, porque não se trata de uma hierarquia. Em seus impedimentos e ausências, o chefe de departamento deve ser substituído pelo respectivo suplente, que passa a ter as mesmas prerrogativas que o chefe. "O chefe de departamento deve funcionar em tempo integral." (SUCUPIRA, 1972, 27(86/87):37-64). (*)

Entre as atribuições de um chefe de departamento, é conveniente indicar a convocação de alunos matriculados para eleição direta do representante estudantil e seus suplentes.

Na forma da lei (Artigo 2º, § 4º do Decreto-Lei nº 252/67 e Artigo 11º do Decreto-Lei nº 465/64), a chefia do departamento cabe privativamente aos professores titulares, a menos que não haja titular lotado no departamento; nessa hipótese, são elegíveis professores adjuntos ou assistentes.

Uma vez conceituado, caracterizado e dimensionado o departamento, segundo o discurso oficial, nós o estudaremos em sua realidade concreta, no Campus II da Universidade São Francisco.

(*) Citado in - CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Projeto UEC/SUBIN/DAU/CRUB - Agosto de 1974 - Volume 2, pp. 1-36

CAPITULO III

O DEPARTAMENTO NO CAMPUS II DA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

1. A Universidade São Francisco

Antes de analisarmos o Departamento no Campus II da Universidade São Francisco, objetivo deste Capítulo, vamos fornecer algumas informações sobre esta instituição como um todo.

A Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil celebrou, em 1975, seu Tricentenário de Fundação como Unidade Jurisdicionada da Ordem Franciscana no Brasil. Nesse mesmo ano, instalou-se no mundo todo o Ano Franciscano, comemorativo dos 750 anos da morte de São Francisco de Assis e, por ocasião desses dois eventos, os Franciscanos desenvolveram momentos de reflexão e revisão. Levantaram inúmeras questões sobre sua identidade e sobre o significado de sua presença em meio à Comunidade dos Homens. Entre os setores dentro dos quais atuam, estão as suas obras de educação e de assistência. Pensou-se, nessa ocasião, mais uma vez, no desenvolvimento de atividades educacionais ligadas ao nível universitário.

Estas intenções chegaram ao conhecimento do Ministério da Educação e, em fins de 1975 e início de 1976, a Casa de Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana, assumiu o compromisso e a responsabilidade de dar continuidade ao complexo de Cursos Superiores das Faculdades de Bragança Paulista, com uma comunidade acadêmica de 11.000 pessoas.

Foi iniciado o Processo de Mudança de Mantenedora dos Cursos Superiores das Faculdades de Bragança para as Faculdades Franciscanas, em 19 de maio de 1976.

Diz o Artigo 19 do Estatuto da Universidade São Francisco:

" A Universidade São Francisco - USF, mantida pela Casa de Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana, CGC nº 33.495.870/0001-38, Instituição de direito privado, de fins educacionais e assistenciais, sem objetivo econômico, ou de lucro para seus sócios, fundada no Rio de Janeiro a 31 de maio de 1945, ora com sede em Bragança Paulista, registrada sob número de ordem 02 do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, do Cartório de Ofícios e Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Bragança Paulista, é regida:

- I - pela Legislação em vigor;
- II - pelo Estatuto da Instituição Mantenedora;
- III - por este Estatuto;
- IV - pelo seu Regimento Geral;
- V - por atos normativos internos."

A Universidade São Francisco encontra-se estruturada em unidades universitárias denominadas Faculdades que, por sua vez, congregam departamentos. Ela está distribuída pelos Campos I, II e III, da seguinte maneira:

CAMPUS I, em Bragança Paulista, com as seguintes Faculdades:

- a) Faculdade de Ciências Médicas
- b) Faculdade de Direito
- c) Faculdade de Economia e Administração
- d) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- e) Faculdade de Odontologia.

CAMPUS II, em Itatiba, com as seguintes Faculdades:

- a) Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia
- b) Faculdade de Ciências Humanas.

CAMPUS III, em São Paulo, com as seguintes Faculdades:

- Faculdade de Educação, Ciências Sociais e Aplicadas.

Em cada Faculdade existe um Conselho Departamental em funcionamento, que se reúne semanal e quinzenalmente, dependendo da importância e volume dos assuntos a serem tratados. O Conselho Departamental é formado por todos os chefes de departamentos, por um representante discente, um representante da Coordenadoria de Estudos do Homem Contemporâneo e, ao mesmo tempo, da Diretoria Comunitária, um Coordenador Geral dos Estágios, representando os Supervisores de Estágios, e o Diretor da Faculdade, que é o Presidente do Conselho.

Além das Faculdades, a Universidade São Francisco dispõe dos seguintes órgãos suplementares, para coordenar e executar as atividades de ensino, pesquisa e extensão:

- I - IFAN - Instituto Franciscano de Antropologia
- II - CEAPE - Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão
- III - CEHC - Coordenadoria de Estudo do Homem Contemporâneo
- IV - CPU - Coordenadoria de Pastoral Universitária
- V - Biblioteca.

Os fins da Universidade São Francisco, expressos no Artigo 3º do Estatuto da Universidade, são os seguintes:

- " I - educar integralmente o homem;
- II - formar e aperfeiçoar educadores, profissionais e pesquisadores, conferindo, pela realização de seus cursos, habilitação profissional e concedendo graus acadêmicos nos ramos do saber que desenvolve;

- III - preparar técnicos de carreiras auxiliares;
- IV - criar condições de atualização permanente de educadores, profissionais e pesquisadores;
- V - promover a pesquisa filosófica, teológica, científica, tecnológica e cultural em geral;
- VI - atuar no processo de desenvolvimento da comunidade que vive em sua área de abrangência e influência;
- VII - ser a expressão concreta de promoção, elaboração e transmissão da cultura brasileira;
- VIII - promover a defesa do meio ambiente, com amor e respeito à dignidade de todas as criaturas;
- IX - promover a integração entre os diversos ramos do saber e o encontro entre a ciência e a fé, na investigação da verdade e na busca de soluções dos problemas humanos;
- X - levar à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, suas atividades de ensino e pesquisa;
- XI - contribuir para o fortalecimento da solidariedade entre todos os homens;
- XII - conscientizar a comunidade universitária à compreensão dos direitos e dos deveres da pessoa humana, da família, do cidadão do Estado, e dos demais grupos que compõem a sociedade.

Parágrafo Único: No desenvolvimento de suas finalidades institucionais, a Universidade São Francisco respeita os princípios de liberdade de pensamento, de ensino e de pesquisa, e os demais direitos fundamentais do homem à luz do Humanismo Cristão e da cosmovisão franciscana. "

2. O Campus II da Universidade São Francisco (*)

A pesquisa de campo que realizamos junto à Universidade São Francisco, restringiu-se ao Campus II, localizado no Município de Itatiba, interior do Estado de São Paulo, que tem como cidades vizinhas os municípios de Campinas, Amparo, Bragança Paulista e Jundiaí.

O Campus II da USF é formado pelas seguintes Faculdades:

- (A) Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia
- (B) Faculdade de Ciências Humanas.

Cada uma dessas faculdades possui um grupo de departamentos, assim distribuídos:

QUADRO 1

(A) FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA	
DEPARTAMENTO	NÚMERO DE DISCIPLINAS
Ciências Naturais	13
Matemática	21
Ciências da Computação	24
Engenharia Civil	21
Ciências da Engenharia	13
Engenharia Mecânica	21
(B) FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS	
DEPARTAMENTO	NÚMERO DE DISCIPLINAS
Psicologia	48
Educação Física	01
Ciências Sociais	29
Letras	17
Educação	18

(*) Para maiores informações sobre a USF, ver Anexos VIII e XIX que tratam do Estatuto, do Regimento e do Projeto Sócio-Educacional desta Instituição.

3. Estudo de Alguns Aspectos Estruturais do Departamento no Campus II da Universidade São Francisco

Entendemos por sistema universitário um sistema aberto que tem como principal objetivo proporcionar a educação em nível superior. Neste sistema, temos uma estrutura que representa a disposição das partes ou elementos, materiais ou não, que formam um todo organizado.

A estrutura departamental é, portanto, a maneira pela qual os departamentos estão organizados no sistema maior que é a própria universidade. Esses elementos, materiais ou não, dependem reciprocamente uns dos outros para atingir os objetivos e as finalidades da própria instituição. Daí a importância de seu estudo. "A estrutura implica, portanto, a própria textura da realidade; indica a forma como todas as coisas se entrelaçam entre si, independente do homem e, às vezes, envolvendo o homem, como no caso das estruturas sociais, políticas, econômicas, educacionais, etc..." (SAVIANI, 1978, . p.76).

3.1. Recursos Humanos ou Comunidade Universitária do Departamento no Campus II da USF

O objetivo deste capítulo, como já afirmamos, é apresentar como o conceito e a idéia de departamento se concretizam no Campus II da Universidade São Francisco.

Inicialmente, apresentaremos como o Estatuto da Universidade São Francisco, em sua Seção III - Dos Departamentos, Artigo 28, Página 16, concebe o departamento:

"O Departamento é a menor fração da estrutura da Universidade para todos os efeitos da organização administrativa e didático-científica."

O departamento tem, pois funções de natureza administrativa e de natureza didático-científica ou pedagógica, se assim quizermos denominá-las.

O Artigo 28 do Estatuto da USF apresenta sete parágrafos, dos quais neste momento citaremos apenas os três que nos interessam. Os demais serão citados quando tratarmos da chefia do departamento, no item 4.1, Capítulo III, deste trabalho.

§ 1º - O Departamento compreende disciplinas afins e congrega professores que as ministram.

A representação e a participação discentes estão previstas no Regimento Geral, Capítulo II - Do Corpo Discente - Seção II - Dos Direitos e Deveres, itens III e IV, de maneira não muito clara. O Regimento fala em órgãos colegiados, mas não especifica quais.

Na Seção III - Da Representação Discente, o Artigo 84 prevê: "O Corpo Discente tem representação com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados, na forma do Estatuto da Universidade e deste Regimento Geral."

Poderíamos dizer, portanto, que quanto à composição humana dos departamentos, estes são formados por:

1. Docentes
2. Pessoal técnico-administrativo
3. Discentes.

§ 2º - O elenco das disciplinas de cada departamento é fixado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Para melhor conhecer esse elenco de disciplinas de cada departamento no Campus II da USF, veja-se o Anexo II, ao final deste trabalho.

§ 3º - A existência de qualquer departamento deve justificar-se pela natureza e amplitude do campo de conhecimento abrangido e pelos recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.

3.1.1. Docentes

Os departamentos são compostos por docentes que poderão:

- 1º) lecionar uma única disciplina em um único departamento;
- 2º) lecionar mais de uma disciplina em um único departamento;
- 3º) lecionar várias disciplinas em vários departamentos.

Entre os professores pesquisados encontramos:

	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> (*)
. Professores que pertenciam a um único departamento	13	61,90
. Professores que pertenciam a dois departamentos	05	23,80
. Professores que pertenciam a três departamentos	03	14,30
TOTAL	21	100,00

Hã disciplinas que são ministradas em todo o campus por um único professor. Hã disciplinas que são ministradas por vários professores, exigindo, neste caso, um planejamento integrado já a nível de disciplina.

Uma questão que nos interessou durante a pesquisa, foi saber dos professores pesquisados se o número de pessoas no departamento é um fator que exerce alguma influência sobre o funcionamento do mesmo.

A esse respeito, as opiniões ficaram bem divididas: 52,39%, ou seja, 11 professores, consideraram que sim, enquanto 42,85%, ou seja, 9 professores, consideraram que o número de professores no departamento não exerce influência sobre o funcionamento do mesmo; 4,77%, ou seja, 1 professor, não respondeu à pergunta.

(*) Para entender como foram calculadas as porcentagens, ver Introdução - Metodologia da Pesquisa, na primeira parte deste trabalho e anexos já citados anteriormente.

Os 9 (nove) professores que responderam "NÃO EXERCE INFLUÊNCIA" sobre o funcionamento, justificaram que *"a relação não é meramente quantitativa, as personalidades dos componentes são mais importantes que o número; importante são as decisões a serem tomadas; a filosofia do grupo é que é importante; a participação importa mais."*

Os 11 (onze) professores que responderam: "SIM, EXERCE INFLUÊNCIA" sobre o funcionamento do departamento, justificaram assim: *"quanto menor o número de professores no departamento, maior é a articulação entre os membros, mais fácil para discutir e resolver os problemas, menor é a dispersão, maior é a participação, melhor é o trabalho de equipe."*

Segundo o parecer da maioria dos professores, o número ideal para a composição de um departamento seria de 15 a 20 elementos.

Analisando a composição dos departamentos no Campus II da USF, poderemos constatar que a realidade não atende à esta expectativa de um número ideal de docentes em cada departamento. Há departamentos, como é o caso da Psicologia, com 48 disciplinas e 29 professores, que precisaria ser subdividido e, há o caso de departamentos que são monodisciplinares, como é o caso de Educação Física, cuja existência talvez se justifique como isolado, em função do número de alunos que atende (todos os alunos, de todos os cursos) e, em função de que, apesar de ser monodisciplinar, desenvolve múltiplas atividades no Campus e junto à comunidade Itatibense (ver Quadro 1).

Importante e interessante notar que, segundo os professores, o número é menos importante que as personalidades que o compõem, que as decisões tomadas, que a participação do grupo, que a filosofia de trabalho do grupo. Os professores revelam uma percepção que coincide com a de Charles P. Dennison (1955), quando afirma: "O bom ou mau funcionamento do regime departamental depende essencialmente, não dos regulamentos e sim de fatores pessoais." ⁽¹⁾ A influência do número

(1) DENNISON, Charles P. - Faculty Rights and Obligations - Teacher's College - 1955. Citado in Documenta nº 12, março 1963, p. 11

de componentes no departamento não é decisiva nem fundamental, é relativa. Se houver participação de todos, o número terá um aspecto secundário.

A divisão do trabalho e o agrupamento de tarefas dos intelectuais na questão da departamentalização, foi copia da das idéias de organizações empresariais e adaptadas à vida universitária, primeiramente nos Estados Unidos, segundo a opinião do professor harvardiano Francis M. Rogers, em conferência pronunciada no Brasil em 1950, e cujo conteúdo foi atualizado em 1960.⁽²⁾ Nos Estados Unidos, o departamento visava resolver, principalmente, os problemas ligados à numerosa corporação docente existente nas universidades norte-americanas e, posteriormente, ele foi implantado na realidade educacional brasileira. É uma idéia que não depende das "divisões" efetivadas, propriamente ditas, mas das características dos elementos humanos que compõem estas divisões.

Rocha e Silva confirma esse raciocínio quando afirma: "Para isso é indispensável que o clima que se respira dentro do Departamento seja o de harmonia e da colaboração, e que muitos trabalhem para as realizações comuns no Departamento. E isso, senhores, que ouvem pela experiência de um milênio nas universidades do mundo civilizado, só pode ser obtido pelo trabalho construtivo e organizado da pesquisa, seja ela nas ciências, nas letras ou nas artes."⁽³⁾

Um aspecto que consideramos também importante, e que assinalamos como positivo na USF, é o seguinte: a qualidade de ensino decorrente do trabalho com turmas menores é preservada, uma vez que a mesma disciplina, quando existente em diversos cursos, é desenvolvida em turmas diferentes (não há reunião de todos os alunos de todos os cursos em uma única turma de uma mesma disciplina). Desse modo, um dos princípios econô

(2) Cf. ALMEIDA JUNIOR, A. - Conselhos Departamentais e Departamentos - Estudos Especiais. Documenta nº 12, Março de 1963. p. 10

(3) SILVA, Maurício Rocha e - "Repercussões da L.D.B. sobre a Organização do Ensino Superior" - Documenta nº 138, p. 19 - Citado por CHAMLIAN, Coharic in O Departamento na Estrutura Universitária - São Paulo, 1977 - Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação - USP. São Paulo

micos inspiradores da legislação pertinente aos departamentos: "plena utilização de seus recursos humanos e materiais, vedada a duplicação de meios para fins idênticos"⁽⁴⁾, no que diz respeito às turmas menores em função de uma melhor qualidade de ensino, deixa de ser cumprido para benefício do próprio processo ensino-aprendizagem.

Um outro detalhe que gostaríamos de ressaltar é que, na USF não há reminiscências da "cátedra", uma vez que, considerando-se o ano em que foi instalada a Universidade, ela já nasceu sob a vigência da departamentalização e não da cátedra, instituição que, nas universidades mais antigas, ainda se constitui um problema.

Na Universidade São Francisco, tenta-se vivenciar o princípio da co-responsabilidade entre os membros do departamento no processo de tomadas de decisões, com a participação de todos os membros que o integram.

3.1.2 Pessoal Técnico e Administrativo

Os departamentos dispõem de um Setor de Apoio para cada faculdade. Nesse Setor de Apoio há uma secretária comum para todos os departamentos.

Os departamentos utilizam, também, os recursos humanos comuns a todos os setores da faculdade, como por exemplo: Secretaria Geral, Protocolo, Tesouraria, Serviço de Xerox, Biblioteca, Diretoria Comunitária, Almoxarifado, Oficinas, Diretorias de F.C.H. e da F.C.E.T., Laboratórios de Biologia, Química, Física e Engenharia, Laboratórios de Psicologia Experimental, Setor de Audiovisuais, Setor de Apoio, Setor de Limpeza e Manutenção, Laboratório de Línguas, Sala de Estudos para Estudos Sociais e Letras, Centro de Psicologia Aplicada compreendendo: Centro Comunitário, Quadras Esportivas, Clínica de Psicologia (clínica, hospitalar, comunitária, de ludoterapia)

(4) Decreto-Lei nº 53/66, Artigo 1º

pia, escolar), Sala de Professores e Chefes de Departamentos.

Durante a pesquisa, um dos aspectos estudados referia-se à questão dos recursos humanos, técnicos e administrativos da instituição colocados a serviço dos departamentos serem ou não suficientes ao atendimento desses mesmos departamentos. A maioria dos professores pesquisados (57,14%, ou seja, 12 professores) responderam afirmativamente; 14,29% (três professores) responderam que os recursos disponíveis não são suficientes, e 28,57% (6 professores), não responderam à questão.

Ainda dentro do aspecto dos recursos humanos necessários ao melhor funcionamento dos departamentos, obtivemos as seguintes respostas:

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
. Não há necessidade de recursos humanos	06	28,58
. Há necessidade de recursos humanos	06	28,58
(secretárias, monitores remunerados, funcionários para produção de materiais didáticos)		
. Não indico os recursos porque desconheço o departamento	03	14,28
. Há necessidade de uma política de valorização de recursos humanos na USF	01	4,76
. Em branco	05	23,80
TOTAL	21	100,00

A fala dos professores revela, em primeiro lugar, um desconhecimento dos órgãos departamentais, principalmente quanto à sua estrutura e ao seu funcionamento. O grande problema em relação aos recursos humanos técnico-administrativos não é quantitativo, mas qualitativo. Os mesmos elementos, as mesmas pessoas, poderiam ter um desempenho melhor se fossem mais valorizadas, tanto no que diz respeito aos salários e promoções, como em uma constante preparação, pois a evasão entre os funcionários mais qualificados se dá em virtude das condições salariais insatisfatórias.

Este fato não é novo - ocorre desde o início da existência da Instituição, quando os mantenedores eram outros. Há necessidade de recursos humanos técnico-administrativos melhor preparados para as diferentes funções e serviços, pois a mobilidade contínua acarreta uma série de prejuízos para a Universidade e para o funcionamento dos Departamentos.

3.1.3. Discentes

Os departamentos incluem, ainda, a representação de alunos que são eleitos por seus pares em eleições diretas. Durante a pesquisa com os professores, procuramos saber o seguinte:

Pergunta: - Como tem sido a participação dos alunos nas reuniões dos departamentos, em termos de contribuições?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Os alunos participam e contribuem propondo soluções para os problemas apresentados, avaliando cursos e professores, escolhendo docentes, defendendo seus interesses	10	47,62
- Os alunos não participam da vida departamental	06	28,58
- Em branco	05	23,80
TOTAL	21	100,00

Pergunta: - Como os alunos poderiam participar mais efetivamente da vida dos departamentos?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Os alunos poderiam participar melhor, tendo mais representantes, comparecendo às reuniões, dando sugestões, sendo estimulados para isso, trazendo idéias	15	71,42
- Em branco	06	28,58
TOTAL	21	100,00

Entre os professores pesquisados, apenas dois souberam responder à questão "Quantos alunos são atendidos pelo seu Departamento?". Os demais desconhecem o número de alunos atendidos pelo Departamento.

Para podermos conhecer com maior segurança o pensamento dos alunos em relação às suas expectativas quanto aos departamentos e, conseqüentemente, em relação aos professores e à própria Universidade, aplicamos um questionário entre os mesmos, que será apresentado no Capítulo IV, juntamente com as respostas e as análises sobre esse questionário.

3.2. Recursos Materiais

Como vimos no Parágrafo 3º do Artigo 28 da Seção III - Dos Departamentos, do Estatuto da Universidade São Francisco, a "existência de qualquer departamento deve justificar-se" também pelos recursos materiais "necessários ao seu funcionamento."

Alguns são de uso comum a todos os departamentos, como por exemplo, a Biblioteca e o Setor de Audiovisual. Dependendo das necessidades específicas dos cursos e dos departamentos, há laboratórios e materiais próprios de cada departamento.

Para podermos avaliar como os professores, chefes de departamento e diretores, sentem a questão dos recursos materiais no departamento, fizemos a seguinte pesquisa:

Pergunta: De que recursos o seu departamento dispõe ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Não tenho conhecimento	07	33,33
- Materiais de uso comum (salas, livros de ata)	07	33,33
- Materiais de uso específico (laboratório de Matemática e de Computação, quadras, salão de ginástica, material esportivo)	05	23,80
- Há poucos recursos	01	4,77
- Todos os recursos materiais da Faculdade podem ser usados pelos Departamentos	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Pergunta: Assinale os recursos materiais que o seu Departamento necessita para funcionar melhor.

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> (*)	<u>Porcentagem</u> (**)
- Não sei	10	47,61	30,30
- Materiais de uso específico a cada departamento (iluminação de quadras, alambrado nas quadras, vestiários, barras na parede, chuveiros nos vestiários, livros e revistas na Biblioteca)	12	57,14	36,37
- Materiais de uso comum a todos os departamentos (mimeógrafo, salas, papel, stencil, xerox, filmoteca, video-cassette)	08	38,09	24,24
- É preciso maior autonomia no uso dos materiais	02	9,52	6,06
- Não necessitamos de recursos materiais	01	4,76	3,03
TOTAL	33	>100,00 (***)	100,00(****)

Durante a pesquisa, foram utilizadas perguntas como esta, do tipo ALTERNATIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA (A. M. E.), cujo número de respostas pode ser menor, igual, ou maior que o número de respondentes, uma vez que um único respondente pode dar mais de uma resposta. Nesses casos, a soma das porcentagens referentes ao número de respostas obtidas pode ser menor, igual, ou maior que 100.

Ainda dentro do tema "Recursos Materiais", uma outra questão foi formulada:

Pergunta: O seu departamento dispõe de verbas para cobrir suas despesas?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Sim	06	28,58
- Não	03	14,28
- Não sei	05	23,80
- Em parte	01	4,76
- Em branco	06	28,58
TOTAL	21	100,00

(*) onde N = total de respondentes sempre = 21 (neste questionário)

(**) onde N = total de respostas obtidas. Nesta pergunta N = 33.

(***) O total da soma das porcentagens nesta coluna é > que 100,00 porque o número de resposta é > que o número de respondentes.

(****) Utilizaremos duas colunas de porcentagem somente nos casos em que o número de respondente for ≠ (diferente) da soma total das respostas.

Pelas respostas obtidas, percebe-se claramente que a disponibilidade de verbas para cada departamento é bastante diferenciada, existindo essa disponibilidade para alguns departamentos e para outros, não.

Pergunta: Como são previstas estas verbas?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- "Não sei"	06	28,58
- "Através de orçamento prévio anual"	08	38,09
- Em branco	07	33,33
TOTAL	21	100,00

Pergunta: As verbas têm sido suficientes?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- "Sim"	05	23,80
- "Não"	03	14,29
- "Não sei"	06	28,58
- Em branco	07	33,33
TOTAL	21	100,00

Pergunta: De onde procedem estas verbas?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- "Não sei"	06	28,58
- "Da administração superior"	03	14,29
- "Da Mantenedora"	05	23,80
- Em branco	07	33,33
TOTAL	21	100,00

Observando as respostas dos professores, é importante notar que um número significativo deles desconhece tanto quais os recursos à disposição dos mesmos, nos departamentos, como quais os recursos materiais que os departamentos poderiam possuir.

A percepção dos alunos em relação à falta de recursos materiais e audiovisuais, tanto de uso comum como espe

cífico, é mais evidente que a dos professores, como veremos mais adiante. Os recursos audiovisuais não iriam substituir o trabalho do professor, mas ajudariam o mesmo a desenvolver melhor o processo ensino-aprendizagem. O mesmo pode-se dizer em relação a uma biblioteca diversificada e melhor equipada.

A questão do orçamento da Instituição e da existência e distribuição das verbas, também parece ser, pelos dados da pesquisa, um tema pouco conhecido dos docentes, uma vez que os mesmos não têm acesso às informações que permitam conhecer o referido orçamento.

3.3. Local Físico (Espaço Físico)

Assim como pertencem aos Departamentos, para uso, todos os recursos materiais da Instituição, poderíamos dizer que também os espaços físicos pertencem, em tese, a todos os departamentos. Mas, há espaços específicos e próprios de cada departamento e é sobre eles que vamos refletir.

Procuramos saber dos professores, o seguinte:

Pergunta: A existência de um local físico para o funcionamento do Departamento é importante?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Sim	17	80,96
- Não	02	9,52
- Em branco	02	9,52
TOTAL	21	100,00

O "SIM" é justificado porque: *facilita a concentração dos membros do departamento; a sede é necessária, define a relação entre o portador do problema e o local da solução; facilita o entrosamento entre os membros do departamento; a chefia, além de tempo para trabalhar, precisa de espaço; facilita a comunicação entre os membros; de certo modo, o espaço físico objetiva os departamentos*".

O "NÃO" é justificado da seguinte forma: *"Não é o espaço físico que justifica o bom funcionamento do departamento"*.

Consideramos que o espaço físico constitui um meio e uma condição importante para o funcionamento das diferentes atribuições dos departamentos, facilitando o alcance dos objetivos departamentais e da própria universidade.

Uma outra questão que foi colocada aos professores sobre o espaço físico, foi a seguinte:

Pergunta: Quais os espaços físicos que você julga fundamentais para o funcionamento de seu departamento ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Uma sala para reuniões	07	33,33
- Uma sala para a chefia	06	28,57
- Salas para os professores e supervisores	04	19,04
- Local para guardar materiais produzidos por alunos e professores	01	4,77
- Espaços existentes suficientes para desenvolver nosso trabalho: sala, quadras, salão de ginástica, vestiários	02	9,52
- Em branco	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Considerando que o Departamento, na Universidade, deveria ser um "órgão de ensino e pesquisa que se estrutura para cultivo de um determinado campo do saber", como tal, ele se reveste de um tríplice aspecto:

.. é uma congregação de professores que atuam e deliberam com objetivos comuns de ensino e pesquisa (Decreto-Lei 252/67 - Artigo 2º, § 2º);

.. é um conjunto de disciplinas afins (Lei 5.540/68, Artigo 12, § 3º), isto é, conjunto daqueles subcampos em que, para efeitos didáticos-científicos, se desdobra o campo mais amplo com o qual se identifica;

e, também,

.. é uma unidade administrativa dotada de meios — serviços e instalações — que tornam possível o exercício de suas funções. (CHAGAS, 1972, p. 16)

Poderemos deduzir, então, que a existência da espaços físicos para os departamentos e para o desenvolvimento de suas atividades, é um fator muito importante, que poderá facilitar ou dificultar o desempenho dos próprios departamentos.

A sala para reuniões poderia ser de uso comum dos vários departamentos, desde que tenham sua utilização adequadamente programada. Os professores que estejam ocupando cargos de chefia, precisam de uma sala para guardar seus materiais de estudos pessoais, documentos do departamento, materiais de alunos, produzidos e utilizados pelo departamento.

Além desses espaços, são necessários outros, para uso comum de todos os cursos dos departamentos. Os espaços são necessários para facilitar as possibilidades de ensino, pesquisa e extensão na universidade e para que os departamentos realizem com maior facilidade as suas atribuições, tanto administrativas como pedagógicas.

3.4. Carreira Universitária

Na Universidade São Francisco existe um Quadro de Carreira Docente que, no momento, encontra-se em fase de reestruturação; há um ante-projeto que foi distribuído a todos os interessados para que estudem e apresentem sugestões de aperfeiçoamento.^(*)

O anseio sobre esta reestruturação da carreira vem sendo manifestado por diversas formas, na vida universitária: nas conversas informais, através de movimentos de mobilização e paralização da classe docente, e negociações por parte dos docentes e da mantenedora.

Nos quatro últimos anos (1984 até início de 1987) os movimentos da classe docente e as paralizações ocorridas demandaram, entre outras reivindicações, a reestruturação da carreira.

(*) Ver Anexo III - Regulamento do Magistério Superior

As paralizações ocorreram sempre e somente no Campus II de Itatiba, pois o de São Paulo e o de Bragança Paulista não têm participado dos citados movimentos. Isto talvez se explique pelos seguintes fatores: maior politização do Campus II de Itatiba, uma maior aproximação dos docentes do Campus I e do Campus III com a entidade mantenedora, o que permite uma série de diálogos entre os professores e o grupo mantenedor, não tendo os professores, então, necessidade de chegar a tê aos comportamentos de protesto, como acontece no Campus II.

Um outro aspecto importante que se observa é que no Campus II, o grupo de professores é formado por elementos que vivem exclusivamente do magistério e dele dependem para sua sobrevivência, enquanto que nos demais campi, pelo menos parte dos docentes sobrevive através de outras profissões muito melhor remuneradas, como Medicina, Advocacia, Administração de Empresas, por exemplo.

Para a comprovação destas hipóteses, talvez convenha aqui um estudo comparativo do comportamento docente frente às reivindicações envolvendo os três campi.

O Quadro de Carreira Docente atualmente em vigor, bem como as condições de admissão, promoção e dispensa dos docentes, é regulamentado pelo Regimento Geral da Universidade e pelo Regulamento do Magistério da Universidade.

O Regimento Geral, em seu Título IV - Da Comunidade Acadêmica - Capítulo I - Do Corpo Docente, e § 1º do Artigo 76, prevê os seguintes níveis de professores:

- I - Professor Auxiliar
- II - Professor Assistente
- III - Professor Adjunto
- IV - Professor Titular

O Regimento Geral prevê, ainda, a contratação de "Professores Visitantes" (Parágrafo 2º), a indicação de Monitores (dentre os alunos) e de Instrutores (dentre os graduados) - Parágrafo 3º.

A admissão dos professores é feita segundo o Artigo 74, que reza:

Artigo 74 - O Pessoal do Corpo Docente é admitido pela Instituição Mantenedora, através de contrato de trabalho, aplicando-se a legislação referente ao Regimento e ao Regulamento do Magistério da Universidade, obedecendo à seguinte trmitação:

- I - O Diretor da Unidade indica ao Reitor nomes de professores a serem contratados, ouvido o Departamento;
- II - As Pró-Reitorias dão pareceres sobre o professor indicado, cada uma no âmbito de suas competências;
- III - O Conselho Universitário dá parecer conclusivo sobre a aceitação do professor.

§ Único - Em caso de urgência, o Reitor pode dar parecer conclusivo *ad referendum* do Conselho Universitário.

As cargas horárias dos contratos são as mais di-

versas. Hã contratos do tipo horista, de tempo parcial e de tempo integral.

De uma maneira geral, o Departamento, ao fazer a indicaçãõ dos professores ao Diretor da Unidade e, este, ao Reitor, leva em conta o *curriculum vitae* do candidato, realiza entrevista com o mesmo e, muitas vezes, solicita-lhe um ante-projeto de seu trabalho na Instituiçãõ.

As expectativas dos professores em relaçaõ ao Quadro de Carreira Docente e questões correlatas, poderãõ ser avaliadas segundo as seguintes colocações expressas no questionário.

Expectativas - em relaçaõ ã carreira docente:

	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- "A USF deve adotar um plano de valorizaçãõ do corpo docente e esta questãõ inicia-se pelo nível salarial"	06	28,57
- "Deve ser pensada uma nova reestruturaçãõ de carreira"	06	28,57
- "Devem ser pensados os pagamentos de quinquênios e de auxílio viagem	06	28,57
- Em branco	03	14,29
TOTAL	21	100,00

No momento em que estamos realizando a redaçaõ final deste trabalho, constatamos que grande parte destas solicitações já estãõ sendo atendidas.

A pesquisa procurou conhecer as expectativas dos professores em relaçaõ ao departamento, e obtivemos as seguintes colocações:

Expectativas - em relação ao departamento:

	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- "Que ele funcione como um órgão deliberativo e não apenas consultivo, e seja dotado de maior autonomia"	04	19,04
- "Que se caracterize por um trabalho em equipe, por ser um órgão colegiado de convivências profissionais"	08	38,09
- "Que ele seja um órgão de apoio, cooperação, incentivo"	04	19,05
- "Que haja coordenação de esforços, no sentido de resolver os problemas dos alunos e proporcionar um ensino de qualidade"	04	19,05
- Em branco	01	4,77
TOTAL	21	100,00

No Capítulo I - Do Corpo Docente, do Título IV - Da Comunidade Acadêmica, diz o Artigo 73:

"O Corpo Docente é constituído de professores que, além de reunirem qualidades de educador e de pesquisador, assumam o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados no Estatuto da Universidade.

Parágrafo Único - Ressalvada a autonomia científica e o pluralismo compatível com os ideais e princípios da Universidade São Francisco, são estabelecidos como critérios relevantes para o recrutamento, admissão e dispensa dos membros do Magistério Superior, os valores morais, a afinidade com os objetivos sócio-educacionais e a perspectiva cristã que caracterizam a origem e a identidade da Instituição."

O número atual de professores existentes no Campus II da USF, enquadrados nas respectivas categorias do Qua-

dro de Carreira Atual, está assim distribuído (*):

Professores Titulares	16
Professores Adjuntos	15
Professores Assistentes III	04
Professores Assistentes II	04
Professores Assistentes I	35
Professores Auxiliares	40

A Universidade São Francisco, instalada após a vigência da Lei 5.540/68, jamais possuiu a figura do Catedrático. A USF já foi instalada com uma carreira docente semelhante à atual, e que foi descrita anteriormente neste trabalho.

Os movimentos reivindicatórios dos últimos quatro anos vêm pleiteando as seguintes proposições:

- . ajuda de custo para viagens e diárias;
- . quinquênio para professores de todas as categorias;
- . plano de revalorização da carreira docente;
- . plano de reposição salarial;
- . criação da ADUSF - Associação de Docentes da USF;
- . maior respeito aos departamentos;
- . maior autonomia do departamento quanto às questões de admissão e demissão dos professores.

Alguns destes itens já foram alcançados, como por exemplo:

- . concessão do pagamento de quinquênios;
- . pagamento de auxílio-viagem (um grande número de professores procede de outros municípios, como São Paulo, Campinas, Jundiaí, Limeira), pois lecionam em outras faculdades e universidades, tanto públicas como particulares, ou em outros graus de ensino;
- . equiparação das horas-aulas às horas-atividades;

(*) Ver Anexo III ao final deste trabalho.

- . organização de uma Comissão de Docentes dos três campi: Bragança Paulista, São Paulo e Itatiba, para estudar assuntos do interesse do Corpo Docente e do Corpo Social da Universidade, problemas comuns a todos.

Através das reuniões da referida Comissão com a Administração da Universidade, diversas questões vêm sendo debatidas. Todavia, a conjuntura econômica-política-social de toda a nação, neste momento da vida nacional, tem também, de fato, dificultado a soluções de muitas das questões em discussão.

4. Estudo de Alguns Aspectos Funcionais do Departamento no Campus II da Universidade São Francisco

4.1. A Chefia do Departamento

O primeiro dos aspectos funcionais estudado foi a Chefia dos Departamentos. No Artigo 28, Parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º do Estatuto da Universidade São Francisco, estão previstos os seguintes aspectos:

§ 4º - O Chefe de Departamento é designado pelo Reitor, mediante lista tríplice organizada pelo Departamento, dentre seus professores, segundo critérios fixados pelo Conselho Universitário e tem mandato de 2 anos, permitindo a recondução.

§ 5º - O Chefe de Departamento terá o término de seu mandato antecipado nas hipóteses de extinção, fusão ou desmembramento de Departamentos, ou na hipótese da perda da condição de professor.

§ 6º - O Chefe de Departamento pode ser destituído de seu cargo pelo não cumprimento de suas funções, pelo Reitor.

§ 7º - Na hipótese de vacância do cargo de Chefe de Departamento, a chefia é exercida temporariamente pelo professor designado pelo Diretor, dentro os que integram o Departamento, até que se dê o preenchimento pela forma prevista neste artigo.

O Artigo 30 prevê as atribuições do Chefe do Departamento:

"São atribuições do Chefe de Departamento:

I - Convocar e presidir as reuniões dos departamentos;

- II - designar professor para secretariar os trabalhos das reuniões do Departamento;
- III - coordenar os trabalhos dos membros do Departamento;
- IV - encaminhar ao Diretor, para ser submetido ao Conselho Departamental, matéria que deva ser apreciada por este Colegiado;
- V - encaminhar ao Diretor, expedientes ou representações que devam por ele ser apreciados;
- VI - apresentar ao Diretor, no prazo que for por este fixado, relatório das atividades do Departamento;
- VII - auxiliar o Diretor na fiscalização da observância do regime escolar e do cumprimento dos planos de ensino e dos demais planos de trabalho;
- VIII - adotar, em casos de urgência, *ad referendum* do Departamento, medidas que se imponham em matéria de competência deste Colegiado;
- IX - responsabilizar-se pelo material que estiver sob sua guarda;
- X - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e do Regimento Geral, do Regulamento do Departamento e as deliberações dos órgãos colegiados;
- XI - exercer outras atribuições que, pela sua natureza, recaiam dentro de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelo Diretor, ou pelos demais órgãos superiores."

Através da pesquisas com os professores e chefes de departamento, foi tentado o levantamento das reais atribuições de um chefe de departamento e foi possível constatar o seguinte: além das atividades previstas pelo Regimento, muitas vezes, pela força das circunstâncias, o chefe de departamento realiza ainda outras, não previstas.

As respostas obtidas com relação às reais atribuições de um chefe de departamento do Campus II da U.S.F. estão relatadas a seguir.

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>	<u>Porcentagem</u>
- Em branco	06	28,57	24,00
- Convocar, presidir e coordenar reuniões	05	23,80	20,00
- Encaminhar ao diretor matéria a ser apreciada, bem como relatórios das atividades dos departamentos	03	14,28	12,00
- Coordenar o curso onde existe maior número de disciplinas do departamento e administrá-lo	02	9,52	8,00
- Auxiliar o diretor na observação do Regimento Escolar	02	9,52	8,00
- Supervisionar e orientar atividades desenvolvidas pelos professores	02	9,52	8,00
- Coordenar a área pedagógica e a de atividades	02	9,52	8,00
- Participar das reuniões do Conselho Departamental, que são quinzenais, e daquelas de emergência	01	4,76	4,00
- Manter o Departamento unido e seguindo a filosofia da Universidade	01	4,76	4,00
- Não tenho idéia formada	01	4,76	4,00
TOTAL	21	119,01	100,00

O número de questões em branco revela o desconhecimento, por parte dos respondentes, das atribuições do chefe de departamento.

Para desincumbir-se das atividades, são atribuídas aos chefes de departamentos, um mínimo de quatro e um máximo de oito horas semanais. Esse número - de 4 a 8 horas - é considerado irrisório e insuficiente para o cumprimento das obrigações junto ao departamento. Para se ter idéia do problema, citamos um fato esclarecedor: durante o ano de 1987, por solicitação dos alunos e da direção da Faculdade, um grupo de professores, inclusive chefes de departamento, realizou diversas reuniões para a Formulação de Objetivos Gerais, de Objetivos Específicos e da definição do Perfil do Profissional que se deseja formar em cada curso. A partir deste trabalho inicial, foi reestruturado o currículo dos cursos de Psicologia, Letras e Estudos Sociais (agora História e Geografia). Em seguida, foram revistos os programas de cada componente curricular dos cursos. Para a efetivação das referidas tarefas, foram realizadas, somente em relação ao curso de Psicologia, cerca de 20 reuniões, com duração de 3 a 4 horas sema

nais cada uma, o que vem comprovar a necessidade de contratos de trabalho mais condizentes com as necessidades apresentadas.

Além das atividades de chefia, propriamente ditas, os chefes de departamentos desenvolvem normalmente outras atividades nas faculdades, tais como, docência, supervisão de estágios, coordenação de cursos, pesquisas, coordenação de projetos, atividades administrativas.

Durante a pesquisa, foi investigada a questão da liderança dos chefes, através da seguinte pergunta:

- Os chefes de departamentos exercem algum tipo de liderança ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Sim	12	57,14
- Em branco	06	28,58
- Deveriam fazê-lo	01	4,76
- Alguns sim, outros não	01	4,76
- São escolhidos a partir da liderança	01	4,76
TOTAL	21	100,00

Quanto ao tipo de liderança exercida, foram obtidas as seguintes respostas, atendendo à classificação de REZENDE (1982, p. 16):

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Liderança "laissez faire"	0	0
- Liderança autoritária (autocrática)	0	0
- Liderança democrática	12	57,15
- Em branco	07	33,33
- Depende de cada um	02	9,52
TOTAL	21	100,00

Os chefes de departamento são escolhidos através de uma lista tríplice que é apresentada ao Reitor da Universidade e este é quem irá designá-los.

Além das atividades previstas pelo Regimento, nor

malmente pela força das circunstâncias, o chefe de departamento acaba realizando outras atividades não previstas, como é o caso, por exemplo, da coordenação de cursos, uma vez que não existem professores designados especialmente para esta função, que julgamos de enorme necessidade na Instituição. Uma outra função dos chefes de departamentos é a de representar o departamento em reuniões, como por exemplo, as cerimônias de formatura, participação quinzenal nas reuniões do Conselho Departamental, análise de currículos nos processos de transferência de alunos, participação em grupos de estudos de currículos, comissões formadas em função de algum problema a ser resolvido com urgência.

Quanto ao tipo de liderança exercida pelos chefes de departamentos, estão ausentes as lideranças do tipo autocrático (autoritário) e "laissez-faire", como o demonstra o questionário.

Os chefes são escolhidos exatamente pela conduta democrática no interior da Universidade. Seria interessante lembrarmos aqui as seguintes considerações sobre a questão da liderança: "À luz destas considerações é que podemos evocar a distinção conhecida de todos entre três tipos de líderes, a partir da maneira como exercem seu papel: líderes democráticos, autocráticos ou 'laissez-faire'. Os democráticos são aqueles que mais perfeitamente se entrosam com o grupo, sabendo manter um equilíbrio entre os aspectos pessoais e os sociais, entre a emoção, a inteligência e a práxis, entre a consulta, a decisão e a execução." (REZENDE, 1982, p. 16)

"O líder autocrático reforça sua liderança em detrimento da participação grupal nos três níveis que acabamos de mencionar. Ao contrário, o líder 'laissez-faire' permite o aumento da pressão do grupo sobre ele, em detrimento de sua função de liderança e de suas qualidades próprias." (REZENDE, 1982, p. 16)

4.2. Atribuições de Natureza Didático-Científica (Pedagógica) e de Natureza Administrativa nos Departamentos

O Artigo 29 da Seção III - Dos Departamentos, do Estatuto da Universidade São Francisco, indica as principais competências administrativas e pedagógicas do departamento.

Diz o Artigo 29:

" Compete a cada Departamento:

- I - zelar pela execução das atividades e dos planos de ensino das disciplinas que o integram;
- II - apresentar proposta para aquisição de material bibliográfico;
- III - dar parecer sobre ementas e planos de ensino das disciplinas;
- IV - propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino;
- V - dar parecer na indicação de docentes;
- VI - dar parecer na dispensa de docentes, quando o motivo for de natureza didático-científica;
- VII - elaborar a lista triplíce para a nomeação do seu chefe pelo Reitor;
- VIII - exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Estatuto, no Regimento Geral da Universidade e no seu Regulamento."

Esta competência prevista fica mais clara à medida em que procuramos saber exatamente como funcionam os departamentos, através da pesquisa junto aos professores.

Foi perguntado:

- Como você vê esse funcionamento ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Percent.</u> %	<u>Percent.</u> %
- Através do desenvolvimento de projetos de Extensão Universitária	13	61,70	18,30
- Através do dinamismo, bom entendimento e participação de alunos, da chefia e de parte dos professores	11	52,38	15,49
- Através do desenvolvimento de atividades de ensino	09	42,85	12,67
- Através das reuniões	09	42,85	12,67
- Através do trabalho da chefia do departamento	05	23,80	7,05
- Através do desenvolvimento de atividades de pesquisa	04	19,04	5,64
- Através do desenvolvimento de atividades científicas e culturais: seminários, palestras, semanas culturais (de Letras, Estudos Sociais, Engenharia, Psicologia, Matemática, História, Geografia	04	19,04	5,64
- Através das atividades de Planejamento, tomada de decisões, coordenação	04	19,04	5,64
- Através da atualização dos docentes	04	19,04	5,64
- Através da elaboração de revistas com artigos de natureza científica, nas diversas áreas	04	19,04	5,64
- Através da confecção e atualização de materiais didáticos	02	9,52	2,81
- Através da coordenação dos cursos	02	9,52	2,81
TOTAL	71	>100,00 (337,82)	100,00

Pergunta: O seu Departamento funciona dinamicamente?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Sim	16	76,19
- Em branco	04	19,04
- Mais ou menos	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Participam do funcionamento dos departamentos, como já foi dito anteriormente, professores e alunos assessorados, em alguns momentos, por pessoal técnico e administrativo.

As reuniões são momentos muito importantes da vida departamental, pois nelas se planejam, acompanham e avaliam as atividades e a vida departamental.

Nem sempre todos os professores podem participar das reuniões, e este fato prejudica, até certo ponto, o funcionamento do departamento. Um dos motivos mais apresentados para a ausência às reuniões é o 'compromisso já assumido anteriormente para aquele horário', pois nem todos os professores têm contratos de tempo integral ou contínuo (muitos são horistas e outros trabalham em tempo parcial).

Os principais temas propostos em reuniões, segundo a pesquisa, estão relacionados a seguir.

Temas propostos:

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Assuntos do interesse dos departamentos, de natureza administrativa e pedagógica previstos em pautas	09	42,85	29,03
- Planejamento, execução e avaliação de cursos	07	33,33	22,59
- Avaliação periódica das aulas, atividades, cursos e programas	06	28,57	19,35
- Discussão sobre os programas das disciplinas	03	14,28	9,68
- Redistribuição de aulas e indicação dos professores	02	9,52	6,45
- Preparação de revistas e de semanas culturais	02	9,52	6,45
- Indicações bibliográficas	02	9,52	6,45
TOTAL	31	> 100,00 (147,59)	100,00

Se considerarmos que as reuniões representam um momento importante da vida departamental e, observando os temas que nelas são tratados, podemos constatar que as atividades do departamento são predominantemente de natureza didático-científica, pedagógicas e, numa pequena parcela, de natureza administrativa.

Estas reuniões, em regra geral, obedecem a um cronograma anual e são convocadas. Acontecem também reuniões de emergência, quando necessárias e reuniões espontâneas, não convocadas, entre os membros dos departamentos.

Além das reuniões, deveriam ocorrer, na opinião dos professores, com maior frequência:

" Atividades que levassem ao aprimoramento dos alunos, seminários de atualização e interdisciplinares, cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, cursos de pós-

graduação, palestras, programação de visitas, publicação de trabalhos dos professores e alunos, debates interdisciplinares."

Durante a pesquisa realizada, procuramos estabelecer quais as atribuições de natureza administrativa e quais as de natureza pedagógica realmente empreendidas pelos departamentos.

Perguntamos:

- Quais as reais atribuições do Departamento no Plano Administrativo ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Não sei	10	47,61
- É apenas um órgão de natureza consultiva . .	02	9,53
- Convocar reuniões	02	9,53
- Colaborar na previsão orçamentária	02	9,53
- Indicar professores	01	4,76
- Participar das reuniões do Conselho Departamental, através do Chefe	01	4,76
- Controlar frequência dos alunos	01	4,76
- Entregar médias bimestrais	01	4,76
- Levantamento do número, encaminhamento e acompanhamento dos estagiários	01	4,76
TOTAL	21	100,00

Perguntamos, ainda:

- Quais são as reais atribuições do departamento, a nível de planejamento didático-pedagógico ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Não sei	06	28,57	19,36
- Preparação, execução e avaliação dos planos de ensino	04	19,04	12,90
- Ampla debate sobre objetivos, conteúdos, métodos de ensino, uso de recursos e avaliação das disciplinas	03	14,28	9,68
- Orientação e integração de programas	03	14,28	9,68
- Definir e avaliar planos de estudos dos alunos	03	14,28	9,68
- Elaborar, executar e avaliar projetos de pesquisa e de extensão universitária	02.	9,52	6,45
- Orientar estágios escolares	02	9,52	6,45
- Orientar e atender alunos	02	9,52	6,45
- Participar de reuniões	02	9,52	6,45
- Analisar processos de transferência de alunos	02	9,52	6,45
- Preparar artigos para as revistas	02	9,52	6,45
TOTAL	31	>100,00 (147,57)	100,00

Procuramos saber dos professores pesquisados, se no cumprimento das atribuições previstas no Estatuto da Universidade e nas expectativas da administração em relação aos departamentos, existiram dificuldades e quais seriam essas dificuldades.

A pergunta foi a seguinte:

- Quais as dificuldades vividas pelo departamento no desempenho de suas atribuições ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Não sei	09	42,86
- Falta de comunicação: Departamento (professores), Direção, Reitoria	02	9,52
- Falta de autonomia do departamento	02	9,52
- Contratos de trabalho e carreira desestimulantes	02	9,52
- Professores horistas: o regime de horista não é compatível com a vida departamental	02	9,52
- Faltam recursos humanos e materiais	02	9,52
- Falta tempo para os professores na preparação, elaboração e avaliação de atividades	01	4,77
- Nas instituições particulares, o departamento fica preso ao desempenho do chefe	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Quando se fala em atribuições do departamento, cupre lembrar o seguinte:

1º - Estas atribuições referem-se a todos os membros do mesmo e não apenas aos chefes. Na prática, o que não deveria ocorrer, são cumpridas normalmente apenas pelos chefes de departamentos.

2º - Como o volume de atribuições é muito grande, e o número de horas atribuídas à chefia é exíguo (4 horas no mínimo, 8 horas no máximo, por semana), o cumprimento das referidas atribuições acaba sendo realizado em horas extras de trabalho não remunerado).

3º - Torna-se difícil separar as atribuições de natureza didático-científica (ou pedagógica) daquelas de natureza administrativa, pois elas estão muito interligadas entre si, umas dependem imediatamente das outras.

49 - Como existe uma secretaria geral no Campus II, parte das tarefas de natureza administrativa são realizadas pela secretaria geral e pelos setores de apoio das duas faculdades e as atribuições restantes ficam com os professores e, principalmente, com os chefes de departamentos.

Na minha maneira de ver, as atribuições mais relevantes dos departamentos são as de natureza didático-científica (ou pedagógica). Estas atividades são importantíssimas para que a Universidade cumpra os seus principais objetivos, ligados ao ENSINO, à PESQUISA e à EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Estas atividades dependem dos professores todos dos departamentos, inclusive da chefia, e não há setor de apoio algum que possa realizar o que os mesmos não realizarem. Isto ficou demonstrado pela pesquisa realizada com os alunos, que nos mostra quantas e quão importantes são as atribuições do departamento para o alcance dos objetivos prioritários da vida universitária.

Analisaremos, agora, algumas das atribuições propostas pelo Estatuto da Universidade São Francisco em relação aos departamentos.

I - Zelar pela execução das atividades e dos planos de ensino das disciplinas que o integram.

Esta atribuição pressupõe que antes da execução tenha havido momentos de planejamento e, de preferência, planejamento participativo entre todos os membros dos departamentos. Aqui estão incluídos os planos de ensino anuais e os planos de outras atividades desenvolvidas pelos departamentos, como por exemplo, as de pesquisa e extensão universitária. O planejamento e seu acompanhamento é uma tarefa contínua e pressupõe a participação de todos os membros do departamento, através de reuniões, entrega de relatórios e observação real dos acontecimentos. O número exíguo de horas para a chefia e o contrato do tipo 'horista' prejudicam esta necessidade de participação constante dos membros do departamento, pois há uma grande dificuldade em reuni-los. Há aqui uma questão estrutu-

ral prejudicando o bom funcionamento do órgão departamental.

II - Apresentar proposta para aquisição de material bibliográfico.

Isto ocorre normalmente no final do ano letivo, na época da elaboração do orçamento-programa para o ano seguinte. As obras são adquiridas durante as férias, para serem utilizadas no ano seguinte.

Muitos departamentos se esquecem de fazer as indicações no momento certo e ficam prejudicados no decorrer do ano seguinte. Alguns departamentos são atendidos na totalidade dos pedidos e outros em parte. O Campus II da USF tem uma Única Biblioteca Geral para atender a todos os cursos e departamentos. No momento, há um projeto para ampliação e melhoria das instalações e do acervo da mesma. Este projeto vem de encontro às aspirações de alunos e professores da Universidade. Os alunos solicitam, ainda, a dinamização da mesma e a colocação de uma máquina copiadora no local.

III - Dar parecer sobre ementas e planos de ensino das disciplinas.

IV - Propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino.

Os planos de ensino das disciplinas e suas respectivas ementas, normalmente são elaborados no início do ano letivo. Alguns planos são mantidos de um ano para outro e alguns são substituídos após conversas informais com os professores, ou através das reuniões de planejamento. As alterações ou substituições são feitas a partir de uma reflexão conjunta sobre os mesmos e a partir de sugestões dos alunos e dos professores do departamento. A pesquisa realizada com os alunos é rica em colocações sobre a necessidade de alterações nos planos de trabalho, tanto no que diz respeito aos objetivos gerais e específicos a serem atingidos, quanto à quantidade e qualidade, bem como quanto à seleção e organização dos conteúdos.

dos, quanto à utilização de métodos e recursos de ensino e, principalmente, quanto ao sistema de avaliação utilizado pelos professores no Campus II da USF.

Feitas as devidas considerações e levantadas as várias contradições na fala dos alunos, seria de grande relevância a utilização destes dados nos trabalhos de planejamento e de replanejamento das atividades universitárias, tanto no início como no decorrer do ano letivo.

Alguns problemas mais sérios, como o da seleção e organização dos conteúdos, e o da avaliação do rendimento escolar, o do desenvolvimento dos cursos e disciplinas, merecem, além das reuniões de planejamento, que se formem GRUPOS DE ESTUDO, SEMINÁRIOS, sobre estes temas, para discussão e aprofundamento das questões. Poderíamos pensar até na organização de um NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO, experiência que vem sendo realizada, com êxito, pela PUC de São Paulo, conforme informações obtidas através do Boletim Informativo do Centro de Educação e Serviço de Apoio Pedagógico (São Paulo, 1983).

A mesma experiência é citada por Juan Diaz Bordene, em seu livro "Estratégias de Ensino e Aprendizagem" (1978, p. 312).

"O Serviço de Apoio Pedagógico (SEDAPE) é um setor criado em fins de 1979, com o objetivo de prestar serviços aos professores da PUCSP e, eventualmente, de outras Escolas Superiores.

"Vincula-se administrativamente à Diretoria do Centro de Educação, uma vez que seus objetivos cobrem partes das finalidades desse Centro, a de prestar auxílio, na área educacional, ao professor da Universidade." (Boletim Informativo do Centro de Educação. Serviço de Apoio Pedagógico, Março 1983).

O objetivo básico do SEDAPE é fornecer aos professores em exercício na PUCSP, um apoio voltado para o aperfeiçoamento de seu desempenho profissional, visando tornar sua prática como educador, cada vez mais eficiente. Isto é conse-

guido através da realização de painéis, seminários, publicações de boletins, pesquisas internas, intercâmbios com profissionais de outras instituições de ensino superior e grupos de estudos.

Algumas vezes, as atividades são propostas pelo SEDAPE, mas, geralmente, são os próprios professores que as sugerem, de acordo com seus interesses específicos.

V - Dar parecer na indicação de docentes.

VI - Dar parecer na dispensa de docentes, quando o motivo for de natureza didático-científica.

Notamos, com relação a estes aspectos das atribuições dos departamentos relacionadas pelo Estatuto da USF, uma diminuição da autonomia dos departamentos no que se refere tanto à admissão quanto à dispensa dos professores. O departamento não decide sozinho estas questões, apenas indica e dá pareceres sobre os professores, após entrevista e análise dos *curricula vitarum*. A palavra final sobre a contratação e a dispensa dos docentes fica com outras instâncias administrativas da Universidade (Direção, CONSUN, Reitoria).

As duas últimas atribuições previstas pelo Estatuto da USF em relação aos departamentos são:

VII - Elaborar a lista tríplice para a nomeação do seu chefe pelo Reitor

Aqui, também, a autonomia é limitada, pois nem sempre o melhor para o departamento é o melhor para a Instituição.

VIII - Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Estatuto, no Regimento Geral da Universidade e no seu Regulamento.

4.3. Atribuições do Departamento ligadas às Questões de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária

Conforme já foi comentado no Capítulo I, são objetivos das Universidades, de um modo geral, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Universitária.

No início do Capítulo II, às páginas 61 e 62, já foram citados em relação ao Estatuto da Universidade São Francisco, quais são os objetivos desta universidade pesquisada, quando nos referimos ao Artigo 3º do Capítulo II do Estatuto, denominado — Dos Fins.

Uma vez conhecido o discurso oficial da USF sobre as questões de ensino, pesquisa e extensão, procuramos pesquisar junto aos professores, através de diversas questões, o que realmente acontece na Universidade, no campus pesquisado.

A primeira questão sobre o tema foi:

- O seu departamento caracteriza-se como uma unidade de ensino, como uma unidade de pesquisa, ou como unidade de extensão universitária ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidad.</u>	<u>Percent.</u>	<u>Percent.</u> %
- Unidade de Ensino	17	80,95	62,97
- Unidade de Pesquisa	04	19,04	14,81
- Unidade de Extensão Universitária . .	03	14,28	11,11
- Em branco	03	14,28	11,11
TOTAL	27	> 100,00 (128,55)	100,00

Relacionamos, a seguir, outras questões colocadas em nossa pesquisa e as respostas obtidas.

Pergunta: Como vêm sendo atingidos os objetivos em relação ao ensino?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Em branco	13	61,90
- Estamos atingindo os objetivos através de cursos, ensino, grupos de trabalho . . .	03	14,30
- A nível de ensino, os objetivos precisariam ficar mais bem definidos e claros	02	9,52
- Há dificuldades no que se refere à integração curricular	02	9,52
- Nos departamentos de disciplinas profissionalizantes, os objetivos são definidos em decorrência da aceitação do profissional formado no mercado de trabalho	01	4,76
TOTAL	21	100,00

Pergunta: O seu departamento tem contribuído para a melhoria do ensino ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- SIM (uma vez que se propõe desempenhar seu papel, incentivando uma crítica e reforma do currículo, se esforça para isso)	18	85,71
- Em branco	03	14,29
TOTAL	21	100,00

Pergunta: Como tem conseguido seus objetivos em relação à melhoria do ensino ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidad.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Em branco	05	23,80	20,00
- Através de reuniões, troca de idéias, propostas de mudanças, sugestões . . .	05	23,80	20,00
- Através da realização de projetos de extensão, comunitários, integrados . .	05	23,80	20,00
- Através dos cursos das disciplinas que administra	04	19,04	16,00
- Através dos projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária	02	9,52	8,00
- Através de cursos de pós-graduação realizados em outras universidades, como USP, UNICAP e PUCs	02	9,52	8,00
- Através de um aperfeiçoamento constante	02	9,52	8,00
TOTAL	25	100,00 (119,00)	100,00

Pergunta: Como vêm sendo atingidos, em seu departamento, os objetivos em relação à pesquisa ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- As pesquisas são poucas, tanto as de campo, como as bibliográficas	04	19,04
- Existem algumas pesquisas, tanto de campo como bibliográficas	03	14,28
- Em branco	14	66,66
TOTAL	21	100,00

Pergunta: Como vêm sendo atingidos, em seu departamento, os objetivos ligados à extensão universitária ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Há projetos integrados, projetos de extensão, comunitários, projetos de estágios	04	19,05
- Não há projetos de extensão em meu departamento	04	19,05
- Em branco	13	61,90
TOTAL	21	100,00

Pergunta: O que você sugere para que a Universidade, através de seus departamentos, possa atingir melhor seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão universitária ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Em branco	15	71,44
- Numa universidade particular, é difícil sugerir soluções	01	4,76
- Junção ensino-pesquisa	01	4,76
- O fim dos Departamentos e a criação de Colegiados de Cursos	01	4,76
- a Universidade está nascendo agora. Os diversos setores (coordenadorias) estão sendo estabelecidos agora	01	4,76
- Aprofundar os objetivos da Universidade	01	4,76
- É preciso uma política de valorização dos docentes	01	4,76
TOTAL	21	100,00

Como toda universidade, também a Universidade São Francisco tem suas finalidades ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Considerando a questão fundamental dos objetivos da Universidade, seria interessante refletir sobre o que segue.

" Para mim, a Universidade é um lugar - mas não só ela, privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas, deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades básicas são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da Sociedade Civil, mantendo vínculos com a Sociedade Política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social. Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento. Em alguns países cumpre papel destacado na formulação da política científica e tecnológica, na crítica das teorias que informam o desenvolvimento e no fornecimento de subsídios para sua implementação e execução. Em todas as sociedades, mas principalmente nas dependentes, cabe -

he exercer tarefas urgentes de compromisso social." (WANDERLEY, 1983, p. 11). Supomos, com toda segurança, serem estes os objetivos da Universidade que pesquisamos.

Analisando os fins da USF propostos no Estatuto da Universidade em comparação com as respostas dos entrevistados, notamos que há uma distância significativa entre os valores proclamados e os valores reais conquistados na vida universitária do Campus II dessa universidade. Os objetivos estão sendo atingidos lentamente e parcialmente.

A ênfase maior está sendo dada ao ensino, onde os esforços e os recursos estão sendo mais concentrados. A pesquisa está ensaiando os seus primeiros passos, uma vez que a Universidade apenas acaba de nascer. A extensão universitária já vem sendo desenvolvida com maior frequência que a própria pesquisa, através dos Serviços e Projetos oferecidos pelo Campus II da USF, principalmente no campo da educação, psicologia (clínica, escolar, do trabalho, comunitário) e na área de engenharia.

Há um intercâmbio cultural muito rico entre a Universidade (através dos Departamentos de Educação e de Psicologia) e as escolas da comunidade, no sentido de se atenderem os objetivos da educação de 1º e 2º graus, da educação especial e da pré-escola.

A Clínica de Psicologia tem atendido a comunidade através de vários tipos de serviços individuais e grupais junto às clientela mais necessitadas da população.

Através da fala dos pesquisados, percebemos que, além do que já vem sendo realizado, as aspirações continuam muitas, no sentido de que os fins previstos pela U.S.F. sejam perseguidos com maior entusiasmo e melhores condições de infra-estrutura (materiais e humanas) no que diz respeito à valorização dos docentes e funcionários em todos os departamentos. Os depoimentos colhidos do alunos, no que se refere aquilo que eles esperam dos departamentos e da Instituição, indi-

cam que hã uma multiplicidade de aspectos a serem mantidos e outros a serem aperfeiçoados e transformados para que a USF possa concretizar os ideais de universidade propostos em seus documentos legais.

Alẽm da valorizaçãõ dos docentes e funcionãrios , segundo as palavras dos professores, seria muito importante a junçãõ ensino-pesquisa, a articulaçãõ do departamento com ou tras coordenações, a criaçãõ de colegiados de cursos e o apro fundamento dos objetivos da Universidade Sãõ Francisco.

4.4. Funções dos Departamentos: Planejamento, Coordenação e Integração

Uma das funções que se supõe ser a dos Departamentos é a do Planejamento. Procuramos saber, através do presente estudo o seguinte:

Pergunta: - O seu departamento elabora Planos de Trabalho ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Sim	11	52,38
- Em branco	06	28,57
- Não	03	14,28
- Não sei	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Pergunta: Quais as previsões que são feitas nesses Planos ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidad.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Em branco	05	23,80	6,25
- Não sei	01	4,76	1,25
- Não há um plano	01	4,76	1,25
- São previstos Objetivos	10	47,61	12,50
- São previstas Metas	06	28,57	7,50
- São previstas Atividades	09	42,85	11,25
- São previstos Recursos Materiais	07	33,33	8,75
- São previstos Recursos Humanos	06	28,57	7,50
- São previstos Programas	07	33,33	8,75
- São previstos Recursos Técnicos	06	28,57	7,50
- São previstas Verbas	04	19,04	5,00
- São previstos Orçamentos	04	19,04	5,00
- São previstos Cronogramas	05	23,80	6,25
- São previstos Tempos	03	14,28	3,75
- São previstos Fluxogramas	02	9,52	2,50
- São previstos Organogramas	02	9,52	2,50
- São feitas outras previsões (não especificadas)	02	9,52	2,50
TOTAL	80	> 100,00 (380,87)	100,00

Pergunta: Como ocorre o acompanhamento das atividades previstas pelo Departamento ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Em branco	09	42,86
- Pela chefia do departamento	05	23,80
- Através de reuniões com chefe, professores e alunos	04	19,05
- Através de relatório anual do chefe	02	9,52
- Não sei	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Entre os inúmeros procedimentos que as escolas de todos os graus emprestaram das administrações, de um modo geral, provavelmente, a utilização do método de planejar é o mais comum e o mais difundido. Daí não ser estranho que um grupo de pessoas (professores, funcionários, representantes de alunos) que constitui um departamento na universidade, se reúna periodicamente para arquitetar idéias ou equacionar problemas que lhe são pertinentes, principalmente problemas ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Nessas situações de planejamento, em que tanto a análise como a síntese estão presentes, a presença e a participação de todos os elementos de departamento é um fator muito importante, isto porque entendemos que a melhor forma de planejar é a de planejar participativamente.

"O Planejamento Participativo", segundo SENO A. CORNELLY, "se constitui num processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem." (in VIANNA, 1986, p. 37)

Um aspecto que consideramos importante para que o Campus II de Itatiba e para que toda a USF possa atingir seus reais objetivos, é que sejam aperfeiçoados o processo e o método de planejamento, principalmente das atividades didático-científicas e, nesse caso, a proposta do planejamento participativo parece vir de encontro aos anseios da USF. Esse planejamento necessita ser melhorado em todos os níveis: Departamentos, Conselhos Departamentais e outros órgãos de instâncias superiores e, para isso, é necessário garantir a presença e a participação de todas as pessoas envolvidas nesses colegiados.

É preciso, porém, não esquecer que: 1º) na ênfase exagerada no aspecto econômico do planejamento e no caráter funcionalista de sua concepção estão as suas maiores falhas; 2º) o Planejamento Educacional reveste-se de uma especificidade de tal que não pode ser encarado apenas em suas funções e na taxa de retorno econômico. A nossa sociedade atual, capitalista e consumista, exige, em todos os seus empreendimentos, lucros palpáveis e imediatos. Em relação ao processo educativo, cujos resultados não têm significado econômico-material imediatamente palpável, o retorno imediato da renda empregada é inadmissível, pois transformaríamos a escola em fábrica de diplomas e titulações vazias e insuficientes; 3º) o resultado do Planejamento deveria traduzir-se, essencialmente, em fatores qualitativos de personalidade, alcançados a longo prazo.

(4) Cf. VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida, Planejamento, Participativo na Escola, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986, p. 17

Notamos, através do questionário respondido, que o número de professores que desconhece as atividades de planejamento do próprio departamento é realmente significativo, o que leva a pressupor que estes elementos não participam das atividades ligadas ao mesmo.

A frequência às reuniões, inclusive às de planejamento, são muito importantes para a vida departamental. O contrato do professor do tipo horista dificulta a presença às reuniões.

Quanto ao tipo de previsões elaboradas nas reuniões de planejamento, notamos que a de Objetivos e de Atividades é muito superior às dos demais tipos que se pressupõem, completam uma tarefa de planejamento.

Uma outra questão relevante é a que se refere ao acompanhamento e à avaliação das atividades previstas pelo departamento e que são muito necessários e importantes para que realmente os departamentos consigam executar, avaliar e replanejar o que planejam anualmente.

Este acompanhamento constante dos projetos elaborados e a sua conseqüente avaliação no decorrer e no final dos trabalhos, é condição sem a qual seria impossível perceber se os departamentos estão realmente alcançando os seus objetivos ligados ao ensino, pesquisa e extensão. Este aspecto precisa ser melhorado e, para isso são necessárias condições de infraestrutura da própria universidade, como por exemplo, aumento do número de horas das chefias, contratação de um maior número de professores em tempo parcial, contínuo e integral, aperfeiçoamento didático-pedagógico e administrativo dos recursos humanos da universidade, que levasse a uma maior competência técnica e profissional.

Nos dados coletados entre os alunos sobre suas expectativas em relação aos docentes e ao próprio departamento, estão presentes questões de mais alta importância para a vida universitária e esses aspectos poderão ser revistos em momen-

tos de reuniões de planejamento coletivo de trabalho participativo que vão preparar, acompanhar e avaliar a prática docente-discente universitária.

É importante lembrar que "a prática concreta do professor do ensino superior assenta-se sobre três pontos principais: o conteúdo na área na qual o professor é um especialista; sua visão da educação, do homem e do mundo; a habilidade que lhe permite uma efetiva ação pedagógica em sala de aula". (ABREU & MASETTO, 1980, p. 1)

Além das atividades previstas no planejamento individual do trabalho docente de cada professor, os momentos de planejamento em equipe são muito importantes para a vida acadêmica e para o crescimento do departamento como um órgão responsável por um conjunto de disciplinas de ensino. Seria interessante, também, que os professores se reunissem por cursos, com colegas de diversos departamentos (planejamento participativo interdepartamental) para refletirem juntos sobre a realidade de cada um dos cursos das diversas faculdades e da Universidade.

O êxito desse trabalho depende, não de atividades individuais fragmentadas, mas exige decisões comunitárias globais que devem ser preparadas, executadas, acompanhadas e avaliadas pelo próprio grupo que as idealiza, no caso, os membros do departamento e dos grupos interdepartamentais.

Segundo Vianna, o Planejamento Participativo abre horizontes, permite a participação e a co-responsabilidade nas decisões, é um instrumento de trabalho capaz de conduzir à descoberta e à autogestão.

"A planificação do trabalho educativo exige uma postura inicial: a favor ou contra uma determinada situação e ideologia. Sua efetivação terá por princípio manter ou alterar uma situação existente. Sua neutralidade, portanto, é apenas aparente e ilusória." (VIANNA, 1986, p. 17)

Em relação à coordenação dos trabalhos e à integração a nível de departamento e de curso, formulamos as seguintes questões:

Pergunta: - Como ocorre a função de coordenação em seu departamento ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Pelo chefe do departamento	10	47,61
- Em branco	04	19,04
- Através das reuniões	03	14,29
- Através de um trabalho artesanal	02	9,52
- Não sei	01	4,77
- Não existe	01	4,77
TOTAL	21	100,00

Pergunta: - Há preocupação com a coordenação a nível de cursos ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Em branco	10	47,61
- Sim	09	42,86
- Poderia ser aperfeiçoada	02	9,53
TOTAL	21	100,00

Pergunta: - Há preocupação interna com a integração curricular a nível de departamento ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Sim	14	66,67
- Em branco	07	33,33
TOTAL	21	100,00

Pergunta: - Hã preocupação com a integração curricular a nível dos cursos ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>
- Em branco	10	47,61
- Sim	09	42,86
- Poderia ser aperfeiçoada	02	9,53
TOTAL	21	100,00

Pergunta: - Quem se incumbem da coordenação e da integração interdepartamental ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Em branco	13	61,90
- O Diretor da Faculdade e o Conselho Departamental	06	28,58
- Não sei	02	9,52
TOTAL	21	100,00

Pergunta: - O que tem dificultado a integração interdepartamental ?

<u>Resposta</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Em branco	14	66,66
- Não existe dificuldade	02	9,53
- Não sei	02	9,53
- A divisão celular em departamentos	01	4,76
- Realidades diferentes em cada departamento	01	4,76
- O nível de certos titulares	01	4,76
TOTAL	21	100,00

A questão da coordenação na vida departamental é uma decorrência da divisão do trabalho entre os diversos departamentos e no próprio departamento. A coordenação aparecerá naturalmente e deverá existir em todas as instâncias de planejamento da Universidade. Assim, o Conselho Departamental tem como Coordenador o Diretor da Faculdade, e os departamentos têm como Coordenador o Chefe de Departamento, que foi eleito pelos próprios membros do mesmo. Os cursos também deveriam ter o seu Coordenador, fato que não acontece no Campus II de Itatiba. Normalmente, quem coordena os cursos é um dos chefes de departamento.

Os chefes deveriam receber a denominação de Coordenadores dos departamentos, expressão que tem uma conotação mais democrática que a de "Chefe". A coordenação a nível de departamento poderia sofrer substituições, sempre que as circunstâncias de trabalho e das questões em discussão as aconselhassem, assim como a coordenação sofreria um rodízio, estando sob a responsabilidade de outros professores que não o chefe de departamento. Esta alternância na coordenação dos trabalhos traria a todos os participantes da vida departamental, um interesse e distribuição de responsabilidades maiores e seria, ainda, uma experiência muito rica para a vida coletiva do departamento. Coordenação e Planejamento Participativo estariam juntos dentro deste enfoque salientado.

Segundo CARVALHO (1979, p. 100), "A direção é substituída pela coordenação - Coordenar é um processamento de idéias individuais para idéias coletivas, cuja adesão resulta em vontade coletiva, alma da democratização da vida escolar, das condutas de quantos estejam envolvidos no processo. Coordenar é deflagar o processo de integração permanente e livre de bloqueios emocionais."

Os aspectos de coordenação da vida departamental da USF precisam ser aperfeiçoados. Ouçamos os estudiosos do assunto:

Os princípios fundamentais estabelecidos por FOLLET, aqui canalizados na organização escolar, são os seguintes:

1 - Coordenar é ensejar o contato direto de todos os responsáveis envolvidos na tomada de decisão para a ação dentro da escola: pais, professores, alunos e funcionários. Há e pode haver inúmeros níveis de coordenação de controles, de liberação: em cada setor, área de serviço, centros, departamentos, etc., há coordenações parceladas. A grande coordenação traduzir-se-á, então, como coordenação das coordenações (equivalentes à direção, chefias, encarregados, na estrutura anterior).

2 - Coordenar é integrar, a partir de níveis mais baixos, até a instauração da unidade funcional como totalidade abrangente, através de uma metodologia do conflito construtivo, em que se evidencie a capacidade de controle na forma desejável para a investidura ou consolidação da autoridade e do poder, por reconhecimento.

3 - Coordenar é ensejar o correlacionamento de todos os fatores de uma mesma situação, pela coordenação horizontal e pela interpenetração de autoridade: "*genuine control is activity between, not influence over*".

4 - Coordenar, finalmente, é demonstrar habilidade de controlar fatos e não pessoas, sentindo a função como um processo contínuo em espiral ascendente como a própria vida. " (in CARVALHO, 1979, pp. 101-102)

Julgamos oportunas as palavras da autora, uma vez que estamos tratando da questão da coordenação na universidade e, principalmente a nível de departamentos e de cursos; a coordenação está presente, como já dissemos, em todas as instâncias da vida universitária.

Lembrando que a administração escolar tem suas peculiaridades diferentes daquelas que ocorrem nas administrações de organizações não escolares, seria interessante também colocar o seguinte:

"A 'coordenação' do esforço de funcionários, professores, pessoal técnico, pedagógico, alunos, pais, fundamentada na participação coletiva, é de extrema relevância na instalação de uma administração democrática no interior da escola. É através dela que são fornecidas as melhores condições para que os diversos setores participem efetivamente da tomada de decisões, já que estas não se concentram mais nas mãos de uma única pessoa, mas na de grupos ou equipes representativos de todos. É necessário, entretanto, que essa representação seja realmente autêntica e que estejam sempre funcionando adequadamente os mecanismos mais eficientes de expressão das idéias e de intercâmbio de informações." (PARO, 1986, p. 162)

Um terceiro aspecto pesquisado nesta parte do trabalho, foi a questão da integração disciplinar a nível departamental e interdepartamental. O próprio conceito de universidade ficará comprometido se este aspecto não for bem cuidado. A integração e a interdisciplinaridade convivem com as questões de planejamento e de coordenação.

A coordenação departamental, os conselhos departamentais e as coordenações de cursos, quando existem, precisam cuidar da integração curricular na universidade, para não perder de vista a unidade e a intercomplementaridade das ciências, da unidade universal e da unidade humana. Esta deveria ser uma das principais atribuições dessas coordenações, tanto no que diz respeito ao ensino, como às pesquisas e às atividades de extensão cultural.

A divisão do trabalho científico imposta à universidade compromete a visão do conjunto da cultura humana e leva à perda do sentido da unidade humana. Daí a necessidade de que a universidade pense de maneira pluridisciplinar as suas questões mais relevantes e, nesse aspecto está a responsabilidade daqueles que coordenam a vida departamental, os cursos e outros colegiados que a universidade venha a formar. Uma pedagogia da unidade e da universalidade deve substituir uma pedagogia da especialização e que proponha projetos inter ou pluridisciplinares de ensino, de pesquisa e de extensão universitária

ria; a epistemologia da convergência e da complementaridade deve substituir a epistemologia da dissociação das ciências.

Mas, tenhamos cuidado, pois, segundo FAZENDA(1979) a interdisciplinaridade vem sendo usada como 'panacéia' para os males da dissociação do saber, a fim de preservar a integridade do pensamento e o restabelecimento de uma ordem perdida. Antes de se caracterizar como um *slogan*, ela é uma reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente a um problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para-unitária do ser humano. A interdisciplinaridade pressupõe uma atitude de abertura, não preconceituosa, onde todo o conhecimento é igualmente importante e inclui o anonimato, pois, o conhecimento pessoal anula-se frente ao saber universal.

A interdisciplinaridade adota também uma atitude coerente, que supõe uma postura única frente aos fatos: é na opinião crítica do outro que se fundamenta a opinião particular. Somente na intersubjetividade, num regime de co-propriedade, de interação, é possível o diálogo, única condição de possibilidade da interdisciplinaridade. Assim sendo, pressupõe uma atitude engajada, um comprometimento pessoal. Sendo assim entendida, é possível afirmar que "A primeira condição de efetivação da interdisciplinaridade é o desenvolvimento da sensibilidade, neste sentido tornando-se particularmente necessária uma formação adequada que pressuponha um treino na arte de entender e esperar, um desenvolvimento no sentido da criação e da imaginação." (FAZENDA, 1979, p. 8)

É preciso não esquecer que "A importância metodológica é indiscutível, porém necessário não fazer-se dela um fim, pois interdisciplinaridade não se ensina nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se e, por isso, exige uma nova Pedagogia, a da comunicação."(FAZENDA, 1979, p. 8)

A integração curricular refere-se a um aspecto formal da interdisciplinaridade, ou seja, à questão de organização das disciplinas num programa de estudos, e isso pode e

deve ocorrer nos momentos de encontro dos membros do departamento e do curso, pois, "Admitindo-se que interdisciplinaridade seja produto e origem, isto é, que para efetivamente ocorrer seja necessário essencialmente existir, ou melhor, que a atitude interdisciplinar seja uma decorrência natural do ato de conhecer, necessário se faz num plano mais concreto sua formalização, e assim sendo, pode-se dizer que necessita da integração das disciplinas para sua efetivação, integração que não pode ser pensada apenas a nível de integração de conteúdos ou métodos, mas basicamente a nível de integração de conhecimentos parciais, específicos, tendo em vista um conhecer global. Pode ser que pensar a integração como a fusão de conteúdos ou métodos, muitas vezes signifique deturpar a idéia primeira de interdisciplinaridade. É preciso admitir que a interação é condição de efetivação da interdisciplinaridade". Pressupõe uma integração de conhecimentos visando novos questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade." (FAZENDA, 1979, p. 9)

Fazenda, citando Japiassú, afirma que "enquanto a pedagogia das disciplinas científicas em nosso sistema está instalada numa pedagogia da certeza, a proposta das abordagens interdisciplinares é baseada numa pedagogia da incerteza. Se o nosso conhecimento nasce da dúvida e se alimenta da incerteza, então, precisamos aprender a viver no repouso do movimento e na segurança da incerteza." (FAZENDA, 1979)

A pedagogia da certeza tem como pressuposto básico o mito do saber objetivo que, por sua vez, acredita que o cientista é quem melhor encarna os valores das formas modernas da ideologia dominante: a especialização e a competência. Segundo esta postura, o cientista é portador de uma verdade 'objetiva' demonstrada rigorosamente, e politicamente neutra. Ambos, cientista e *expert*, caucionam as tentativas da classe dominante para mascarar a opressão e a exploração, por detrás das pretensas necessidades técnicas e racionais.

Para sairmos do impasse (da pedagogia da certeza), JAPIASSÚ (1976) propõe duas saídas:

- 1º) - ciência crítica;
- 2º) - a interdisciplinaridade.

Esta segunda perspectiva encontra-se relegada ao ostracismo em nossas universidades, devido aos preconceitos positivistas e cientificistas que ainda cultivam todo tipo de epistemologia da dissociação e de esfacelamento do saber.

Cabe aos departamentos, cursos e conselhos departamentais, superarem estes obstáculos, pois, "As ilhas epistemológicas, dogmática e acriticamente ensinadas, sem portas nem janelas, são verdadeiras prisões mantidas pelas instituições ainda às voltas com o problema da distribuição de suas 'fatias' de saber, pequenas rações retiradas de um estoque cuidadosa e ciumentamente armazenado nessas penitenciárias centrais de cultura que são as universidades, onde ainda prevalece o espírito da concorrência e de propriedade epistemológica, preparando 'extra-úcidos' regionais, porém cegos ao sentido da totalidade humana." (FAZENDA, 1979, p. 14)

Podemos afirmar que o objetivo utópico da interdisciplinaridade é a unidade do saber. É preciso não confundir interdisciplinaridade com meros encontros pluridisciplinares.

"Enquanto prática coletiva, creio ser totalmente inexistente o emprego de uma metodologia interdisciplinar em nossas universidades. O que é uma pena, pois, entre outras vantagens, ela viria revelar a indissociabilidade do ensino e da pesquisa." (FAZENDA, 1979, p. 10)

Segundo Japiassú, já citado por Fazenda, a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.

A prática da interdisciplinaridade exige uma nova articulação de espaço e tempo que favoreça os encontros e trabalhos em pequenos grupos, assim como os contatos individuais

entre professores e alunos."

Nesse enfoque, o aspecto econômico-financeiro é sobretudo importante, mas, quase sempre é esquecido. A motivação para o trabalho sem remuneração adequada é, em geral, muito pouco duradoura. A interdisciplinaridade só se efetuará quando a instituição conscientizar-se de seu valor real. A interdisciplinaridade pressupõe espaço, tempo, disponibilidade de preferência remunerada.

"A interdisciplinaridade depende, então, de uma mudança de atitude frente ao problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela concepção unitária do ser humano" (JAPIASSÚ, 1976, p. 97), por isso nós a reunimos a esta parte do trabalho. Essa preocupação com a interdisciplinaridade deve existir ao nível de departamentos, de cursos e da própria universidade. Algumas experiências neste sentido já têm sido ensaiadas pelo Campus II da USF. A interdisciplinaridade tenta superar uma concepção fragmentária do saber em busca de um conhecimento unitário do homem e da sociedade. Um dos exemplos de experiência interdisciplinar vivido pela Universidade pesquisada, é o desenvolvimento do projeto "Sexualidade Humana", envolvendo os departamentos de Educação, Biologia, Psicologia, Ciências Sociais e Estudo do Homem Contemporâneo, e que vem funcionando há aproximadamente três anos no interior da Universidade São Francisco e na própria comunidade itatibense.

CAPITULO IV

OS ALUNOS DO CAMPUS II DA USF
E SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO
AOS DEPARTAMENTOS

Neste quarto capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa realizada com os alunos das duas Faculdades do Campus II de Itatiba, onde os mesmos revelam o que esperam em relação ao comportamento dos departamentos da Universidade São Francisco.

O levantamento de dados nesta parte, foi feito através de questionário, com 19 questões. Dos 529 questionários distribuídos entre os alunos matriculados nos cursos de Ciências—Matemática, Letras, Psicologia e Estudos Sociais, foram devolvidos 217, representando 41,02% do total de alunos matriculados nos cursos citados e que fazem parte das duas Faculdades pesquisadas.

As respostas revelam uma avaliação construtiva, por parte dos alunos, da situação de ensino vivida pela Universidade, e as sugestões por eles apresentadas, no sentido de algumas mudanças que deverão ocorrer na mesma, são significativas. As respostas são, muitas vezes, contraditórias e revelam que, em alguns temas, não há um consenso por parte dos alunos quanto às críticas e sugestões apontadas, mas têm o valor de poder propor aos departamentos vários temas para reflexão e mudança em relação ao processo educacional.

As questões, seguidas das respectivas respostas e comentários, são relatadas a seguir.

1a. Questão: Quais às principais aspirações que você tem em relação ao curso em que está matriculado ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidad.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Obter capacitação profissional	117	53,91	40,07
. no magistério	97	44,70	33,21
. fora do magistério	20	9,21	6,85
- Obter crescimento e realização pessoal ... (como: consciência histórica e política, desenvolvimento do raciocínio, ajudar-se, ajudar os outros, cultivo de potenciali- dades, aprimoramento total)	30	13,82	10,28
- Desempenho satisfatório dos docentes (incluindo: domínio dos conteúdos, cons- ciência política, incentivo aos alunos, bom relacionamento, competência profis- sional, questionamento, interação professor-aluno)	16	7,37	5,48
- Desempenho satisfatório da Instituição Universitária (melhores condições de ensino, pesquisa, extensão universitária, estágios, mudan- ças curriculares, materiais de ensino)	10	4,60	3,42
- Não tenho aspirações	02	0,92	0,69
TOTAL	292	>100,00 (134,53)	100,00

A pergunta foi formulada uma vez que, em termos de um Planejamento Participativo do Departamento, consideramos relevante a manifestação dos alunos quanto aos seus interesses, aspirações e motivações, e que também deverão ser levadas em conta nos planejamentos educacionais da Universidade e no desenvolvimento do currículo.

É interessante observar que os alunos procuram os cursos buscando uma formação profissional para o magistério e também fora do mesmo (os cursos são de Licenciatura e visam ,

principalmente, a formação de professores).

2a. Questão: Quais os obstáculos que você tem encontrado em relação a você próprio, aos professores e à Instituição no alcance de suas aspirações ?

<u>Obstáculos</u>	<u>Quantidad.</u>	<u>Porcent.</u>	<u>Porcent.</u>
A - Obstáculos em relação ao próprio aluno:			
. Pouco tempo para estudar porque trabalham	30	13,82	11,45
. Falta de interesse	27	12,44	10,30
. Falta de condições financeiras	09	4,14	3,43
. Falta de base em cursos anteriores	07	3,22	2,68
. Classe estudantil desunida	02	0,92	0,77
. Falta de participação dos estudantes	02	0,92	0,77
. Dificuldade em cumprir os estágios	01	0,46	0,39
B - Dificuldades em relação aos professores:			
. É preciso maior empenho dos professores no desenvolvimento dos conteúdos	36	16,58	13,74
. É preciso, por parte dos professores, maior motivação para o magistério	36	16,58	13,74
. É preciso aprimorar o planejamento das atividades docentes	26	11,98	9,92
. Há dificuldade de natureza pedagógica em relação aos docentes	08	3,68	3,06
. É preciso aperfeiçoar o relacionamento professor-aluno	08	3,68	3,06
. As faltas e greves prejudicam	04	1,84	1,52
C - Dificuldades em relação à Instituição:			
. É preciso uma maior abertura e disponibilidade da Instituição em relação aos alunos e professores	33	15,20	12,60
. É preciso equipar a Universidade com recursos materiais	21	9,67	8,01
. É preciso aprimorar o currículo dos cursos	04	1,84	1,52
. É preciso providenciar condições para a integração curricular	04	1,84	1,52
. É preciso melhorar aspectos burocráticos	04	1,84	1,52
TOTAL	262	> 100,00 (120,65)	100,00

Analisando esta 2a. questão, podemos constatar que, entre as principais dificuldades em relação aos próprios alunos no alcance das suas aspirações, estão em evidência (1) falta de tempo para estudar (segundo um levantamento efetuado, constatamos que cerca de 85% dos alunos do Campus II, incluindo-se os períodos diurno e noturno, trabalham e estudam); (2) falta de interesse pelos estudos.

Em relação aos docentes, os alunos apontam como dificuldades maiores: a necessidade de um maior empenho dos mestres quanto à preparação dos conteúdos, a motivação para o magistério e o aprimoramento do planejamento das atividades docentes.

Em relação à Instituição, aparecem como relevantes as seguintes necessidades: (1) uma maior abertura e disponibilidade da Instituição no atendimento das reivindicações de alunos e professores e, (2) equipar a Universidade com mais recursos materiais e o aprimoramento do currículo.

No momento em que estamos terminando esta dissertação, podemos constatar que essas aspirações já estão sendo, em parte, atendidas.

Diante dos três tipos de obstáculos apontados pelos alunos, consideramos que os departamentos têm inúmeras tarefas pela frente.

Uma delas, seria a de adequar (sem perda da qualidade) o ensino, a pesquisa e a extensão universitária à representativa população de alunos trabalhadores, que alcança um total de 85% na USF, Campus II de Itatiba. Isto implica a revisão de objetivos, conteúdos, metodologias e recursos de ensino e, conseqüentemente, do próprio sistema de avaliação. Não se trata de rebaixar a qualidade, mas de adequar uma educação universitária para uma população estudantil com características específicas. Para que o corpo docente e o próprio departamento consigam estas mudanças, a Instituição precisaria sentar-se à mesa das discussões com os professores e encontrar

uma forma participativa de planejamento universitário, ouvindo ainda mais aos alunos e aos mestres da Universidade, de modo que todos, em conjunto, alcancem os objetivos mais significativos para todos.

3a. Questão: Quais as disciplinas que você considera importantes durante o curso ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- As disciplinas mais importantes são as específicas	197	90,78	60,80
- Todas as disciplinas são importantes . .	75	34,56	23,15
- As disciplinas mais importantes são as não-específicas	52	23,96	16,05
TOTAL	324	100,00 (149,03)	100,00

4a. Questão: Até que ponto os seus professores, no desenvolvimento das disciplinas, levam em conta a existência de pré-requisitos no aluno ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u> %
- Os professores não levam em conta os pré-requisitos	65	29,96
- Os professores levam em conta os pré-requisitos	48	22,11
- Em branco	104	47,93
TOTAL	217	100,00

5a. Questão: Você considera que os conteúdos estudados são:

	Sim	%	Não	%	Em branco	%	Total Geral	Total de %
. Claros?	105	48,38	88	40,56	24	11,06	217	100,00
. Pertinentes?	85	39,18	98	45,16	34	15,66	217	100,00
. Desenvolvidos em tempo suficiente?	16	7,38	143	65,90	58	26,72	217	100,00
. Completos?	24	11,05	131	60,37	62	28,58	217	100,00
. Atualizados?	113	52,07	42	19,35	62	28,58	217	100,00
. Corretos?	104	47,92	38	17,51	75	34,57	217	100,00

6a. Questão: Você acha que os professores têm dosado adequadamente os conteúdos ?

	Sim	%	Não	%	Em branco	%	Total Geral	Total de %
. Em relação ao curso	57	26,27	108	49,77	52	23,96	217	100,00
. Em relação ao tempo disponível	72	33,18	92	42,40	53	24,42	217	100,00

7a. Questão: Os professores têm privilegiado ...

	Sim	%	Não	%	Em branco	%	Total Geral	Total de %
. A quantidade	60	27,65	56	25,80	101	46,55	217	100,00
. A qualidade	63	29,03	55	25,35	99	45,62	217	100,00
. Ambas	40	18,43	38	17,51	139	64,06	217	100,00

8a. Questão: Você acha que os seus professores têm apresentado adequadamente os conteúdos, indicando outras fontes bibliográficas?

	Sim	%	Não	%	Em branco	%	Total Geral	Total de %
	100	46,08	67	30,88	50	23,04	217	100,00

9a. Questão: Os alunos e seus aspectos s̄ocio-econ̄omicos t̄em sido levados em conta na seleç̄ao e organizaç̄ao dos contēudos?

Sim	%	Nã	%	Em branco	%	Total Geral	Total de %
56	25,80	113	52,08	48	22,12	217	100,00

As quest̄oes 3a. à 9a. analisam, principalmente, a fala dos alunos em relaç̄ao ao desenvolvimento dos contēudos programáticos à n̄ivel de disciplina, de departamento e de cursos.

Em relaç̄ao à 3a. quest̄ao, é n̄itida a prefer̄encia dos alunos em relaç̄ao às disciplinas espec̄ificas. Esta prefer̄encia poderã ter v̄arias explicaç̄oes. Uma delas estã ligada mais diretamente às diferentes formaç̄oes de natureza profissional dos cursos pelos quais os alunos optaram, enquanto que as disciplinas nã espec̄ificas estariam ligadas à formaç̄ao geral do educando. Seria interessante que os departamentos, no in̄icio dos cursos e no in̄icio do ano letivo (em todas as s̄eries), apresentassem aos alunos uma justificativa e explicaç̄ao do por que da inclusã de todas as disciplinas no curr̄iculo dos cursos e da contribuiç̄ao que todas elas apresentam em relaç̄ao à formaç̄ao integral e profissional dos alunos.

Os departamentos poderiam realizar esta tarefa atrav̄es dos pr̄oprios docentes.

A preparaç̄ao e o desenvolvimento dos contēudos pelos departamentos, é uma das tarefas mais relevantes do mesmo. Entendemos por CONTĒUDOS, a organizaç̄ao do conhecimento e das experīencias educativas que serão desenvolvidas com os alunos em sala de aula ou fora dela. Estas atividades de ensino-apren

dizagem envolvem situações, mensagens, estudo de problemas reais ou de representação de problemas, análise de fatos ou teorias, fórmulas, teoremas, conflitos, assuntos ou fenômenos, vivências que o aluno e o professor experimentam nas diversas situações de ensino-aprendizagem às quais todos são expostos.

No desenvolvimento do conteúdo, principalmente no nível universitário, é muito importante que se perceba a unidade da ciência na multiplicidade de abordagens nas quais ela aparece, e isto merece um planejamento de currículo também integrado, tanto a nível de curso como a nível departamental. Uma das formas através da qual este objetivo de integração interdepartamental poderá ser conseguido, consiste no desenvolvimento do ensino em equipe, "*team teaching*". Uma das experiências vivenciadas pela Universidade São Francisco neste aspecto, foi o Projeto: Sexualidade Humana, desenvolvido por uma equipe de professores dos departamentos de Educação, Psicologia, Ciências Físicas e Biológicas, Ciências Sociais e Diretoria Comunitária.

A importância do planejamento e do desenvolvimento dos conteúdos pode ser constatada através da seguinte afirmação:

"O que baseia uma pedagogia, o que constitui o critério entre as pedagogias, são os conteúdos que estas representam, ou mais exatamente, as atitudes a que se propõem os alunos: que tipo de homem esperam formar? Uma pedagogia progressista distingue-se de uma pedagogia conservadora, reacionária ou fascista pelo que diz, pelo que explica, sobre o racismo, as guerras, as desigualdades, a começar pelas desigualdades de êxito na classe e sobre as diferentes práticas que se ligam às diferen - tes interpretações." (SNYDERS, 1976, p. 309)

Para este autor, o conteúdo, o saber ensinado, é muito importante; a forma lhe é subordinada. Deve existir uma primazia dos conteúdos. É no saber ensinado que se joga o verdadeiro destino das pedagogias.

Na vida universitária, a seleção e a organização dos conteúdos é um momento muito importante, do qual deveriam participar os professores (especialistas, educadores, profes-

sores que seguem e precedem a disciplina, chefes de departamento e coordenadores de curso, quando existirem) e os alunos (através de seus representantes junto ao departamento, dos monitores, e de pesquisas junto aos alunos).

Os CONTEÚDOS são meios através dos quais os objetivos da instituição, dos cursos e dos departamentos são alcançados. Os valores dos mestres, dos alunos, da sociedade e da instituição influenciam grandemente a opção pelos conteúdos, daí que esta opção deva ser feita com precisão, profundidade e amplitude. A preparação dos conteúdos exige dos professores um estudo e uma atualização constantes dos mesmos e a instituição deve providenciar condições para que isto ocorra, tais como, possuir bibliografias atualizadas sobre as diferentes áreas do conhecimento, dar oportunidade a que os docentes participem de cursos, semanas de estudos, seminários, na própria Universidade e nas demais universidades oficiais e particulares, propiciar sua participação em congressos, intercâmbios culturais entre as universidades da região, como UNICAMP, USP, PUC-SP, PUCC e outras. Lembrar que:

"A dificuldade em determinar os conteúdos decorre:

- a) da natureza dinâmica dos conteúdos;
- b) da determinação do diagnóstico da realidade."

(TURRA, 1957, p. 104)

A natureza dinâmica dos conteúdos relaciona-se às mutações e crescimento constante do mundo dos conhecimentos, o que exige um permanente estado de atualização dos professores. O diagnóstico da realidade implica, também, num levantamento constante das necessidades e interesses dos alunos, das necessidades sociais relevantes, da existência ou não dos pré-requisitos nos alunos, relacionados com os conhecimentos que serão abordados na disciplina.

Segundo Turra, três aspectos são importantes quando se trabalha com os conteúdos:

- a) a seleção dos conteúdos

b) a organização dos conteúdos

c) a integração curricular.

"Sabemos que o mundo do conhecimento se caracteriza por sua natureza variada, seu permanente aumento e, também, pelas interrelações entre seus diferentes campos. Isto, portanto, deixa evidente que o conhecimento se caracteriza pela diversidade na unidade." (TURRA, 1957, p. 116)

"A aprendizagem resulta mais eficaz quando os fatos e princípios assimilados em um campo podem ser relacionados com o outro, especialmente se este conhecimento é aplicado." (TABA, 1974, p. 392)

Estas colocações falam por si mesmas sobre a importância da seleção e da organização dos conteúdos e da necessidade de uma integração curricular no desenvolvimento do currículo. Os três aspectos: seleção, organização e integração dos conteúdos, precisam ser cuidadosamente tratados pelo departamento (tanto a nível de departamento, como a nível de curso e de universidade).

"La crisis de la enseñanza no constituye una crisis de métodos, no puede ser comprendida a partir de los métodos, de las maneras de enseñar: representa una crisis de los contenidos de la enseñanza." (SNYDERS, 1979, p. 5)

Segundo esse pensador, "no se puede enseñar si no se tiene algo para enseñar." (SNYDERS, 1979, p. 10)

Considerando-se a complexidade da tarefa de selecionar conteúdos, seria interessante mencionar os critérios para a referida seleção: "Validade, Flexibilidade, Significação, Possibilidades de Elaboração Pessoal e Utilidade" (TURRA, 1975, p. 111).

Na organização dos conteúdos, é importante considerar também alguns critérios, como os da "Logicidade, Gradualidade e Continuidade" (TURRA, 1975, p. 114-115).

10a. Questão: Você possui condições materiais para obter todos os recursos materiais solicitados pelos seus professores para o desenvolvimento dos programas?

Sim	%	Não	%	Em branco	%	Total Geral	Total de %
67	30,88	96	44,23	54	24,89	217	100,00

11a. Questão: Quais são as suas sugestões para suprir estas necessidades?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Melhorar as condições da Biblioteca	54	24,88	34,17
- Planejamento conjunto com professores e alunos, através do Departamento, para solução dos problemas e de reestruturação dos cursos	23	10,59	14,55
- Organizar uma cooperativa para venda de materiais com preço mínimo para os alunos (livros, apostilas, materiais escolares, xerox)	21	9,67	13,29
- Os professores deverão oferecer alternativas viáveis	12	5,52	7,59
- Solicitar mais pesquisas bibliográficas e organizar um cronograma para entrega dos mesmos	12	5,52	7,60
- Melhorar os recursos audio-visuais	12	5,52	7,60
- Melhorar os laboratórios	12	5,52	7,60
- A Universidade deve oferecer condições (restaurante universitário, optativas de graça)	12	5,52	7,60
TOTAL	158	< 100,00 (72,74)	100,00

12a. Questão: Quais os recursos de ensino que, na sua opinião, se fossem utilizados, contribuiriam para uma aprendizagem significativa?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Recursos e materiais audiovisuais	49	22,58	21,40
- Aulas mais práticas e menos teóricas	22	10,13	9,60
- Utilização de técnicas de ensino socializadas (debates, seminários, dramatização)	22	10,13	9,60
- Utilização dos laboratórios	18	8,29	7,87
- Organizar palestras, semanas culturais	17	7,83	7,42
- Melhor desempenho pedagógico dos professores	15	6,91	6,55
- Desenvolvimento de pesquisas de vários tipos	13	5,99	5,68
- Bibliotecas bem equipadas	11	5,06	4,80
- Reuniões de curso e de departamentos para a integração curricular dos conteúdos	09	4,14	3,93
- Utilização de apostilas	09	4,14	3,93
- Utilização de técnicas de ensino individualizadas	08	3,68	3,50
- Técnicas de ensino onde o diálogo professor-aluno esteja presente	06	2,76	2,62
- Tempo e lugar para a realização de estágios	06	2,76	2,62
- Melhorar os conteúdos das disciplinas	05	2,30	2,19
- Apresentar programa no início do ano	05	2,30	2,19
- Criação de cursos optativos de graça	04	1,84	1,74
- Reestruturação dos cursos	04	1,84	1,74
- Excursões, visitas a instituições diversas.	03	1,38	1,31
- Incentivar a monitoria	03	1,38	1,31
TOTAL	229	> 100,00 (105,44)	100,00

13a. Questão: Quais os recursos que você não aprecia para o ensino e para a aprendizagem ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u>	<u>Porcent.</u>
		%	%
- Excesso de aulas expositivas	36	16,58	29,03
- Despreparo do professor quanto aos conteúdos, técnicas e uso de recursos de ensino	22	10,13	17,74
- Estudos em grupos, sem a devida orientação do professor	17	7,83	13,70
- Professores que utilizam somente a lousa, sem completar com explicações	15	6,91	12,10
- Todos os recursos são bons quando bem utilizados	08	3,68	6,46
- Falta diálogo professor-aluno	05	2,30	4,04
- Biblioteca inadequada	05	2,30	4,04
- Faltam recursos de ensino	05	2,30	4,04
- Utilizar melhor os laboratórios.	04	1,84	3,22
- É preciso dosar melhor a quantidade de exercícios	04	1,84	3,22
- Equipar melhor os laboratórios com monitores	03	1,38	2,41
TOTAL	124	100,00 (57,09)	100,00

Através das questões 10, 11, 12 e 13, procuramos saber dos alunos como eles vêm a utilização dos recursos de ensino pelos professores, e pudemos constatar o seguinte:

. Um fato percebido foi o de que a Universidade precisa equipar-se melhor quanto à existência e à complementação de recursos de ensino. Por outro lado, constatou-se que os recursos já existentes não estão sendo utilizados satisfatoriamente pelos estudantes e professores. Muitos docentes desconhecem os recursos de ensino que a Universidade possui e que

estão à disposição de alunos e professores.

A utilização de recursos no ensino e na aprendizagem, dependem dos objetivos que foram definidos a nível de curso, e da disciplina e dos conteúdos que foram selecionados e organizados em função dos próprios objetivos. Eles dependem, ainda, das técnicas de ensino que serão utilizadas pelos professores. Muitas vezes, a utilização dos recursos fica prejudicada inclusive pela ausência de uma infraestrutura, como iluminação, tomadas, disposição das carteiras, salas apropriadas, meios multissensoriais disponíveis, habilidade para manuseá-los, comportamento do professor e da própria classe.

Poderíamos pensar, acompanhando o crescimento da Universidade, em um Centro de Recursos Audiovisuais, assessorando os diversos departamentos e atendendo cada um deles com materiais específicos para cada área do conhecimento.

Uma outra idéia que nos ocorre, seria a de que os diversos departamentos, através de um trabalho multidisciplinar, poderiam, ainda, produzir materiais didáticos para uso interno e para uso da comunidade, fato que já vem acontecendo em inúmeras escolas de nível superior do país.

A utilização de recursos de ensino dependerá, sempre, das metodologias e técnicas utilizadas por docentes e alunos, e ela é de grande importância como auxiliar do processo ensino-aprendizagem.

14a. Questão: Descreva maneiras de ensinar que você considera eficientes para o processo ensino-aprendizagem.

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u> (nº)	<u>Porcentagem</u> (%)
- Técnicas de ensino do tipo socializadas (debates, estudo em grupo, seminários, tempestade cerebral, mesa redonda, atividades com a participação dos alunos)	60	27,64
- Aulas do tipo expositivo (narração, palestras, demonstrações, explicações)	24	11,05
- Uso de recursos audiovisuais	21	9,68
- Diálogo com os alunos	20	9,21
- Atividades do tipo teórico-práticas	19	8,76
- Desenvolvimento de pesquisas	15	6,91
- Utilização de várias técnicas na mesma aula . .	14	6,45
- Planejamento dos conteúdos com muito cuidado .	13	6,00
- Aulas motivadoras	08	3,69
- Professores bem capacitados e motivados	08	3,69
- Uso de laboratórios	05	2,30
- Utilização de técnicas individualizadas	03	1,39
- Desenvolver exercícios de fixação	03	1,39
- Exigir mais dos alunos.	02	0,92
- Cuidar da integração curricular	02	0,92
TOTAL:	217	100,00

15a. Questão: Descreva maneiras de ensinar que você não aprecia.

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Métodos expositivos	41	18,89	43,16
- Seminários dados por alunos e mal preparados	15	6,91	15,80
- Leituras de textos, sem explicações . . .	08	3,68	8,42
- Debates, sem orientação e sem explicações	06	2,76	6,31
- Falta de aplicações práticas	05	2,30	5,26
- Todos os métodos são adequados	05	2,30	5,26
- Falta de paciência, mau humor, rigidez . .	04	1,84	4,21
- Falta de domínio do conteúdo	03	1,38	3,16
- Falta de participação do aluno	03	1,38	3,16
- Estudar só para prova	02	0,92	2,10
- Assistir filmes, sem discutí-los	02	0,92	2,10
- Excesso de exercícios	01	0,46	1,06
TOTAL	95	<100,00 (43,74)	100,00

16a. Questão: O que você sugere para que algumas aulas se tornem menos cansativas e monótonas e tragam um interesse maior?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Utilização de técnicas socializadas (debates, discussões, seminários, dramatizações, questionamentos)	28	12,90	15,90
- Melhor preparação das aulas, principalmente dos conteúdos	24	11,05	13,63
- Professores mais motivados	19	8,75	10,79
- Utilização de recursos audiovisuais (filmes, video-cassete, slides)	17	7,83	9,65
- Que as aulas sejam teórico-práticas	17	7,83	9,65
- Alunos mais motivados e interessados	16	7,37	9,10
- Palestras	11	5,06	6,26
- Diversificar técnicas de ensino	11	5,06	6,26
- Pesquisas de diversos tipos	10	4,60	5,69
- Maior participação dos alunos em classe	01	0,46	0,56
- Maior flexibilidade por parte dos professores	07	3,22	3,98
- Distribuir melhor os horários de aulas	05	2,30	2,84
- Leituras de textos antes das aulas	04	1,84	2,28
- Criar plantão "tira-dúvidas"	04	1,84	2,28
- Avaliar trabalhos em grupo	02	0,92	1,13
TOTAL	176	< 100,00 (81,03)	100,00

As questões 14, 15 e 16 analisam o emprego de métodos, técnicas e procedimentos de ensino-aprendizagem pelos professores dos diferentes departamentos.

A questão 14 e suas respostas revelam as preferências dos alunos relacionadas com a utilização das técnicas de ensino e a necessidade de um uso diversificado das referidas técnicas. Há uma coerência entre as respostas 15 e 16. Há uma preferência pelas técnicas socializadas na questão 15 e uma rejeição pelos métodos discursivos na questão 16. As sugestões da questão 17 revelam que a preparação dos conteúdos, independentemente do uso das técnicas, é relevante. Os conteúdos são mais importantes do que a forma de estudo ou transmissão.

Os métodos, técnicas e procedimentos de ensino são meios que o professor utiliza em sala de aula, para facilitar a aprendizagem dos alunos, ou seja, para conduzi-los em direção aos objetivos das aulas, das unidades e do próprio curso.

Conceituando estas expressões, entendemos, primeiramente, que MÉTODO (latim: *methodus* vem do grego: *meta*= meta e *odos* = caminhos) é o caminho para se chegar a um determinado lugar. Didaticamente falando, MÉTODO seria o caminho para se alcançar os objetivos estipulados em um planejamento de ensino, ou caminho para se chegar a um fim.

Se o método indica o caminho, a TÉCNICA mostra como percorrê-lo. Técnica significa "como fazer algo". O método se efetiva por meio das técnicas. Um método de ensino, para alcançar os seus objetivos, precisa lançar mão de uma ou mais técnicas de ensino.

Entendemos que PROCEDIMENTOS DE ENSINO são ações, processos ou comportamentos planejados pelo professor, para colocar o aluno em contato direto com coisas, fatos, ou fenômenos que o possibilitem modificar sua conduta, em função dos objetivos previstos. (TURRA, 1975, p. 126)

As técnicas de ensino são maneiras particulares de organização do ensino, a fim de provocar a atividade do aluno, no processo de aprendizagem.

O MÉTODO seria, portanto, o conjunto organizado de técnicas e procedimentos de ensino.

Um dos dilemas que o professor enfrenta em sua atividade docente, é o da escolha e da organização das atividades que serão realizadas em sala de aula ou fora da sala de aula. É importante a organização do espaço onde vai ocorrer a aprendizagem. É preciso, durante o planejamento, descrever o que será realizado, pelo menos em suas linhas gerais. A previsão do tempo e dos procedimentos que serão utilizados por alunos e professores estão incluídas aqui.

É importante não esquecer que, por detrás dos procedimentos escolhidos, está presente uma filosofia de educação e uma psicologia educacional, daí que a escolha dos procedimentos não é uma questão neutra. A opção pelos três grandes grupos de procedimentos: discursivos ou expositivos, individualizados ou socializados, reflete, também, uma opção por uma concepção de educação.

Os alunos da Universidade São Francisco esperam uma utilização diversificada de procedimentos e um uso adequado dos mesmos pelos professores, e estas questões poderão ser perfeitamente aprofundadas e refletidas através dos diferentes departamentos. Para poder diversificar e usar adequadamente os procedimentos de ensino, o professor precisa conhecê-los e relacioná-los com o ensino de sua disciplina. É preciso que exista uma flexibilidade em relação ao uso dos procedimentos em função dos objetivos e dos conteúdos.

Hã diversos fatores "que afetam a escolha das atividades de ensino-aprendizagem: os objetivos educacionais, a experiência didática do professor, a etapa no processo de ensino, o tempo disponível, as facilidades físicas, a estrutura do assunto e tipo de aprendizagem envolvidos, as contribuições e limitações das atividades de ensino, os tipos de alunos, a aceitação e experiência dos alunos." (BORDENAVE, 1980, p. 123)

A variação dos procedimentos, métodos e técnicas permite atender às diferenças individuais dos alunos e exige do professor uma atualização e renovação constantes, levando em conta o *feedback* da classe na escolha dos procedimentos.

17a. Questão: Você está satisfeito com o sistema de avaliação utilizado pelos seus professores? Dar sugestões.

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>	
		%	
- Sim	32	14,74	
- Não	123	56,69	
- Em branco	62	28,57	
TOTAL	217	100,00	

<u>Sugestões</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u>	<u>Porcent.</u>
		%	%
- Além das provas, incluir outros instrumentos de avaliação	60	27,64	44,45
- Não fazer avaliação da capacidade de memorização	10	4,60	7,40
- Melhorar instrumentos de avaliação	10	4,60	7,40
- A avaliação deve ser um processo contínuo	10	4,60	7,40
- Nos dias de prova não deve haver aulas	10	4,60	7,40
- Os alunos preocupam-se com a aprovação e não com a aprendizagem	06	2,76	4,44
- A avaliação deve incluir apenas o que foi ensinado	06	2,76	4,44
- É preciso acabar com a "cola"	05	2,30	3,71
- A avaliação deve ser rigorosa	05	2,30	3,71
- Aumentar a média de 5,0 para 7,0	05	2,30	3,71
- As avaliações deverão ser colocadas em dias alternados	05	2,30	3,71
- Não se deve pagar revisão de prova	03	1,38	2,24
TOTAL	135	< 100,00 (62,14)	100,00

18a. Questão: O que você sugere em relação ao sistema de avaliação utilizado em seu curso ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Incluir na avaliação: auto-avaliação, interesse, participação, trabalhos individuais e em grupo, provas orais, entrevistas e provas	60	27,64	57,70
- A avaliação deve ser global e contínua	12	5,52	11,54
- A avaliação deveria ser debatida entre alunos e professores	11	5,06	10,57
- Não deveria haver aula em dia de prova	08	3,68	7,70
- Que os alunos possam ver as provas, sem pagar, antes de oficializá-las	05	2,30	4,80
- Que as provas avaliem o que foi dado	05	2,30	4,80
- A média deve ser maior que 5,0	03	1,38	2,89
TOTAL	104	< 100,00 (47,88)	100,00

Estas questões objetivam especificamente conhecer a opinião dos alunos sobre o sistema de avaliação utilizado pelos professores. Através das respostas, podemos notar que, além da questão da preparação dos conteúdos, a da avaliação representa um dos pontos críticos que precisa ser aperfeiçoado, revisto, por professores e pelos Departamentos da USF.

Os alunos solicitam que os professores façam da avaliação um processo contínuo e que utilizem vários e diferentes tipos de instrumentos para obter a síntese da avaliação bimestral. A questão da avaliação precisa ser aprofundada através de debates, seminários de estudo, núcleo de apoio pedagógico, com a participação conjunta de professores e alunos.

Avaliar corretamente exige, por parte dos docentes, competência técnica e profissional, exige tempo para fazê-lo e condições ideais de contratação de professores, isto

porque o docente não é um profissional que trabalha apenas no horário de aulas, pelo contrário, a preparação e a avaliação do trabalho docente e discente incluem muitas horas extras, fora dos horários regulares de aulas. Normalmente, os docentes (não são os de ensino superior, mas também os dos demais graus de ensino) não são valorizados convenientemente pelo trabalho que executam fora da escola, antes e depois do processo ensino-aprendizagem em sala de aula.

Avaliar é um processo difícil e complexo, principalmente no ensino superior. Há necessidade de uma permanente reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida e sobre seu replanejamento.

O processo de avaliação pelo qual fazemos opção depende:

- a) dos objetivos propostos para o ensino, para a pesquisa e para a extensão universitária;
- b) dos conteúdos propostos no processo ensino - aprendizagem;
- c) dos métodos e técnicas, procedimentos e recursos utilizados: atividades individuais ou em grupos, atividades interligadas ou interdisciplinares, atividades do tipo dissertativo e outras).

A avaliação poderá ocorrer, num processo contínuo, de maneira diagnóstica, formativa e somativa, utilizando diversos meios, como a observação, as provas dissertativas e objetivas, as entrevistas, as monografias, os trabalhos de pesquisa individual ou em grupo.

A avaliação sendo um processo tão complexo, deve acontecer não só em relação ao desempenho do aluno, mas deve incluir também a avaliação dos professores e funcionários dos departamentos. Os cursos, deveriam também ter a sua avaliação, periodicamente; enfim, toda a Universidade deveria se autoavaliar e ser avaliada para que possa, quando necessário, rever seus procedimentos.

19a. Questão: Liste nesta questão todas as sugestões que você pode apresentar para melhorar a qualidade de ensino de seu curso.

<u>Sugestões</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Aprimoramento do currículo (aspectos quantitativos e qualitativos)	73	33,64	16,48
- Melhorar instalações e equipamentos de Universidade (laboratórios, biblioteca, laboratório de línguas, salas de estudo para alunos, clínica)	60	27,64	13,54
- Incentivar e valorizar os professores experientes, capacitados, motivados	50	23,04	11,29
- Melhor desempenho dos docentes nos aspectos de preparação, execução e avaliação do trabalho docente (domínio dos conteúdos, comunicação, avaliação)	41	18,89	9,26
- Utilização de recursos audiovisuais no ensino	40	18,43	9,02
- Convidar conferencistas, desenvolver Semanas Culturais, oferecer matérias optativas	31	14,28	7,00
- Atividades teórico-práticas, vivências de teorias	25	11,52	5,64
- Utilização de métodos de ensino diversificados (socializados, individualizados, narrativos)	20	9,21	4,52
- Atender reivindicações dos alunos (terapia, sala de estudos, plantão "tira-dúvidas")	20	9,21	4,52
- Universidade democrática: maior autonomia e valorização dos departamentos	16	7,37	3,62
- Maior integração professor-aluno	16	7,37	3,62
- Melhores condições de estágio e de relacionamento com a comunidade	15	6,91	3,39
- Melhorar aspectos burocráticos (horários, horários de provas)	12	5,52	2,70
- Melhorar a integração curricular	08	3,68	1,80
- Desenvolver e valorizar as pesquisas	08	3,68	1,80
- Melhorar a participação dos alunos em classe	08	3,68	1,80
TOTAL	443	> 100,00 (204,07)	100,00

A 19a. questão representa uma síntese do pensamento do aluno, levantada através de todas as questões. Os aspectos apontados no sentido de se conseguir, na Universidade, através dos departamentos, uma melhor qualidade de ensino, apontam numa hierarquia os aspectos mais relevantes da Instituição que deverão ser aprimorados. A conquista destas condições não depende somente dos docentes — ela exige, por parte da própria Instituição e de outros setores da Universidade, alguns procedimentos importantes. Poderíamos ir mais longe, afirmando que estes procedimentos deveriam ocorrer, inclusive, além da própria Universidade, pois dependeriam de uma política nacional de valorização do ensino de 3º grau. Tentaremos fazer um levantamento destes procedimentos quando efetuarmos a conclusão do trabalho.

CONCLUSÃO

Os estudos que acabamos de realizar, permitem-nos, tendo como base os resultados obtidos na pesquisa, concluir o que segue.

Na Universidade São Francisco - Campus II, localizado no Município de Itatiba, o número de pessoas que compõem os departamentos é menos importante do que as características de personalidade das pessoas que os compõem; do que a participação e a filosofia de trabalho do grupo; e do que as decisões que são tomadas pelos próprios departamentos. A USF é uma universidade nova, com a possibilidade de ser livre dos vícios da catedralização. É pequena, quanto ao porte, o que evita os problemas decorrentes do gigantismo.

Nesta universidade não houve a passagem do sistema de cátedra para o de departamentos, pois ela já nasceu sob a influência da Lei nº 5.540/68, não havendo, portanto, reminiscências da cátedra (catedralização dos departamentos), e nem das super-cátedras. Não há número excessivo de departamentos em cada faculdade.

Há um Conselho Departamental, em cada Faculdade, formado pelos Chefes de Departamentos, um representante da Coordenadoria de Estudos do Homem Contemporâneo, um representante dos Supervisores de Estágios, um representante dos

alunos da Faculdade, e o Diretor da mesma, que é o Presidente do Conselho.

A escolha dos chefes é feita através da indicação de uma lista tríplice apresentada pelos professores de cada departamento. A escolha final é feita pelo Reitor, que designa o chefe do departamento. Nesse aspecto, o departamento é um órgão consultivo, e não propriamente deliberativo.

Na USF não há representantes de empresários no Conselho Departamental, como prevê a legislação.

No Campus II da USF, há departamentos que poderiam ser desdobrados, como é o caso do Departamento de Psicologia, com 48 disciplinas, assim como há departamentos monodisciplinares, como o de Educação Física. O número ideal de disciplinas por departamento seria entre 15 e 20. (Ver Anexo II)

As matrículas são anuais e os alunos não são agrupados por disciplinas, mas por cursos, condição que permite uma melhor qualidade de ensino, com turmas menores e com alunos de um mesmo curso.

O Estatuto e o Regimento da Universidade prevêem a possibilidade, e a pesquisa revela a necessidade, de uma maior valorização e preparação dos recursos humanos técnicos e administrativos. A questão da qualidade está ligada à possibilidade de uma política salarial e de aperfeiçoamento de recursos humanos para a instituição. Assim como são criados cursos para os docentes, visando o seu aperfeiçoamento, poderiam ser desenvolvidos, também, cursos para os próprios funcionários, a nível de extensão, aperfeiçoamento, especialização, e até de pós-graduação, pois muitos funcionários já possuem a graduação.

O grande objetivo dos alunos, em relação aos estudos, está ligado às habilitações profissionais. Para isto, eles têm uma expectativa de melhor desempenho dos departamentos e de uma maior disponibilidade e abertura por parte da

Instituição, no sentido de atendê-los em seus anseios, mas, para isso, os representantes discentes precisam participar mais da vida departamental.

Os alunos se caracterizam por ser uma juventude estudantil trabalhadora, pois cerca de 85% dos alunos trabalham e estudam.

As disciplinas específicas são muito valorizadas pelos alunos, dada a sua ligação direta com a profissionalização.

Os aspectos ligados à preparação, organização, comunicação, integração e avaliação dos conteúdos disciplinares, precisam ser aprimorados por todos os departamentos, tanto a nível de cursos, como a nível dos próprios departamentos.

A Universidade precisa investir, mais do que já vem fazendo, na melhor preparação dos docentes, tanto nos aspectos dos conteúdos específicos, como dos pedagógicos. São louváveis os esforços que já vem sendo desenvolvidos, mas é preciso, segundo a pesquisa, ampliar essas possibilidades. É importante considerar aqui os cursos de pós-graduação, de várias universidades na região, no aprimoramento dos docentes universitários.

Quanto aos recursos materiais de ensino, há necesidade de se melhorar a biblioteca, o setor de audiovisuais e os laboratórios. Os professores reivindicam mais e melhores espaços físicos para a vida departamental. Os alunos reivindicam uma cooperativa, com materiais didáticos de baixo custo. Professores e alunos precisam conhecer os recursos já existentes e utilizá-los adequadamente, pois muitos desses recursos não são por eles conhecidos.

Em relação às metodologias de ensino, há necesidade de uma diversificação das mesmas e, também, uma solicitação no sentido de serem incentivadas as atividades de natureza teórico-prática.

A insatisfação com o sistema de avaliação é muito significativa. É preciso diversificar o uso de instrumentos no processo de avaliação e fazer da mesma um processo cumulativo e contínuo. É preciso pensar na avaliação de todo o sistema universitário, e não só dos alunos.

Os currículos devem ser revistos e aprimorados continuamente, por representações docentes e discentes, a nível de cursos e de departamentos. Para o aprimoramento dos currículos, poderiam ser organizados seminários de estudos e um setor de apoio pedagógico, bem como, um intercâmbio cultural com outras instituições universitárias do país, principalmente com as mais próximas, como UNICAMP, USP e PUCC.

Segundo os dados da pesquisa, a questão das verbas e orçamentos para a Universidade é muito relevante, pois delas derivam recursos para a manutenção da mesma. Além do recebimento das anuidades, taxas e emolumentos dos alunos, a Universidade necessita de outras fontes de arrecadação para a cobertura de suas despesas com pessoal, prédios, instalações, ensino, pesquisa e extensão universitária. Outra questão importante é a da redistribuição das verbas pelos diferentes departamentos.

Um dos aspectos muito solicitado pelos docentes, em termos de revisão, é o da carreira docente. A Comissão de Docentes dos três 'campi' (São Paulo, Itatiba e Bragança Paulista), já elaborou um projeto que está em funcionamento este ano e que deverá sofrer novas alterações nos anos vindouros, na tentativa de atender às várias formas de reivindicações dos docentes.

Consideramos o regime do professor-horista, incompatível com o sistema departamental, pois neste tipo de organização, o trabalho em equipe é fundamental para o funcionamento, tanto dos cursos, como dos departamentos, e o professor horista quase sempre tem dificuldade para comparecer aos trabalhos em equipe, do tipo reuniões, seminários de estudo e outras formas de encontros acadêmicos.

Considerando os dados obtidos na pesquisa, a autonomia dos docentes e dos departamentos, nos processos de admissão e dispensa dos professores, também precisa ser repensada, pois, neste aspecto, como em outros, o poder de decisão está muito centralizado em instâncias superiores, a tal ponto que os professores consideram o departamento mais um órgão consultivo do que deliberativo.

Quanto às chefias de departamento, verificou-se que há necessidade de um maior número de horas atribuídas às chefias, em virtude do acúmulo de atribuições e responsabilidades a serem desincumbidas pelas mesmas. O tipo de liderança predominante entre as chefias é a da liderança democrática.

Há necessidade urgente da criação de coordenadorias de curso e de outras, quando as circunstâncias o exigirem, articulando-se essa coordenação de cursos com os departamentos. Essas coordenadorias poderiam ser rotativas, dando-se a todos os membros dos departamentos e dos cursos, a oportunidade da coordenação dos trabalhos.

Na USF, os departamentos desenvolvem atribuições de natureza administrativa e de natureza didático-científica, além de pedagógica, ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Estas últimas são mais complexas, urgentes e necessárias, e deveriam ocupar um tempo muito maior; são as que deveriam predominar na vida departamental. Na USF, quase que todas as funções administrativas dos departamentos são executadas por uma Secretaria Geral, que atende a todos os departamentos da Instituição, junto às respectivas faculdades. Esta Secretaria depende da qualidade dos recursos humanos do setor.

Um dos momentos importantes da vida departamental é o das reuniões, onde são preparadas, acompanhadas e avaliadas as atividades desenvolvidas pelos departamentos através de seus membros.

As principais dificuldades vividas pelos departa-

mentos no desempenho de suas atribuições, estão ligadas à "falta de comunicação entre as várias instâncias administrativas e os departamentos, à falta de autonomia dos departamentos, aos contratos de trabalho e carreiras desestimulantes." (*) Nestes últimos meses, esses aspectos já começam a ser revisitos em quase toda a comunidade universitária.

Na USF, predominam as atividades de ensino. As pesquisas e a extensão universitária existem, mas não na mesma intensidade, talvez pelo seu pequeno porte e pelo seu curto tempo de existência. As atividades de ensino estão mais ligadas à graduação. Há necessidade de que sejam incentivados os cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, e os cursos de pós-graduação, como já começa a acontecer, sob a coordenação da CEAPE - Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão.

Uma forma alternativa de organização universitária para a USF, proposta pela pesquisa, seria a da organização da mesma em colegiados de cursos e não apenas de departamentos.

Entre as funções do departamento, mencionadas através da pesquisa, estão as de planejar, acompanhar e avaliar, participativamente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Há necessidade de momentos de planejamentos comuns e de atividades, também a nível de cursos, o que iria permitir a integração da unidade do conhecimento científico e filosófico, representado através das várias disciplinas, tanto em relação ao ensino, como à pesquisa e à extensão universitária.

Consideramos que as funções do departamento devem ser realizadas de forma participativa, com a presença de todos os membros dos departamentos, inclusive dos representantes discentes. As funções precisam também ser aprimoradas. A coordenação das tarefas, tanto a nível de departamento como de curso, precisa ser aperfeiçoada. O mesmo pode-se dizer em relação à integração curricular.

(*) Depoimento dos entrevistados

Através da pesquisa realizada, uma outra constatação pode ser feita: a de que os departamentos são entidades relativamente desconhecidas pelos próprios participantes.

Algumas das reivindicações dos docentes, expressas tanto através da pesquisa, quanto de outros meios de participação e mobilização, até o momento em que estamos redigindo estas conclusões, já foram alcançadas. Como exemplo, o pagamento de quinquênios, de auxílio-viagem, uma nova carreira do docente, a formação de uma Comissão de Docentes, e a equiparação das horas-aulas às aulas-atividades, já foram viabilizadas.

A partir da pesquisa realizada, podemos observar neste Quadro Comparativo, as expectativas dos alunos e as dos professores, em relação ao departamento dentro da estrutura universitária da USF:

Enquanto os Professores

pleiteiam,

os Alunos esperam:

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - que o Departamento seja um órgão deliberativo e não apenas consultivo; - que tenha maior autonomia; - que seja um órgão de convivência de profissionais e de trabalho em equipe; - que seja um órgão de apoio aos alunos e à Administração; - que seja um órgão de incentivo e de cooperação e da união dos professores; - que haja coordenação de esforços no sentido de resolver problemas dos alunos e proporcionar um ensino de qualidade. | <ul style="list-style-type: none"> - competência técnica e profissional dos docentes, quanto ao alcance de suas metas, quanto à organização do saber e dos conteúdos, quanto ao domínio das metodologias de ensino, quanto ao uso de recursos de ensino e de avaliação; - apoio e incentivo dos docentes e da Instituição; - realização pessoal e profissional. |
|---|--|

As expectativas não são conflitantes, pelo contrário, se complementam. Para que todos - Instituição, Docentes (Departamento) e Alunos alcancem o que desejam, há necessidade de algumas mudanças estruturais e funcionais, como as que acabamos de citar nessa conclusão, tanto a nível de Instituição, como a nível de Cursos e dos Departamentos.

Na tentativa de concluir com algumas considerações que julgamos as mais importantes no trabalho que ora estamos encerrando, colocamos o seguinte:

- A implantação da departamentalização na estrutura universitária brasileira ocorreu das mais diferentes formas (tal como previa a própria legislação) e, na USF - Campus II de Itatiba, ela tomou as características que foram citadas durante todo este trabalho. Na interpretação da legislação pertinente à departamentalização, a USF representa uma dentre as múltiplas formas em que ocorreu a implantação do departamento na estrutura universitária brasileira.

- O departamento (e a departamentalização) é ainda um organismo pouco conhecido na estrutura universitária, mesmo pelos elementos humanos que dele fazem parte. Enquanto perdurar a legislação que prevê a departamentalização, se faz necessário conhecer melhor esta forma de organização para que ela se torne um colegiado atuante no alcance dos objetivos da própria universidade tanto no que diz respeito ao Ensino, como à Pesquisa, como à Extensão, ou outros que sejam propostos. Para isso há a necessidade de uma infra-estrutura humana e material adequada aos anseios propostos pela própria universidade.

Mais importante do que investir em recursos materiais é investir em recursos humanos, tanto através de uma política salarial condizente com as necessidades, como através de uma política de aprimoramento profissional e humano dos referidos recursos.

- Há necessidade de uma descentralização do poder através das diferentes instâncias administrativas da Universi

dade, de modo que Diretorias, Conselhos Departamentais e Departamentos, tenham maior autonomia e poder de decisão quanto a assuntos os mais diversos.

- Os Departamentos precisam tornar-se mais deliberativos do que meramente consultivos.

- Além dos Colegiados, Departamentos e Conselhos Departamentais, é preciso criar, sempre que necessário, grupos e coordenações, como por exemplo, as coordenações de cursos e outras que se articulem com os Departamentos no aprimoramento do funcionamento da instituição.

- Há necessidade de um processo de comunicação maior, mais intenso e freqüente entre as diferentes hierarquias da Universidade na busca de soluções conjuntas para toda a comunidade universitária.

- Há necessidade de constante aperfeiçoamento do corpo docente. No alcance dos mais importantes objetivos da Universidade, é preciso aprimorar o Ensino, incentivar a Pesquisa e a Extensão Universitária, criando para isso uma infraestrutura humana e material condizente com a realidade.

- A Universidade precisa, através de meios alternativos, buscar recursos financeiros para que possa se autogerir, utilizando racionalmente os recursos existentes, mas tendo sempre como prioritários os investimentos nos recursos humanos.

- Mesmo sob a vigência de uma legislação que prevê a departamentalização como forma de organização universitária, nada impede que a USF estude, pesquise e experiencie outras formas alternativas de organização e a proponha àqueles que dirigem os destinos da educação universitária no Brasil.

Historicamente, a departamentalização nasceu numa época de fechamento político, de um governo autoritário, que visava preservar a ordem econômica, não atendendo às aspirações populares e marginalizando professores e alunos dos processos de decisão quanto aos problemas educacionais.

A teoria da departamentalização visava resolver a crise estudantil do momento, visava maior produtividade e economia de recursos, e o enfraquecimento das assembleias coletivas, a divisão dos professores e alunos, a desmobilização de docentes e discentes.

Pretendia, ainda, utilizar medidas tecnocráticas do mundo empresarial para resolver problemas de educação superior. Visava a separação entre curso e departamento, e a introdução, no ambiente universitário, do parcelamento do trabalho existente no mundo das empresas. Visava separar os meios dos objetivos, o ensino da pesquisa, e os conteúdos curriculares dos fins educativos. Pretendia introduzir na educação superior, os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, emprestados de outras organizações e, principalmente, a redução dos custos deste grau de ensino.

A universidade brasileira, tardiamente surgida entre nós, sempre esteve na dependência culturas de outras experiências universitárias estrangeiras e, no caso da departamentalização, a questão se repetiu.

Tivemos sempre um número excessivo de legislações e reformas, propondo mudanças que nunca chegaram a concretizar-se, esquecendo-se que a realidade muda as leis, e não o contrário.

A busca de soluções para os problemas da educação universitária brasileira, não pode continuar na dependência da cópia de modelos estrangeiros, atestado de nossa incompetência na solução dos problemas, mas deve-se buscar caminhos alternativos e diversificados de organizações universitárias, caminhos que sejam realistas, criativos, originais e, sobretudo

17a. Questão: Você está satisfeito com o sistema de avaliação utilizado pelos seus professores? Dar sugestões.

<u>Respostas</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Porcentagem</u>	
		%	
- Sim	32	14,74	
- Não	123	56,69	
- Em branco	62	28,57	
TOTAL	217	100,00	

<u>Sugestões</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u>	<u>Porcent.</u>
		%	%
- Além das provas, incluir outros instrumentos de avaliação	60	27,64	44,45
- Não fazer avaliação da capacidade de memorização	10	4,60	7,40
- Melhorar instrumentos de avaliação	10	4,60	7,40
- A avaliação deve ser um processo contínuo	10	4,60	7,40
- Nos dias de prova não deve haver aulas	10	4,60	7,40
- Os alunos preocupam-se com a aprovação e não com a aprendizagem	06	2,76	4,44
- A avaliação deve incluir apenas o que foi ensinado	06	2,76	4,44
- É preciso acabar com a "cola"	05	2,30	3,71
- A avaliação deve ser rigorosa	05	2,30	3,71
- Aumentar a média de 5,0 para 7,0	05	2,30	3,71
- As avaliações deverão ser colocadas em dias alternados	05	2,30	3,71
- Não se deve pagar revisão de prova	03	1,38	2,24
TOTAL	135	< 100,00 (62,14)	100,00

18a. Questão: O que você sugere em relação ao sistema de avaliação utilizado em seu curso ?

<u>Respostas</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Incluir na avaliação: auto-avaliação, interesse, participação, trabalhos individuais e em grupo, provas orais, entrevistas e provas	60	27,64	57,70
- A avaliação deve ser global e contínua . . .	12	5,52	11,54
- A avaliação deveria ser debatida entre alunos e professores	11	5,06	10,57
- Não deveria haver aula em dia de prova . . .	08	3,68	7,70
- Que os alunos possam ver as provas, sem pagar, antes de oficializá-las	05	2,30	4,80
- Que as provas avaliem o que foi dado	05	2,30	4,80
- A média deve ser maior que 5,0	03	1,38	2,89
TOTAL	104	< 100,00 (47,88)	100,00

Estas questões objetivam especificamente conhecer a opinião dos alunos sobre o sistema de avaliação utilizado pelos professores. Através das respostas, podemos notar que, além da questão da preparação dos conteúdos, a da avaliação representa um dos pontos críticos que precisa ser aperfeiçoado, revisto, por professores e pelos Departamentos da USF.

Os alunos solicitam que os professores façam da avaliação um processo contínuo e que utilizem vários e diferentes tipos de instrumentos para obter a síntese da avaliação bimestral. A questão da avaliação precisa ser aprofundada através de debates, seminários de estudo, núcleo de apoio pedagógico, com a participação conjunta de professores e alunos.

Avaliar corretamente exige, por parte dos docentes, competência técnica e profissional, exige tempo para fazê-lo e condições ideais de contratação de professores, isto

porque o docente não é um profissional que trabalha apenas no horário de aulas, pelo contrário, a preparação e a avaliação do trabalho docente e discente incluem muitas horas extras, fora dos horários regulares de aulas. Normalmente, os docentes (não são os de ensino superior, mas também os dos demais graus de ensino) não são valorizados convenientemente pelo trabalho que executam fora da escola, antes e depois do processo ensino-aprendizagem em sala de aula.

Avaliar é um processo difícil e complexo, principalmente no ensino superior. Há necessidade de uma permanente reflexão sobre a prática pedagógica desenvolvida e sobre seu replanejamento.

O processo de avaliação pelo qual fazemos opção depende:

- a) dos objetivos propostos para o ensino, para a pesquisa e para a extensão universitária;
- b) dos conteúdos propostos no processo ensino - aprendizagem;
- c) dos métodos e técnicas, procedimentos e recursos utilizados: atividades individuais ou em grupos, atividades interligadas ou interdisciplinares, atividades do tipo dissertativo e outras).

A avaliação poderá ocorrer, num processo contínuo, de maneira diagnóstica, formativa e somativa, utilizando diversos meios, como a observação, as provas dissertativas e objetivas, as entrevistas, as monografias, os trabalhos de pesquisa individual ou em grupo.

A avaliação sendo um processo tão complexo, deve acontecer não só em relação ao desempenho do aluno, mas deve incluir também a avaliação dos professores e funcionários dos departamentos. Os cursos, deveriam também ter a sua avaliação, periodicamente; enfim, toda a Universidade deveria se autoavaliar e ser avaliada para que possa, quando necessário, rever seus procedimentos.

19a. Questão: Liste nesta questão todas as sugestões que você pode apresentar para melhorar a qualidade de ensino de seu curso.

<u>Sugestões</u>	<u>Quantid.</u>	<u>Porcent.</u> %	<u>Porcent.</u> %
- Aprimoramento do currículo (aspectos quantitativos e qualitativos)	73	33,64	16,48
- Melhorar instalações e equipamentos de Universidade (laboratórios, biblioteca, laboratório de línguas, salas de estudo para alunos, clínica)	60	27,64	13,54
- Incentivar e valorizar os professores experientes, capacitados, motivados	50	23,04	11,29
- Melhor desempenho dos docentes nos aspectos de preparação, execução e avaliação do trabalho docente (domínio dos conteúdos, comunicação, avaliação)	41	18,89	9,26
- Utilização de recursos audiovisuais no ensino	40	18,43	9,02
- Convidar conferencistas, desenvolver Semanas Culturais, oferecer matérias optativas	31	14,28	7,00
- Atividades teórico-práticas, vivências de teorias	25	11,52	5,64
- Utilização de métodos de ensino diversificados (socializados, individualizados, narrativos)	20	9,21	4,52
- Atender reivindicações dos alunos (terapia, sala de estudos, plantão "tira-dúvidas")	20	9,21	4,52
- Universidade democrática: maior autonomia e valorização dos departamentos	16	7,37	3,62
- Maior integração professor-aluno	16	7,37	3,62
- Melhores condições de estágio e de relacionamento com a comunidade	15	6,91	3,39
- Melhorar aspectos burocráticos (horários, horários de provas)	12	5,52	2,70
- Melhorar a integração curricular	08	3,68	1,80
- Desenvolver e valorizar as pesquisas	08	3,68	1,80
- Melhorar a participação dos alunos em classe	08	3,68	1,80
TOTAL	443	> 100,00 (204,07)	100,00

A 19a. questão representa uma síntese do pensamento do aluno, levantada através de todas as questões. Os aspectos apontados no sentido de se conseguir, na Universidade, através dos departamentos, uma melhor qualidade de ensino, apontam numa hierarquia os aspectos mais relevantes da Instituição que deverão ser aprimorados. A conquista destas condições não depende somente dos docentes — ela exige, por parte da própria Instituição e de outros setores da Universidade, alguns procedimentos importantes. Poderíamos ir mais longe, afirmando que estes procedimentos deveriam ocorrer, inclusive, além da própria Universidade, pois dependeriam de uma política nacional de valorização do ensino de 3º grau. Tentaremos fazer um levantamento destes procedimentos quando efetuarmos a conclusão do trabalho.

CONCLUSÃO

Os estudos que acabamos de realizar, permitem-nos, tendo como base os resultados obtidos na pesquisa, concluir o que segue.

Na Universidade São Francisco - Campus II, localizado no Município de Itatiba, o número de pessoas que compõem os departamentos é menos importante do que as características de personalidade das pessoas que os compõem; do que a participação e a filosofia de trabalho do grupo; e do que as decisões que são tomadas pelos próprios departamentos. A USF é uma universidade nova, com a possibilidade de ser livre dos vícios da catedralização. É pequena, quanto ao porte, o que evita os problemas decorrentes do gigantismo.

Nesta universidade não houve a passagem do sistema de cátedra para o de departamentos, pois ela já nasceu sob a influência da Lei nº 5.540/68, não havendo, portanto, reminiscências da cátedra (catedralização dos departamentos), e nem das super-cátedras. Não há número excessivo de departamentos em cada faculdade.

Há um Conselho Departamental, em cada Faculdade, formado pelos Chefes de Departamentos, um representante da Coordenadoria de Estudos do Homem Contemporâneo, um representante dos Supervisores de Estágios, um representante dos

alunos da Faculdade, e o Diretor da mesma, que é o Presidente do Conselho.

A escolha dos chefes é feita através da indicação de uma lista tríplice apresentada pelos professores de cada departamento. A escolha final é feita pelo Reitor, que designa o chefe do departamento. Nesse aspecto, o departamento é um órgão consultivo, e não propriamente deliberativo.

Na USF não há representantes de empresários no Conselho Departamental, como prevê a legislação.

No Campus II da USF, há departamentos que poderiam ser desdobrados, como é o caso do Departamento de Psicologia, com 48 disciplinas, assim como há departamentos monodisciplinares, como o de Educação Física. O número ideal de disciplinas por departamento seria entre 15 e 20. (Ver Anexo II)

As matrículas são anuais e os alunos não são agrupados por disciplinas, mas por cursos, condição que permite uma melhor qualidade de ensino, com turmas menores e com alunos de um mesmo curso.

O Estatuto e o Regimento da Universidade prevêem a possibilidade, e a pesquisa revela a necessidade, de uma maior valorização e preparação dos recursos humanos técnicos e administrativos. A questão da qualidade está ligada à possibilidade de uma política salarial e de aperfeiçoamento de recursos humanos para a instituição. Assim como são criados cursos para os docentes, visando o seu aperfeiçoamento, poderiam ser desenvolvidos, também, cursos para os próprios funcionários, a nível de extensão, aperfeiçoamento, especialização, e até de pós-graduação, pois muitos funcionários já possuem a graduação.

O grande objetivo dos alunos, em relação aos estudos, está ligado às habilitações profissionais. Para isto, eles têm uma expectativa de melhor desempenho dos departamentos e de uma maior disponibilidade e abertura por parte da

Instituição, no sentido de atendê-los em seus anseios, mas, para isso, os representantes discentes precisam participar mais da vida departamental.

Os alunos se caracterizam por ser uma juventude estudantil trabalhadora, pois cerca de 85% dos alunos trabalham e estudam.

As disciplinas específicas são muito valorizadas pelos alunos, dada a sua ligação direta com a profissionalização.

Os aspectos ligados à preparação, organização, comunicação, integração e avaliação dos conteúdos disciplinares, precisam ser aprimorados por todos os departamentos, tanto a nível de cursos, como a nível dos próprios departamentos.

A Universidade precisa investir, mais do que já vem fazendo, na melhor preparação dos docentes, tanto nos aspectos dos conteúdos específicos, como dos pedagógicos. São louváveis os esforços que já vem sendo desenvolvidos, mas é preciso, segundo a pesquisa, ampliar essas possibilidades. É importante considerar aqui os cursos de pós-graduação, de várias universidades na região, no aprimoramento dos docentes universitários.

Quanto aos recursos materiais de ensino, há necesidade de se melhorar a biblioteca, o setor de audiovisuais e os laboratórios. Os professores reivindicam mais e melhores espaços físicos para a vida departamental. Os alunos reivindicam uma cooperativa, com materiais didáticos de baixo custo. Professores e alunos precisam conhecer os recursos já existentes e utilizá-los adequadamente, pois muitos desses recursos não são por eles conhecidos.

Em relação às metodologias de ensino, há necesidade de uma diversificação das mesmas e, também, uma solicitação no sentido de serem incentivadas as atividades de natureza teórico-prática.

A insatisfação com o sistema de avaliação é muito significativa. É preciso diversificar o uso de instrumentos no processo de avaliação e fazer da mesma um processo cumulativo e contínuo. É preciso pensar na avaliação de todo o sistema universitário, e não só dos alunos.

Os currículos devem ser revistos e aprimorados continuamente, por representações docentes e discentes, a nível de cursos e de departamentos. Para o aprimoramento dos currículos, poderiam ser organizados seminários de estudos e um setor de apoio pedagógico, bem como, um intercâmbio cultural com outras instituições universitárias do país, principalmente com as mais próximas, como UNICAMP, USP e PUCC.

Segundo os dados da pesquisa, a questão das verbas e orçamentos para a Universidade é muito relevante, pois delas derivam recursos para a manutenção da mesma. Além do recebimento das anuidades, taxas e emolumentos dos alunos, a Universidade necessita de outras fontes de arrecadação para a cobertura de suas despesas com pessoal, prédios, instalações, ensino, pesquisa e extensão universitária. Outra questão importante é a da redistribuição das verbas pelos diferentes departamentos.

Um dos aspectos muito solicitado pelos docentes, em termos de revisão, é o da carreira docente. A Comissão de Docentes dos três 'campi' (São Paulo, Itatiba e Bragança Paulista), já elaborou um projeto que está em funcionamento este ano e que deverá sofrer novas alterações nos anos vindouros, na tentativa de atender às várias formas de reivindicações dos docentes.

Consideramos o regime do professor-horista, incompatível com o sistema departamental, pois neste tipo de organização, o trabalho em equipe é fundamental para o funcionamento, tanto dos cursos, como dos departamentos, e o professor horista quase sempre tem dificuldade para comparecer aos trabalhos em equipe, do tipo reuniões, seminários de estudo e outras formas de encontros acadêmicos.

Considerando os dados obtidos na pesquisa, a autonomia dos docentes e dos departamentos, nos processos de admissão e dispensa dos professores, também precisa ser repensada, pois, neste aspecto, como em outros, o poder de decisão está muito centralizado em instâncias superiores, a tal ponto que os professores consideram o departamento mais um órgão consultivo do que deliberativo.

Quanto às chefias de departamento, verificou-se que há necessidade de um maior número de horas atribuídas às chefias, em virtude do acúmulo de atribuições e responsabilidades a serem desincumbidas pelas mesmas. O tipo de liderança predominante entre as chefias é a da liderança democrática.

Há necessidade urgente da criação de coordenadorias de curso e de outras, quando as circunstâncias o exigirem, articulando-se essa coordenação de cursos com os departamentos. Essas coordenadorias poderiam ser rotativas, dando-se a todos os membros dos departamentos e dos cursos, a oportunidade da coordenação dos trabalhos.

Na USF, os departamentos desenvolvem atribuições de natureza administrativa e de natureza didático-científica, além de pedagógica, ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Estas últimas são mais complexas, urgentes e necessárias, e deveriam ocupar um tempo muito maior; são as que deveriam predominar na vida departamental. Na USF, quase que todas as funções administrativas dos departamentos são executadas por uma Secretaria Geral, que atende a todos os departamentos da Instituição, junto às respectivas faculdades. Esta Secretaria depende da qualidade dos recursos humanos do setor.

Um dos momentos importantes da vida departamental é o das reuniões, onde são preparadas, acompanhadas e avaliadas as atividades desenvolvidas pelos departamentos através de seus membros.

As principais dificuldades vividas pelos departa-

mentos no desempenho de suas atribuições, estão ligadas à "falta de comunicação entre as várias instâncias administrativas e os departamentos, à falta de autonomia dos departamentos, aos contratos de trabalho e carreiras desestimulantes." (*) Nestes últimos meses, esses aspectos já começam a ser revistos em quase toda a comunidade universitária.

Na USF, predominam as atividades de ensino. As pesquisas e a extensão universitária existem, mas não na mesma intensidade, talvez pelo seu pequeno porte e pelo seu curto tempo de existência. As atividades de ensino estão mais ligadas à graduação. Há necessidade de que sejam incentivados os cursos de extensão, aperfeiçoamento, especialização, e os cursos de pós-graduação, como já começa a acontecer, sob a coordenação da CEAPE - Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão.

Uma forma alternativa de organização universitária para a USF, proposta pela pesquisa, seria a da organização da mesma em colegiados de cursos e não apenas de departamentos.

Entre as funções do departamento, mencionadas através da pesquisa, estão as de planejar, acompanhar e avaliar, participativamente, as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Há necessidade de momentos de planejamentos comuns e de atividades, também a nível de cursos, o que iria permitir a integração da unidade do conhecimento científico e filosófico, representado através das várias disciplinas, tanto em relação ao ensino, como à pesquisa e à extensão universitária.

Consideramos que as funções do departamento devem ser realizadas de forma participativa, com a presença de todos os membros dos departamentos, inclusive dos representantes discentes. As funções precisam também ser aprimoradas. A coordenação das tarefas, tanto a nível de departamento como de curso, precisa ser aperfeiçoada. O mesmo pode-se dizer em relação à integração curricular.

(*) Depoimento dos entrevistados

Através da pesquisa realizada, uma outra constatação pode ser feita: a de que os departamentos são entidades relativamente desconhecidas pelos próprios participantes.

Algumas das reivindicações dos docentes, expressas tanto através da pesquisa, quanto de outros meios de participação e mobilização, até o momento em que estamos redigindo estas conclusões, já foram alcançadas. Como exemplo, o pagamento de quinquênios, de auxílio-viagem, uma nova carreira do docente, a formação de uma Comissão de Docentes, e a equiparação das horas-aulas às aulas-atividades, já foram viabilizadas.

A partir da pesquisa realizada, podemos observar neste Quadro Comparativo, as expectativas dos alunos e as dos professores, em relação ao departamento dentro da estrutura universitária da USF:

Enquanto os Professores

pleiteiam,

os Alunos esperam:

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - que o Departamento seja um órgão deliberativo e não apenas consultivo; - que tenha maior autonomia; - que seja um órgão de convivência de profissionais e de trabalho em equipe; - que seja um órgão de apoio aos alunos e à Administração; - que seja um órgão de incentivo e de cooperação e da união dos professores; - que haja coordenação de esforços no sentido de resolver problemas dos alunos e proporcionar um ensino de qualidade. | <ul style="list-style-type: none"> - competência técnica e profissional dos docentes, quanto ao alcance de suas metas, quanto à organização do saber e dos conteúdos, quanto ao domínio das metodologias de ensino, quanto ao uso de recursos de ensino e de avaliação; - apoio e incentivo dos docentes e da Instituição; - realização pessoal e profissional. |
|---|--|

As expectativas não são conflitantes, pelo contrário, se complementam. Para que todos - Instituição, Docentes (Departamento) e Alunos alcancem o que desejam, há necessidade de algumas mudanças estruturais e funcionais, como as que acabamos de citar nessa conclusão, tanto a nível de Instituição, como a nível de Cursos e dos Departamentos.

Na tentativa de concluir com algumas considerações que julgamos as mais importantes no trabalho que ora estamos encerrando, colocamos o seguinte:

- A implantação da departamentalização na estrutura universitária brasileira ocorreu das mais diferentes formas (tal como previa a própria legislação) e, na USF - Campus II de Itatiba, ela tomou as características que foram citadas durante todo este trabalho. Na interpretação da legislação pertinente à departamentalização, a USF representa uma dentre as múltiplas formas em que ocorreu a implantação do departamento na estrutura universitária brasileira.

- O departamento (e a departamentalização) é ainda um organismo pouco conhecido na estrutura universitária, mesmo pelos elementos humanos que dele fazem parte. Enquanto perdurar a legislação que prevê a departamentalização, se faz necessário conhecer melhor esta forma de organização para que ela se torne um colegiado atuante no alcance dos objetivos da própria universidade tanto no que diz respeito ao Ensino, como à Pesquisa, como à Extensão, ou outros que sejam propostos. Para isso há a necessidade de uma infra-estrutura humana e material adequada aos anseios propostos pela própria universidade.

Mais importante do que investir em recursos materiais é investir em recursos humanos, tanto através de uma política salarial condizente com as necessidades, como através de uma política de aprimoramento profissional e humano dos referidos recursos.

- Há necessidade de uma descentralização do poder através das diferentes instâncias administrativas da Universi

dade, de modo que Diretorias, Conselhos Departamentais e Departamentos, tenham maior autonomia e poder de decisão quanto a assuntos os mais diversos.

- Os Departamentos precisam tornar-se mais deliberativos do que meramente consultivos.

- Além dos Colegiados, Departamentos e Conselhos Departamentais, é preciso criar, sempre que necessário, grupos e coordenações, como por exemplo, as coordenações de cursos e outras que se articulem com os Departamentos no aprimoramento do funcionamento da instituição.

- Há necessidade de um processo de comunicação maior, mais intenso e freqüente entre as diferentes hierarquias da Universidade na busca de soluções conjuntas para toda a comunidade universitária.

- Há necessidade de constante aperfeiçoamento do corpo docente. No alcance dos mais importantes objetivos da Universidade, é preciso aprimorar o Ensino, incentivar a Pesquisa e a Extensão Universitária, criando para isso uma infraestrutura humana e material condizente com a realidade.

- A Universidade precisa, através de meios alternativos, buscar recursos financeiros para que possa se autogerir, utilizando racionalmente os recursos existentes, mas tendo sempre como prioritários os investimentos nos recursos humanos.

- Mesmo sob a vigência de uma legislação que prevê a departamentalização como forma de organização universitária, nada impede que a USF estude, pesquise e experiencie outras formas alternativas de organização e a proponha àqueles que dirigem os destinos da educação universitária no Brasil.

Historicamente, a departamentalização nasceu numa época de fechamento político, de um governo autoritário, que visava preservar a ordem econômica, não atendendo às aspirações populares e marginalizando professores e alunos dos processos de decisão quanto aos problemas educacionais.

A teoria da departamentalização visava resolver a crise estudantil do momento, visava maior produtividade e economia de recursos, e o enfraquecimento das assembleias coletivas, a divisão dos professores e alunos, a desmobilização de docentes e discentes.

Pretendia, ainda, utilizar medidas tecnocráticas do mundo empresarial para resolver problemas de educação superior. Visava a separação entre curso e departamento, e a introdução, no ambiente universitário, do parcelamento do trabalho existente no mundo das empresas. Visava separar os meios dos objetivos, o ensino da pesquisa, e os conteúdos curriculares dos fins educativos. Pretendia introduzir na educação superior, os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, emprestados de outras organizações e, principalmente, a redução dos custos deste grau de ensino.

A universidade brasileira, tardiamente surgida entre nós, sempre esteve na dependência culturas de outras experiências universitárias estrangeiras e, no caso da departamentalização, a questão se repetiu.

Tivemos sempre um número excessivo de legislações e reformas, propondo mudanças que nunca chegaram a concretizar-se, esquecendo-se que a realidade muda as leis, e não o contrário.

A busca de soluções para os problemas da educação universitária brasileira, não pode continuar na dependência da cópia de modelos estrangeiros, atestado de nossa incompetência na solução dos problemas, mas deve-se buscar caminhos alternativos e diversificados de organizações universitárias, caminhos que sejam realistas, criativos, originais e, sobretudo

do, que atendam à multiplicidade das realidades sociais e regionais deste país.

Em todas estas buscas alternativas de organizações universitárias, uma condição se faz urgente e necessária: a criação de canais reais, e não apenas simbólicos, de participação dos professores, alunos e funcionários nas decisões básicas que afetam a vida universitária, iniciando-se pelos departamentos e cursos, e atingindo toda a universidade, participação essa que venha a impedir a esclerose burocrática de qualquer instituição, pois "a Universidade se esclerosa na burocratização, na medida em que não há participação do aluno, do professor e dos funcionários nas decisões básicas. Isso leva a baixar o nível de motivação no aluno, ao receber conhecimentos; no professor, em transmiti-los; e no funcionário, em executar suas funções." (TRAGTENBERG, 1982, p. 58)

No momento em que toda a sociedade brasileira, mais uma vez discute as questões ligadas à educação, principalmente no ensino superior, foi objetivo nosso trazer aos interessados uma modesta contribuição com esta dissertação de mestrado e concluimos, emprestando de Sartre estas palavras:

"... O essencial não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele. O que foi feito dele são as estruturas, os conjuntos significantes estudados pelas ciências humanas. O que ele faz é a própria história, a superação real dessas estruturas, numa práxis totalizadora." (SARTRE in SAVIANI, 1978, p. 77)

E, finalmente, perguntamos: O que fazer diante da departamentalização?

Para alguns, a solução seria voltar à organização anterior, por CURSOS (sistema em vigor anteriormente à Lei nº 5.540/68).

Para outros, ainda, seria importante manter o de-

partamento, com toda a infra-estrutura e autonomia necessárias ao seu perfeito funcionamento, articulando-o com coordenações de cursos e outras que se fizerem relevantemente necessárias, para que seja preservada a unidade científica e filosófica da Universidade.

Também, para outros, a solução estaria na busca de uma alternativa radical à heterogestão e à administração burocrática, o que significaria buscar a autogestão pedagógica.

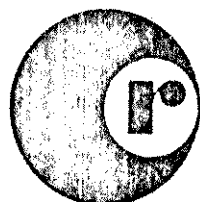
Talvez, ainda para outros, a solução estaria no encontro de novas alternativas, não vislumbradas por mim, mas sim pelos que também já vêm refletindo sobre a questão departamental.

Até o presente momento, considerando todos os fatores internos e externos à organização universitária e, levando em conta o trabalho de pesquisa realizado, acredito que a segunda alternativa seria, ainda que transitoriamente, a que melhor atenderia aos anseios da comunidade universitária brasileira.

ANEXO I

ROTEIRO SINTÉTICO DO PENSAMENTO DO
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (1962/1974)

(Indicação dos assuntos abordados pelo CEF
com destaque dos mais expressivos)



**CONSELHO DE REITORES DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

**O SISTEMA DEPARTAMENTAL
NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

PROJETO MEC/SUBIN/DAU/CRUB

VOLUME 2

AGOSTO - 1974

1.3 ROTEIRO SINTÉTICO DO PENSAMENTO DO CFE (1962/1974) (Indicação dos assuntos abordados pelo CFE com destaque dos mais expressivos)₂₄ 47

1.3.1 Em 1962

- Posição contrária à estrutura tradicional "montada" sobre escolas que não se intercomunicavam.
- Criação de uma carreira do magistério em que o título de catedrático representasse o posto mais alto de uma hierarquia, conquistado não apenas por títulos e provas mas também por acessos graduais e sucessivos.
- Sugestão de lançamento de bases para a "verdadeira reforma universitária", especialmente considerando ser incompatível com o desenvolvimento do ensino e da pesquisa a escolha de professores por concurso de provas e títulos.
- Reclamação contra a efetivação gratuita de catedráticos, sem cumprimento da exigência de títulos e provas.
- Limitações à liberdade de cátedra.
- Participação (representação plural) dos estudantes nos Conselhos Departamentais.
- Interpretação de que a LDB oficializou a organização departamental das universidades.
- Redução da ênfase emprestada às "cadeiras".
- Recomendação, no Plano Nacional de Educação, para a não duplicação de professores, laboratórios e equipamentos.
- Constituição de "núcleos centrais" com matérias afins.

1.3.2 Em 1963

- Demonstração de que, desde 1937, se cuidavam de iniciativas ligadas ao sistema departamental.

- Duas referências expressas a Departamento.
- Introdução do conceito de Departamento, referindo-se à reunião de cátedras afins de suas disciplinas e demais serviços auxiliares.
- Indicação de funções específicas do Departamento.
- Pressuposição da existência de Departamentos para a organização do Conselho Departamental, referido na LDB.
- Entendimento de que o sistema departamental resultava mais vantajoso e de que sua implantação deveria ser progressiva, na medida em que se apresentassem condições efetivas para seu funcionamento.
- Inclusão entre as normas para apreciação de relatórios de um tópico específico sobre a "organização e funcionamento dos departamentos".
- Registro da omissão da palavra "catedrático", no texto da lei LDB.
- Referência ao número de docentes no Departamento.
- Improriedade do emprego do regime único para o magistério.
- Advertência contra o perigo de transformar o Departamento em supercátedra.
- SUGESTÃO DE ENTENDER O DEPARTAMENTO COMO UNIDADE BÁSICA, COM CHEFE ELEITO ENTRE OS PROFESSORES COMPETENTES.
- Exigência de catedráticos apenas nas escolas oficiais federais e identificação do sistema departamental como assegurado de eficiência, sendo o Chefe do Departamento eleito "pelos seus pares, professores não catedráticos."
- CONCEITUAÇÃO DE DEPARTAMENTO COMO "REUNIÃO DE DISCIPLINAS AFINS"
- Permissão para que as escolas particulares escolhessem, em relação ao magistério, o processo mais conveniente, tendo presente a preocupação dominante de assegurar "um índice de capacidade do corpo docente compatível com as exigências do ensino superior".

1.3.3

Em 1964

- Acolhimento da sugestão de participação de empresários nos Departamentos e no Conselho Departamental, como elo entre a Universidade e a Indústria.

- Entendimento de que a forma departamental era a que melhor se ajustava às exigências da Reforma.
- CONCEITUAÇÃO DE DEPARTAMENTO COMO UNIDADE FUNCIONAL.
- CONCEITUAÇÃO DE DEPARTAMENTO COMO UNIDADE ESTRUTURAL.
- Escalonamento de postos para a carreira do magistério.
- Proibição de Departamentos unidisciplinares.
- Retrocesso representado por soluções puramente formais, por reunião de várias cátedras de fusão real impossível.
- Insistência na ação integradora do Conselho Departamental.
- Conceituação de Departamento como:
 - a) conjunto de cátedras afins (nos estabelecimentos oficiais)
 - b) conjunto de disciplinas afins (para todos os casos)
- CONCEITUAÇÃO DE DEPARTAMENTO COMO UNIDADE DIDÁTICA E DE PESQUISA, REUNINDO MATÉRIAS AFINS NA QUAL SE MINISTRAM CURSOS OU DISCIPLINAS DE UM CURSO.

1.3.4

Em 1965

- Insistência na adoção da organização departamental.
- Significado do Departamento para a organização do ensino superior e grupamento de disciplinas homogêneas e heterogêneas.
- Vantagens do Departamento em relação ao sistema de cátedra.
- PREJUÍZOS DECORRENTES DA MULTIPLICIDADE DE DEPARTAMENTOS.

1.3.5

Em 1966

- Não imposição de modelo único na estrutura universitária; e preservação da "unidade característica da concepção universitária e da plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção."
- Condenação à "deliberada fragmentação do ensino" em compartimentos estanques representados pela cátedra.
- Universidades e Escolas vistas como órgãos executivos das metas federais, independentemente, ou melhor, sem prejuízo

da contribuição regional que deve oferecer.

- Recomendação no sentido de promover-se ampliação maciça da Universidade, que se deve transformar em um órgão de política regional cuja amplitude se torne efetiva pela organização de um sistema de bolsas de residência.
- Interferência maléfica do caráter exclusivista da orientação profissional do ensino superior, na criação das cátedras.
- ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, VISANDO AO PLANEJAMENTO EM COMUM DAS ATIVIDADES DOS VÁRIOS DEPARTAMENTOS, ou cátedras que sirvam ao ensino e à pesquisa na mesma disciplina (em diferentes unidades de cada Universidade).
- AUTONOMIA RELATIVA DAS INSTÂNCIAS UNIVERSITÁRIAS (FACULDADES, ESCOLAS, INSTITUTOS, DEPARTAMENTOS E OUTROS) COM SUBORDINAÇÃO DE CADA UMA À INSTÂNCIA SUPERIOR, e não ao dirigente desta; e subordinação de todos a uma política superiormente traçada, de uma vontade comum, a qual se funda na unidade estrutural e orgânica da Universidade.
- AUTONOMIA REPRESENTADA PELA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE CRITÉRIOS PRÓPRIOS QUANTO À ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA, PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO UNIVERSITÁRIA.
- Integração interdisciplinar como contribuição à melhoria do ensino.

1.3.6

Em 1967

- Destaque de princípios firmados pelos atos legais reformadores:
- INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INTERESCOLARES COM A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO RESPONSÁVEIS PELAS ATIVIDADES DE CADA CURSO OU PROJETO COMPREENDENDO PROFESSORES DE DIFERENTES DEPARTAMENTOS E UNIDADES QUE PARTICIPAM DO CURSO.
- INSTITUIÇÃO OBRIGATÓRIA DO SISTEMA DEPARTAMENTAL..
- Referência a regime de créditos.
- INTERPRETAÇÃO DE DEPARTAMENTOS COMO "MENOR FRAÇÃO DA UNIVERSIDADE", indicando, entre suas funções, a "oferta de disciplinas correspondentes a seu campo para toda a Universidade".
- Citação de vantagens manifestas do novo sistema: flexibilidade e diversificação curricular, multiplicação de cursos e expansão de matrículas.

- INTERPRETAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS COMO SUBUNIDADES, embora salientando que "estes é que deveriam ser a UNIDADE DA NOVA ESTRUTURA, uma vez que os cursos e as pesquisas se organizam e processam por cooperação entre os Departamentos.
- Entendimento sobre composição da Universidade; Escolas (universidades) desdobradas EM DEPARTAMENTOS (subunidades), que compreendem cátedras, abrangendo estas últimas as disciplinas (entendimento segundo o Estatuto do Magistério).
- Responsabilidade do ensino, repousado no Departamento como um todo, por ser ele um órgão colegiado e por abrigar professores cuja mobilidade variará de acordo com a qualificação.
- Visualização dos cursos não mais na perspectiva da estrutura da Universidade, mas no do funcionamento.

1.3.7

Em 1968

Possibilidade de adoção de modelos diferentes na estrutura universitária.

ANEXO II

AS DISCIPLINAS QUE COMPÕEM OS
DEPARTAMENTOS NO CAMPUS II DA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS NATURAIS

1. Física Geral I
2. Física Geral II
3. Física Experimental I
4. Física Experimental II
5. Física Geral e Experimental I
6. Física Geral e Experimental II
7. Química Geral
8. Química Experimental
9. Geologia
10. Geologia Geral
11. Mecânica Geral
12. Biologia
13. Biologia Geral

DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA

1. Cálculo Diferencial e Integral I
2. Cálculo Diferencial e Integral II
3. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
4. Álgebra Linear
5. Tópicos de Matemática Básica
6. Tópicos de Matemática Elementar
7. Elementos de Geometria
8. Desenho Geométrico e Geometria Descritiva
9. Álgebra I
10. Álgebra II
11. Álgebra III
12. Análise Matemática
13. Matemática Aplicada
14. História e Filosofia da Matemática
15. Geometria Superior
16. Topologia
17. Funções de Variáveis Complexas
18. Cálculo Numérico e Gráfico

19. Probabilidade e Estatística
20. Estatística I
21. Estatística II

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

1. Computação Básica e Programação
2. Técnicas e Linguagens de Programação I
3. Técnicas e Linguagens de Programação II
4. Laboratório de Computação
5. Estruturas de Informação
6. Linguagens de Montagem
7. Programação Sistemática e Algoritmos
8. Programação Comercial
9. Laboratório de Programação Comercial
10. Sistemas Operacionais
11. Análise de Sistemas
12. Teleprocessamento
13. Introdução à Engenharia de "Software"
14. Banco de Dados e Recuperação de Informações
15. Contabilidade e Computação
16. Simulação de Sistemas
17. Projeção e Desenvolvimento de Sistemas
18. Matemática Financeira
19. Análise Numérica
20. Programação Linear
21. Administração
22. Administração Aplicada
23. Organização e Métodos
24. Administração do CPD

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

1. Topografia
2. Mecânica dos Solos
3. Materiais de Construção Civil
4. Hidráulica Geral e Aplicada

5. Hidrologia Aplicada
6. Fundações
7. Projeto e Construção de Estradas I
8. Projeto e Construção de Estradas II
9. Estruturas de Concreto
10. Estruturas Metálicas e de Madeira
11. Construção Civil
12. Saneamento Básico
13. Instalações Hidráulico-Sanitárias
14. Técnica e Economia dos Transportes
15. Pontes de Concreto Armado e Protendido
16. Fundamentos de Engenharia de Segurança
17. Planejamento Urbano e Regional
18. Administração e Organização Industrial
19. Estágio Supervisionado
20. Disciplinas Optativas:
 - Estruturas Complementares de Edifícios de Concreto Armado
 - Projeto de Aeroportos
21. Disciplina Extra-Curricular:
 - Aerofotogrametria

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ENGENHARIA

1. Desenho Técnico e Arquitetônico
2. Introdução à Ciência dos Materiais
3. Eletricidade
4. Fenômeno de Transporte
5. Ciências Ambientais
6. Resistência dos Materiais
7. Estática das Estruturas
8. Desenho
9. Desenho Técnico-Mecânico
10. Eletricidade e Eletrônica Industrial
11. Mecânica Aplicada
12. Termodinâmica Aplicada
13. Transferência de Calor e Massa

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA

1. Materiais de Construção Mecânica
2. Processos de Fabricação I
3. Processos de Fabricação II
4. Tratamentos Térmicos e Superficiais
5. Sistemas Mecânicos
6. Sistemas Fluidomecânicos
7. Sistemas Térmicos
8. Projetos Mecânicos
9. Conformação Plástica dos Metais
10. Projeto de Dispositivos e Ferramentas
11. Manutenção Industrial
12. Projetos e Manufatura Assistidos por Computador
13. Custos Industriais
14. Ventilação e Ar Comprimido
15. Automação Industrial
16. Planejamento e Controle da Produção
17. Projeto do Produto e da Fábrica
18. Controle de Qualidade e Normalização
19. Segurança Industrial
20. Administração
21. Estágio Supervisionado

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

1. Psicologia Geral
2. Teorias e Sistemas em Psicologia
3. Psicologia Experimental I
4. Laboratório de Psicologia Experimental I
5. Psicologia Experimental II
6. Laboratório de Psicologia Experimental II
7. Psicologia do Desenvolvimento
8. Psicologia da Personalidade I e II
9. Psicologia Social
10. Psicologia da Aprendizagem
11. Técnicas de Pesquisa em Psicologia

12. Psicopatologia Geral
13. Ética Profissional
14. Introdução à Psicologia
15. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I e II
16. Laboratório de Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I e II
17. Técnicas de Exame Projetivas I
18. Técnicas de Exame Projetivas II
19. Psicologia Escolar
20. Problemas de Aprendizagem
21. Dinâmica de Grupo - Relações Humanas
22. Psicologia do Trabalho
23. Seleção e Orientação Profissional
24. Psicologia do Excepcional
25. Psicanálise
26. Modificação de Comportamento
27. Abordagem Centrada na Pessoa
28. Atendimento Psicológico Infantil
29. Psicologia Comunitária
30. Projetos Especiais na Área de Saúde
31. Projetos Especiais na Área de Educação
32. Projetos Especiais na Área de Trabalho
33. Anatomia
34. Fisiologia
35. Neurologia
36. Neurologia (N)
37. Psicofarmacologia
38. Temas de Psicologia Clínica
39. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I e II (N)
40. Laboratório de Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I e II (N)
41. Instrutoria de TEP e TEAP

CLÍNICA

42. Psicologia Hospitalar
43. Psicodiagnóstico

44. Aconselhamento
45. Ludoterapia
46. Terapia de Base Analítica
47. Supervisão de Psicologia do Trabalho -
Nível I
48. Supervisão de Psicologia do Trabalho -
Nível I e II

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Educação Física

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

1. Fundamentos de Ciências Sociais
2. Filosofia I e II
3. Teoria Geral do Estado
4. História Geral I e II
5. História do Brasil I
6. Geografia Geral I
7. Geografia do Brasil I
8. Antropologia
9. Sociologia
10. Organização Social e Política do Brasil I
11. Organização Social e Política do Brasil II
12. Metodologia Científica
13. Estudo de Problemas Brasileiros
14. Geografia Geral II
15. Cultura Brasileira
16. Economia
17. Direito e Legislação
18. Ciências Humanas e Sociais
19. Filosofia
20. História Contemporânea I
21. Metodologia da História
22. História Econômica Geral e do Brasil
23. Antropologia Cultural

24. História da América I
25. História do Brasil II
26. Geografia do Brasil II
27. Geografia Regional I
28. Cartografia
29. Metodologia da Pesquisa em Geografia

DEPARTAMENTO DE LETRAS

1. Língua Portuguesa
2. Leitura e Análise de Textos
3. Inglês Técnico
4. Língua Portuguesa I, II, III
5. Análise de Textos
6. Língua Latina
7. Língua Inglesa I
8. Laboratório de Língua Inglesa I e II
9. Língua Inglesa II e III
10. Português Instrumental
11. Inglês Instrumental
12. Linguística
13. Literatura Brasileira I
14. Literatura Brasileira II
15. Literatura Portuguesa I e II
16. Teoria da Literatura
17. Literatura Inglesa e Norte-Americana I e II

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

1. Psicologia da Educação (Estudos Sociais)
2. Psicologia Educacional (Ciências e Letras)
3. Instrumentação para o Ensino de Ciências
4. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
5. Estrutura e Funcionamento do Ensino

6. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e de 2º Graus
7. Didática
8. Didática Geral
9. Prática de Ensino de Inglês
10. Prática de Ensino de Português
11. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Ciências
12. Prática de Ensino de Matemática
13. Metodologia do Ensino de Matemática
14. Estágio Supervisionado de Matemática
15. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de Psicologia
16. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado I em Estudos Sociais
17. Prática de Ensino de História
18. Prática de Ensino de Geografia

ANEXO III

REGULAMENTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

REGULAMENTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR



Aprovado pelo Conselho Universitário, em reunião de 26 de maio de 1987.

REGULAMENTO DO MAGISTERIO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº CONSUN - 004 / 87

DA

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

RESOLUÇÃO Nº CONSUN-004/87

APROVA O REGULAMENTO DO
MAGISTÉRIO SUPERIOR DA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Conselho Universitário-
CONSUN, no uso das suas atribuições
estatutárias e regimentais, após aprovação
do Colegiado, em reunião plenária de 26
de maio de 1987, e consoante sua deliberação,
baixa a seguinte

RESOLUÇÃO

Artigo 1º — O Regulamento do Magistério Superior da Universidade São Francisco, ouvida a sua Entidade Mantenedora, é aprovado nesta data, com seus efeitos retroativos a partir de 16 de fevereiro de 1987.

Artigo 2º — O Regulamento do Magistério Superior é o anexo a esta Resolução e compõe-se de 28 (vinte e oito) Artigos distribuídos em 09 (nove) Capítulos.

Artigo 3º — O presente Regulamento pode ser reformado ou alterado mediante proposta do Reitor e aprovação do Conselho Universitário, e seu anexo, com a Tabela de Valores de Remuneração, por proposta e aprovação da Entidade Mantenedora da Universidade São Francisco - USF.

Artigo 4º — Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Bragança Paulista, 26 de maio de 1987.

Frei Constandino Nogueira, OFM
Presidente

REGULAMENTO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

CAPÍTULO I DO REGULAMENTO

Artigo 1º — Este Regulamento tem por finalidade disciplinar o MAGISTÉRIO SUPERIOR na Universidade São Francisco-USF, nos termos das normas legais, estatutárias e regimentais.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES DO MAGISTÉRIO

Artigo 2º — Entendem-se por atividades do Magistério Superior:

I - Docência, que se caracteriza pelas formas e técnicas de produção, sistematização, transmissão e aplicação do saber científico metodologicamente comprovado e didaticamente organizado, que obedeça a processos controláveis de avaliação e que instrumentem os alunos com os conhecimentos necessários à graduação e pós-graduação.

II - Atividades Acadêmicas, que visam o treinamento e iniciação de alunos no exercício da profissão, bem como as atividades de coordenação, supervisão de estágios, chefia, monitoração, pesquisa, extensão, assessoramento e outras de natureza equivalente que podem ser criadas a critério da Instituição para atender o projeto educativo global da Universidade.

Artigo 3º — Os membros do Magistério Superior são parte integrante da comunidade educativa como um todo, devendo suas atividades de magistério levar em conta o processo global de educação universitária segundo os ideais, objetivos e Projeto Sócio-Educacional da Universidade.

Artigo 4º — Os membros do Magistério Superior devem ser recrutados entre profissionais de reconhecida competência científica e procedimento moral compatível com o exercício da função.

§ 1º — Considerando a missão de educador como inerente à função didática, é tida como relevante para ingresso no Magistério Superior, a comprovada capacidade de educador a par de reconhecida competência didática.

§ 2º — Ressalvada a autonomia científica e o pluralismo compatível com os ideais e princípios da Instituição, também se estabelece como critério relevante para recrutamento e admissão dos membros do Magistério Superior, a perspectiva cristã que caracteriza a origem e a identidade da Universidade São Francisco.

CAPÍTULO III DO CORPO DOCENTE

Artigo 5º — Constituem o Corpo Docente da Universidade:

- I - Professores integrantes do Quadro de Carreira Docente;
- II - Professores Colaboradores.

§ 1º — Os Professores Colaboradores têm suas atribuições e organização fixadas em normas próprias, a serem aprovadas pelo Conselho Universitário.

§ 2º — Os serviços dos Professores Colaboradores são contratados em caráter eventual para ministrar cursos que justifiquem a determinação do prazo de contratação, não superior a 02 anos.

Artigo 6º — Podem, ainda, ser indicados MONITORES pertencentes ao Corpo Discente da Universidade, obedecendo critérios fixados pela Reitoria.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO DE CARREIRA, CATEGORIAS FUNCIONAIS, INGRESSO E PROMOÇÃO

Artigo 7º — São as seguintes as categorias funcionais, seus níveis e referências do quadro de carreira:

- a) Professor Auxiliar referência A, B ou C;
- b) Professor Assistente, nível I referência A, B ou C;
- c) Professor Assistente, nível II referência A, B ou C;
- d) Professor Assistente, nível III referência A, B ou C;
- e) Professor Adjunto referência A, B ou C;
- f) Professor Titular referência A, B ou C.

Auxiliar:
Artigo 8º — São requisitos mínimos para o ingresso na categoria de Professor

- a) ser portador de diploma de curso superior com habilitação na área de estudos pretendida, e
- b) iniciar o processo de produção científica e intelectual através de publicações de textos, notas de aula, artigos, monografias de projetos de pesquisa ou extensão, livros ou material congêneres.

Parágrafo Único — O Professor Auxiliar somente poderá ministrar aulas, ou desenvolver atividades didáticas em consonância com a orientação e responsabilidade do Departamento.

Artigo 9º — São requisitos para o ingresso ou a promoção para a categoria de Professor Assistente, nível I:

- a) possuir os requisitos do artigo anterior e
- b) estar matriculado e cursando disciplinas ou matérias em nível de mestrado, tendo sido aprovado em pelo menos 25% dos créditos totais necessários para o programa ou ser portador de certificado de conclusão de curso de especialização nos moldes da legislação, ou equivalente, na área pretendida e
- c) iniciar uma produção científica e intelectual compatível com suas funções e julgada suficiente por uma Comissão de Docentes indicada pelo Conselho Universitário.

Parágrafo Único — A equivalência aludida no item b será fixada em norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 10 — São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente, nível II:

- a) ter experiência profissional no magistério superior, na área respectiva, de pelo menos 2 anos e
- b) ter concluído disciplinas ou créditos em curso de pós-graduação em nível de mestrado, equivalente a 60% do exigido para o programa, ou equivalente, na área pretendida, nos termos da legislação e
- c) iniciar uma produção científica e intelectual compatível com suas funções e julgada suficiente por uma Comissão de Docentes indicada pelo Conselho Universitário.

Parágrafo Único — A equivalência aludida no item b será fixada em norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 11 — São requisitos mínimos para ingresso ou promoção para a categoria de Professor Assistente, nível III:

- a) ter experiência profissional no magistério superior, na área respectiva, de pelo menos 3 anos e
- b) ter concluído todos os créditos ou disciplinas exigidos para o programa regular de pós-graduação em nível de mestrado, ou equivalente, na área pretendida e
- c) ter uma produção científica e intelectual compatível com suas funções e julgada suficiente por uma comissão de Docentes indicada pelo Conselho Universitário.

Parágrafo Único — A equivalência aludida no item b será fixada em norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 12 — São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção na categoria de Professor Adjunto:

- a) ter experiência profissional no magistério superior, na área respectiva, de pelo menos 4 anos e
- b) possuir diploma com o grau de Mestre na área pretendida, obtido em instituição credenciada e reconhecida, nos moldes da legislação e
- c) ter uma produção científica e intelectual compatível com suas funções e julgada suficiente por uma Comissão de Docentes indicada pelo Conselho Universitário.

Artigo 13 — São requisitos mínimos para o ingresso ou promoção para a categoria de Professor Titular:

- a) ter experiência profissional no magistério superior, na área respectiva, de pelo menos 5 anos e
- b) possuir diploma com o grau de Doutor, ou equivalente, na área pretendida, obtido em instituição credenciada e reconhecida, nos moldes da legislação e
- c) ter uma produção científica e intelectual compatível com suas funções e julgada suficiente por uma Comissão de Docentes indicada pelo Conselho Universitário.

§ 1º — As atividades de Docência e demais atividades acadêmicas são remuneradas nos termos do Quadro de Carreira tendo como base a hora/aula do nível que se enquadre o professor.

§ 2º — Para efeito de remuneração a professores do Quadro de Carreira presume-se que, na medida em que o Docente progride no escalonamento do quadro, eleva-se a qualidade de seu desempenho.

Artigo 19 — A hora/aula compreende, para efeitos de remuneração, a aula efetivamente dada, seu planejamento e preparação, avaliação dos alunos e desempenho das tarefas de registro e controle acadêmico.

Parágrafo Único — O professor obriga-se a estar presente em Congressos, Seminários, Simpósios, Palestras ou atividades didáticas semelhantes, no período que coincide com seu horário de aula, quando destas atividades participam suas respectivas turmas de alunos, em substituição às aulas.

Artigo 20 — O docente a quem for concedida licença remunerada, bolsa ou qualquer outra ajuda financeira para estudo, obriga-se a servir a Universidade após seu regresso pelo período fixado no respectivo contrato.

Parágrafo Único — O não cumprimento da condição estabelecida neste artigo, importa na rescisão do contrato de trabalho do docente, que fica obrigado a ressarcir à instituição a importância equivalente à ajuda recebida para este fim, acrescida de juros e correção monetária.

CAPÍTULO VI DO REGIME DE TRABALHO

Artigo 21 — A Universidade São Francisco adota três regimes de trabalho e contratação para as atividades do Magistério Superior:

- I - Regime de Docência (RD);
- II - Regime de Atividades (RA);
- III - Regime de Docência e Atividades (RDA).

§ 1º — As atividades de docência são as previstas no inciso I e as demais atividades acadêmicas são as previstas no inciso II do artigo 2º deste Regulamento.

Parágrafo Único — A equivalência atribuída no item B será fixada em norma específica aprovada pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 14 — Poderão ser contratados os serviços de docente diretamente para as categorias e níveis não iniciais da carreira desde que os requisitos exigidos sejam atendidos.

Artigo 15 — Para ingresso em qualquer nível da carreira podem ser usados outros critérios tais como notório saber, ocupação de cargos relevantes que identifiquem profundo conhecimento nas técnicas ou no saber e conhecimento público.

Parágrafo Único — O reconhecimento desses atributos será analisado por comissão indicada pelo Reitor cabendo ao Conselho Universitário emitir parecer conclusivo sobre o candidato.

Artigo 16 — Para ingresso no Quadro de Carreira, além da comprovação dos requisitos exigidos, devem ser apresentados todos os demais documentos exigidos pela legislação própria.

Artigo 17 — As promoções serão aprovadas pela Reitoria sempre em função do atendimento dos requisitos exigidos para cada categoria ou nível e a ascensão nas referências A, B ou C, em função da produção científica e intelectual, e vigorarão a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da data da aprovação do pedido.

Parágrafo Único — A ascensão no sistema de referências definido pelas letras A, B ou C, conforme disposto no artigo 7º, será feita, em época determinada pela Reitoria, de 2 em 2 anos, mediante apresentação de complementação do Currículum Vitae por parte do interessado e julgado por uma Comissão de Docentes indicada pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO V DA REMUNERAÇÃO

Artigo 18 — Os membros do Magistério Superior da Universidade São Francisco têm remuneração definida pela política salarial da Casa de Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana, Instituição Mantenedora da Universidade São Francisco- USF.

§ 2º — Qualquer um dos regimes pode assumir a forma de tempo contínuo integral ou parcial.

CAPÍTULO VII DO REGIME DISCIPLINAR

Artigo 22 — O regime disciplinar a ser aplicado ao Magistério Superior está previsto no Regimento Geral da Universidade São Francisco e na legislação em vigor.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 23 — Cabe à Casa de Nossa Senhora da Paz — Ação Social Franciscana a contratação e dispensa do pessoal do Magistério Superior, segundo a tramitação prevista no Regimento Geral da Universidade.

Artigo 24 — Com vistas ao aprimoramento e valorização do Magistério Superior, a Universidade implantará sistemas de avaliação e acompanhamento do desempenho de seus membros.

Artigo 25 — A remuneração do docente em suas diversas categorias, níveis e referências, encontra-se disposta na Tabela de Valores de Remuneração, em anexo, e será aprovada e atualizada periodicamente de acordo com a legislação, pela Casa de Nossa Senhora da Paz — Ação Social Franciscana.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 26 — Os docentes atualmente em exercício nos diversos Departamentos, por direito adquirido no atual Quadro de Carreira em extinção, serão classificados no novo Quadro na respectiva categoria, nos níveis e referências iniciais.

Parágrafo Único — A promoção para categorias, níveis mais altos ou ascensão no sistema de referências dependerá do atendimento aos requisitos exigidos para cada caso e da solicitação do docente.

Artigo 27 — Os docentes atuais poderão requerer reclassificação, nos termos deste Regulamento, durante o mês de junho de 1987, juntando ao requerimento o respectivo currículo atualizado, com documentos comprobatórios, e protocolando-o no Departamento de Pessoal do respectivo Campus.

§ 1º — A reclassificação a que se refere este artigo terá efeito retroativo a 16 de fevereiro de 1987, sendo pagas as respectivas diferenças salariais logo após a sua efetivação.

§ 2º — Os requerimentos, que forem protocolados após o dia 30 de junho de 1987, somente serão considerados a partir do seu deferimento, sem efeito retroativo para fins de pagamento.

Artigo 28 — Este Regulamento pode ser reformado ou alterado mediante proposta do Reitor e aprovação do Conselho Universitário e seu anexo, com a Tabela de Valores de Remuneração, por proposta e aprovação da instituição mantenedora.

Artigo 29 — Este Regulamento entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 16 de fevereiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Membros do Conselho Universitário:

- Prof. Antonio Carbonari Netto
- Prof. Nelson Carrozzo
- Frei Vicente V. E. Bohne
- Pe. Antonio Antunes de Barros Sobrinho

Comissão de Docentes:

- Prof. Carlos Augusto Seixas
- Prof. Newton Carlos Polimeno
- Prof. Luis Roberto Cunha Capella
- Prof. Élio Giácomo Papaiz
- Prof. José Nicola Januzzi
- Prof. Francisco Murilo Pinto
- Prof. Alvaro Murakawa
- Prof. Ivan Correa
- Prof. João Ernesto de Almeida Vanni
- Prof. Pythagoras Alencar Olivotti
- Prof. Aluisio Douglas Ferrari
- Prof. José Luis Poli
- Prof. William Massey
- Prof. Antonio Faur Rameh Saab
- Profª. Sofia Helena Porto Di Nucci
- Prof. Nelson Figueiredo Filho
- Prof. Rafael Olivieri Neto

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO — USF

Campus I: Av. São Francisco de Assis, 218
12.900 — Bragança Paulista / SP.

Campus II: Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45
13250 — Itatiba / SP.

Campus III: Rua Aureliano Coutinho, 109
01224 — São Paulo / SP.
Rua Hannemann, 352 — Pari
03095 — São Paulo / SP.

TABELA DE VALORES DE REMUNERACAO DO CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE SAO FRANCISCO

TITULACAO	VALOR MARCO/87								
	A			B			C		
	S/H	O/R	TOTAL	S/H	O/R	TOTAL	S/H	O/R	TOTAL
Auxiliar	87.33	14.55	101.88	88.72	14.78	103.50	90.00	15.00	105.00
Assistente:									
I	98.08	16.35	114.43	99.00	16.50	115.50	100.29	16.71	117.00
II	102.00	17.00	119.00	103.72	17.28	121.00	105.43	17.57	123.00
III	107.14	17.86	125.00	108.43	18.07	126.50	109.72	18.28	128.00
Adjunto	110.68	18.44	129.12	113.14	18.88	132.00	115.72	19.28	135.00
Titular	121.55	20.26	141.81	123.43	20.57	144.00	126.66	21.14	148.00
VALOR MAIO/87									
TITULACAO	A			B			C		
	S/H	O/R	TOTAL	S/H	O/R	TOTAL	S/H	O/R	TOTAL
	104.80	17.46	122.26	106.46	17.74	124.20	108.00	18.00	126.00
Auxiliar	117.70	19.82	137.52	118.80	19.80	138.60	120.35	20.05	140.40
Assistente:									
I	122.40	20.40	142.80	124.46	20.74	145.20	126.52	21.08	147.60
II	128.57	21.43	150.00	130.12	21.68	151.80	131.66	21.84	153.60
III	132.81	22.13	154.94	135.77	22.63	158.40	138.66	23.14	162.00
Adjunto	145.88	24.31	170.17	148.12	24.68	172.80	152.23	25.37	177.60
Titular									
VALOR JUNHO/87									
TITULACAO	A			B			C		
	S/H	O/R	TOTAL	S/H	O/R	TOTAL	S/H	O/R	TOTAL
	125.76	20.95	146.71	127.75	21.29	149.04	129.60	21.60	151.20
Auxiliar	141.24	23.54	164.78	142.58	23.76	166.32	144.42	24.06	168.48
Assistente:									
I	146.88	24.48	171.36	149.35	24.89	174.24	151.82	25.30	177.12
II	154.28	25.72	180.00	156.14	26.02	182.16	157.99	26.33	184.32
III	159.37	26.56	185.93	162.92	27.16	190.08	166.63	27.77	194.40
Adjunto	175.03	29.17	204.20	177.74	29.62	207.36	182.68	30.44	213.12
Titular									

OBSERVACAO:

S/H = Salario Hora

O/R = Descanso Remunerado

A ascensao para as referencias "B" e "C" obedecerá a critérios a serem definidos pelo CONSUN durante o 2º Semestre/87.

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO DO 19º GRUPO

Universidade São Francisco
Campus II de Itatiba

Questionário do 1º Grupo, aplicado aos professores, chefes de departamentos e diretores das duas Faculdades do Campus II.

1a. Questão: O número de pessoas no departamento é um fator que exerce alguma influência sobre o funcionamento do mesmo ?

SIM: () NÃO: ()
POR QUE? POR QUE? .

2a. Questão: Os recursos humanos disponíveis aos departamentos são suficientes ?

SIM: () NÃO: () EM BRANCO: ()

3a. Questão: De que recursos humanos o seu departamento necessita para funcionar melhor ?

4a. Questão: Como tem sido a participação dos alunos nas reuniões dos departamentos, em termos de contribuições ?

5a. Questão: Como os alunos poderiam participar mais efetivamente da vida dos departamentos ?

6a. Questão: Quantos alunos são atendidos pelo seu departamento ?

- 7a. Questão: De que recursos humanos o seu departamento dispõe ?
- 8a. Questão: Assinale os recursos materiais que o seu departamento necessita para funcionar melhor ?
- 9a. Questão: O seu departamento dispõe de verbas para cobrir suas despesas ?
- 10a. Questão: Como são previstas estas verbas ?
- 11a. Questão: As verbas têm sido suficientes ?
- 12a. Questão: De onde procedem estas verbas ?
- 13a. Questão: A existência de um local físico para o funcionamento do departamento é importante ?
- 14a. Questão: Quais os espaços físicos que você julga fundamentais para o funcionamento do seu departamento ?
- 15a. Questão: Quais são as suas expectativas em relação à Carreira Docente ?
- 16a. Questão: Quais são as suas expectativas em relação ao departamento ?
- 17a. Questão: Na sua opinião, quais são as reais atribuições de um chefe de departamento na USF ?

- 18a. Questão: Quantas horas do seu contrato são destinados à chefia do departamento ?
- 19a. Questão: Este número de horas é suficiente para o cumprimento de suas atribuições de chefe ?
- 20a. Questão: Os chefes de departamento exercem algum tipo de liderança ?
- 21a. Questão: Qual o tipo de liderança exercido pelo seu chefe de departamento ?
- 22a. Questão: O seu departamento funciona dinamicamente ?
- 23a. Questão: Como você vê esse funcionamento ?
- 24a. Questão: Quais os principais temas propostas na reunião do departamento ?
- 25a. Questão: Além das reuniões, quais seriam os outros tipos de atividades que deveriam ser programadas pelos departamentos ?
- 26a. Questão: Quais as reais atribuições do departamento no plano administrativo ?
- 27a. Questão: Quais são as reais atribuições do departamento a nível de planejamento didático-pedagógico ?
- 28a. Questão: Quais as dificuldades vividas pelo departamento no desempenho de suas atribuições ?

- 29a. Questão: O seu departamento caracteriza-se como uma unidade de ensino, como uma unidade de pesquisa ou como unidade de extensão universitária ?
- 30a. Questão: Como vêm sendo atingidos os objetivos em relação ao ensino ?
- 31a. Questão: O seu departamento tem contribuído para a melhoria do ensino ?
- 32a. Questão: Como tem conseguido seus objetivos em relação à melhoria do ensino ?
- 33a. Questão: Como vêm sendo atingidos, em seu departamento, os objetivos em relação à pesquisa ?
- 34a. Questão: Como vêm sendo atingidos, em seu departamento, os objetivos ligados à extensão universitária ?
- 35a. Questão: O que você sugere para que a Universidade, através de seus departamentos, possa atingir melhor seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão universitária ?
- 36a. Questão: O seu departamento elabora Planos de Trabalho ?
- 37a. Questão: Quais as previsões que são feitas nesses Planos ?
- 38a. Questão: Como ocorre o acompanhamento das atividades previstas pelo departamento ?

39a. Questão: Como ocorre a função de coordenação em seu departamento ?

40a. Questão: Há preocupação com a coordenação, a nível de cursos ?

41a. Questão: Há preocupação interna com a integração curricular a nível de departamento ?

42a. Questão: Há preocupação com a integração curricular a nível de cursos ?

43a. Questão: Quem se incumba da coordenação e da integração interdepartamental ?

44a. Questão: O que tem dificultado a integração interdepartamental ?

Esse questionário incluiu questões dos tipos fechadas e abertas, conforme comentários na metodologia deste trabalho.

Nas questões do tipo "fechadas", o número de respostas é sempre igual ao número de respondentes. Essas questões são as de nºs: 1 - 2 - 9 - 11 - 13 - 19 - 22 - 36.

Nas questões do tipo "abertas", o número de respostas pode ser igual, maior ou menor que o número de respondentes. Todas as demais questões são desse tipo.

ANEXO VQUESTIONÁRIO DO 2º GRUPO

Universidade São Francisco
Campus II de Itatiba

Questionário do 2º Grupo - Instrumento de pesquisa aplicado aos alunos dos cursos de Letras, Psicologia, Estudos Sociais e Ciências Matemáticas das Faculdades do Campus II da USF - Itatiba.

1a. Questão: Quais as principais aspirações que você tem em relação ao curso em que está matriculado ?

2a. Questão: Quais os obstáculos que você tem encontrado em relação a você próprio, aos professores e à Instituição, no alcance de suas aspirações ?

3a. Questão: Quais as disciplinas que você considera importantes durante o curso ?

4a. Questão: Até que ponto os seus professores, no desenvolvimento das disciplinas, levam em conta a existência de pré-requisitos no aluno ?

5a. Questão: Você considera que os conteúdos estudados são:

- Claros ? SIM () NÃO ()
- Pertinentes ? SIM () NÃO ()

Desenvolvidos em:

- Tempo suficiente ? SIM () NÃO ()
- Completos ? SIM () NÃO ()
- Atualizados ? SIM () NÃO ()
- Corretos ? SIM () NÃO ()

6a. Questão: Você acha que os professores têm dosado adequada-
mente os conteúdos ?

1. Em relação ao curso: SIM () NÃO ()
2. Em relação ao tempo disponível: SIM () NÃO ()

7a. Questão: Os professores têm privilegiado:

1. A quantidade ? SIM () NÃO ()
2. A qualidade ? SIM () NÃO ()
3. Ambas ? SIM () NÃO ()

8a. Questão: Você acha que os seus professores têm apresenta-
do adequadamente os conteúdos, indicando outras
fontes bibliográficas ?

SIM () NÃO ()

9a. Questão: Os alunos e seus aspectos sócio-econômicos têm
sido levados em conta na seleção e organização
dos conteúdos ?

SIM () NÃO ()

10a. Questão: Você possui condições materiais para obter todos
os recursos materiais solicitados pelos seus pro-
fessores para o desenvolvimento dos programas ?

SIM () NÃO ()

11a. Questão: Quais são as suas sugestões para suprir estas
necessidades ?

12a. Questão: Quais os recursos de ensino que, na sua opinião, se fossem utilizados, contribuiriam para uma aprendizagem significativa ?

13a. Questão: Quais os recursos de ensino que você não aprecia para o ensino e para a aprendizagem ?

14a. Questão: Descreva maneiras de ensinar que você considera eficientes para o processo ensino-aprendizagem.

15a. Questão: Descreva maneiras de ensinar que você não aprecia.

16a. Questão: O que você sugere para que algumas aulas se tornem menos cansativas e monótonas e tragam um interesse maior ?

17a. Questão: Você está satisfeito com o sistema de avaliação utilizado pelos seus professores ?

18a. Questão: O que você sugere em relação ao sistema de avaliação utilizado em seu curso ?

19a. Questão: Liste, nesta questão, todas as sugestões que você pode apresentar para melhorar a qualidade de ensino de seu curso.

OBSERVAÇÕES:

As questões 1, 2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 são do tipo "abertas" envolvendo, depois de tabuladas, alternativas de múltipla escolha. O respondente pode optar por várias respostas e o número de respostas, em sua totalidade, pode ser maior, menor ou igual ao número de respondentes.

As questões 5, 6, 7, 8, 9 e 10 são do tipo "fechadas". Nestes casos, o número total de respostas é sempre igual ao número de respondentes.

Tabelas de Porcentagem utilizadas no Capítulo III, referentes aos cálculos efetuados com as respostas fornecidas pelos professores, chefes de departamentos e diretores.

ANEXO VI

OBSERVAÇÃO

Neste Capítulo III, N pode ser = (igual)

> (maior) ou

< (menor) que 21

21 = número fixo de respondentes

N = 21

N > 21

N < 21

representam os totais de respostas em cada questão.

61	Z	2	2,523	Z	14,285	A	17,947	S	23,897	6	20,571	Z	66,666	15	71,428	Z	33,333	8	38,875
57	Z	10	47,619	Z	52,380	Z	57,142	Z	61,904	14	66,666	Z	71,428	15	76,190	Z	80,975		
52	Z	18	35,714	Z	40,476	Z	45,238	Z	50,000	21	100,000	Z	100,000			Z			

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	3,225	2	6,451	3	9,677	4	12,903	5	16,129	6	19,354	7	22,580
9	29,632	10	32,258	11	35,483	12	38,709	13	41,935	14	45,161	15	48,387
17	54,838	18	58,064	19	61,290	20	64,516	21	67,741	22	70,967	23	74,193
25	80,645	26	83,870	27	87,096	28	90,322	29	93,548	30	96,774	31	100,000

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	1,408	2	2,816	3	4,225	4	5,633	5	7,042	6	8,450	7	9,857
9	12,676	10	14,084	11	15,492	12	16,901	13	18,309	14	19,718	15	21,126
17	23,743	18	25,352	19	26,760	20	28,169	21	27,577	22	30,985	23	32,374
25	35,211	26	36,619	27	38,028	28	39,436	29	40,845	30	42,253	31	43,661
33	46,478	34	47,887	35	49,295	36	50,704	37	52,112	38	53,521	39	54,929
41	57,746	42	59,154	43	60,563	44	61,971	45	63,380	46	64,788	47	66,197
49	67,014	50	70,422	51	71,830	52	73,237	53	74,647	54	76,056	55	77,464
57	80,281	58	81,690	59	83,098	60	84,507	61	85,915	62	87,323	63	88,732
65	91,549	66	92,757	67	94,366	68	95,774	69	97,183	70	98,591	71	100,000

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	1,250	2	2,500	3	3,750	4	5,000	5	6,250	6	7,500	7	8,750
9	11,250	10	12,500	11	13,750	12	15,000	13	16,250	14	17,500	15	18,750
17	21,250	18	22,500	19	23,750	20	25,000	21	26,250	22	27,500	23	28,750
25	31,250	26	32,500	27	33,750	28	35,000	29	36,250	30	37,500	31	38,750
33	41,250	34	42,500	35	43,750	36	45,000	37	46,250	38	47,500	39	48,750
41	51,250	42	52,500	43	53,750	44	55,000	45	56,250	46	57,500	47	58,750
49	61,250	50	62,500	51	63,750	52	65,000	53	66,250	54	67,500	55	68,750
57	71,250	58	72,500	59	73,750	60	75,000	61	76,250	62	77,500	63	78,750
65	81,250	66	82,500	67	83,750	68	85,000	69	86,250	70	87,500	71	88,750
73	91,250	74	92,500	75	93,750	76	95,000	77	96,250	78	97,500	79	98,750
												80	100,000

ANEXO VII

Tabelas de Porcentagem utilizadas no Capítulo IV, referentes aos cálculos efetuados com as respostas fornecidas pelos alunos.

OBSERVAÇÃO

Neste Capítulo IV, N pode ser = (igual)
> (maior) ou
< (menor) que 217

217 = número fixo de respondentes

N = 217

N > 217

N < 217

representam os totais de respostas em cada questão.

STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z
1	0,342	2	0,434	3	1,027	4	1,369	5	1,712	6	2,054	7	2,397
9	3,082	10	3,424	11	3,767	12	4,109	13	4,452	14	4,794	15	5,136
17	5,821	18	6,164	19	6,506	20	6,849	21	7,191	22	7,534	23	7,876
25	8,561	26	8,904	27	9,246	28	9,589	29	9,931	30	10,273	31	10,616
33	11,301	34	11,643	35	11,986	36	12,328	37	12,671	38	13,013	39	13,356
41	14,041	42	14,383	43	14,726	44	15,068	45	15,410	46	15,753	47	16,095
49	16,780	50	17,123	51	17,465	52	17,808	53	18,150	54	18,493	55	18,835
57	19,520	58	19,863	59	20,205	60	20,547	61	20,890	62	21,232	63	21,575
65	22,260	66	22,602	67	22,945	68	23,287	69	23,630	70	23,972	71	24,315
73	25,060	74	25,402	75	25,745	76	26,087	77	26,430	78	26,772	79	27,115
81	27,739	82	28,082	83	28,424	84	28,767	85	29,109	86	29,452	87	29,794
89	30,479	90	30,821	91	31,164	92	31,506	93	31,849	94	32,191	95	32,534
97	33,219	98	33,561	99	33,904	100	34,246	101	34,589	102	34,931	103	35,273
105	35,958	106	36,301	107	36,643	108	36,986	109	37,328	110	37,671	111	38,013
113	38,070	114	38,413	115	38,756	116	39,098	117	39,441	118	39,783	119	40,126
121	41,438	122	41,780	123	42,123	124	42,465	125	42,808	126	43,150	127	43,493
129	44,173	130	44,516	131	44,858	132	45,201	133	45,543	134	45,886	135	46,228
137	46,917	138	47,260	139	47,602	140	47,945	141	48,287	142	48,630	143	48,972
145	49,657	146	50,000	147	50,342	148	50,685	149	51,027	150	51,370	151	51,712
153	52,397	154	52,739	155	53,082	156	53,424	157	53,767	158	54,109	159	54,452
161	55,136	162	55,479	163	55,821	164	56,164	165	56,506	166	56,849	167	57,191
169	57,876	170	58,219	171	58,561	172	58,904	173	59,246	174	59,589	175	59,931
177	60,616	178	60,958	179	61,301	180	61,643	181	61,986	182	62,328	183	62,671
185	63,356	186	63,698	187	64,041	188	64,383	189	64,726	190	65,068	191	65,410
193	66,095	194	66,438	195	66,780	196	67,123	197	67,465	198	67,808	199	68,150
201	68,835	202	69,178	203	69,520	204	69,863	205	70,205	206	70,547	207	70,890
209	71,575	210	71,917	211	72,260	212	72,602	213	72,945	214	73,287	215	73,630
217	74,315	218	74,657	219	75,000	220	75,342	221	75,685	222	76,027	223	76,370
225	77,054	226	77,397	227	77,739	228	78,082	229	78,424	230	78,767	231	79,109
233	79,794	234	80,136	235	80,479	236	80,821	237	81,164	238	81,506	239	81,849
241	82,534	242	82,876	243	83,219	244	83,561	245	83,904	246	84,246	247	84,589
249	85,273	250	85,616	251	85,958	252	86,301	253	86,643	254	86,986	255	87,328
257	88,013	258	88,356	259	88,698	260	89,041	261	89,383	262	89,726	263	90,068
265	90,753	266	91,095	267	91,438	268	91,780	269	92,123	270	92,465	271	92,808
273	93,493	274	93,835	275	94,178	276	94,520	277	94,863	278	95,205	279	95,547
281	96,232	282	96,575	283	96,917	284	97,260	285	97,602	286	97,945	287	98,287
289	98,972	290	99,315	291	99,657	292	100,000						

STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z
1	0,381	2	0,763	3	1,145	4	1,526	5	1,908	6	2,290	7	2,671
9	3,435	10	3,816	11	4,198	12	4,580	13	4,961	14	5,343	15	5,725
17	6,489	18	6,870	19	7,251	20	7,633	21	8,015	22	8,396	23	8,778
25	9,541	26	9,923	27	10,305	28	10,687	29	11,068	30	11,450	31	11,832
33	12,595	34	12,977	35	13,358	36	13,740	37	14,122	38	14,503	39	14,885
41	15,648	42	16,030	43	16,412	44	16,793	45	17,175	46	17,557	47	17,938
49	18,702	50	19,083	51	19,465	52	19,847	53	20,229	54	20,610	55	20,992
57	21,755	58	22,137	59	22,519	60	22,900	61	23,282	62	23,664	63	24,045
65	24,809	66	25,190	67	25,572	68	25,954	69	26,335	70	26,717	71	27,099
73	27,862	74	28,244	75	28,625	76	29,007	77	29,389	78	29,770	79	30,152
81	30,916	82	31,297	83	31,679	84	32,061	85	32,442	86	32,824	87	33,206
89	33,969	90	34,351	91	34,732	92	35,114	93	35,496	94	35,877	95	36,259
97	37,022	98	37,404	99	37,786	100	38,167	101	38,549	102	38,931	103	39,312
105	40,676	106	41,058	107	41,439	108	41,821	109	42,203	110	42,584	111	42,966
113	43,129	114	43,511	115	43,893	116	44,274	117	44,656	118	45,038	119	45,419
121	46,183	122	46,564	123	46,946	124	47,328	125	47,709	126	48,091	127	48,473
129	49,236	130	49,618	131	50,000	132	50,381	133	50,763	134	51,145	135	51,526
137	52,290	138	52,671	139	53,053	140	53,435	141	53,816	142	54,198	143	54,580
145	55,343	146	55,725	147	56,106	148	56,488	149	56,870	150	57,251	151	57,633
153	58,396	154	58,778	155	59,160	156	59,541	157	59,923	158	60,305	159	60,687
161	61,430	162	61,812	163	62,193	164	62,575	165	62,957	166	63,338	167	63,720
169	64,503	170	64,885	171	65,267	172	65,648	173	66,030	174	66,412	175	66,793
177	67,537	178	67,919	179	68,301	180	68,683	181	69,065	182	69,446	183	69,828
185	70,610	186	70,992	187	71,374	188	71,755	189	72,137	190	72,519	191	72,900
193	73,634	194	74,016	195	74,398	196	74,780	197	75,161	198	75,543	199	75,925
201	76,717	202	77,099	203	77,481	204	77,862	205	78,244	206	78,626	207	79,007
209	79,770	210	80,152	211	80,534	212	80,916	213	81,297	214	81,679	215	82,061
217	82,824	218	83,206	219	83,588	220	83,969	221	84,351	222	84,733	223	85,114
225	85,877	226	86,259	227	86,641	228	87,022	229	87,404	230	87,786	231	88,167
233	88,931	234	89,313	235	89,695	236	90,076	237	90,458	238	90,840	239	91,221
241	91,984	242	92,366	243	92,748	244	93,129	245	93,511	246	93,893	247	94,274
249	95,038	250	95,419	251	95,801	252	96,183	253	96,564	254	96,946	255	97,328
257	98,091	258	98,473	259	98,854	260	99,236	261	99,618	262	100,000		

STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z
1	0,546	2	1,092	3	1,637	4	2,185	5	2,732	6	3,278	7	3,825
9	4,918	10	5,464	11	6,010	12	6,557	13	7,103	14	7,650	15	8,196
17	9,287	18	9,836	19	10,382	20	10,928	21	11,475	22	12,021	23	12,568
25	13,661	26	14,207	27	14,754	28	15,300	29	15,846	30	16,393	31	16,939
33	18,032	34	18,577	35	19,125	36	19,672	37	20,218	38	20,765	39	21,311
41	22,404	42	22,950	43	23,497	44	24,043	45	24,590	46	25,136	47	25,683
49	26,775	50	27,322	51	27,868	52	28,415	53	28,961	54	29,508	55	30,054
57	31,147	58	31,693	59	32,240	60	32,786	61	33,333	62	33,879	63	34,426
65	35,519	66	36,065	67	36,612	68	37,158	69	37,704	70	38,251	71	38,797
73	39,890	74	40,437	75	40,983	76	41,530	77	42,076	78	42,622	79	43,169
81	44,262	82	44,808	83	45,355	84	45,901	85	46,448	86	46,994	87	47,540
89	48,633	90	49,180	91	49,726	92	50,273	93	50,819	94	51,366	95	51,912
97	53,005	98	53,551	99	54,098	100	54,644	101	55,191	102	55,737	103	56,284
105	57,377	106	57,923	107	58,469	108	59,016	109	59,562	110	60,109	111	60,655
113	61,748	114	62,295	115	62,841	116	63,387	117	63,934	118	64,480	119	65,027
121	66,120	122	66,666	123	67,213	124	67,759	125	68,306	126	68,852	127	69,398
129	70,491	130	71,038	131	71,584	132	72,131	133	72,677	134	73,224	135	73,770
137	74,863	138	75,409	139	75,956	140	76,502	141	77,049	142	77,595	143	78,142
145	79,234	146	79,781	147	80,327	148	80,874	149	81,420	150	81,967	151	82,513
153	83,606	154	84,153	155	84,699	156	85,245	157	85,792	158	86,338	159	86,885
161	87,978	162	88,524	163	89,071	164	89,617	165	90,163	166	90,710	167	91,256
169	92,349	170	92,896	171	93,442	172	93,989	173	94,535	174	95,081	175	95,628
177	96,721	178	97,267	179	97,814	180	98,360	181	98,907	182	99,453	183	100,000

STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z
1	0,620	2	1,257	3	1,886	4	2,515	5	3,144	6	3,773	7	4,402	8	5,031
9	5,666	10	6,289	11	6,918	12	7,547	13	8,176	14	8,805	15	9,433	16	10,062
17	10,691	18	11,320	19	11,949	20	12,578	21	13,207	22	13,836	23	14,465	24	15,094
25	15,723	26	16,352	27	16,981	28	17,610	29	18,238	30	18,867	31	19,496	32	20,125
33	20,754	34	21,383	35	22,012	36	22,641	37	23,270	38	23,899	39	24,528	40	25,157
41	25,786	42	26,415	43	27,044	44	27,672	45	28,301	46	28,930	47	29,559	48	30,188
49	30,817	50	31,446	51	32,075	52	32,704	53	33,333	54	33,962	55	34,591	56	35,220
57	35,849	58	36,477	59	37,106	60	37,735	61	38,364	62	38,993	63	39,622	64	40,251
65	40,880	66	41,509	67	42,138	68	42,767	69	43,396	70	44,025	71	44,654	72	45,283
73	45,911	74	46,540	75	47,169	76	47,798	77	48,427	78	49,056	79	49,685	80	50,314
81	50,743	82	51,372	83	52,001	84	52,630	85	53,259	86	53,888	87	54,517	88	55,146
89	55,774	90	56,403	91	57,032	92	57,661	93	58,290	94	58,919	95	59,548	96	60,177
97	61,006	98	61,635	99	62,264	100	62,893	101	63,522	102	64,151	103	64,780	104	65,409
105	66,037	106	66,666	107	67,295	108	67,924	109	68,553	110	69,182	111	69,811	112	70,440
113	71,067	114	71,696	115	72,325	116	72,954	117	73,583	118	74,212	119	74,841	120	75,470
121	76,100	122	76,729	123	77,358	124	77,987	125	78,616	126	79,245	127	79,874	128	80,503
129	81,132	130	81,761	131	82,390	132	83,019	133	83,648	134	84,277	135	84,906	136	85,535
137	86,163	138	86,792	139	87,421	140	88,050	141	88,679	142	89,308	143	89,937	144	90,566
145	91,194	146	91,823	147	92,452	148	93,081	149	93,710	150	94,339	151	94,968	152	95,597
153	96,226	154	96,855	155	97,484	156	98,113	157	98,742	158	99,371	159	100,000		

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	1,232	2	2,564	3	3,846	4	5,128	5	6,410	6	7,692	7	8,974
9	11,538	10	12,820	11	14,102	12	15,384	13	16,666	14	17,948	15	19,230
17	21,774	18	23,076	19	24,358	20	25,641	21	26,923	22	28,205	23	29,487
25	32,651	26	33,933	27	34,615	28	35,897	29	37,179	30	38,461	31	39,743
33	42,307	34	43,589	35	44,871	36	46,153	37	47,435	38	48,717	39	50,000
41	52,564	42	53,846	43	55,128	44	56,410	45	57,692	46	58,974	47	60,256
49	62,829	50	64,102	51	65,384	52	66,666	53	67,948	54	69,230	55	70,512
57	73,076	58	74,358	59	75,641	60	76,923	61	78,205	62	79,487	63	80,769
65	83,333	66	84,615	67	85,897	68	87,179	69	88,461	70	89,743	71	91,025
73	93,589	74	94,871	75	96,153	76	97,435	77	98,717	78	100,000		

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	0,347	2	1,674	3	2,542	4	3,389	5	4,237	6	5,084	7	5,932
9	7,627	10	8,474	11	9,322	12	10,169	13	11,016	14	11,864	15	12,711
17	14,406	18	15,254	19	16,101	20	16,949	21	17,796	22	18,644	23	19,491
25	21,186	26	22,033	27	22,881	28	23,728	29	24,576	30	25,423	31	26,271
33	27,966	34	28,813	35	29,661	36	30,508	37	31,355	38	32,203	39	33,050
41	34,745	42	35,593	43	36,440	44	37,288	45	38,135	46	38,983	47	39,830
49	41,525	50	42,372	51	43,220	52	44,067	53	44,915	54	45,762	55	46,610
57	48,305	58	49,152	59	50,000	60	50,847	61	51,694	62	52,542	63	53,389
65	55,084	66	55,932	67	56,779	68	57,627	69	58,474	70	59,322	71	60,169
73	61,864	74	62,711	75	63,559	76	64,406	77	65,254	78	66,101	79	66,949
81	68,644	82	69,491	83	70,338	84	71,186	85	72,033	86	72,881	87	73,728
89	75,423	90	76,271	91	77,118	92	77,966	93	78,813	94	79,661	95	80,508
97	82,203	98	83,050	99	83,898	100	84,745	101	85,593	102	86,440	103	87,288
105	88,983	106	89,830	107	90,677	108	91,525	109	92,372	110	93,220	111	94,067
113	95,762	114	96,610	115	97,457	116	98,305	117	99,152	118	100,000		

STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z	STD.	Z
1	0,607	2	1,217	3	1,827	4	2,437	5	3,048	6	3,658	7	4,268
9	5,487	10	6,097	11	6,707	12	7,317	13	7,926	14	8,536	15	9,146
17	10,365	18	10,975	19	11,585	20	12,195	21	12,804	22	13,414	23	14,024
25	15,243	26	15,853	27	16,463	28	17,073	29	17,682	30	18,292	31	18,902
33	20,121	34	20,731	35	21,341	36	21,951	37	22,560	38	23,170	39	23,780
41	25,000	42	25,609	43	26,219	44	26,829	45	27,439	46	28,048	47	28,658
49	29,878	50	30,487	51	31,097	52	31,707	53	32,317	54	32,926	55	33,536
57	34,756	58	35,365	59	35,975	60	36,585	61	37,195	62	37,804	63	38,414
65	39,634	66	40,243	67	40,853	68	41,463	69	42,073	70	42,682	71	43,292
73	44,512	74	45,121	75	45,731	76	46,341	77	46,951	78	47,560	79	48,170
81	49,390	82	50,000	83	50,609	84	51,219	85	51,829	86	52,439	87	53,048
89	54,268	90	54,878	91	55,487	92	56,097	93	56,707	94	57,317	95	57,926
97	59,146	98	59,756	99	60,365	100	60,975	101	61,585	102	62,195	103	62,804
105	64,024	106	64,634	107	65,243	108	65,853	109	66,463	110	67,073	111	67,682
113	68,962	114	69,572	115	70,181	116	70,791	117	71,401	118	72,010	119	72,620
121	73,760	122	74,370	123	74,980	124	75,590	125	76,200	126	76,810	127	77,420
129	78,658	130	79,268	131	79,878	132	80,487	133	81,097	134	81,707	135	82,317
137	83,536	138	84,146	139	84,756	140	85,365	141	85,975	142	86,585	143	87,195
145	88,414	146	89,024	147	89,634	148	90,243	149	90,853	150	91,463	151	92,073
153	93,292	154	93,902	155	94,512	156	95,121	157	95,731	158	96,341	159	96,951
161	98,170	162	98,780	163	99,390	164	100,000						

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	0,696	2	1,212	3	1,818	4	2,424	5	3,030	6	3,636	7	4,242
9	5,454	10	6,060	11	6,666	12	7,272	13	7,878	14	8,484	15	9,090
17	10,303	18	10,909	19	11,515	20	12,121	21	12,727	22	13,333	23	13,939
25	15,151	26	15,757	27	16,363	28	16,969	29	17,575	30	18,181	31	18,787
33	20,000	34	20,606	35	21,212	36	21,818	37	22,424	38	23,030	39	23,636
41	24,848	42	25,454	43	26,060	44	26,666	45	27,272	46	27,878	47	28,484
49	29,696	50	30,303	51	30,909	52	31,515	53	32,121	54	32,727	55	33,333
57	34,545	58	35,151	59	35,757	60	36,363	61	36,969	62	37,575	63	38,181
65	39,393	66	40,000	67	40,606	68	41,212	69	41,818	70	42,424	71	43,030
73	44,242	74	44,848	75	45,454	76	46,060	77	46,666	78	47,272	79	47,878
81	49,090	82	49,696	83	50,303	84	50,909	85	51,515	86	52,121	87	52,727
89	53,939	90	54,545	91	55,151	92	55,757	93	56,363	94	56,969	95	57,575
97	58,787	98	59,393	99	60,000	100	60,606	101	61,212	102	61,818	103	62,424
105	63,636	106	64,242	107	64,848	108	65,454	109	66,060	110	66,666	111	67,272
113	68,484	114	69,090	115	69,696	116	70,303	117	70,909	118	71,515	119	72,121
121	73,333	122	73,939	123	74,545	124	75,151	125	75,757	126	76,363	127	76,969
129	78,181	130	78,787	131	79,393	132	80,000	133	80,606	134	81,212	135	81,818
137	83,030	138	83,636	139	84,242	140	84,848	141	85,454	142	86,060	143	86,666
145	87,378	146	88,484	147	89,090	148	89,696	149	90,303	150	90,909	151	91,515
153	92,727	154	93,333	155	93,939	156	94,545	157	95,151	158	95,757	159	96,363
161	97,575	162	98,181	163	98,787	164	99,393	165	100,000				

ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z
1	0,704	2	1,408	3	2,112	4	2,816	5	3,521	6	4,225	7	4,929
9	4,338	10	7,042	11	7,746	12	8,450	13	9,154	14	9,859	15	10,563
17	11,971	18	12,676	19	13,380	20	14,084	21	14,788	22	15,492	23	16,197
25	17,605	26	18,309	27	17,614	28	19,718	29	20,422	30	21,126	31	21,830
33	23,239	34	23,943	35	24,647	36	25,352	37	26,056	38	26,760	39	27,464
41	28,873	42	27,577	43	30,281	44	30,985	45	31,690	46	32,394	47	33,098
49	34,507	50	35,211	51	35,915	52	36,619	53	37,323	54	38,028	55	38,732
57	40,140	58	40,845	59	41,549	60	42,253	61	42,957	62	43,661	63	44,366
65	45,774	66	46,478	67	47,183	68	47,887	69	48,591	70	49,295	71	50,000
73	51,408	74	52,112	75	52,816	76	53,521	77	54,225	78	54,929	79	55,633
81	57,042	82	57,746	83	58,450	84	59,154	85	59,859	86	60,563	87	61,267
87	62,676	88	63,380	89	64,084	90	64,788	91	65,492	92	66,197	93	66,901
97	68,309	98	69,014	99	69,718	100	70,422	101	71,126	102	71,830	103	72,535
105	73,943	106	74,647	107	75,352	108	76,056	109	76,760	110	77,464	111	78,169
113	79,577	114	80,281	115	80,985	116	81,690	117	82,394	118	83,098	119	83,802
121	85,211	122	85,915	123	86,619	124	87,323	125	88,028	126	88,732	127	89,436
129	90,045	130	91,549	131	92,253	132	92,957	133	93,661	134	94,366	135	95,070
137	96,478	138	97,183	139	97,887	140	98,591	141	99,295	142	100,000		

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	0,641	2	1,202	3	1,923	4	2,564	5	3,205	6	3,846	7	4,487
9	5,769	10	6,410	11	7,051	12	7,692	13	8,333	14	8,974	15	9,615
17	10,897	18	11,538	19	12,179	20	12,820	21	13,461	22	14,102	23	14,743
25	16,025	26	16,666	27	17,307	28	17,948	29	18,589	30	19,230	31	19,871
33	21,153	34	21,794	35	22,435	36	23,076	37	23,717	38	24,358	39	25,000
41	26,282	42	26,923	43	27,564	44	28,205	45	28,846	46	29,487	47	30,128
49	31,410	50	32,051	51	32,692	52	33,333	53	33,974	54	34,615	55	35,256
57	36,538	58	37,179	59	37,820	60	38,461	61	39,102	62	39,743	63	40,384
65	41,666	66	42,307	67	42,948	68	43,589	69	44,230	70	44,871	71	45,512
73	46,794	74	47,435	75	48,076	76	48,717	77	49,358	78	50,000	79	50,641
81	51,923	82	52,564	83	53,205	84	53,846	85	54,487	86	55,128	87	55,769
89	57,051	90	57,692	91	58,333	92	58,974	93	59,615	94	60,256	95	60,897
97	62,179	98	62,820	99	63,461	100	64,102	101	64,743	102	65,384	103	66,025
105	67,307	106	67,948	107	68,589	108	69,230	109	69,871	110	70,512	111	71,153
113	72,435	114	73,076	115	73,717	116	74,358	117	75,000	118	75,641	119	76,282
121	77,564	122	78,205	123	78,846	124	79,487	125	80,128	126	80,769	127	81,410
129	82,692	130	83,333	131	83,974	132	84,615	133	85,256	134	85,897	135	86,538
137	87,820	138	88,461	139	89,102	140	89,743	141	90,384	142	91,025	143	91,666
145	92,948	146	93,589	147	94,230	148	94,871	149	95,512	150	96,153	151	96,794
153	98,076	154	98,717	155	99,358	156	100,000						

ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z	ATO.	Z
1	0,632	2	1,265	3	1,898	4	2,531	5	3,164	6	3,797	7	4,430
9	5,076	10	5,709	11	6,342	12	6,975	13	7,608	14	8,241	15	8,874
17	10,759	18	11,392	19	12,025	20	12,658	21	13,291	22	13,924	23	14,557
25	15,822	26	16,455	27	17,088	28	17,721	29	18,354	30	18,987	31	19,620
33	20,886	34	21,519	35	22,152	36	22,785	37	23,418	38	24,051	39	24,684
41	25,749	42	26,382	43	27,015	44	27,648	45	28,281	46	28,914	47	29,547
49	31,012	50	31,645	51	32,278	52	32,911	53	33,544	54	34,177	55	34,810
57	36,075	58	36,708	59	37,341	60	37,974	61	38,607	62	39,240	63	39,873
65	41,139	66	41,772	67	42,405	68	43,038	69	43,671	70	44,304	71	44,937
73	46,202	74	46,835	75	47,468	76	48,101	77	48,734	78	49,367	79	50,000
81	51,265	82	51,898	83	52,531	84	53,164	85	53,797	86	54,430	87	55,063
89	56,329	90	56,962	91	57,595	92	58,228	93	58,861	94	59,494	95	60,127
97	61,392	98	62,025	99	62,658	100	63,291	101	63,924	102	64,557	103	65,190
105	66,455	106	67,088	107	67,721	108	68,354	109	68,987	110	69,620	111	70,253
113	71,518	114	72,151	115	72,784	116	73,417	117	74,050	118	74,683	119	75,316
121	76,582	122	77,215	123	77,848	124	78,481	125	79,114	126	79,747	127	80,380
129	81,645	130	82,278	131	82,911	132	83,544	133	84,177	134	84,810	135	85,443
137	86,709	138	87,342	139	87,975	140	88,608	141	89,241	142	89,874	143	90,507
145	91,772	146	92,405	147	93,038	148	93,671	149	94,304	150	94,937	151	95,570
153	96,835	154	97,468	155	98,101	156	98,734	157	99,367	158	100,000		

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	0,436	2	0,873	3	1,310	4	1,746	5	2,183	6	2,620	7	3,056
9	3,936	10	4,366	11	4,803	12	5,240	13	5,676	14	6,113	15	6,550
17	7,423	18	7,860	19	8,296	20	8,733	21	9,170	22	9,606	23	10,043
25	16,917	26	11,353	27	11,790	28	12,227	29	12,663	30	13,100	31	13,537
33	14,410	34	14,847	35	15,283	36	15,720	37	16,157	38	16,593	39	17,030
41	17,963	42	18,399	43	18,837	44	19,273	45	19,710	46	20,146	47	20,583
49	21,397	50	21,834	51	22,270	52	22,707	53	23,144	54	23,580	55	24,017
57	24,890	58	25,327	59	25,764	60	26,200	61	26,637	62	27,074	63	27,510
65	28,334	66	28,771	67	29,207	68	29,644	69	30,081	70	30,517	71	30,954
73	31,877	74	32,314	75	32,751	76	33,187	77	33,624	78	34,061	79	34,497
81	35,371	82	35,807	83	36,244	84	36,681	85	37,117	86	37,554	87	37,991
89	38,864	90	39,301	91	39,737	92	40,174	93	40,611	94	41,048	95	41,484
97	42,358	98	42,795	99	43,231	100	43,668	101	44,104	102	44,541	103	44,978
105	45,851	106	46,288	107	46,724	108	47,161	109	47,598	110	48,034	111	48,471
113	49,344	114	49,781	115	50,218	116	50,655	117	51,091	118	51,528	119	51,965
121	52,838	122	53,275	123	53,711	124	54,148	125	54,585	126	55,021	127	55,458
129	54,331	130	54,768	131	55,205	132	55,641	133	56,078	134	56,515	135	56,951
137	57,825	138	58,262	139	58,698	140	59,135	141	59,572	142	60,008	143	60,445
145	61,318	146	61,755	147	62,192	148	62,628	149	63,065	150	63,502	151	63,939
153	64,812	154	65,248	155	65,685	156	66,122	157	66,558	158	67,000	159	67,432
161	68,305	162	68,742	163	69,179	164	69,615	165	70,052	166	70,489	167	70,925
169	72,399	170	72,835	171	73,272	172	73,709	173	74,145	174	74,582	175	75,019
177	76,292	178	76,729	179	77,165	180	77,602	181	78,039	182	78,475	183	78,912
185	80,786	186	81,222	187	81,659	188	82,096	189	82,532	190	82,969	191	83,406
193	84,279	194	84,716	195	85,152	196	85,589	197	86,026	198	86,462	199	86,899
201	87,772	202	88,209	203	88,646	204	89,082	205	89,519	206	89,956	207	90,393
209	91,266	210	91,703	211	92,139	212	92,576	213	93,013	214	93,449	215	93,886
217	94,759	218	95,196	219	95,633	220	96,069	221	96,506	222	96,943	223	97,379
225	98,253	226	98,690	227	99,126	228	99,563	229	100,000				

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	0,847	2	1,674	3	2,542	4	3,387	5	4,237	6	5,084	7	5,932
9	7,627	10	8,474	11	9,322	12	10,169	13	11,016	14	11,864	15	12,711
17	14,406	18	15,254	19	16,101	20	16,949	21	17,796	22	18,644	23	19,491
25	21,186	26	22,033	27	22,881	28	23,728	29	24,576	30	25,423	31	26,271
33	27,966	34	28,813	35	29,661	36	30,508	37	31,355	38	32,203	39	33,050
41	34,745	42	35,593	43	36,440	44	37,288	45	38,135	46	38,983	47	39,830
49	41,525	50	42,372	51	43,220	52	44,067	53	44,915	54	45,762	55	46,610
57	48,305	58	49,152	59	50,000	60	50,847	61	51,694	62	52,542	63	53,389
65	55,084	66	55,932	67	56,779	68	57,627	69	58,474	70	59,322	71	60,169
73	61,864	74	62,711	75	63,559	76	64,406	77	65,254	78	66,101	79	66,949
81	68,644	82	69,491	83	70,338	84	71,186	85	72,033	86	72,881	87	73,728
89	75,423	90	76,271	91	77,118	92	77,966	93	78,813	94	79,661	95	80,508
97	82,203	98	83,050	99	83,898	100	84,745	101	85,593	102	86,440	103	87,288
105	88,983	106	89,830	107	90,677	108	91,525	109	92,372	110	93,220	111	94,067
113	95,762	114	96,610	115	97,457	116	98,305	117	99,152	118	100,000		

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	0,462	2	0,725	3	1,388	4	1,851	5	2,314	6	2,777	7	3,240
9	4,166	10	4,629	11	5,092	12	5,555	13	6,018	14	6,481	15	6,944
17	7,870	18	8,333	19	8,796	20	9,259	21	9,722	22	10,185	23	10,648
25	11,574	26	12,037	27	12,500	28	12,962	29	13,425	30	13,888	31	14,351
33	15,277	34	15,740	35	16,203	36	16,666	37	17,129	38	17,592	39	18,055
41	18,981	42	19,444	43	19,907	44	20,370	45	20,833	46	21,296	47	21,759
49	22,685	50	23,148	51	23,611	52	24,074	53	24,537	54	25,000	55	25,462
57	26,388	58	26,851	59	27,314	60	27,777	61	28,240	62	28,703	63	29,166
65	30,092	66	30,555	67	31,018	68	31,481	69	31,944	70	32,407	71	32,870
73	33,796	74	34,259	75	34,722	76	35,185	77	35,648	78	36,111	79	36,574
81	37,500	82	37,962	83	38,425	84	38,888	85	39,351	86	39,814	87	40,277
89	41,203	90	41,666	91	42,129	92	42,592	93	43,055	94	43,518	95	43,981
97	44,907	98	45,370	99	45,833	100	46,296	101	46,759	102	47,222	103	47,685
105	48,611	106	49,074	107	49,537	108	50,000	109	50,462	110	50,925	111	51,388
113	52,314	114	52,777	115	53,240	116	53,703	117	54,166	118	54,629	119	55,092
121	56,018	122	56,481	123	56,944	124	57,407	125	57,870	126	58,333	127	58,796
129	59,722	130	60,185	131	60,648	132	61,111	133	61,574	134	62,037	135	62,500
137	63,425	138	63,888	139	64,351	140	64,814	141	65,277	142	65,740	143	66,203
145	67,129	146	67,592	147	68,055	148	68,518	149	68,981	150	69,444	151	69,907
153	70,833	154	71,296	155	71,759	156	72,222	157	72,685	158	73,148	159	73,611
161	74,537	162	75,000	163	75,462	164	75,925	165	76,388	166	76,851	167	77,314
169	78,240	170	78,703	171	79,166	172	79,629	173	80,092	174	80,555	175	81,018
177	81,944	178	82,407	179	82,870	180	83,333	181	83,796	182	84,259	183	84,722
185	85,640	186	86,103	187	86,566	188	87,029	189	87,492	190	87,955	191	88,418
193	89,351	194	89,814	195	90,277	196	90,740	197	91,203	198	91,666	199	92,129
201	93,055	202	93,518	203	93,981	204	94,444	205	94,907	206	95,370	207	95,833
209	96,757	210	97,220	211	97,683	212	98,146	213	98,609	214	99,072	215	99,535
												216	100,000

QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z	QTD.	Z
1	1,852	2	2,185	3	3,157	4	4,219	5	5,263	6	6,315	7	7,368
9	9,473	10	10,526	11	11,578	12	12,631	13	13,684	14	14,736	15	15,789
17	17,871	18	18,947	19	20,000	20	21,052	21	22,105	22	23,157	23	24,210
25	26,315	26	27,368	27	28,421	28	29,473	29	30,526	30	31,578	31	32,631
33	34,736	34	35,789	35	36,842	36	37,894	37	38,947	38	40,000	39	41,052
41	43,157	42	44,210	43	45,263	44	46,315	45	47,368	46	48,421	47	49,473
49	51,578	50	52,631	51	53,684	52	54,736	53	55,789	54	56,842	55	57,894
57	60,000	58	61,052	59	62,105	60	63,157	61	64,210	62	65,263	63	66,315
65	68,421	66	69,473	67	70,526	68	71,578	69	72,631	70	73,684	71	74,736
73	76,842	74	77,894	75	78,947	76	80,000	77	81,052	78	82,105	79	83,157
81	85,263	82	86,315	83	87,368	84	88,421	85	89,473	86	90,526	87	91,578
89	93,684	90	94,736	91	95,789	92	96,842	93	97,894	94	98,947	95	100,000

ANEXO VIII

ESTATUTO E REGIMENTO
DA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO



UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF

ESTATUTO



Í N D I C E

TÍTULO I

.....DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS.....	01
CAPÍTULO I- DA INSTITUIÇÃO.....	01
CAPÍTULO II- DOS FINS.....	02

TÍTULO II

.....DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA.....	04
--------------------------------------	----

TÍTULO III

.....DA ADMINISTRAÇÃO.....	05
CAPÍTULO I- DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	06
SEÇÃO I- DA CHANCELARIA.....	06
SEÇÃO II- DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.....	06
SEÇÃO III- DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	10
SEÇÃO IV- DA REITORIA.....	12
SEÇÃO V- DAS PRÓ-REITORIAS.....	14
CAPÍTULO II- DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DE CADA FACULDADE....	15
SEÇÃO I- DO CONSELHO DEPARTAMENTAL.....	15
SEÇÃO II- DA DIRETORIA.....	17
SEÇÃO III- DOS DEPARTAMENTOS.....	20

TÍTULO IV

.....DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO.....	22
--	----



CAPÍTULO I- DO ENSINO.....	22
CAPÍTULO II- DA PESQUISA E EXTENSAO.....	23

TÍTULO V

.....DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.....	23
CAPÍTULO I- DO CORPO DOCENTE.....	23
CAPÍTULO II- DO CORPO DISCENTE.....	24
CAPÍTULO III- DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	25

TÍTULO VI

.....DA ORDEM ECONOMICO-FINANCEIRA.....	25
CAPÍTULO I- DO PATRIMONIO.....	25
CAPÍTULO II- DO REGIME FINANCEIRO.....	26

TÍTULO VII

.....DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	27
----------------------------------	----



ESTATUTO DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

TÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO E SEUS FINS

MEC/CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

aprovado pelo Parecer n.º 629/85

publicado na DOCUMENTA n.º 298

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO

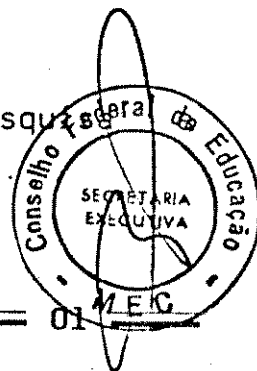
Artigo 1º- A Universidade São Francisco-USF mantida pela Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, CGC nº 33.495.870/0001-38, Instituição de direito privado, de fins educacionais e assistenciais, sem objetivo econômico, ou de lucro para seus sócios, fundada no Rio de Janeiro a 31 de maio de 1945, com sede em Bragança Paulista, registrada sob nº de ordem 02, do Livro "A" de Pessoas Jurídicas do Cartório e Ofício de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Bragança Paulista, é regida:

- I- pela Legislação em vigor;
- II- pelo Estatuto da Instituição Mantenedora;
- III- por este Estatuto;
- IV- pelo seu Regimento Geral;
- V- por atos normativos internos.

Artigo 2º- A Universidade São Francisco goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, dentro dos limites que lhe são fixados pela legislação e por este Estatuto, cumpridas as exigências dos Estatutos da Instituição Mantenedora.

§ 1º- A autonomia didático-científica consiste na faculdade de:

- I- estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão;





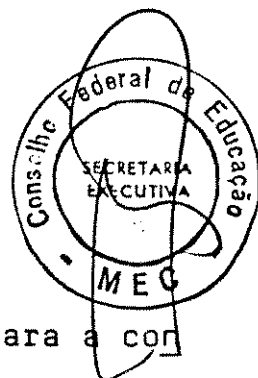
- II- criar, organizar, modificar, suspender o funcionamento e extinguir cursos, observadas a legislação vigente e as exigências do meio social, econômico e cultural;
- III- estabelecer o número de vagas iniciais dos cursos novos e alterar o número das vagas dos existentes;
- IV- organizar o currículo pleno de seus cursos, obedecidas as determinações do Conselho Federal de Educação;
- V- estabelecer seu regime escolar e didático;
- VI- conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

§ 2º- A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- I- propor a reforma deste Estatuto e do Regimento Geral;
- II- elaborar, aprovar e reformar os Regulamentos da Reitoria e de seus Órgãos Auxiliares, das Unidades de Ensino e dos Órgãos Suplementares.

§ 3º- A autonomia disciplinar consiste na faculdade de fixar o regime de sanções e de aplicá-lo, obedecidas as prescrições legais e os princípios gerais do Direito.

CAPÍTULO II DOS FINS

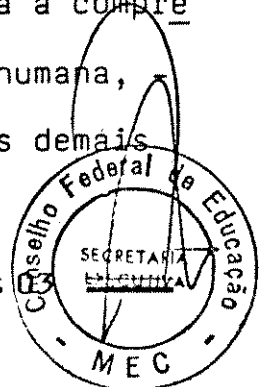


Artigo 3º- A Universidade São Francisco, para a concretização de seu ideal institucional - a Educação para a Paz -



tem por fins:

- I- educar integralmente o homem;
- II- formar e aperfeiçoar educadores, profissionais e pesquisadores, conferindo, pela realização de seus cursos, habilitação profissional e concedendo graus acadêmicos nos ramos do saber que desenvolve;
- III- preparar técnicos de carreiras auxiliares;
- IV- criar condições de atualização permanente de educadores, profissionais e pesquisadores;
- V- promover a pesquisa filosófica, teológica, científica, tecnológica e cultural em geral;
- VI- atuar no processo de desenvolvimento da comunidade que vive em sua área de abrangência e influência;
- VII- ser a expressão concreta de promoção, elaboração e transmissão da cultura brasileira;
- VIII- promover a defesa do meio-ambiente, com amor e respeito à dignidade de todas as criaturas;
- IX- promover a integração entre os diversos ramos do saber e o encontro entre a ciência e a fé, na investigação da verdade e na busca de soluções dos problemas humanos;
- X- levar à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, suas atividades de ensino e pesquisa;
- XI- contribuir para o fortalecimento da solidariedade entre todos os homens;
- XII- conscientizar a comunidade universitária à compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, da família, do cidadão, do Estado, e dos demais grupos que compõem a Sociedade.





Parágrafo Único- No desenvolvimento de suas finalidades institucionais, a Universidade São Francisco respeita os princípios de liberdade de pensamento, de ensino e de pesquisa, e os demais direitos fundamentais do homem, à luz do humanismo cristão e da cosmovisão franciscana.

TÍTULO II DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

Artigo 4º- A Universidade estrutura-se em unidades universitárias denominadas Faculdades, que congregam Departamentos.

§ 1º- São as seguintes as Faculdades e sua distribuição por campus :

I- Campus I - Bragança Paulista:

- a) Faculdade de Ciências Médicas;
- b) Faculdade de Direito;
- c) Faculdade de Economia e Administração;
- d) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- e) Faculdade de Odontologia;

II- Campus II - Itatiba:

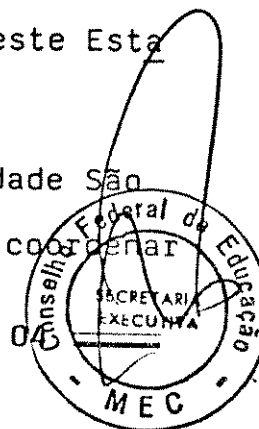
- a) Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia;
- b) Faculdade de Ciências Humanas;

III- Campus III - São Paulo:

- a) Faculdade de Educação, Ciências Sociais e Aplicadas

§ 2º- Os Departamentos constam em Anexo, neste Estatuto.

Artigo 5º- Além das Faculdades, a Universidade São Francisco dispõe dos seguintes Órgãos Suplementares para coordenar





e executar as atividades de ensino, pesquisa e extensão:

- I- Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN);
- II- Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão (CEAPE);
- III- Coordenadoria de Estudo do Homem Contemporâneo (CEHC);
- IV- Coordenadoria de Pastoral Universitária (CPU);
- V- Biblioteca.

Artigo 6º- Os Órgãos Suplementares são regidos por Regulamentos próprios, aprovados pelo Conselho Universitário.

Artigo 7º- A Universidade, através dos Órgãos próprios, pode criar ou agrupar Faculdades, Departamentos ou Órgãos Suplementares, bem como desdobrar ou extinguir os atuais.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

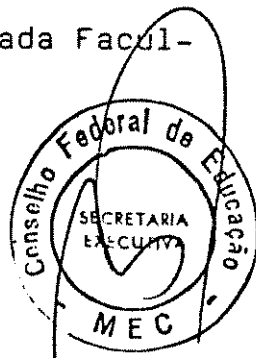
Artigo 8º- A Administração da Universidade São Francisco é exercida pelos seguintes Órgãos:

I- Órgãos da Administração Superior:

- a) Chancelaria;
- b) Conselho Universitário;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) Reitoria.

II- Órgãos da Administração Acadêmica de cada Faculdade:

- a) Conselho Departamental;
- b) Diretoria;
- c) Departamentos.





CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
SEÇÃO I
DA CHANCELARIA

Artigo 9º- A Universidade realiza suas atividades - sob a alta supervisão do Chanceler.

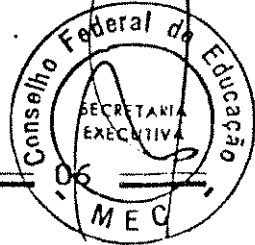
Parágrafo Único- A função de Chanceler é exercida - pelo Provincial da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil e, em suas ausências ou impedimentos, pelo seu substituto estatutário.

Artigo 10- São atribuições do Chanceler:

- I- zelar pelo respeito à integridade dos princípios da doutrina e da moral católicas, pela preservação dos ideais franciscanos e para que a Universidade mantenha-se fiel às suas finalidades;
- II- presidir reuniões de quaisquer órgãos colegiados a que compareça;
- III- assinar títulos honoríficos outorgados pela Universidade;
- IV- dar posse ao Reitor.

SEÇÃO II
DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Artigo 11- O Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo de natureza normativa, deliberativa, jurisdicional e consultiva da Universidade, é constituído:



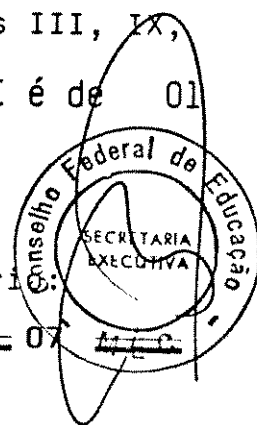


- I- pelo Reitor, que o preside;
- II- pelos Pró-Reitores;
- III- por um representante da Chancelaria;
- IV- pelos Diretores das Faculdades;
- V- pelo Coordenador da Pastoral Universitária;
- VI- pelo Coordenador do Instituto Franciscano de Antropologia - IFAN;
- VII- pelo Coordenador da Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão-CEAPE;
- VIII- pelo Coordenador da Coordenadoria de Estudo do Homem Contemporâneo;
- IX- por um representante docente;
- X- por um representante do corpo técnico-administrativo;
- XI- por um representante do corpo discente designado na forma prescrita no Regimento Geral da Universidade;
- XII- por um representante da comunidade;
- XIII- por três representantes da Instituição Mantenedora.

§ 1º- O representante de que trata o inciso IX é eleito pelos seus pares, o representante de que trata o inciso XII é designado pelo Reitor dentre lista tríplice indicada pela classe ou categoria à qual a lista for solicitada e o representante de que trata o inciso X é designado pelo Reitor dentre lista sêxtupla, composta de dois elementos de cada campus, eleitos dentre seus pares.

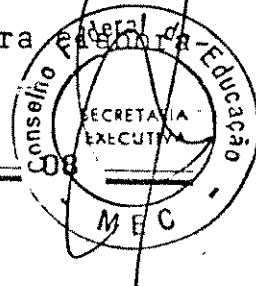
§ 2º- Os mandatos de que tratam os incisos III, IX, X, XII e XIII são de 02 anos, o de que trata o inciso XI é de 01 ano.

Artigo 12- Compete ao Conselho Universitário



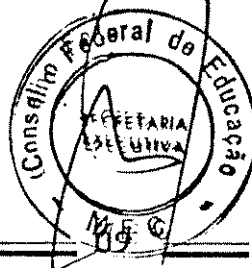


- I- formular a política geral da Universidade;
- II- zelar pelo patrimônio moral e cultural e recursos materiais colocados à disposição da Universidade;
- III- propor o planejamento geral da Universidade;
- IV- deliberar sobre a criação, incorporação, suspensão e fechamento de cursos ou habilitações de graduação e especialização;
- V- fixar o número de vagas iniciais de cursos novos e alterar o número das vagas dos existentes, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VI- criar, desmembrar, fundir e extinguir Faculdades, Departamentos e Órgãos Suplementares, ouvidos o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e demais órgãos interessados;
- VII- aprovar a criação e extinção de Associações Estudantis;
- VIII- aprovar Estatuto ou Regimento do Diretório Central de Estudantes;
- IX- aprovar Regimentos e Regulamentos dos órgãos da Universidade excetuado o do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- X- aprovar, no âmbito de sua competência, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a reforma e alteração deste Estatuto, do Regimento Geral e seus Anexos;
- XI- fixar normas complementares ao Regimento Geral, para elaboração ou alteração de Estatutos e Regulamentos de Órgãos de Representação Estudantil;
- XII- estabelecer critérios e sistemática para elaboração de atos normativos;





- XIII- dar parecer conclusivo para aceitação de professores;
- XIV- aprovar a criação e concessão de títulos honoríficos e concessão de prêmios;
- XV- exercer o poder disciplinar originariamente e em grau de recurso;
- XVI- apurar a responsabilidade do Reitor, dos Pró-Reitores e Diretores, quando por omissão ou tolerância permitirem ou favorecerem o não cumprimento da legislação de ensino, ou deste Estatuto, ou do Regimento Geral, ou de outras normas complementares;
- XVII- deliberar sobre representações ou recursos que lhe forem encaminhados pelo Reitor;
- XVIII- deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
- XIX- intervir, esgotadas as vias ordinárias, nos órgãos da Universidade, bem como avocar a si atribuições a eles conferidas;
- XX- decretar o recesso parcial ou total das atividades escolares de cada curso ou de todos;
- XXI- constituir comissões;
- XXII- instituir símbolos, bandeiras e flâmulas no âmbito da Universidade;
- XXIII- interpretar o presente Estatuto e o Regimento Geral da Universidade;
- XXIV- exercer as demais atribuições que por sua natureza lhe estejam afetas.





SEÇÃO III

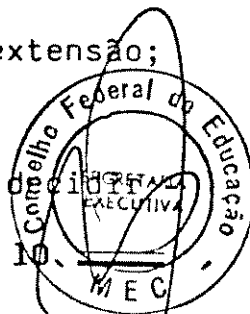
DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Artigo 13- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva, destinado a orientar, coordenar e supervisionar o ensino, a pesquisa e extensão da Universidade, é constituído:

- I- pelo Reitor, que o preside;
- II- pelos pró-Reitores;
- III- pelos Diretores das Faculdades;
- IV- pelo Secretário Geral;
- V- por um professor de cada Faculdade escolhido pelo Reitor de uma lista tríplice apresentada pelo respectivo Conselho Departamental, com mandato de 02 anos;
- VI- pelo Coordenador da Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão;
- VII- pelo Coordenador do Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN);
- VIII- por um Representante da Coordenadoria de Estudo do Homem Contemporâneo, com mandato de 02 anos;
- IX- por um Representante Discente de cada Campus designado na forma prescrita no Regimento Geral da Universidade.

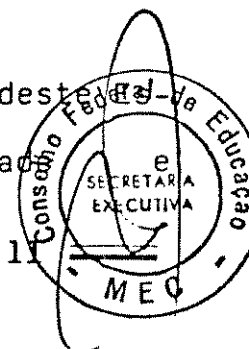
Artigo 14- Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

- I- superintender e coordenar, em nível superior, as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- II- aprovar seu Regulamento;
- III- aprovar currículos plenos, alterá-los e





- sobre questões relativas à sua aplicabilidade;
- IV- aprovar o Edital do Concurso Vestibular e os critérios de classificação do mesmo, de acordo com a legislação em vigor e o Regimento Geral da Universidade;
- V- aprovar o calendário escolar geral anual e o horário de funcionamento dos cursos de graduação;
- VI- fixar normas acadêmicas complementares às do Regimento Geral sobre Concurso Vestibular, currículos e programas, matrículas, transferências internas e externas, reopções de curso, adaptações, aproveitamento de estudos, além de outras que se incluem no âmbito de sua competência;
- VII- estabelecer normas que visem ao aperfeiçoamento dos processos de aferição do rendimento escolar;
- VIII- estabelecer critérios para elaboração e aprovação de projetos de pesquisa e planos de serviços de extensão;
- IX- fixar normas para elaboração e aprovação de cursos de aperfeiçoamento e extensão;
- X- dar parecer sobre criação, desmembramento, fusão e extinção de Faculdades, Departamentos e Órgãos Suplementares;
- XI- dar parecer sobre proposta de criação, incorporação, suspensão e fechamento de cursos e habilitações de graduação e especialização;
- XII- dar parecer sobre proposta de fixação de número de vagas iniciais de novos cursos e alteração do número das vagas dos existentes;
- XIII- dar parecer sobre proposta de alteração deste Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.





seus anexos;

XIV- constituir comissões;

XV- deliberar, em primeira instância, ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência;

XVI- exercer as demais atribuições que por sua natureza lhe estejam afetas.

SEÇÃO IV DA REITORIA

Artigo 15- A Reitoria, órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza todas as atividades universitárias, é exercida por um Reitor eleito pela Assembléia Geral da Instituição Mantenedora, com mandato de 04 anos, permitida a recondução.

§ 1º- O Reitor é auxiliado nas suas funções pelos:

I- Pró-Reitor Acadêmico;

II- Pró-Reitor Comunitário;

III- Pró-Reitor Administrativo.

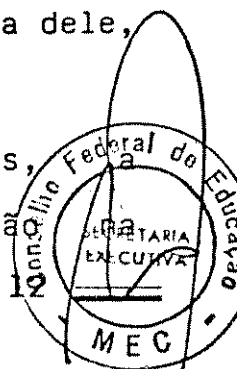
§ 2º- O Reitor, no impedimento do exercício de suas funções e nas ausências em reuniões, é substituído por um Pró-Reitor na ordem de precedência elencada no parágrafo anterior.

Artigo 16- São atribuições do Reitor:

I- dirigir e administrar a Universidade;

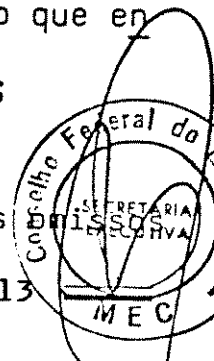
II- representar a Universidade, interna e externamente, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, no âmbito de suas atribuições;

III- promover, em conjunto com os Pró-Reitores, integração no planejamento e a harmonização





- execução das atividades da Universidade;
- IV- zelar pela fiel observância da legislação universitária;
- V- convocar e presidir o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com direito ao voto comum, além do de desempate;
- VI- presidir com direito a voz e voto qualquer colegiado a que comparecer;
- VII- conferir grau aos diplomados pela Universidade;
- VIII- assinar, juntamente com o Secretário Geral e o Diretor da respectiva Faculdade, diplomas dos cursos de graduação;
- IX- propor concessão de títulos honoríficos e criação de prêmios;
- X- exercer o poder disciplinar;
- XI- designar Pró-Reitores, Diretores, Diretores interinos, Secretário Geral, Coordenadores, Supervisores de Estágio, Secretários Setoriais, Assessores, e seus substitutos;
- XII- designar Chefes de Departamentos dentre listas - trípticas organizadas pelos Departamentos;
- XIII- dar parecer conclusivo para aceitação de professores, em caso de urgência, ad referendum do Conselho Universitário;
- XIV- baixar resoluções referentes a deliberações dos Colegiados que preside;
- XV- firmar convênios;
- XVI- autorizar qualquer pronunciamento público que envolva, de qualquer forma, a Universidade;
- XVII- constituir comissões;
- XVIII- resolver, em regime de urgência, os casos





deste Estatuto ou do Regulamento Geral da Universidade, "ad referendum" do Órgão competente.

Artigo 17- O Reitor pode vetar deliberação do Conselho Universitário ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - até 10 dias após a reunião em que houver sido tomada.

§ 1º- Vetada uma deliberação, o Reitor convocará o Colegiado para, em reunião que se realizará dentro de 15 dias, conhecer das razões do veto.

§ 2º- A rejeição do veto pela maioria de 2/3, no mínimo, da totalidade dos membros do colegiado, importa aprovação da deliberação vetada.

§ 3º- Da rejeição do veto em matéria que envolva assunto econômico-financeiro, há recurso ex officio para a Instituição Mantenedora, dentro de 10 dias, sendo a decisão desta, considerada final sobre a matéria.

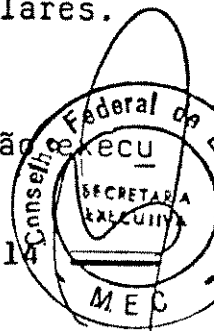
SEÇÃO V

DAS PRÓ-REITORIAS

Artigo 18- As Pró-Reitorias são exercidas por Pró-Reitores de livre escolha do Reitor e obedecem a Regulamentos próprios.

Parágrafo Único- Cada Pró-Reitor executa suas atribuições em harmonia com os outros, mantendo o Reitor a par do desenvolvimento dos trabalhos dos Órgãos dos quais são titulares.

Artigo 19- A Pró-Reitoria Acadêmica é o órgão





tivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Artigo 20- A Pró-Reitoria Comunitária é o órgão executivo que promove, superintende, coordena e fiscaliza as atividades referentes à integração da Comunidade Universitária e desta - com a Comunidade local, visando à conscientização e vivência da proposta sócio-educacional da Universidade São Francisco.

Artigo 21- A Pró-Reitoria Administrativa é o órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades administrativas da Universidade.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DE CADA FACULDADE

Artigo 22- As Faculdades são Unidades que congregam Departamentos, e administram suas atividades didático-pedagógicas.

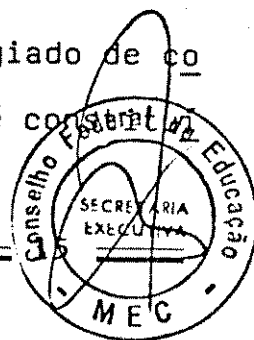
Artigo 23- A administração acadêmica de cada Faculdade é exercida pelos seguintes Órgãos:

- I- Conselho Departamental;
- II- Diretoria;
- III- Departamentos.

SEÇÃO I

DO CONSELHO DEPARTAMENTAL

Artigo 24- O Conselho Departamental, colegiado de coordenação didático-pedagógica dos cursos da Faculdade, é composto de:





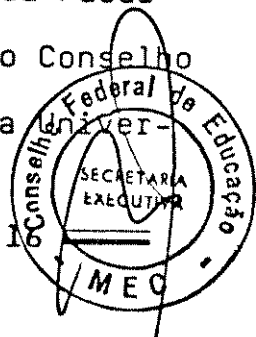
- I- pelo Diretor da Faculdade, como seu Presidente;
- II- pelos Chefes de Departamentos da Faculdade;
- III- por um Representante da Coordenadoria de Estudo do Homem Contemporâneo, designado pelo Reitor, com mandato de 02 anos;
- IV- pelos Coordenadores de Cursos, se houver;
- V- por um Representante de Supervisores de Estágio, eleito dentre seus pares, com mandato de dois - anos, se houver;
- VI- por um Representante Discente da Faculdade escolhido na forma do Regimento Geral da Universidade, com mandato de um ano.

§ 1º- O Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, determina que Conselhos Departamentais serão integrados por Representante de Supervisores de Estágio.

§ 2º- Nas reuniões do Conselho Departamental, o Diretor é substituído, em suas ausências, pelo Chefe de Departamento presente mais antigo na Faculdade e, no caso de empate, pelo Chefe de Departamento presente mais antigo na Universidade.

Artigo 25- Compete ao Conselho Departamental:

- I- coordenar as atividades didático-pedagógicas dos cursos da Faculdade;
- II- estabelecer, observadas as normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, critérios para aproveitamento de estudos, adaptações, dependências e avaliação da aprendizagem;
- III- aprovar:
 - a) ementas e planos de ensino das disciplinas dos currículos dos cursos da Faculdade;
 - b) regulamento do Diretório Acadêmico adequando-o aos objetivos dos cursos respectivos da Faculdade de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário, pelo Regimento Geral da Universidade





cidade, e pela legislação em vigor;

IV- dar parecer sobre:

- a) criação, incorporação, suspensão ou fechamento de cursos ou habilitações;
- b) criação, desmembramento, fusão e extinção de Departamentos;
- c) horário de aulas e das demais atividades didáticas dos cursos;
- d) relatório da Diretoria referente ao ano anterior;
- e) projeto de Regimento da Faculdade e suas modificações;
- f) currículo pleno dos cursos e suas alterações;
- g) qualquer matéria de competência do Diretor, quando solicitado;

V- deliberar sobre recursos ou representações de alunos a respeito de matéria didática e trabalhos escolares;

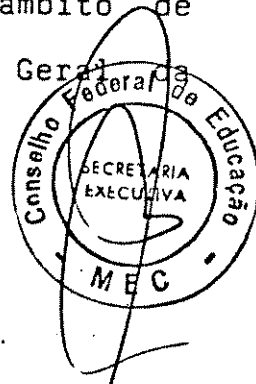
VI- suspender as atividades ou dissolver o Diretório Acadêmico resguardado o direito de defesa;

VII- exercer o poder disciplinar;

VIII- colaborar com os demais órgãos universitários em matéria de ensino, pesquisa e extensão;

IX- praticar atos por delegação dos órgãos superiores da Universidade, ou que se incluam no âmbito de sua competência por força do Regimento Geral da Universidade.

SEÇÃO II
DA DIRETORIA

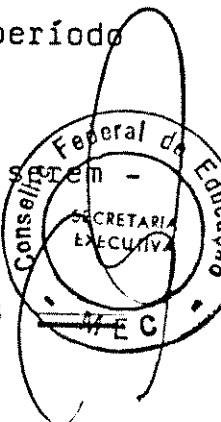




Artigo 26- A Diretoria, órgão executivo, que superintende, coordena e fiscaliza as atividades acadêmicas da Faculdade, é exercida por um Diretor de livre escolha e designação do Reitor.

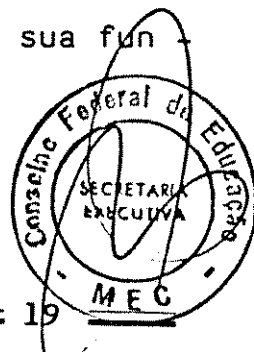
Artigo 27- São atribuições do Diretor:

- I- dirigir e administrar a Faculdade, adotando as providências necessárias ao bom funcionamento dos cursos e Departamentos;
- II- convocar e presidir o Conselho Departamental, com direito, além do voto comum, ao de desempate;
- III- elaborar e apresentar à Reitoria, nos prazos por ela fixados, o relatório das atividades do ano escolar anterior, bem como o planejamento das atividades da Faculdade para o exercício seguinte;
- IV- supervisionar os serviços da Secretaria Setorial no âmbito de sua Faculdade;
- V- aprovar o horário de aulas dos cursos, após parecer do Conselho Departamental, encaminhando-o à Pró-Reitoria Acadêmica;
- VI- despachar requerimentos de sua competência;
- VII- decidir sobre representações a ele encaminhadas;
- VIII- conferir grau a diplomados pela Faculdade na ausência do Reitor;
- IX- assinar certificados e diplomas de conclusão de cursos ou atividades de sua competência;
- X- designar os Chefes de Departamentos em período de vacância do cargo;
- XI- indicar ao Reitor nomes de professores a serem contratados, ouvido o Departamento;





- XII- dar posse e exercício aos docentes contratados;
- XIII- supervisionar o cumprimento do regime didático e as atividades do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo;
- XIV- decidir sobre aproveitamento de estudos e reconhecimento de matérias, após parecer do respectivo Departamento quando solicitado;
- XV- definir a série na qual o aluno transferido deva requerer matrícula e elaborar os planos de estudo durante o período de adaptação do mesmo ao currículo do curso;
- XVI- convocar estudantes para eleições fixando datas;
- XVII- designar professores para acompanhar eleições estudantis;
- XVIII- destituir dirigentes de Diretórios Acadêmicos resguardado o direito de defesa;
- XIX- propor ao órgão competente encaminhamento de convênios;
- XX- colaborar com todos os Órgãos da Universidade na esfera de sua competência;
- XXI- constituir comissões;
- XXII- cumprir e fazer cumprir as deliberações dos Colegiados, deste Estatuto, do Regimento Geral e a legislação em vigor;
- XXIII- exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- XXIV- executar outras atribuições previstas no Regimento Geral, ou decorrentes da natureza de sua função.





SEÇÃO III DOS DEPARTAMENTOS

Artigo 28- O Departamento é a menor fração da estrutura da Universidade para todos os efeitos da organização administrativa e didático-científica.

§ 1º- O Departamento compreende disciplinas afins e congrega professores que as ministram.

§ 2º- O elenco das disciplinas de cada Departamento é fixado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

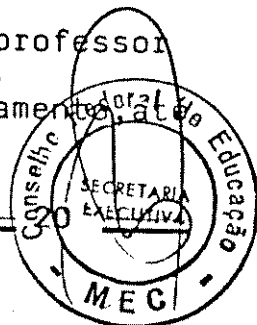
§ 3º- A existência de qualquer Departamento deve justificar-se pela natureza e amplitude do campo de conhecimento abrangido e pelos recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.

§ 4º- O Chefe de Departamento é designado pelo Reitor mediante lista tríplice organizada pelo Departamento, dentre seus professores, segundo critérios fixados pelo Conselho Universitário, e tem mandato de 2 anos, permitida a recondução.

§ 5º- O Chefe de Departamento terá o término do seu mandato antecipado nas hipóteses de extinção, fusão ou desmembramento de Departamentos, ou na hipótese da perda da condição de professor.

§ 6º- O Chefe de Departamento pode ser suspenso ou destituído de seu cargo pelo não cumprimento de suas funções, pelo Reitor.

§ 7º- Na hipótese de vacância do cargo de Chefe de Departamento, a chefia é exercida temporariamente pelo professor designado pelo Diretor, dentre os que integram o Departamento.





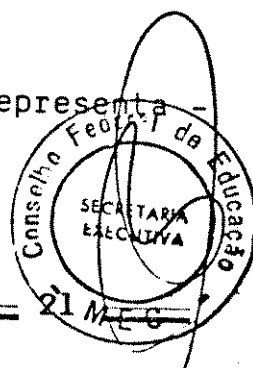
que se dê o preenchimento pela forma prevista neste artigo.

Artigo 29- Compete a cada Departamento:

- I- zelar pela execução das atividades e dos planos de ensino das disciplinas que o integram;
- II- apresentar proposta para aquisição de material bibliográfico;
- III- dar parecer sobre as ementas e planos de ensino das disciplinas;
- IV- propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino;
- V- dar parecer na indicação de docentes;
- VI- dar parecer na dispensa de docentes quando o motivo for de natureza didático-científica;
- VII- elaborar a lista tríplice para a nomeação do seu Chefe pelo Reitor;
- VIII- exercer as demais atribuições que lhe forem previstas neste Estatuto, no Regimento Geral da Universidade, e no seu Regulamento.

Artigo 30- São atribuições do Chefe de Departamento:

- I- convocar e presidir as reuniões do Departamento;
- II- designar professor para secretariar os trabalhos das reuniões do Departamento;
- III- coordenar os trabalhos dos membros do Departamento;
- IV- encaminhar ao Diretor, para ser submetido ao Conselho Departamental, matéria que deva ser apreciada por este Colegiado;
- V- encaminhar ao Diretor expedientes ou representações que devam por ele ser apreciados;





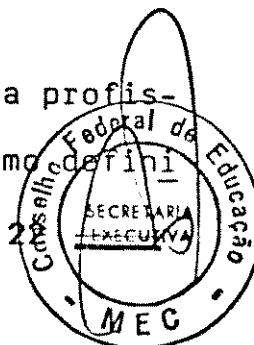
- VI- apresentar ao Diretor, no prazo que for por este fixado, relatório das atividades do Departamento;
- VII- auxiliar o Diretor na fiscalização da observância do regime escolar e do cumprimento dos planos de ensino e dos demais planos de trabalho;
- VIII- adotar, em casos de urgência, ad referendum do Departamento, medidas que se imponham em matéria de competência deste Colegiado;
- IX- responsabilizar-se pelo material que estiver sob sua guarda;
- X- cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, do Regimento Geral, do Regulamento do Departamento e as deliberações dos órgãos colegiados;
- XI- exercer outras atribuições que pela sua natureza recaiam dentro de sua competência ou que lhe sejam delegadas pelo Diretor ou pelos demais órgãos superiores.

TÍTULO IV
DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
CAPÍTULO I
DO ENSINO

Artigo 31- O Ensino é ministrado nas seguintes modalidades de curso:

- I- de graduação;
- II- de especialização e aperfeiçoamento;
- III- de extensão e outros.

Artigo 32- Além dos cursos correspondentes a profissões regulamentadas em lei, ou que possuam currículo mínimo definido





do pelo Conselho Federal de Educação, a Universidade pode criar - outros para atender às exigências de sua programação específica - ou às peculiaridades do mercado de trabalho regional.

Artigo 33- Cada curso, a critério do Reitor, pode ter um Coordenador.

Parágrafo Único- As atribuições dos Coordenadores são fixadas pelo Diretor, com aprovação da Reitoria.

CAPÍTULO II

DA PESQUISA E EXTENSÃO

Artigo 34- A Universidade São Francisco, promove e desenvolve a pesquisa e a extensão de seus serviços à Comunidade, complemento do ensino universitário, através de seus Órgãos Suplementares específicos a que se referem os arts. 5º e 7º deste Estatuto.

TÍTULO V

DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.

Artigo 35- A Comunidade Universitária é constituída dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, diversificados em função das respectivas atribuições e unificados no plano dos objetivos da Universidade.

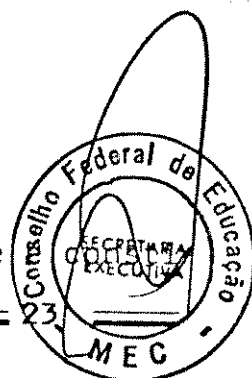
CAPÍTULO I

DO CORPO DOCENTE

Artigo 36- O Corpo Docente da Universidade

EM FASE DE ACOMPANHAMENTO PARA RECONHECIMENTO COMO

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF





tuído de professores de idoneidade moral e capacidade técnica, que, além de reunirem qualidades de educador e pesquisador, assumam o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados neste Estatuto.

Artigo 37- O Regimento Geral estabelece as normas e diretrizes básicas aplicáveis ao Corpo Docente, observado o disposto no artigo anterior e na legislação aplicável.

CAPÍTULO II DO CORPO DISCENTE

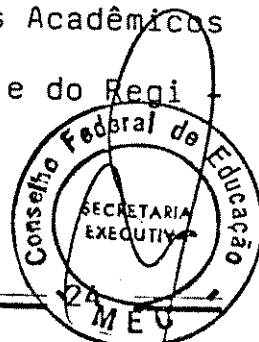
Artigo 38- Constituem o Corpo Discente da Universidade os alunos matriculados nos seus cursos.

Artigo 39- Os alunos classificam-se como:

- I- Regulares: os que preenchem as condições para obter diploma;
- II- Especiais: os que preenchem as condições para obter certificados.

Artigo 40- O Corpo Discente tem representação com direito a voz e voto nos órgãos colegiados da Universidade de conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei, neste Estatuto e no Regimento Geral.

Artigo 41- São reconhecidos como órgãos representativos do Corpo Discente da Universidade, os Diretórios Acadêmicos aprovados pelo Colegiado competente nos termos da Lei e do Regimento Geral.





Artigo 42- A Universidade mantém as funções de Monitor para alunos dos Cursos de graduação.

Parágrafo Único- A forma de recrutamento e as funções de Monitor obedecem critérios fixados pela Reitoria.

Artigo 43- O Regimento Geral dispõe sobre o regime disciplinar aplicável ao Corpo Discente, observada a legislação especial existente sobre a matéria.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Artigo 44- O Corpo Técnico-Administrativo é constituído de pessoal contratado para as funções não especificamente docentes da Universidade São Francisco, de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho e as da Instituição Mantenedora.

Artigo 45- No âmbito de suas competências, cabe aos Órgãos da Administração da Universidade a supervisão das atividades técnico-administrativas.

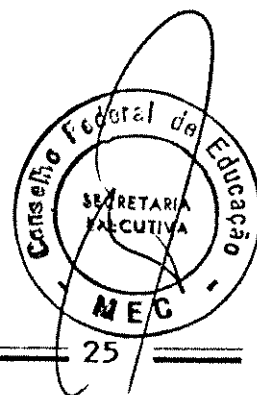
Artigo 46- O Regimento Geral dispõe sobre o regime disciplinar do corpo técnico-administrativo.

TÍTULO VI

DA ORDEM ECONÓMICO-FINANCEIRA

CAPÍTULO I

DO PATRIMÓNIO





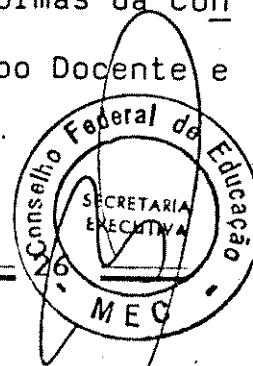
Artigo 47- A Instituição Mantenedora, nos termos de seu Estatuto, é proprietária de todos os bens e titular de todos os direitos colocados à disposição da Universidade São Francisco, para a consecução de suas finalidades e desenvolvimento de suas atividades, ressalvados os de terceiros, os tomados em locação, comodato ou convênio.

CAPÍTULO II DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 48- O ano financeiro coincide com o ano civil.

Artigo 49- Da Instituição Mantenedora dependem, no que respeita à Universidade São Francisco:

- I- aceitação de legados, doações e heranças;
- II- criação, ampliação, incorporação, desmembramento, fusão, suspensão, e fechamento de Cursos, Habilitações, Faculdades, Departamentos e Órgãos Suplementares;
- III- provisão dos necessários recursos para o desenvolvimento das atividades educacionais da Universidade;
- IV- decisão sobre assuntos que envolvam direta ou indiretamente alteração de despesas;
- V- fixação da política salarial, das anuidades, taxas e emolumentos escolares, respeitada a legislação vigente;
- VI- contratação e dispensa, nos termos e normas da Consolidação das Leis do Trabalho, do Corpo Docente e Técnico-Administrativo;





- VII- aprovação do Regulamento Financeiro, obedecidas as normas da Comissão de Encargos Educacionais - do Ministério da Educação e Cultura;
- VIII- aprovação das reformas ou alterações deste Estatuto, do Regimento Geral da Universidade e seu encaminhamento ao Conselho Federal de Educação - para aprovação final.

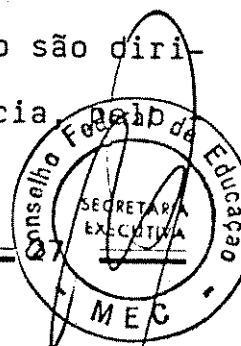
TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 50- A Universidade oferece condições para o exercício da liberdade de ensino e pesquisa, garantida pela Constituição do País, vedada toda manifestação de discriminação político-partidária, racial ou religiosa.

Artigo 51- A investidura em qualquer cargo ou função e a matrícula em qualquer curso da Universidade implicam a aceitação de todas as normas deste Estatuto e do Regimento Geral e o compromisso de acatar as decisões das autoridades universitárias, inclusive no tocante às formas e prazos estabelecidos para cumprimento das obrigações assumidas com a Universidade, constituindo falta punível o seu desatendimento.

Parágrafo Único- A Universidade pode adotar as medidas que julgar necessárias ao cumprimento das obrigações referidas neste Artigo.

Artigo 52- Os casos omissos neste Estatuto são dirimidos pelo Conselho Universitário, ou, em caso de urgência, pelo Reitor, ad referendum daquele Órgão.





Artigo 53- Este Estatuto só pode ser alterado ou re formado por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Universitário, aprovação por parte da Instituição Man tenedora e pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º- As alterações ou reformas são de iniciativa - do Reitor ou mediante proposta fundamentada de 1/3 (um terço), pe lo menos, dos membros do Conselho Universitário.

§ 2º- As alterações ou reformas têm aplicação no ano acadêmico iniciado após sua aprovação, ou imediatamente nos casos que não importem em prejuízo da vida escolar do aluno.

Artigo 54- Este Estatuto entra em vigor após sua apro vação pelo Conselho Federal de Educação, observadas as demais forma lidades legais.





A N E X O

D E P A R T A M E N T O S



I - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS

- Departamento de Ciências Morfológicas e Patológicas
- Departamento de Medicina
- Departamento de Saúde Materno-Infantil e Preventiva
- Departamento de Cirurgia
- Departamento de Ciências Fisiológicas

II - FACULDADE DE DIREITO

- Departamento de Direito Privado
- Departamento de Direito Público
- Departamento de Prática Forense e Estágio Supervisionado

III - FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO

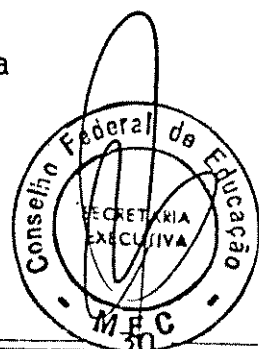
- Departamento de Economia
- Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos
- Departamento de Contabilidade e Atuariais
- Departamento de Ciências Sociais

IV - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

- Departamento de Ciências Exatas e Naturais
- Departamento de Ciências Biológicas
- Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
- Departamento de Fundamentos da Educação e Administração Escolar

V - FACULDADE DE ODONTOLOGIA

- Departamento de Estomatologia
- Departamento de Prótese
- Departamento de Odontologia Social
- Departamento de Odontologia Clínica





VI - FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA

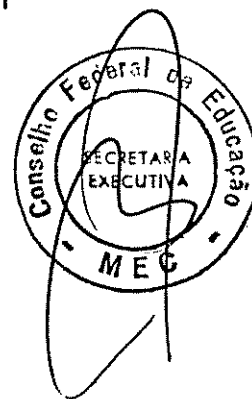
- Departamento de Matemática
- Departamento de Ciências Naturais
- Departamento de Ciências da Engenharia
- Departamento de Engenharia Civil

VII - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

- Departamento de Psicologia
- Departamento de Letras
- Departamento de Ciências Sociais
- Departamento de Educação
- Departamento de Educação Física

VIII - FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

- Departamento de Ciências Humanas
- Departamento de Ciências Exatas e Naturais
- Departamento de Ciências Administrativas
- Departamento de Ciências Contábeis
- Departamento de Economia
- Departamento de Ciências Jurídicas
- Departamento de Serviço Social
- Departamento de Educação
- Departamento de Letras





UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO - USF

REGIMENTO GERAL



Í N D I C E

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES..... 01

TÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS..... 01

TÍTULO III

DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO..... 06

CAPÍTULO I - DO ENSINO..... 06

SEÇÃO I - DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO..... 06

SUBSEÇÃO I- DOS CURSOS..... 06

SUBSEÇÃO II- DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR. 07

SUBSEÇÃO III- DO INGRESSO NOS CURSOS
DE GRADUAÇÃO..... 08

SUBSEÇÃO IV- DA MATRÍCULA..... 10

SUBSEÇÃO V- DA TRANSFERÊNCIA, DO
APROVEITAMENTO DE ESTUDOS
E DA ADAPTAÇÃO..... 12

SUBSEÇÃO VI- DO TRANCAMENTO E DO CAN-
CELAMENTO DE MATRÍCULA.. 14

SUBSEÇÃO VII- DA AVALIAÇÃO DA APRENDI-
ZAGEM..... 15

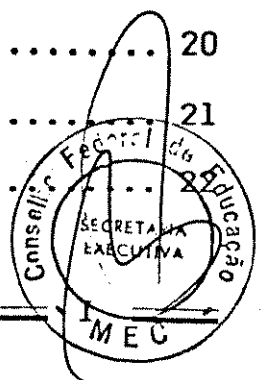
SUBSEÇÃO VIII- DO REGIME EXCEPCIONAL... 19

SEÇÃO II- DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEI-
ÇOAMENTO E EXTENSÃO E DE OUTROS CURSOS 20

CAPÍTULO II- DA PESQUISA..... 20

CAPÍTULO III- DA EXTENSÃO..... 21

CAPÍTULO IV- DO CALENDÁRIO ESCOLAR.....





TÍTULO IV

DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	23
CAPÍTULO I- DO CORPO DOCENTE.....	23
CAPÍTULO II- DO CORPO DISCENTE.....	27
SEÇÃO I- DA CONSTITUIÇÃO.....	27
SEÇÃO II- DOS DIREITOS E DEVERES.....	28
SEÇÃO III- DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE.....	29
SEÇÃO IV- DOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS E OUTRAS ASSOCIAÇÕES.....	31
CAPÍTULO III- DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	34

TÍTULO V

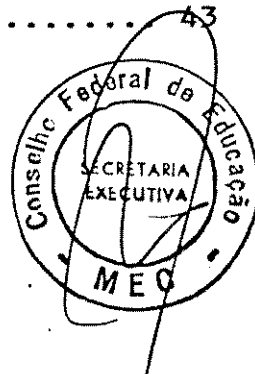
DO REGIME DISCIPLINAR.....	34
CAPÍTULO I- DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE.....	35
CAPÍTULO II- DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE.....	35
CAPÍTULO III- DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	40

TÍTULO VI

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS.....	41
---	----

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	41
CAPÍTULO I- DISPOSIÇÕES GERAIS.....	41
CAPÍTULO II- DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA.....	42
CAPÍTULO III- DA VIGÊNCIA.....	43





REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º- Este Regimento Geral regulamenta o Estatuto e disciplina as atividades da Universidade São Francisco nos planos didático, pedagógico, científico, administrativo, comunitário e disciplinar.

Artigo 2º- A estrutura da Universidade, a composição dos órgãos da Administração Superior e da Administração Acadêmica das Faculdades constam no Estatuto da Universidade.

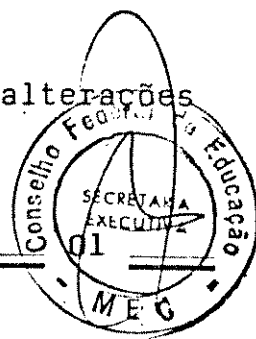
Artigo 3º- Cada um dos órgãos pode ter Regulamento próprio aprovado nos termos do Estatuto da Universidade e deste Regimento Geral.

TÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Artigo 4º- Os Órgãos Colegiados funcionam, para de liberar, com maioria absoluta de seus membros, e as decisões são tomadas por maioria relativa de votos, excetuados os casos elencados nos parágrafos seguintes.

§ 1º- Exigem maioria de 2/3 de votos as alterações e reformas do Estatuto e deste Regimento Geral.





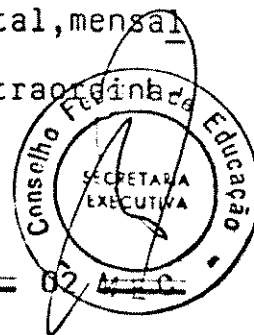
§ 2º- Exigem maioria absoluta de votos as deliberações sobre os seguintes assuntos:

- I- criação, incorporação, suspensão ou fechamento - de cursos de graduação ou habilitação e especialização;
- II- criação, desmembramento, fusão e extinção de Faculdades, Departamentos e Órgãos Suplementares;
- III- fixação do número de vagas iniciais de cursos novos e alteração do número das vagas dos existentes;
- IV- alteração e reforma de Regimentos das Unidades e de Regulamentos dos demais órgãos da Universidade;
- V- alteração e reforma dos anexos do Estatuto e de Regimentos.

§ 3º- Exigem maioria simples de votos as deliberações sobre os seguintes assuntos:

- I- aprovação, alterações e reformas de Estatutos e Regimentos de Diretórios Acadêmicos e de outras Associações Estudantis;
- II- recesso das atividades escolares;
- III- controvérsias entre elementos do Corpo Docente e Discente;
- IV- recursos contra decisões de órgãos inferiores.

Artigo 5º- O Conselho Universitário reúne-se ordinariamente, uma vez por semestre; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez por bimestre; o Conselho Departamental, mensalmente e os Departamentos, duas vezes por semestre, e extraordinariamente, na forma regulamentada.





§ 1º- A convocação dos colegiados é feita por escrito, mediante Edital, com antecedência mínima de 72 horas, pelo seu Presidente, por sua iniciativa, ou a requerimento de, ao menos, um terço de seus componentes, dando-se, em qualquer um dos casos, conhecimento da pauta dos assuntos aos convocados.

§ 2º- Em caso de urgência, a critério do Presidente do Colegiado, a convocação pode ser feita, verbalmente, com 24 horas de antecedência, ressalvadas a comunicação dos assuntos em pauta e a fixação de edital.

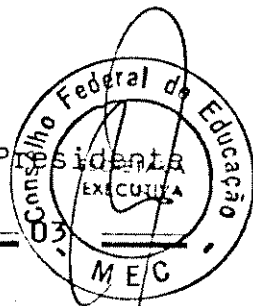
§ 3º- A ausência de determinada categoria ou classe de representantes não impede o funcionamento dos colegiados, nem invalida as decisões.

§ 4º- As reuniões com datas e pautas fixadas em atas anteriores dispensam convocações.

Artigo 6º- É obrigatório, prevalecendo sobre qualquer outra atividade escolar, o comparecimento dos membros a reuniões dos seus respectivos colegiados.

Parágrafo Único- A ausência de membros do colegiado a 02 reuniões consecutivas, ou a 04 alternadas no mesmo período letivo, pode acarretar a perda do mandato ou a dispensa do cargo de professor, salvo impedimento previsto na legislação ou exercício comprovado de atividade permanente no mesmo horário em outra Instituição, ou outra justificativa escrita aceita pelo seu Presidente.

Artigo 7º- Na ausência ou impedimento do Presidente





do Colegiado, a Presidência das reuniões é exercida por seu substituto regimental, e, na ausência deste, cabe a presidência ao docente presente mais antigo na Instituição, ou ocorrendo empate, ao docente mais idoso.

§ 1º- Sempre que estejam presentes à reunião de qualquer colegiado da Administração Acadêmica das Faculdades, o Reitor, o Pró-Reitor Acadêmico, o Pró-Reitor Comunitário, o Pró-Reitor Administrativo, a presidência dos trabalhos é assumida por um deles, na ordem elencada neste parágrafo, com direito à voz e voto.

§ 2º- Não são admitidas representações ou procurações ou outras substituições de membros ausentes aos Colegiados.

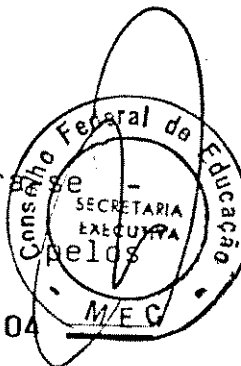
Artigo 8º- Quando se trata de assunto de interesse pessoal e direto de membro de Colegiado, a votação é secreta e dela não participa o interessado.

Artigo 9º- O membro de Colegiado que acumula funções ou cargos, tem direito, no máximo, a 02 votos nas decisões.

Parágrafo Único- O Presidente, sem prejuízo do prescrito no caput deste artigo, tem também o voto de qualidade.

Artigo 10- O direito de emitir parecer deve ser exercido dentro do prazo fixado pelo órgão solicitante, sob pena de perda deste direito para o caso apresentado.

Artigo 11- De cada sessão de Colegiado lavra-se ata, que é assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos





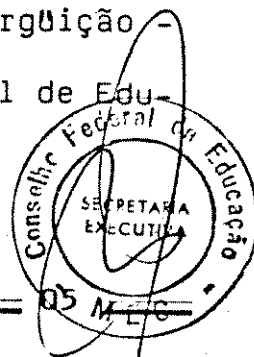
presentes.

Parágrafo Único- O Secretário Geral da Universidade é Secretário do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e os Secretários Setoriais são Secretários dos respectivos Conselhos Departamentais.

Artigo 12- As deliberações de colegiados, que tenham sentido normativo, assumem forma de Resolução.

Artigo 13- De ato ou deliberação de cada Órgão, cabe pedido de reconsideração para o próprio Órgão, ou recurso hierárquico para Órgão Superior, na forma seguinte:

- I- dos Chefes de Departamento e dos professores, para o respectivo Departamento;
- II- dos Departamentos, para o respectivo Conselho Departamental;
- III- dos Conselhos Departamentais e dos Diretores, para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou para o Conselho Universitário, conforme a matéria;
- IV- dos Pró-Reitores, para o Reitor;
- V- do Reitor ao Conselho Universitário ou ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme a matéria, ressalvado o disposto no artigo 17 do Estatuto;
- VI- do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, por estrita arguição de ilegalidade, para o Conselho Federal de Educação.





Parágrafo Único- O recurso é interposto dentro do prazo de 10 dias após a comunicação ou publicação do ato ou deliberação em lugar público da Universidade, não tendo efeito suspensivo, salvo se o Presidente do Órgão perante o qual ele foi interposto o receber com duplo efeito por reconhecer que da imediata execução do ato ou deliberação possa resultar lesão irreparável de direitos e vislumbrar acentuada plausibilidade de existência de direito material.

TÍTULO III

DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

CAPÍTULO I

DO ENSINO

Artigo 14- A Universidade São Francisco pode ministrar cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros.

SEÇÃO I

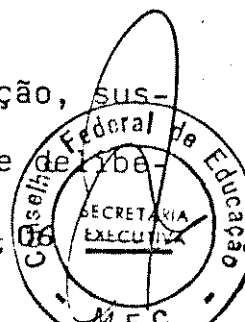
DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

SUBSEÇÃO I

DOS CURSOS

Artigo 15- Os cursos de graduação em funcionamento na Universidade São Francisco, constam em Anexo a este Regimento Geral.

Artigo 16- A criação, incorporação, ampliação, suspensão e fechamento de cursos ou habilitações dependem de





ração do Conselho Universitário, ouvido previamente o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e anuência da Instituição Mantenedora.

Parágrafo Único- Ao Reitor cabe tomar as providências necessárias para reconhecimento dos cursos pelas autoridades competentes.

Artigo 17- A duração dos cursos será a que lhes for fixada, em cada caso, pelo Conselho Universitário, observados os dispositivos legais.

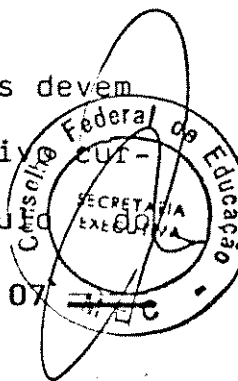
SUBSEÇÃO II DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Artigo 18- Na organização dos currículos plenos dos cursos de graduação, a Universidade inclui um conjunto de disciplinas e outras atividades pedagógicas obrigatórias aos alunos, objetivando:

- a) corrigir falhas na formação intelectual dos alunos;
- b) ampliar os conhecimentos básicos necessários aos cursos profissionais;
- c) propiciar elementos de formação integral da pessoa, à luz dos princípios cristãos.

§ 1º- A organização dessas atividades é orientada e coordenada pela Pró-Reitoria Acadêmica.

§ 2º- A duração e o conteúdo das disciplinas devem estar em consonância com a carga horária total do respectivo curso e, para todos os efeitos, ficam incorporadas ao currículo.





curso correspondente.

Artigo 19- A formação acadêmica obedece ao currículo dos diferentes cursos, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nos termos deste Regimento e da legislação.

Artigo 20- Currículo mínimo é o conjunto de matérias fixadas pela legislação como imprescindível à graduação acadêmica ou à determinada habilitação profissional.

Artigo 21- Currículo pleno é o conjunto total das disciplinas do currículo mínimo de um curso, acrescidas de:

- I- disciplinas complementares obrigatórias;
- II- disciplinas complementares optativas.

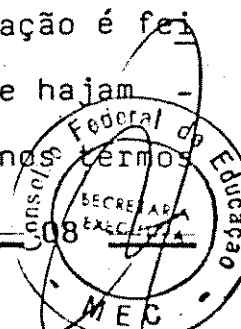
§ 1º- As disciplinas complementares obrigatórias são exigidas pela Universidade para a graduação acadêmica ou profissional.

§ 2º- As disciplinas complementares optativas são disciplinas que se destinam a aprimorar certa formação acadêmica ou profissional, devendo o estudante escolher, dentre as oferecidas pela Instituição, segundo critérios fixados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

SUBSEÇÃO III

DO INGRESSO NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Artigo 23- O ingresso nos cursos de graduação é feito mediante concurso vestibular, aberto a candidatos que hajam concluído o ensino de 2º grau ou estudos equivalentes, nos termos





da legislação.

§ 1º- O Concurso Vestibular é organizado e feito - realizar pela Comissão de Vestibular Unificado designada pelo Pró Reitor Acadêmico.

§ 2º- Compete à Comissão de Vestibular Unificado a coordenação do Concurso Vestibular, a elaboração e julgamento das provas e aplicação de penalidades cabíveis.

Artigo 24- As inscrições para o Concurso Vestibular são anunciadas por Edital, no qual devem constar, no mínimo, os cursos a serem oferecidos, os locais, datas e horários de inscrição e realização das provas, número de vagas, conteúdo das disciplinas exigidas, critérios de classificação e desempate e demais instruções necessárias ao seu regular funcionamento, atendendo-se à legislação.

Parágrafo Único- A divulgação do Edital, através da Imprensa, pode ser feita de forma resumida, indicando, todavia, o local onde podem ser encontradas as demais informações.

Artigo 25- As provas do Concurso Vestibular abrangem todas as matérias e disciplinas do núcleo comum obrigatório do ensino de 2º grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, a fim de avaliar a aptidão do candidato para estudos superiores.

Artigo 26- A classificação no Concurso Vestibular é feita no curso de opção do candidato pela ordem decrescente da soma dos pontos obtidos até o limite das vagas nele oferecidas.





Artigo 27- Não são admitidos pedidos de revisão de provas e recurso contra a classificação.

Artigo 28- Registrando-se vagas iniciais remanescentes em qualquer curso, por insuficiência de candidatos classificados, podem ser matriculados candidatos não aproveitados em outros cursos, observada a classificação e segundo critérios fixados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

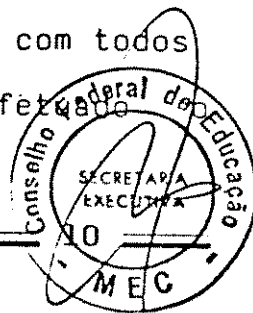
Artigo 29- Constatado o não preenchimento de vagas iniciais, é facultado à Universidade a realização de outro Concurso Vestibular mediante publicação de novo Edital, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 30- Deve ser excluído do Concurso Vestibular, ou anulada a prova do candidato que usar de meios ilícitos ou fraudulentos na inscrição, na realização das provas, ou tiver atitudes de indisciplina.

SUBSEÇÃO IV DA MATRÍCULA

Artigo 31- Os candidatos classificados no Concurso Vestibular e convocados para o ingresso em curso de graduação, devem comparecer ao setor de matrícula da Universidade no prazo fixado, com os documentos exigidos em Edital próprio.

Artigo 32- O candidato classificado que não se apresenta para matrícula dentro do prazo pré-estabelecido, com todos os documentos elencados no Edital, mesmo se já tiver efetuado





pagamento das taxas regulamentares exigidas, perde o direito à matrícula em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação.

§ 1º- Nenhuma justificativa pode eximir o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos elencados no Edital, motivo pelo que, no ato de sua inscrição no Concurso Vestibular, ele é informado sobre esta obrigação..

§ 2º- Consideram-se documentos, para os efeitos deste artigo, todas as exigências previstas no Edital.

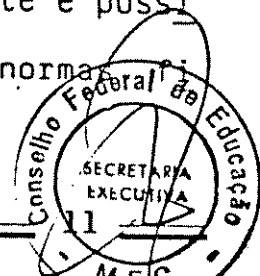
Artigo 33- Independente do Concurso Vestibular, pode ser efetuado ingresso de candidatos portadores de diploma registrado de curso superior, observadas as normas e o limite de vagas da Universidade.

§ 1º- O portador de diploma registrado de cursos superiores pode, existindo vaga, matricular-se em séries subsequentes do curso, após análise dos respectivos currículos e programas.

§ 2º- O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelece normas gerais sobre prioridades para o preenchimento de vagas existentes.

Artigo 34- A matrícula é renovada anualmente, quitados eventuais débitos vencidos, dentro do prazo fixado pela Universidade, sob pena de perda do direito à mesma.

Artigo 35- A transferência interna somente é possível se houver vagas no curso pretendido, atendidas as normas exigidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.





Artigo 36- O aluno de um Curso pode se inscrever em disciplinas isoladas de outro curso da Universidade, consoante - normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único- Obtida a aprovação na respectiva - disciplina, esta fará parte integrante do histórico escolar do aluno, mediante os competentes assentamentos pelo Secretário Seto- rial, podendo a disciplina ser objeto de aproveitamento de estudos

SUBSEÇÃO V

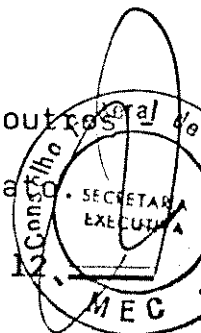
DA TRANSFERÊNCIA, DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DA ADAPTAÇÃO

Artigo 37- A Universidade, no limite das vagas exis- tentes, pode abrir inscrições para transferências de alunos prove- nientes de cursos idênticos ou afins, mantidos por Estabelecimen- tos de Ensino Superior nacionais ou estrangeiros.

§ 1º- Na inscrição, o candidato deve apresentar re- querimento instruído com os seguintes documentos:

- 1- histórico escolar com carga horária cumprida;
- 2- cópia do currículo do curso com indicação das cargas horárias das disciplinas;
- 3- quadro demonstrativo do desdobramento de matérias em disciplinas;
- 4- cópia dos programas das disciplinas cursadas com aproveitamento ou em estudo;
- 5- informação sobre o regime de promoção da Escola de origem.

§ 2º- O Conselho Departamental pode exigir outros documentos comprobatórios do aproveitamento escolar do candidato





§ 3º- A seleção de candidatos obedece a normas e critérios fixados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 38- As transferências efetivam-se mediante requerimento instruído com a respectiva guia de transferência e demais documentos exigidos neste Regimento e pela legislação em vigor, podendo ser aceito, a título precário, o aluno portador de documento da Escola de origem que declare o encaminhamento da guia de transferência.

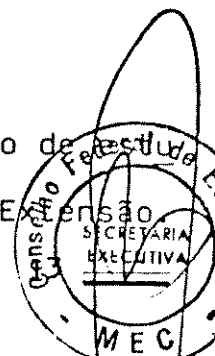
Parágrafo Único- O não encaminhamento da guia de transferência dentro do prazo fixado pela Universidade acarreta o cancelamento da matrícula provisória e nulidade de todos os atos escolares realizados durante este período.

Artigo 39- Nas transferências que eventualmente se façam durante o período letivo, quando o mínimo de frequência exigida pela Faculdade de origem for inferior ao prescrito na Universidade São Francisco, prevalece o da primeira, até a data em que o aluno dela se haja desligado.

Artigo 40- As matérias do currículo mínimo concluídas com aproveitamento na Escola de origem são creditadas ao aluno transferido independentemente de volume de conteúdo e duração, quando se tratar de matérias do mesmo curso.

Artigo 41- O aproveitamento de estudos pode implicar na dispensa de cursar disciplinas.

Parágrafo Único- O regime de aproveitamento de estudos dos é regulamentado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão





Artigo 42- Se em decorrência do disposto no artigo anterior o aluno já estiver dispensado de todas as disciplinas constantes do currículo pleno e ainda assim não estiver integralizada a carga horária total exigida, a Universidade deve orientá-lo na escolha de disciplinas que melhor se ajustem à natureza do curso, para serem cursadas.

Artigo 43- É competência do Diretor da Faculdade, após aprovadas as dispensas de disciplinas, definir a série na qual, quando for o caso, o aluno ingressante deva requerer matrícula, e elaborar os planos de estudo durante o período de adaptação do mesmo ao currículo do curso.

SUBSEÇÃO VI

DO TRANCAMENTO E DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

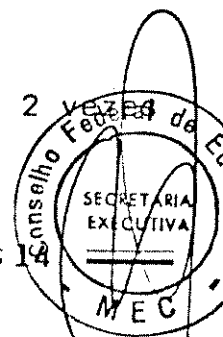
Artigo 44- O aluno pode requerer o trancamento de sua matrícula devendo efetuar o pagamento das parcelas vincendas até o final do ano letivo, se deseja conservar a vaga.

§ 1º- O aluno que deseja trancar sua matrícula, com reserva de vaga, deve declarar esta circunstância no requerimento.

§ 2º- É facultado à Universidade cancelar a matrícula, ao invés de trancá-la.

§ 3º- O trancamento tem validade, apenas, até o final do ano letivo em que foi requerido.

§ 4º- O trancamento é concedido apenas por 2 vezes consecutivas no mesmo curso.





Artigo 45- O aluno que tiver faltado a mais de trinta dias letivos consecutivos, sem justificativa escrita e aceita pelo Diretor, pode ter sua matrícula cancelada.

§ 1º- Os impedimentos de frequência impostos pela Universidade em cumprimento deste Regimento, exceto os decorrentes de pena de suspensão, estão incluídos neste artigo.

§ 2º- O cancelamento de matrícula elimina o aluno do quadro discente da Universidade, sendo vedada a expedição de guia de transferência ao mesmo, podendo, entretanto, ser-lhe fornecida certidão de seu histórico escolar.

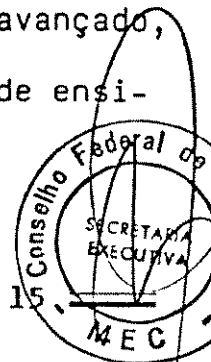
Artigo 46- O estudante que houver interrompido seu curso por desistência ou cancelamento, pode retornar à Universidade a critério do Diretor, desde que comprove o pagamento integral do período letivo em que se desligou da Escola.

SUBSEÇÃO VII

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Artigo 47- O aproveitamento escolar é avaliado através de verificações parciais e eventual exame, expressando-se o resultado de cada avaliação em notas de zero a dez.

Artigo 48- São atividades curriculares as preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, excursões e estágios, inclusive os realizados em campus avançado, provas escritas e orais previstas nos respectivos planos de ensino.





Parágrafo Único- O professor, a seu critério, ou a critério do respectivo Conselho Departamental, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extra-classe, que podem ser computados nas notas ou conceitos das avaliações - parciais, nos limites definidos pelo mesmo Colegiado.

Artigo 49- A apuração do rendimento escolar é feita por disciplina, conforme as atividades curriculares, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento.

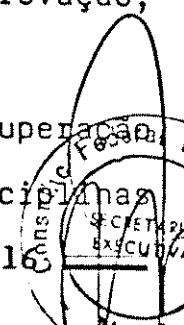
§ 1º- Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade de controle de frequência dos alunos, devendo o Diretor fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

§ 2º- É atribuída nota zero ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de provas parciais, exames ou de qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento por atribuições de notas sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por este ato de improbidade.

Artigo 50- O aluno pode requerer revisão de prova - parcial ou exame escrito; definidos no calendário escolar, dentro dos prazos estipulados pela Direção da Faculdade.

Artigo 51- O Conselho Departamental elabora e encaminha ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para aprovação, as normas que definem formas e critérios para:

I- aplicação de exame após o período de recuperação, desde que sejam únicos para todas as disciplinas





- do curso;
- II- realização do período de recuperação;
- III- fixação de número de provas parciais;
- IV- apuração das médias parciais e finais de aproveitamento;
- V- aplicação de provas especiais em segunda chamada e revisão de provas;
- VI- estruturação e coordenação de estágios supervisionados;
- VII- arredondamento de médias finais, desde que obedecido o máximo de cinco décimos.

Parágrafo Único- As normas entram em vigor no período letivo seguinte ao de sua aprovação, ou imediatamente, se não acarretarem prejuízo à vida escolar do aluno.

Artigo 52- O aluno deve prestar exame após o período de recuperação quando:

- I- tiver obtido média das notas das avaliações parciais inferior a 5,0 e igual ou superior a 3,0 e frequência de, no mínimo, 75% das aulas previstas;
- II- tiver obtido frequência igual ou superior a 50% e inferior a 75% das aulas previstas, e média das notas das verificações parciais igual ou superior a 5,0.

Artigo 53- É considerado aprovado, em cada disciplina, o aluno que tiver obtido:

- I- média das avaliações parciais igual ou superior a 5,0 e frequência igual ou superior a 75%;





II- média de aproveitamento entre a média das avaliações parciais e a nota do exame após período de recuperação igual ou superior a 5,0.

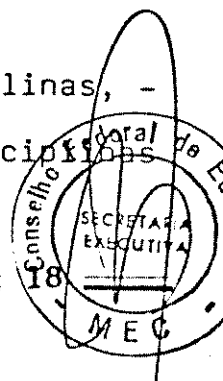
Artigo 54- Considera-se reprovado na disciplina o aluno que não tiver obtido:

- I- média mínima 3,0 das notas das avaliações parciais;
- II- frequência de, no mínimo, 50% das aulas previstas;
- III- média mínima 5,0 das notas das avaliações parciais e também não obtiver frequência mínima de 75% das aulas previstas;
- IV- média aritmética entre a nota do exame de recuperação e a média das notas das avaliações parciais igual ou superior a 5,0.

Artigo 55- É considerado reprovado na série o aluno portador de mais de duas dependências, computadas as das séries anteriores que ainda não tiverem sido eliminadas, devendo renovar sua matrícula na mesma série.

§ 1º- O aluno que estiver repetindo uma série, pode requerer aproveitamento de estudos das disciplinas em que foi aprovado, e, conforme normas fixadas pelo Conselho Departamental, cursar, concomitantemente, outras disciplinas da série subsequente, havendo vaga e compatibilidade de horário.

§ 2º- O aluno reprovado em até duas disciplinas, matricula-se na série subsequente, podendo cursar as disciplinas em que foi reprovado, em regime de dependência.





§ 3º- Podem ser ministradas aulas de dependência e adaptação de cada disciplina, em horário especial, consoante normas aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 56- O Internato para o curso de Medicina, e os Estágios Supervisionados para os outros cursos, obedecem a regime escolar e didático especial, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e possuem Regulamentos próprios.

SUBSEÇÃO VIII

DO REGIME EXCEPCIONAL

Artigo 57- É assegurado aos alunos amparados por prescrições estabelecidas em lei, direito a tratamento excepcional, com dispensa de frequência regular, de conformidade com as normas constantes deste Regimento Geral e outras aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 58- A ausência às atividades escolares pode ser compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, durante o regime excepcional, com acompanhamento do professor da disciplina, realizados de acordo com o plano de curso fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades da Universidade, a juízo do Diretor.

Parágrafo Único- Ao elaborar o plano de curso a que se refere este artigo, o professor leva em conta a sua duração, de forma que sua execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo psico-pedagógico da aprendizagem neste regime.





Artigo 59- Os requerimentos relativos ao regime ex cepcional disciplinado neste Regimento Geral, devem ser instruídos com laudo médico passado por Serviço Médico ou por profissional para tal fim credenciado pela Universidade.

SEÇÃO II

DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO E DOS OUTROS CURSOS

Artigo 60- Os cursos de especialização destinam-se a formar especialistas em domínios específicos e são abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes a juízo do Conselho de Ensino, - Pesquisa e Extensão.

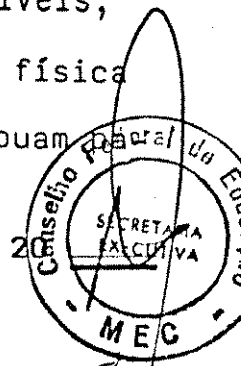
Artigo 61- Os cursos de aperfeiçoamento e de exten são visam a ampliar e atualizar conhecimentos e técnicas de trabalho e melhorar e aperfeiçoar os níveis de cultura de setores da Comunidade, bem como ampliar a atividade educativa.

Artigo 62- A coordenação dos cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros, fica a cargo da Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO II

DA PESQUISA

Artigo 63- A pesquisa objetiva principalmente mobilizar os meios institucionais, materiais e humanos disponíveis, em busca de um maior conhecimento científico da realidade física e social e da geração e absorção de tecnologia que contribuam





ra o desenvolvimento sócio-econômico da Região e do País.

Artigo 64- Cabe ao Instituto Franciscano de Antropologia (IFAN) e à Coordenadoria de Especialização, Aperfeiçoamento, Pesquisa e Extensão (CEAPE) promover e coordenar a pesquisa na Universidade.

Artigo 65- Cabe ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovar os projetos de pesquisa, observadas as condições e exigências que estabelecer sobre a matéria e o disposto no Estatuto e neste Regimento Geral.

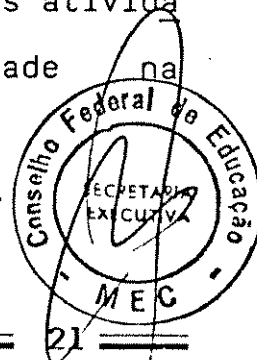
Artigo 66- Dá-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

CAPÍTULO III

DA EXTENSAO

Artigo 67- A extensão universitária é feita através dos cursos de extensão mencionados no capítulo anterior e de serviços.

Parágrafo Único- Os serviços compreendem as atividades que se destinem a promover a integração da Universidade na Comunidade local ou regional.





Artigo 68- Os serviços de extensão universitária são realizados sob a forma de:

- I- atendimento à Comunidade diretamente ou a Instituições públicas e particulares;
- II- promoção e participação em atividades de natureza cultural, artística e científica;
- III- estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- IV- publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- V- divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- VI- estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

CAPÍTULO IV DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Artigo 69- As atividades escolares são desenvolvidas de acordo com o Calendário Escolar, organizado pela Pró-Reitoria Acadêmica e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único- O desatendimento dos prazos fixados pela Universidade pode acarretar perda de direitos aos interessados.

Artigo 70- O ano acadêmico é independente do ano civil, não podendo nele as atividades escolares ocuparem menos de 180 dias de trabalho escolar efetivo, excluindo-se o tempo reservado a exames.





Artigo 71- O ano acadêmico consta de dois períodos letivos regulares (semestres) e de períodos especiais.

§ 1º- A Universidade adota o regime escolar seriado anual, admitindo-se disciplinas com duração menor, segundo normas baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º- Os períodos especiais têm duração prevista - no Calendário Escolar e asseguram o funcionamento contínuo da Universidade.

§ 3º- Os períodos especiais têm por objetivo o desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão, tais como: recuperação de disciplinas, reciclagem e atualização didática do pessoal docente, realização de cursos, encontros, seminários, trabalhos, estudos, estágios e outras atividades e iniciativas de interesse da Universidade e da Comunidade.

TÍTULO IV

DA COMUNIDADE ACADÊMICA

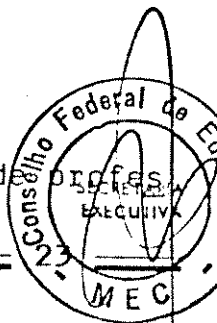
Artigo 72- A Comunidade Acadêmica da Universidade São Francisco compreende as seguintes categorias:

- I- Corpo Docente;
- II- Corpo Discente;
- III- Corpo Técnico-Administrativo.

CAPÍTULO I

DO CORPO DOCENTE

Artigo 73- O Corpo Docente é constituído de





sores que, além de reunirem qualidades de educador e pesquisador, assumam o compromisso de respeitar os princípios e valores explicitados no Estatuto da Universidade.

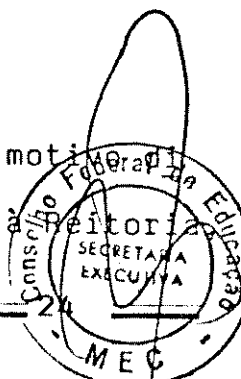
Parágrafo Único- Ressalvada a autonomia científica e o pluralismo compatível com os ideais e princípios da Universidade São Francisco, são estabelecidos como critérios relevantes para o recrutamento, admissão e dispensa dos membros do Magistério Superior, os valores morais, a afinidade com os objetivos sócio-educacionais e a perspectiva cristã que caracterizam a origem e a identidade da Instituição.

Artigo 74- O pessoal do Corpo Docente é admitido - pela Instituição Mantenedora, através de contrato de trabalho, - aplicando-se a legislação, este Regimento e o Regulamento do Magistério da Universidade, obedecendo à seguinte tramitação:

- I- O Diretor da Unidade indica ao Reitor nomes de professores a serem contratados, ouvido o Departamento;
- II- As Pró-Reitorias dão pareceres sobre o professor indicado, cada uma no âmbito de suas competências;
- III- O Conselho Universitário dá parecer conclusivo sobre aceitação do professor.

Parágrafo Único- Em caso de urgência, o Reitor pode dar o parecer conclusivo ad referendum do Conselho Universitário.

Artigo 75- A dispensa de professores por motivo científico é proposta pelo Diretor da Faculdade





ouvido o Departamento, cabendo ao Reitor propor diretamente a dispensa à Instituição Mantenedora nos demais casos.

Artigo 76- As formas de ingresso e promoção do Corpo Docente estão previstas no Regulamento do Magistério da Universidade.

§ 1º- O escalonamento de referência do Quadro de Carreira Docente obedece aos níveis a seguir, os quais podem ser subdivididos no próprio Regulamento.

- I- Professor Auxiliar;
- II- Professor Assistente;
- III- Professor Adjunto;
- IV- Professor Titular.

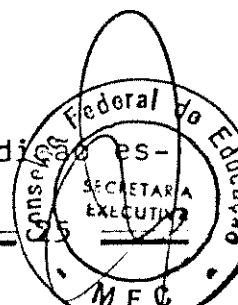
§ 2º- Podem ser contratados "Professores Visitantes" em caráter eventual ou por tempo determinado não superior a 2 anos.

§ 3º- O Diretor, ouvido o Departamento, pode indicar Monitores dentre alunos da Universidade São Francisco e Instrutores dentre graduados, obedecendo critérios fixados pela Reitoria.

Artigo 77- A presença do professor às reuniões dos colegiados aos quais pertence é obrigatória e inerente à função de Docente.

Artigo 78- O docente, a quem for concedida licença remunerada para estudo, obriga-se a servir à Universidade, após - seu regresso, por um período estipulado em contrato.

Parágrafo Único- O não cumprimento da condição

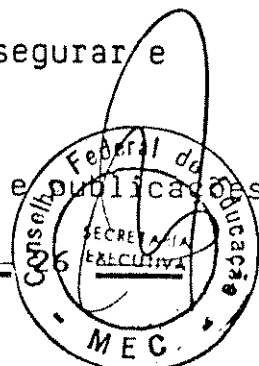




tabelecida neste artigo importa rescisão de contrato de trabalho do docente, que ficará obrigado a ressarcir a Universidade da importância equivalente à ajuda recebida para este fim, com a correção monetária calculada na forma da lei.

Artigo 79- São atribuições do Docente:

- I- ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com o horário pré-estabelecido;
- II- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- III- elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los ao Departamento para sua apreciação e encaminhamento ao Conselho Departamental;
- IV- responder pela ordem nas suas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;
- V- orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares previstas para a disciplina;
- VI- cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- VII- fornecer à Secretaria as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pela Diretoria;
- VIII- comparecer a reuniões e solenidades dos Colegiados e dos Departamentos dos quais participe;
- IX- propor no Departamento medidas para assegurar e melhorar a eficiência do ensino;
- X- realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações





- XI- participar de comissões e atividades para as quais for convocado ou eleito;
- XII- respeitar e promover os princípios e valores explicitados no Estatuto da Universidade;
- XIII- abster-se de defender idéias ou princípios contrários à democracia, à religião e à moral;
- XIV- elaborar, quando convocado, questões para os Concursos Vestibulares, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;
- XV- cumprir e fazer cumprir quaisquer outras obrigações previstas neste Regimento, no Regulamento do Magistério da Universidade ou derivadas de atos normativos baixados por órgão competente, ou inerentes à sua função.

CAPÍTULO II

DO CORPO DISCENTE

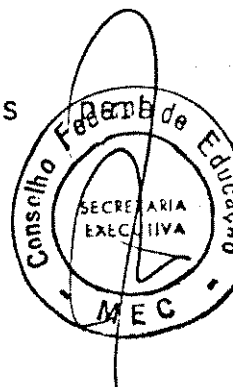
SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 80--Constituem o Corpo Discente da Universidade os alunos matriculados nos seus cursos.

Artigo 81- Os alunos classificam-se como:

- I- Regulares: os que preenchem as condições para a obtenção de diploma;
- II- Especiais: os que preenchem as condições de obtenção de certificado.





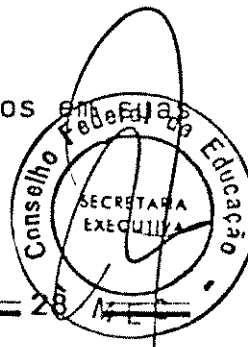
SEÇÃO II
DOS DIREITOS E DEVERES

Artigo 82- São direitos do aluno:

- I- receber o ensino referente aos cursos em que se matriculou;
- II- pleitear aproveitamento de estudos de disciplinas já cursadas;
- III- participar, na forma deste Regimento, dos órgãos colegiados;
- IV- eleger seus representantes;
- V- recorrer das decisões dos órgãos administrativos para os órgãos de hierarquia superior;
- VI- propor a realização de atividades ligadas aos interesses da vida acadêmica;
- VII- requerer transferência para outro Estabelecimento de Ensino ou transferência interna, ou trancamento e cancelamento de matrícula, desde que comprove a quitação de seus débitos financeiros, não esteja cumprindo pena disciplinar ou sob inquérito administrativo ou sindicância.

Artigo 83- São deveres do aluno:

- I- seguir com assiduidade e aproveitamento as aulas e demais atividades do curso em que estiver matriculado;
- II- apresentar-se pontualmente às atividades escolares;
- III- cumprir fielmente os prazos determinados em atividades acadêmicas;





- IV- votar nas eleições de seus representantes;
- V- abster-se de toda manifestação, propaganda ou prática que importe em desrespeito à lei, às Instituições e a autoridades;
- VI- manter conduta condizente com o padrão moral e cultural necessário ao universitário;
- VII- efetuar, pontualmente, todos os pagamentos das mensalidades e taxas escolares, ficando impedido de praticar qualquer atividade curricular ou acadêmica ou participar dela, se não os fizer dentro dos prazos fixados pela Pró-Reitoria Administrativa da Universidade.

SEÇÃO III

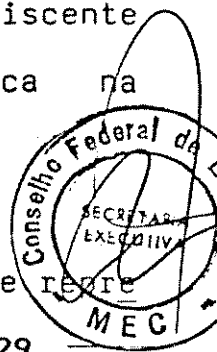
DA REPRESENTAÇÃO DISCENTE

Artigo 84- O Corpo Discente tem representação, com direito a voz e voto, nos Órgãos Colegiados na forma do Estatuto da Universidade e deste Regimento Geral.

Parágrafo Único- O representante discente tem mandato de um ano, permitida uma recondução, sendo vedado o exercício de representação estudantil pelo mesmo estudante em mais de um órgão colegiado.

Artigo 85- A representação discente tem por objetivo encaminhar reivindicações e aspirações da Comunidade Discente com vistas à promoção e integração da Comunidade Acadêmica na consecução das finalidades da Instituição.

Parágrafo Único- O exercício dos direitos de repre





sentação e participação não exonera o aluno do cumprimento de seus deveres escolares, inclusive dos de frequência.

Artigo 86- A indicação dos representantes discentes e de seus suplentes nos Órgãos Colegiados de cada Faculdade é feita pela Diretoria em exercício do respectivo Diretório Acadêmico; a indicação da representação discente no Conselho Universitário é feita pela Diretoria do Diretório Central de Estudantes; e a da representação discente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é feita pelas Diretorias dos Diretórios Acadêmicos do respectivo Campus, obedecidos os seguintes critérios:

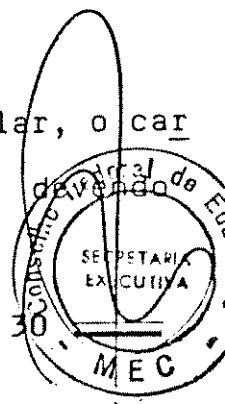
- I- ser aluno regular na Universidade;
- II- não ter sofrido, nos últimos 12 meses, qualquer pena ou medida disciplinar;
- III- estar em pleno gozo de seus direitos acadêmicos.

Parágrafo Único- Na inexistência de Diretório, a representação estudantil obedece normas fixadas pelo Conselho Universitário.

Artigo 87- Cessa automaticamente o mandato do Representante do Corpo Discente que:

- I- sofrer pena de suspensão ou exclusão;
- II- tiver deixado de comparecer ao mínimo de 50% das aulas dadas em cada bimestre;
- III- solicitar transferência ou trancamento de matrícula, ou deixar de renová-la.

Parágrafo Único- Cessado o mandato do titular, o cargo é exercido pelo seu suplente até o final do mandato, ser indicado novo suplente na forma do artigo anterior.





SEÇÃO IV

DOS DIRETÓRIOS ACADÊMICOS E OUTRAS ASSOCIAÇÕES

Artigo 88- Os Diretórios Acadêmicos e as Associações Estudantis têm a finalidade de promover a integração da Comunidade Acadêmica, colaborar para a consecução dos objetivos acadêmicos da Universidade, defender os interesses dos estudantes, preservar e zelar pelo aprimoramento das Instituições democráticas.

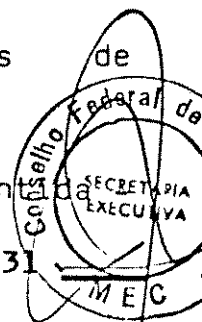
§ 1º- Cada Faculdade pode ter um Diretório Acadêmico e a Universidade pode ter o Diretório Central de Estudantes.

§ 2º- As Pró-Reitorias Acadêmica e Comunitária podem propor ao Conselho Universitário a criação de outras associações estudantis objetivando o desenvolvimento integral do homem na Comunidade, cujos membros podem ser de um ou de vários cursos.

§ 3º- A estruturação, coordenação e supervisão das associações previstas no parágrafo anterior competem à Pró-Reitoria que as propôs.

Artigo 89- São atribuições do Diretório:

- I- preservar o patrimônio moral da Universidade e zelar pela probidade escolar;
- II- organizar reuniões e certames de caráter cívico social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo;
- III- prestar assistência a estudantes carentes recursos;
- IV- promover intercâmbio e colaboração com entidades de

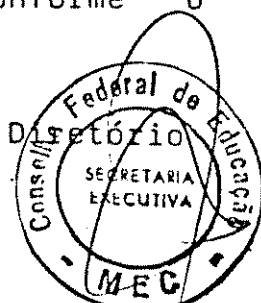




- des congêneres;
- V- indicar a representação estudantil nos Órgãos - Colegiados da Faculdade;
 - VI- prestar serviços de apoio às atividades escolares do Corpo Discente;
 - VII- zelar, dentro de seus limites, para que a representação estudantil, junto aos órgãos colegiados, seja efetiva, objetivando facilitar a comunicação entre o Corpo Discente e seus representantes.

Artigo 90- Compete ao Conselho Departamental, aprovar o Estatuto ou Regimento do Diretório Acadêmico da sua Faculdade e ao Conselho Universitário, aprovar o Estatuto ou Regimento do Diretório Central de Estudantes, nos termos da legislação em vigor, e das seguintes normas:

- I- os membros da Diretoria do Diretório são escolhidos por seus pares, através de eleições diretas e secretas, realizadas no recinto da Universidade, em um só dia, em data e horário fixados pelo Diretor ou Reitor, conforme o caso;
- II- um membro do Corpo Docente deve presidir as eleições e seu processo de apuração e as sessões solenes;
- III- sobre as eleições e seus resultados garante-se a possibilidade de recurso junto ao Conselho Departamental ou Conselho Universitário, conforme o caso;
- IV- o mandato dos membros da Diretoria do Diretório é de 01 ano, permitida a reeleição;





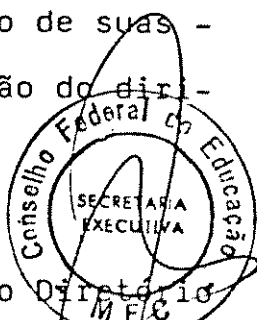
- V- as condições estabelecidas para a indicação e cessação de mandato dos representantes discentes nos Colegiados da Universidade aplicam-se à eleição e cessação de mandatos de membros da Diretoria do Diretório;
- VI- a representação discente nos Colegiados da Universidade é indicada a partir de deliberação da Diretoria do Diretório;
- VII- nem a Instituição Mantenedora, nem a Universidade São Francisco, respondem, solidária, nem mesmo subsidiariamente, por obrigações de qualquer natureza assumidas pelo Diretório.

Parágrafo Único- O reconhecimento de Diretório como órgão de representação estudantil na Universidade São Francisco - está condicionado à inclusão das normas desta Seção no respectivo Estatuto ou Regimento.

Artigo 91- São vedadas ao Diretório e às demais Associações previstas nesta seção, coletivamente ou por seus dirigentes, como tais, quaisquer atividades de caráter político-partidário.

Artigo 92- Se o Diretório ou qualquer das Associações Estudantis, coletivamente ou por seus dirigentes, praticar ato contrário à lei, às normas fixadas por este Regimento ou por Regimento próprio, ficará sujeito às penas de suspensão de suas atividades ou de dissolução, sem prejuízo da destituição do dirigente responsável.

Artigo 93- A destituição de dirigentes do Diretório





é feita por ato do Diretor ou do Reitor, conforme o caso, e a das demais Associações Estudantis por ato do Pró-Reitor Acadêmico ou do Pró-Reitor Comunitário, conforme a origem, cabendo-lhes promover a eleição de nova Diretoria no prazo de sessenta dias, ficando suspenso o seu funcionamento até a posse da nova Diretoria.

§ 1º- Os membros destituídos da Diretoria do Diretório não podem concorrer à nova eleição, ficando impossibilitados por 02 anos para o exercício do mandato de representação estudantil.

§ 2º- A destituição não exclui a aplicação de sanções disciplinares estabelecidas neste Regimento.

CAPÍTULO III

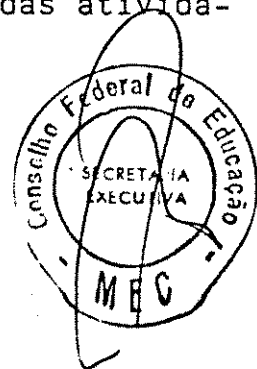
DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Artigo 94- O Corpo Técnico-Administrativo é constituído de pessoal contratado para as funções não especificamente docentes da Universidade, de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho e as da Instituição Mantenedora.

Artigo 95- No âmbito de suas competências, cabe aos Órgãos da Administração da Universidade a supervisão das atividades técnico-administrativas.

TÍTULO V

DO REGIME DISCIPLINAR





CAPÍTULO I

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Artigo 96- Ao pessoal docente podem ser impostas - as seguintes penalidades:

- I- Advertência;
- II- Suspensão;
- III- Dispensa por justa causa.

§ 1º- As sanções disciplinares são aplicadas, conforme o caso, pelo Reitor ou pelo Diretor da unidade.

§ 2º- A dispensa por justa causa é aplicada em casos específicos previstos na legislação ou em casos de não cumprimento de obrigações prescritas neste Regimento.

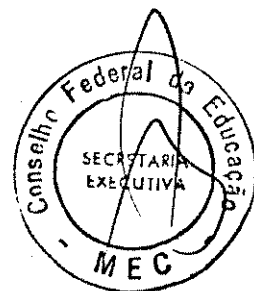
CAPÍTULO II

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Artigo 97- Os alunos devem cooperar ativamente para a manutenção da ordem disciplinar da Universidade.

Artigo 98- Os discentes ficam sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

- I- Advertência;
- II- Repreensão;
- III- Suspensão;
- IV- Desligamento.



Parágrafo Único- A pena de suspensão implica na con



signação de ausência às aulas ao aluno durante o período em que perdurar a punição, ficando durante esse tempo, impedido de frequentar as dependências da Universidade.

Artigo 99- Na aplicação de sanções disciplinares, são considerados os seguintes elementos:

- I- Primariedade do infrator;
- II- Dolo ou culpa;
- III- Valor e utilidade de bens atingidos;
- IV- Grau da autoridade ofendida.

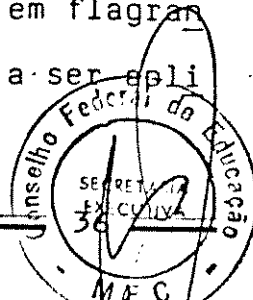
Parágrafo Único- Conforme a gravidade dos elementos elencados nos incisos III e IV, as penas de suspensão e desligamento podem ser aplicadas independente da primariedade do infrator.

Artigo 100- Cabe ao Diretor a aplicação de todas as sanções disciplinares elencadas no artigo 98 deste Regimento.

§ 1º- A aplicação de sanção que implique em afastamento das atividades acadêmicas é precedida de sindicância ou inquérito, conforme o caso, assegurando-se o direito de defesa.

§ 2º- A Comissão de inquérito é formada de, no mínimo, 02 professores escolhidos pelo Diretor.

§ 3º- A autoridade competente para a imposição de penalidade, pode agir pelo critério da verdade sabida, nos casos em que o membro do corpo docente tiver sido apanhado em flagrante na prática de falta disciplinar e desde que a pena a ser aplicada seja de advertência, repreensão ou suspensão.





§ 4º- Os professores podem admoestar e excluir da sala de aula o aluno que tiver cometido faltas previstas neste Regimento, não sendo estas medidas consideradas penas, podendo, entretanto, registrar ausência do mesmo.

Artigo 101- Contra decisões referentes à aplicação de penas de suspensão e desligamento, pode haver recurso, nos termos do artigo 13 e seu parágrafo único deste Regimento, pela parte que se sentir injustiçada ou prejudicada.

Artigo 102- As sanções aplicadas são registradas em livro próprio, um em cada Faculdade.

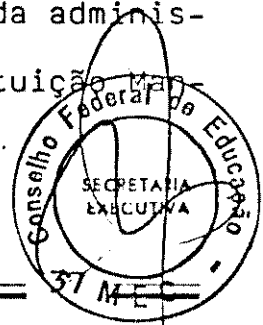
Parágrafo Único- É cancelado o registro das sanções previstas nos incisos I e II do artigo 98 deste Regimento se, no prazo de 01 ano da aplicação, o discente não tiver incorrido em reincidência, nem mesmo genérica.

Artigo 103- O aluno cujo comportamento estiver sendo objeto de inquérito, ou que tiver interposto algum recurso, bem como o aluno que estiver cumprindo alguma penalidade, pode ter indeferido seu pedido de transferência ou trancamento de matrícula durante esse tempo.

Artigo 104- As penas previstas no artigo 98 deste Regimento são aplicadas na forma seguinte:

I- Advertência:

1. por descortesia a qualquer membro da administração da Universidade ou da Instituição mantenedora;





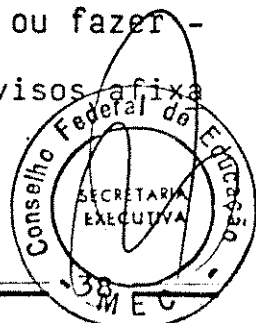
2. por perturbação da ordem no recinto da Universidade;
3. por desobediência às determinações de qualquer membro do Corpo Docente, ou da administração da Universidade;
4. por prejuízo material do patrimônio da Instituição Mantenedora ou da Universidade, ou de Diretórios, além da obrigatoriedade do ressarcimento dos danos.

II- Repreensão:

1. na reincidência em qualquer dos itens anteriores;
2. por ofensa ou agressão a outro aluno ou funcionário da Universidade;
3. por referências desairosas, ou desabonadoras à Instituição Mantenedora ou à Universidade, ou a seus serviços.

III- Suspensão:

1. na reincidência em qualquer dos itens anteriores;
2. pelo uso de meio fraudulento nos atos escolares;
3. por aplicação de trotes a alunos novos, que importem em danos físicos ou morais, ou humilhação e vexame pessoais;
4. por arrancar, inutilizar, alterar ou fazer qualquer inscrição em editais e avisos afixados pela administração;



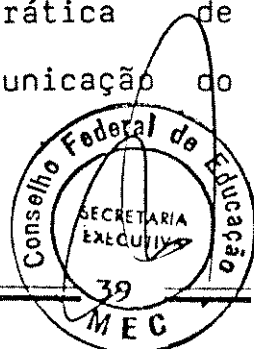


5. por desobediência a este Regimento ou atos normativos baixados por Órgão competente, ou a ordens emanadas pelos Diretores, Chefes de Departamentos ou Professores no exercício de suas funções.

IV- Desligamento:

1. na reincidência em qualquer dos itens do inciso anterior;
2. por ofensa grave ou agressão ao Reitor, aos Pró-Reitores, aos Diretores, autoridades e funcionários da Universidade ou a qualquer membro do Corpo Docente e Discente, membro da Instituição Mantenedora ou autoridades constituídas;
3. por atos desonestos ou delitos sujeitos à ação penal;
4. por improbidade, considerada grave, na execução dos trabalhos acadêmicos;
5. por aliciamento ou incitação à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização das atividades escolares ou participação neste movimento;
6. por participação em passeatas, desfiles, assembleias ou comícios que possam caracterizar calúnia, injúria ou difamação à Instituição Mantenedora, à Universidade São Francisco, ou a membro de sua comunidade acadêmica.

Parágrafo Único- Havendo suspeita de prática de crime, o Diretor deve providenciar desde logo, a comunicação do fato à autoridade policial competente.





CAPÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Artigo 105- Todos os aspectos da vida funcional dos servidores, inclusive o regime disciplinar, são regulados pela legislação pertinente, por este Regimento e por normas da Instituição Mantenedora.

Artigo 106- É vedado a membro do Corpo Técnico-Administrativo fazer qualquer pronunciamento público envolvendo responsabilidade da Universidade.

TÍTULO VI

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

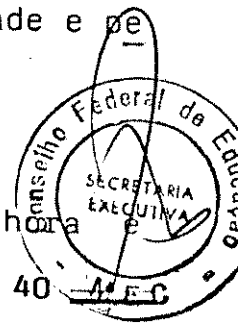
Artigo 107- A Universidade confere diploma de conclusão de curso de graduação.

Artigo 108- O ato de colação de grau dos concluintes de cada curso é realizado, em sessão solene, em dia, hora e local previamente designados pelo Reitor.

§ 1º- Na colação de grau, o Reitor ou o Diretor da Faculdade toma juramento de fidelidade aos deveres profissionais que é prestado de acordo com as fórmulas tradicionais do País.

§ 2º- Os diplomas referidos no artigo anterior são assinados pelo Reitor, pelo Diretor da respectiva Faculdade e pelo Secretário Geral.

Artigo 109- Mediante requerimento, em dia, hora





local fixados pelo Reitor, ou Diretor, com a presença de, pelo menos dois professores da Universidade, pode ser conferido grau ao aluno que não tiver recebido seu diploma na época oportuna.

Artigo 110- A Universidade se incumbe do registro, no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, dos diplomas expedidos pela própria Universidade e correspondentes a cursos de graduação reconhecidos.

Artigo 111- Aos que concluírem os demais cursos é expedido o correspondente certificado.

Artigo 112- A Universidade outorga títulos honoríficos na forma regulamentada pelo Conselho Universitário.

Artigo 113- Todo e qualquer ato de colação de grau ou expedição de diplomas ou certificados pode ser susgado enquanto perdurar entre turma ou aluno interessado e a Universidade, pendência ou conflito em nível administrativo ou judiciário.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 114- A Universidade rege-se pela legislação pátria, pelo seu Estatuto, por este Regimento Geral, pelos atos normativos internos e, no que couber, pelo Estatuto da Instituição Mantenedora.





Artigo 115- Os casos omissos neste Regimento são -
dirimidos pelo Conselho Universitário, ou, em caso de urgência,
pelo Reitor, ad referendum daquele Órgão.

Artigo 116- Este Regimento só pode ser alterado ou
reformado por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros do
Conselho Universitário, aprovação por parte da Instituição Manten
nedora e pelo Conselho Federal de Educação.

§ 1º- As alterações ou reformas são de iniciativa
do Reitor, ou mediante proposta fundamentada de 1/3, pelo menos,
dos membros do Conselho Universitário.

§ 2º- As alterações ou reformas têm aplicação no -
ano acadêmico iniciado após sua aprovação, ou imediatamente, nos
casos que não importem em prejuízo da vida escolar do aluno.

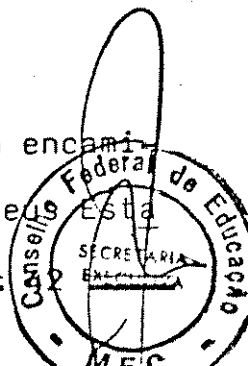
§ 3º- Os currículos novos têm aplicação no ano acaa
dêmico iniciado após sua aprovação, podendo o Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão dispor de forma diferente no que se refere -
a disciplinas novas que figuram em séries já cursadas.

Artigo 117- Integra este Regimento Geral, como Anex
xo, tabela dos cursos de graduação em funcionamento na Universi-
dade São Francisco e respectivos currículos plenos.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Artigo 118- Os Diretórios Acadêmicos devem encamin
nhar ao respectivo Conselho Departamental a reforma de seu





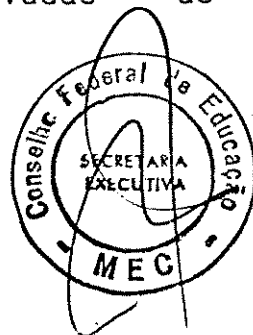
tutos ou Regimentos, com inclusão das normas contidas na Seção IV do Capítulo II do Título IV deste Regimento Geral, no prazo de 60 dias, para aprovação.

Parágrafo Único- Esta obrigação estende-se às atuais Associações Estudantis das Faculdades Franciscanas que pretendam transformar-se em Diretório Acadêmico.

CAPÍTULO III

DA VIGENCIA

Artigo 119- Este Regimento Geral entra em vigor após sua aprovação pelo Conselho Federal de Educação, observadas as demais formalidades legais.





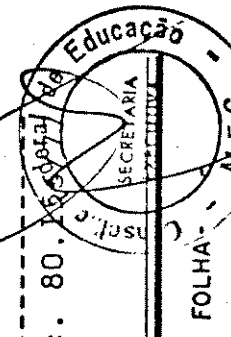
ANEXO I

QUADRO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

QUADRO GERAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

UNIDADE	CURSO	LOCAL CAMPUS	ATO DE CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO	ATO DE RECONHECIMENTO
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS FACULDADE DE ODONTOLOGIA FACULDADE DE DIREITO FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO	Medicina	I	Dec. 69.274/71	Dec. 79.896/77
	Odontologia	I	Dec. 71.784/73	Dec. 79.241/77
	Direito	I	Dec. 60.124/67	Dec. 68.173/71
	Ciências Econômicas	I	Dec. 69.323/75	Dec. 74.435/74
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	Administração	I	Dec. 69.323/71	Dec. 74.413/74
	Ciências Contábeis	I	Dec. 69.323/71	Dec. 74.738/74
	Ciências Atuariais	I	Dec. 69.323/71	Dec. 74.550/74
	Ciências - Licenciatura de 1º Grau	I	Dec. 74.016/74	Port. 213/81
	Ciências - Habilitação em Biologia	I	Dec. 74.016/74	Port. 213/81
	Pedagogia	I	Dec. 74.016/74	Dec. 81.032/77
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA	Engenharia Civil (Diurno)	II	Dec. 68.267/71	Dec. 79.142/77
	Engenharia Civil (Noturno)	II	Dec. 68.267/71	Dec. 79/142/77
	Ciências - Licenciatura de 1º Grau	II	Dec. 70.194/72	Dec. 79.220/77
	Ciências - Habilitação em Matemática	II	Dec. 70.194/72	Dec. 79.220/77
	Psicologia	II	Dec. 70.642/72	Dec. 75.166/74
	Psicologia	II	Dec. 70.642/72	Dec. 75.166/74
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS	Letras	II	Dec. 70.194/72	Dec. 74.182/74
	Estudos Sociais - Licen. de 1º Grau	II	Dec. 70.194/72	Dec. 74.182/74
	Estudos Sociais - Hab. em História	II	Port. 353/84	-----
	Estudos Sociais - Hab. em Geografia	II	Port. 353/84	-----

FAC. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	Administração	III	Dec. 71.143/72	Dec. 79.949/77
	Ciências Contábeis	III	Dec. 71.143/72	Dec. 79.950/77
	Letras	III	Dec. 71.144/72	Dec. 79.732/77
	Serviço Social	III	Dec. 74.659/74	Dec. 79.945/77
	Estudos Sociais - Licen. de 1º Grau	III	Dec. 71.144/72	Dec. 79.946/77
	Estudos Sociais - Hab. em História	III	Port. 353/84	-----
	Estudos Sociais - Hab. em Geografia	III	Port. 353/84	-----
	Ciências - Licenciatura de 1º Grau	III	Dec. 71.144/72	Dec. 79.653/77
	Ciências - Habilitação em Matemática	III	Port. 368/84	-----
	Pedagogia	III	Dec. 71.142/72	Dec. 80.165/77



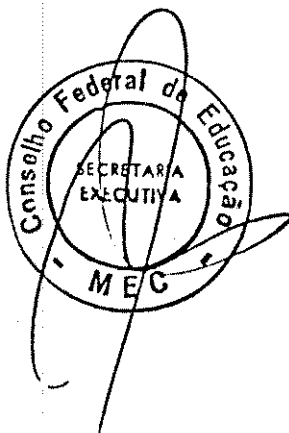


A N E X O I I
C U R R I C U L O S P L E N O S



DISCIPLINAS

1. Anatomia Descritiva
2. Anatomia Médico-Cirúrgica
3. Angiologia
4. Bases da Técnica Cirúrgica e da Anestesia
5. Bioestatística
6. Bioquímica e Biofísica
7. Cardiologia-Pneumologia
8. Cirurgia Pediátrica
9. Clínica Cirúrgica I
10. Clínica Cirúrgica II
11. Clínica Pediátrica I
12. Clínica Pediátrica II
13. Deontologia Médica
14. Dermatologia
15. Educação Física I
16. Educação Física II
17. Endocrinologia
18. Epidemiologia
19. Estágio sob regime de internato nas Clínicas: Médica, Cirúrgica, Pediátrica, Ginecológica e Obstetrícia
20. Estudo de Problemas Brasileiros
21. Estudo do Homem Contemporâneo
22. Farmacologia
23. Fisiologia
24. Fundamentos Psicológicos da Relação Médico-Paciente
25. Gastroenterologia
26. Genética Médica
27. Ginecologia
28. Hematologia
29. Histologia
30. Medicina do Trabalho
31. Medicina Geral e Comunitária
32. Medicina Legal
33. Microbiologia e Imunologia
34. Moléstias Infecciosas e Parasitárias
35. Nefrologia
36. Neuro-Anatomia
37. Neurologia e Neurocirurgia
38. Obstetrícia
39. Oftalmologia
40. Ortopedia e Traumatologia
41. Otorrinolaringologia
42. Parasitologia
43. Patologia dos Órgãos e Sistemas
44. Princípios e Técnicas de Enfermagem
45. Processos Patológicos Gerais
46. Psiquiatria
47. Puericultura
48. Radiologia
49. Reumatologia
50. Semiologia I
51. Semiologia II
52. Togoginecologia
53. Urologia



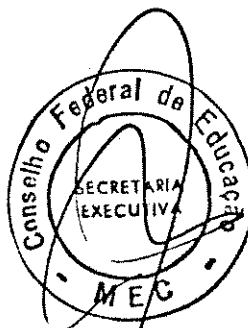


FACULDADE DE ODONTOLOGIA - CAMPUS I

CURSO DE ODONTOLOGIA

DISCIPLINAS

1. Anatomia
2. Biologia
3. Bioquímica
4. Ciências Sociais
5. Cirurgia Oral I
6. Cirurgia Oral II
7. Clínica Integrada
8. Clínica Odontopediátrica
9. Dentística Operatória
10. Dentística Restauradora
11. Diagnóstico e Triagem
12. Educação Física I
13. Educação Física II
14. Endodontia I
15. Endodontia II
16. Escultura Dental
17. Estudo de Problemas Brasileiros
18. Estudo do Homem Contemporâneo
19. Farmacologia
20. Fisiologia
21. Histologia e Embriologia
22. Materiais Dentários
23. Metodologia Científica
24. Microbiologia, Imunologia e Parasitologia
25. Odontologia Social e Preventiva
26. Orientação Profissional
27. Patologia Geral e Bucal
28. Periodontia I
29. Periodontia II
30. Prótese e Traumatologia Boco Maxilo Facial
31. Prótese Parcial Fixa e Removível (Clínica)
32. Prótese Parcial Fixa e Removível (Laboratório)
33. Prótese Total I
34. Prótese Total II (Clínica)
35. Radiologia I
36. Radiologia II
37. Semiologia





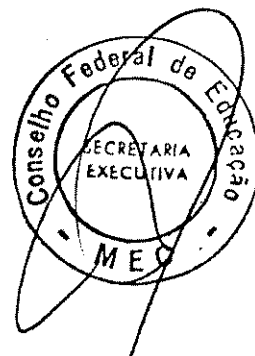
FACULDADE DE DIREITO - CAMPUS I

CURSO DE DIREITO

DISCIPLINAS

1. Direito Administrativo
2. Direito Civil I
3. Direito Civil II
4. Direito Civil III
5. Direito Civil IV
6. Direito Comercial I
7. Direito Comercial II
8. Direito Constitucional e Teoria Geral do Estado
9. Direito do Trabalho
10. Direito Financeiro e Ciências das Finanças
11. Direito Penal I
12. Direito Penal II
13. Direito Processual Civil I
14. Direito Processual Civil II
15. Direito Processual Civil III
16. Direito Processual Penal
17. Economia
18. Educação Física I
19. Educação Física II
20. Educação Física III
21. Estudo de Problemas Brasileiros
22. Estudo do Homem Contemporâneo
23. Introdução ao Estudo do Direito
24. Língua Portuguesa
25. Medicina Legal
26. Prática Forense I
27. Prática Forense II
28. Sociologia

(**) - O Estágio é desenvolvido a partir dos dois últimos anos letivos e abrange 300 horas de atividades.

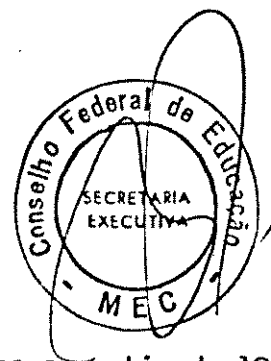




FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS I
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS (**)

DISCIPLINAS

1. Ciência Política
2. Computação Básica e Programação
3. Contabilidade Comercial
4. Contabilidade Social e Teoria Econômica
5. Desenvolvimento Sócio-Econômico
6. Economia Agrícola
7. Economia Brasileira Contemporânea
8. Economia do Setor Público
9. Economia do Trabalho
10. Economia Industrial
11. Economia Internacional
12. Economia Monetária
13. Economia Regional e Urbana
14. Educação Física I
15. Educação Física II
16. Estatística
17. Estudo do Homem Contemporâneo
18. Estudo de Problemas Brasileiros
19. Formação Econômica do Brasil
20. História do Pensamento Econômico
21. História Econômica Geral
22. Instituições de Direito
23. Introdução à Administração
24. Introdução à Contabilidade
25. Introdução à Econometria
26. Introdução à Economia
27. Introdução à Estatística
28. Introdução às Ciências Sociais
29. Leitura e Análise de Texto
30. Matemática I
31. Matemática II
32. Monografia
33. Optativa I
34. Optativa II
35. Processamento de Dados
36. Técnicas de Pesquisa em Economia
37. Teoria Geral da Administração
38. Teoria Macroeconômica
39. Teoria Microeconômica

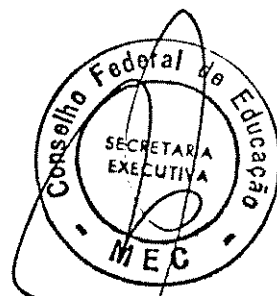


(**) - Plano Curricular para os alunos ingressos no 1º ano a partir de 1985.



DISCIPLINAS

1. Administração de Material
2. Administração de Pessoal
3. Administração de Produção
4. Administração de Vendas
5. Administração Financeira e Orçamentária
6. Ciência Política
7. Computação Básica e Programação
8. Contabilidade Comercial
9. Contabilidade de Custos
10. Contabilidade Social e Teoria Econômica
11. Economia Brasileira Contemporânea
12. Educação Física I
13. Educação Física II
14. Estágio Supervisionado ou Prática em Administração
15. Estatística
16. Estudo de Problemas Brasileiros
17. Estudo do Homem Contemporâneo
18. Formação Econômica do Brasil
19. História Econômica Geral
20. Instituições de Direito
21. Introdução à Administração
22. Introdução à Contabilidade
23. Introdução à Economia
24. Introdução à Estatística
25. Introdução às Ciências Sociais
26. Legislação Social
27. Legislação Tributária
28. Leitura e Análise de Texto
29. Matemática I
30. Matemática II
31. Pesquisa Operacional
32. Processamento de Dados
33. Psicologia Aplicada à Administração
34. Sistemas e Métodos
35. Teoria das Organizações
36. Teoria Geral da Administração
37. Teoria Microeconômica



(**) - Plano Curricular para os alunos ingressos no 1º ano a partir de 1985.

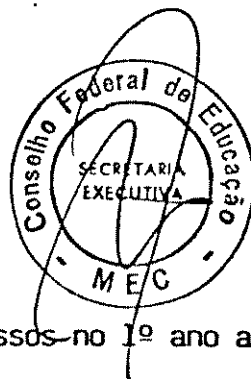


FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS I

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (**)

DISCIPLINAS

1. Administração de Material
2. Administração de Produção
3. Administração Financeira e Orçamentária
4. Auditoria e Análise de Balanço
5. Ciência Política
6. Computação Básica e Programação
7. Contabilidade Comercial I
8. Contabilidade Comercial II
9. Contabilidade de Custos
10. Contabilidade Gerencial
11. Contabilidade Social e Teoria Econômica
12. Demografia
13. Direito Tributário
14. Economia Brasileira Contemporânea
15. Educação Física I
16. Educação Física II
17. Estatística
18. Estudo de Problemas Brasileiros
19. Estudo do Homem Contemporâneo
20. Formação Econômica do Brasil
21. História Econômica Geral
22. Instituições de Direito
23. Introdução à Administração
24. Introdução à Contabilidade
25. Introdução à Economia
26. Introdução à Estatística
27. Introdução às Ciências Sociais
28. Legislação Social
29. Leitura e Análise de Texto
30. Matemática I
31. Matemática II
32. Processamento de Dados
33. Técnica Comercial
34. Teoria Geral da Administração
35. Teoria Microeconômica



(**) - Plano Curricular para os alunos ingressos no 1º ano a partir de 1985.

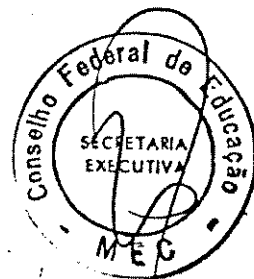


FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS I

CURSO DE CIÊNCIAS ATUARIAIS (**)

DISCIPLINAS

1. Auditoria e Análise de Balanço
2. Ciência Política
3. Computação Básica e Programação
4. Contabilidade Comercial I
5. Contabilidade Comercial II
6. Contabilidade de Custos
7. Contabilidade de Seguros
8. Contabilidade Social e Teoria Econômica
9. Demografia
10. Direito Social e Legislação de Seguros
11. Direito Tributário
12. Economia Brasileira Contemporânea
13. Educação Física I
14. Educação Física II
15. Estatística
16. Estatística Demográfica
17. Estudo de Problemas Brasileiros
18. Estudo do Homem Contemporâneo
19. Formação Econômica do Brasil
20. História Econômica Geral
21. Instituições de Direito
22. Introdução à Administração
23. Introdução à Contabilidade
24. Introdução à Economia
25. Introdução à Estatística
26. Introdução às Ciências Sociais
27. Leitura e Análise de Texto
28. Matemática I
29. Matemática II
30. Processamento de Dados
31. Teoria Geral da Administração
32. Teoria Matemática dos Seguros Privados
33. Teoria Matemática dos Seguros Sociais
34. Teoria Microeconômica



(**) - Plano Curricular para os alunos ingressos no 1º ano a partir de 1985.

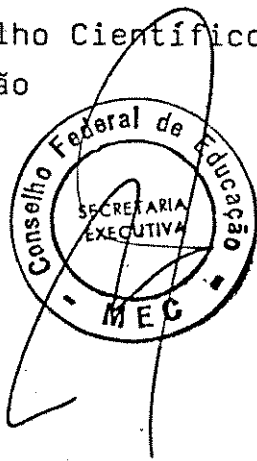


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

1. Biologia I
2. Biologia II
3. Botânica I
4. Didática
5. Educação Física I
6. Educação Física II
7. Elementos de Anatomia
8. Elementos de Geologia
9. Estágio Supervisionado de Prática de Ensino de Ciências
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Estudos de Problemas Brasileiros
13. Física I
14. Física II
15. Fisiologia Geral
16. Instrumentação para o Ensino de Ciências
17. Língua Portuguesa
18. Matemática I
19. Matemática II
20. Metodologia do Trabalho Científico
21. Psicologia da Educação
22. Química I
23. Química II
24. Zoologia



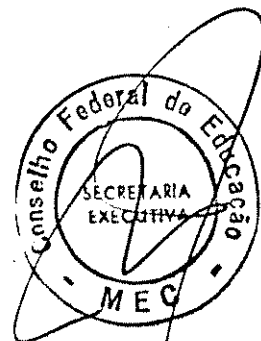


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE CIÊNCIAS: LICENCIATURA PLENA EM BIOLOGIA

DISCIPLINAS

1. Anatomia e Fisiologia Comparada
2. Bioestatística
3. Biofísica
4. Biologia I
5. Biologia II
6. Biologia III
7. Bioquímica
8. Botânica I
9. Botânica II
10. Didática
11. Ecologia
12. Educação Física I
13. Educação Física II
14. Elementos de Anatomia
15. Elementos de Geologia
16. Elementos de Microbiologia e Parasitologia
17. Estágio Supervisionado de Prática de Ensino de Biologia
18. Estágio Supervisionado de Prática de Ensino de Ciências
19. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
20. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
21. Estudo do Homem Contemporâneo
22. Estudos de Problemas Brasileiros
23. Física I
24. Física II
25. Fisiologia Geral
26. Histologia
27. Instrumentação para o Ensino de Biologia
28. Instrumentação para o Ensino de Ciências
29. Língua Portuguesa
30. Matemática I
31. Matemática II
31. Metodologia do Trabalho Científico
33. Psicologia da Educação
34. Química I
35. Química II
36. Zoologia



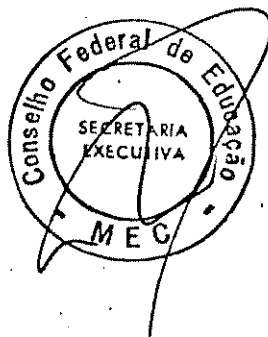


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR DE 1º E 2º GRAUS

DISCIPLINAS

1. Biologia da Educação
2. Currículos e Programas
3. Didática I
4. Didática II
5. Educação Física I
6. Educação Física II
7. Estágio Supervisionado
8. Estatística Aplicada à Educação
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus I
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus II
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Filosofia da Educação I
14. Filosofia da Educação II
15. História da Educação
16. Língua Portuguesa
17. Medidas Educacionais I
18. Medidas Educacionais II
19. Metodologia de Ensino do 1º Grau
20. Metodologia do Trabalho Científico
21. Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
22. Princípios e Métodos de Supervisão Escolar
23. Psicologia da Educação
24. Sociologia da Educação
25. Sociologia Geral



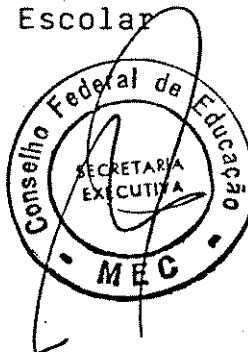


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM INSPEÇÃO ESCOLAR DE 1º E 2º GRAUS

DISCIPLINAS

1. Biologia da Educação
2. Didática I
3. Didática II
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estatística Aplicada à Educação
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus I
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus II
10. Estudo de Problemas Brasileiros
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Filosofia da Educação I
13. Filosofia da Educação II
14. História da Educação
15. Legislação do Ensino
16. Língua Portuguesa
17. Medidas Educacionais I
18. Medidas Educacionais II
19. Metodologia de Ensino do 1º Grau
20. Metodologia do Trabalho Científico
21. Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
22. Princípios e Métodos de Inspeção Escolar
23. Psicologia da Educação
24. Sociologia da Educação
25. Sociologia Geral



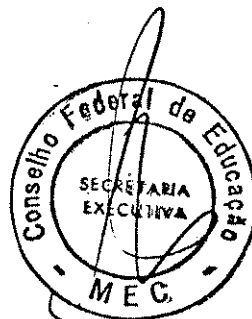


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

DISCIPLINAS

1. Biologia da Educação
2. Didática I
3. Didática II
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estatística Aplicada à Educação I
8. Estatística Aplicada à Educação II
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus I
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus II
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Filosofia da Educação I
14. Filosofia da Educação II
15. História da Educação
16. Língua Portuguesa
17. Medidas Educacionais I
18. Medidas Educacionais II
19. Metodologia de Ensino do 1º Grau
20. Metodologia do Trabalho Científico
21. Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
22. Princípios e Métodos da Administração Escolar
23. Psicologia da Educação I
24. Psicologia da Educação II
25. Sociologia da Educação I
26. Sociologia da Educação II
27. Sociologia Geral



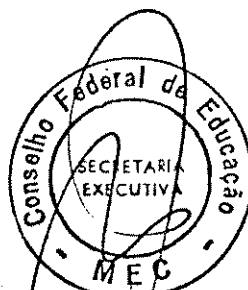


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE 1º e 2º GRAU

DISCIPLINAS

1. Biologia da Educação
2. Didática I
3. Didática II
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estatística Aplicada à Educação I
8. Estatística Aplicada à Educação II
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus I
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus II
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Filosofia da Educação I
14. Filosofia da Educação II
15. História da Educação
16. Língua Portuguesa
17. Medidas Educacionais I
18. Medidas Educacionais II
19. Metodologia de Ensino do 1º Grau
20. Metodologia do Trabalho Científico
21. Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
22. Princípios e Métodos de Administração Escolar
23. Psicologia da Educação I
24. Psicologia da Educação II
25. Sociologia da Educação I
26. Sociologia da Educação II
27. Sociologia Geral



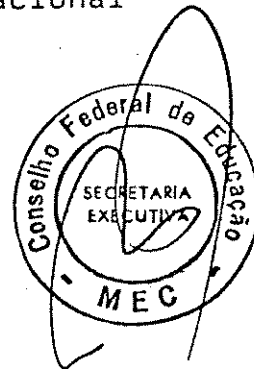


FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - CAMPUS I

CURSO DE PEDAGOGIA: HABILITAÇÃO EM ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

DISCIPLINAS

1. Biologia da Educação
2. Didática I
3. Didática II
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estatística Aplicada à Educação
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus I
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus II
10. Estudo de Problemas Brasileiros
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Filosofia da Educação I
13. Filosofia da Educação II
14. História da Educação
15. Língua Portuguesa
16. Medidas Educacionais I
17. Medidas Educacionais II
18. Metodologia do Ensino de 1º grau
19. Metodologia do Trabalho Científico
20. Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica
21. Orientação Vocacional
22. Princípios e Métodos de Orientação Educacional
23. Psicologia da Educação
24. Sociologia da Educação
25. Sociologia Geral





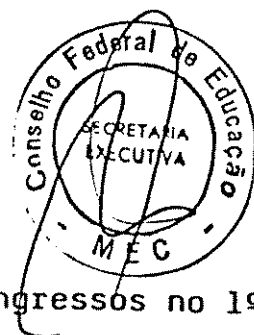
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA - CAMPUS II

CURSO DE ENGENHARIA CIVIL (DIURNO E NOTURNO)

DISCIPLINAS

1. Administração e Organização Industrial
2. Álgebra Linear
3. Cálculo Diferencial e Integral I
4. Cálculo Diferencial e Integral II
5. Cálculo Numérico e Gráfico
6. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
7. Ciências Ambientais
8. Ciências Humanas e Sociais
9. Computação Básica e Programação
10. Construção Civil
11. Desenho Técnico e Arquitetônico
12. Direito e Legislação
13. Economia
14. Educação Física I
15. Educação Física II
16. Educação Física III
17. Eletricidade
18. Estágio Supervisionado
19. Estática das Estruturas
20. Estruturas de Concreto
21. Estruturas Metálicas e de Madeira
22. Estudo de Problemas Brasileiros
23. Estudo do Homem Contemporâneo
24. Fenômenos de Transportes
25. Física Experimental I
26. Física Experimental II
27. Física Geral I
28. Física Geral II
29. Fundações
30. Fundamentos de Engenharia de Segurança
31. Geologia
32. Hidráulica Geral e Aplicada
33. Hidrologia Aplicada
34. Instalações Hidráulico-Sanitárias
35. Introdução à Ciência dos Materiais
36. Matérias de Construção Civil
37. Mecânica dos Solos
38. Mecânica Geral
39. Optativa
40. Planejamento Urbano e Regional
41. Pontes de Concreto Armado e Protendido
42. Probabilidade e Estatística
43. Projeto e Construção de Estradas I
44. Projeto e Construção de Estradas II
45. Química Experimental
46. Química Geral
47. Resistência dos Materiais
48. Saneamento Básico
49. Técnica e Economia dos Transportes
50. Tópicos de Matemática Básica (**)
51. Topografia

(**) - Disciplina obrigatória apenas para alunos ingressos no 1º ano.

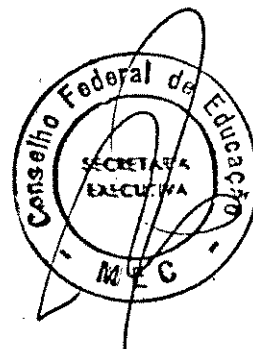




FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA - CAMPUS II
CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

1. Álgebra I
2. Álgebra II
3. Biologia Geral
4. Cálculo Diferencial e Integral I
5. Cálculo Diferencial e Integral II
6. Cálculo Vetorial e Geometria Análítica
7. Computação Básica e Programação
8. Desenho Geométrico e Geometria Descritiva
9. Didática
10. Educação Física I
11. Educação Física II
12. Elementos de Geometria
13. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
14. Estudo de Problemas Brasileiros
15. Estudo do Homem Contemporâneo
16. Física Geral e Experimental I
17. Física Geral e Experimental II
18. Geologia Geral
19. Instrumentação para o Ensino de Ciências
20. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Ciências
21. Probabilidade e Estatística
22. Psicologia Educacional
23. Química Geral
24. Técnicas e Linguagens de Programação I
25. Tópicos de Matemática Elementar



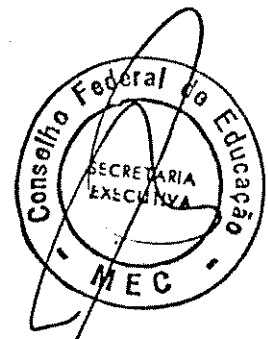


FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA - CAMPUS II

CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA

DISCIPLINAS

1. Álgebra I
2. Álgebra II
3. Álgebra III
4. Análise Matemática
5. Biologia Geral
6. Cálculo Diferencial e Integral I
7. Cálculo Diferencial e Integral II
8. Cálculo Numérico e Gráfico
9. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
10. Computação Básica e Programação
11. Desenho Geométrico e Geometria Descritiva
12. Didática
13. Educação Física I
14. Educação Física II
15. Elementos de Geometria
16. Estágio Supervisionado
17. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
18. Estudo de Problemas Brasileiros
19. Estudo do Homem Contemporâneo
20. Física Geral e Experimental I
21. Física Geral e Experimental II
22. Funções de Variáveis Complexas
23. Geologia Geral
24. Geometria Superior
25. História e Filosofia da Matemática
26. Instrumentação para o Ensino de Ciências
27. Matemática Aplicada
28. Metodologia do Ensino da Matemática
29. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado em Ciências
30. Prática de Ensino de Matemática
31. Probabilidade e Estatística
32. Psicologia Educacional
33. Química Geral
34. Técnicas e Linguagens de Programação I
35. Técnicas e Linguagens de Programação II
36. Tópicos de Matemática Elementar
37. Topologia

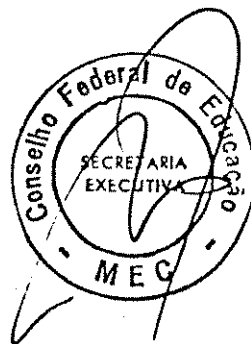




FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II
CURSO DE PSICOLOGIA - LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

DISCIPLINAS

1. Abordagem Centrada na Pessoa
2. Anatomia
3. Antropologia
4. Atendimento Psicológico Infantil
5. Biologia
6. Didática
7. Dinâmica de Grupo e Relações Humanas
8. Educação Física I
9. Educação Física II
10. Educação Física III
11. Estatística I
12. Estatística II
13. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
14. Estudo de Problemas Brasileiros
15. Estudo do Homem Contemporâneo
16. Filosofia I
17. Filosofia II
18. Fisiologia
19. Leitura e Análise de Textos
20. Metodologia Científica
21. Modificações de Comportamento
22. Neurologia
23. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado
24. Problemas de Aprendizagem
25. Psicanálise
26. Psicologia Comunitária
27. Psicologia de Aprendizagem
28. Psicologia da Personalidade I
29. Psicologia da Personalidade II
30. Psicologia do Desenvolvimento
31. Psicologia do Trabalho
32. Psicologia Escolar
33. Psicologia Experimental I
34. Psicologia Experimental II
35. Psicologia Geral
36. Psicologia Social
37. Psicopatologia Geral
38. Sociologia
39. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I
40. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico II
41. Técnicas de Exame Projetivas I
42. Técnicas de Exame Projetivas II
43. Técnicas de Pesquisa em Psicologia
44. Teoria e Sistemas em Psicologia

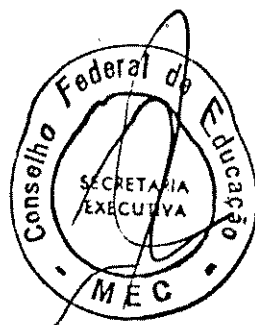




FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II
CURSO DE PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO

DISCIPLINAS

1. Abordagem Centrada na Pessoa
2. Anatomia
3. Antropologia
4. Atendimento Psicológico Infantil
5. Biologia
6. Didática
7. Dinâmica de Grupo e Relações Humanas
8. Educação Física I
9. Educação Física II
10. Educação Física III
11. Estágio Supervisionado
12. Estatística I
13. Estatística II
14. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
15. Estudo de Problemas Brasileiros
16. Estudo do Homem Contemporâneo
17. Ética Profissional
18. Filosofia I
19. Filosofia II
20. Fisiologia
21. Leitura e Análise de Textos
22. Metodologia Científica
23. Modificações de Comportamento
24. Neurologia
25. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado
26. Problemas de Aprendizagem
27. Projetos Especiais na área da Educação
28. Projetos Especiais na área da Saúde
29. Projetos Especiais na área do Trabalho
30. Psicanálise
31. Psicofarmacologia
32. Psicologia Comunitária
33. Psicologia da Aprendizagem
34. Psicologia da Personalidade I
35. Psicologia da Personalidade II
36. Psicologia do Desenvolvimento
37. Psicologia do Excepcional
38. Psicologia do Trabalho
39. Psicologia Escolar
40. Psicologia Experimental I
41. Psicologia Experimental II
42. Psicologia Geral
43. Psicologia Social
44. Psicopatologia Geral
45. Seleção e Orientação Profissional
46. Sociologia
47. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico I
48. Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico II
49. Técnicas de Exame Projetivas I
50. Técnicas de Exame Projetivas II
51. Técnicas de Pesquisa em Psicologia
52. Temas de Psicologia Clínica
53. Teoria e Sistemas em Psicologia



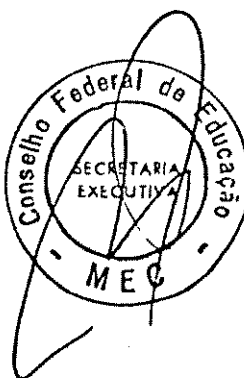


FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II

CURSO DE LETRAS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

1. Análise de Têxtos
2. Cultura Brasileira
3. Didática
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
8. Estudo de Problemas Brasileiros
9. Estudo do Homem Contemporâneo
10. Laboratório de Língua Inglesa I
11. Laboratório de Língua Inglesa II
12. Língua Inglesa I
13. Língua Inglesa II
14. Língua Latina
15. Língua Portuguesa I
16. Língua Portuguesa II
17. Lingüística
18. Literatura Brasileira I
19. Literatura Inglesa e Norte-Americana I
20. Literatura Portuguesa I
21. Prática de Ensino de Inglês
22. Prática de Ensino de Português
23. Psicologia Educacional





FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II

CURSO DE LETRAS - LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS/INGLÊS

DISCIPLINAS

1. Análise de Textos
2. Cultura Brasileira
3. Didática
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
8. Estudo de Problemas Brasileiros
9. Estudo do Homem Contemporâneo
10. Inglês Instrumental
11. Laboratório de Língua Inglesa I
12. Laboratório de Língua Inglesa II
13. Língua Inglesa I
14. Língua Inglesa II
15. Língua Inglesa III
16. Língua Latina
17. Língua Portuguesa I
18. Língua Portuguesa II
19. Língua Portuguesa III
20. Lingüística
21. Literatura Brasileira I
22. Literatura Brasileira II
23. Literatura Inglesa e Norte-Americana I
24. Literatura Inglesa e Norte-Americana II
25. Literatura Portuguesa I
26. Literatura Portuguesa II
27. Português Instrumental
28. Prática de Ensino de Inglês
29. Prática de Ensino de Português
30. Psicologia Educacional
31. Teoria da Literatura

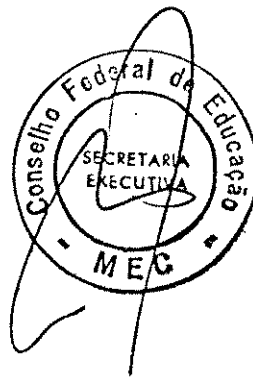




FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II
CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

1. Didática Geral
2. Educação Física
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino
4. Estudo de Problemas Brasileiros
5. Estudo do Homem Contemporâneo
6. Filosofia
7. Fundamentos de Ciências Sociais
8. Geografia do Brasil I
9. Geografia Geral I
10. Geografia Geral II
11. História do Brasil I
12. História Geral I
13. História Geral II
14. Introdução à Psicologia
15. Língua Portuguesa
16. Organização Social e Política do Brasil I
17. Organização Social e Política do Brasil II
18. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado
19. Psicologia da Educação
20. Teoria Geral do Estado





FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II

CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS - LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DISCIPLINAS

1. Civilização Ibérica
2. Didática Especial
3. Didática Geral
4. Educação Física
5. Estrutura e Funcionamento do Ensino
6. Estudo de Problemas Brasileiros
7. Estudo do Homem Contemporâneo
8. Filosofia
9. Fundamentos de Ciências Sociais
10. Geografia do Brasil I
11. Geografia Geral I
12. Geografia Geral II
13. História da América
14. História da Arte
15. História da Filosofia
16. História das Ciências
17. História das Idéias Políticas e Sociais
18. História das Religiões
19. História do Brasil I
20. História do Brasil III
21. História Geral I
22. História Geral II
23. Introdução à Psicologia
24. Língua Portuguesa
25. Metodologia da Pesquisa em História
26. Organização Social e Política do Brasil I
27. Organização Social e Política do Brasil II
28. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado II
29. Psicologia da Educação
30. Teoria Geral do Estado



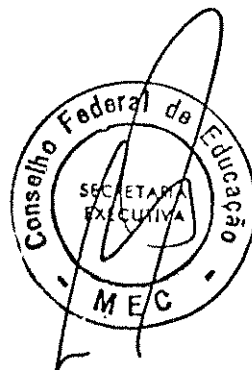


FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS II

CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS - LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

DISCIPLINAS

1. Biogeografia
2. Cartografia
3. Didática Especial
4. Didática Geral
5. Educação Física
6. Elementos de Geologia
7. Estrutura e Funcionamento do Ensino
8. Estudo de Problemas Brasileiros
9. Estudo do Homem Contemporâneo
10. Filosofia
11. Fundamentos de Ciências Sociais
12. Geografia do Brasil I
13. Geografia do Brasil III
14. Geografia Geral I
15. Geografia Geral II
16. Geografia Regional
17. História do Brasil I
18. História Geral I
19. História Geral II
20. Introdução à Psicologia
21. Língua Portuguesa
22. Metodologia da Pesquisa em Geografia
23. Organização Social e Política do Brasil I
24. Organização Social e Política do Brasil II
25. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado II
26. Psicologia da Educação
27. Teoria Geral do Estado
28. Tópicos Avançados de Geografia Física
29. Tópicos Avançados de Geografia Humana

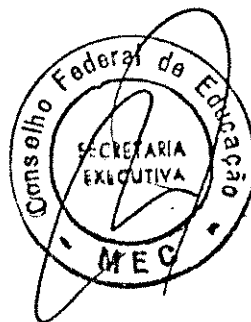




FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

DISCIPLINAS

1. Administração de Material
2. Administração de Recursos Humanos
3. Administração Financeira
4. Análise das Funções Administrativas
5. Análise de Sistemas Administrativos
6. Contabilidade de Custos
7. Contabilidade Geral
8. Contabilidade Introdutória
9. Controladoria
10. Direito Administrativo
11. Direito Comercial
12. Economia Brasileira
13. Educação Física I
14. Educação Física II
15. Educação Física III
16. Estágio Supervisionado
17. Estatística
18. Estudo de Problemas Brasileiros
19. Estudo do Homem Contemporâneo
20. Fundamentos de Matemática
21. Instituições de Direito Público e Privado
22. Introdução à Administração
23. Introdução à Teoria Econômica
24. Legislação Social
25. Legislação Tributária
26. Matemática Financeira
27. Mercadologia
28. Pesquisa Operacional
29. Política Econômica
30. Processamento de Dados
31. Programação e Controle de Produção
32. Psicologia Aplicada à Administração
33. Sociologia Aplicada à Administração
34. Técnicas de Comunicação Escrita
35. Teoria Econômica



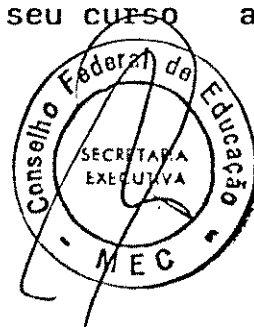


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - PARA ADVOGADOS (**)

DISCIPLINAS

1. Administração de Materiais
2. Administração de Recursos Humanos
3. Administração Financeira e Orçamento
4. Contabilidade
5. Economia Brasileira
6. Educação Física I
7. Educação Física II
8. Estágio Supervisionado
9. Estatística
10. Estudo de Problemas Brasileiros
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Introdução à Administração
13. Legislação Tributária
14. Matemática
15. Mercadologia
16. Programação e Controle de Produção
17. Psicologia Aplicada à Administração
18. Sociologia Aplicada à Administração
19. Teoria Econômica

(**) - Curso de Administração de Empresas para diplomados em Economia, Engenharia, Direito, Ciências Sociais, em cursos de Contador e Atuário, bem como em cursos em nível superior ministrados por estabelecimentos de ensino da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, desde que venham a cursar as matérias do currículo de Administração, que não tenham figurado em seu curso anterior (Resolução CFE 08/07/66, Art. 4 e 5).



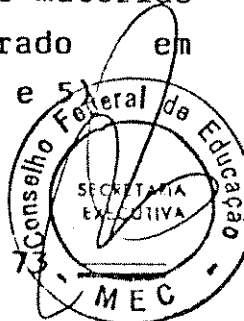


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - PARA ENGENHEIROS (**)

DISCIPLINAS

1. Administração (Introdução)
2. Administração de Materiais
3. Administração de Recursos Humanos
4. Administração Financeira e Orçamento
5. Contabilidade
6. Economia Brasileira
7. Educação Física I
8. Educação Física II
9. Estágio Supervisionado
10. Estatística
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Instituições de Direito Público e Privado
14. Legislação Social
15. Legislação Tributária
16. Mercadologia
17. Programação e Controle de Produção
18. Psicologia Aplicada à Administração
19. Sociologia Aplicada à Administração
20. Teoria Econômica

(**) - Curso de Administração de Empresas para diplomados em Economia, Engenharia, Direito, Ciências Sociais, em cursos de Contador e de Atuário, bem como em cursos em nível superior ministrados por estabelecimentos de Ensino da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, desde que venham a cursar as matérias do currículo de Administração, que não tenham figurado em seu curso anterior (Resolução CFE 08/07/66, Art. 4 e 5)



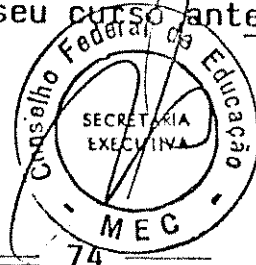


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS - PARA OUTROS DIPLOMADOS (RES. CFE - 08/7/66) - (**)

DISCIPLINAS

1. Administração (Introdução)
2. Administração de Materiais
3. Administração de Recursos Humanos
4. Administração Financeira e Orçamento
5. Contabilidade
6. Economia Brasileira
7. Educação Física I
8. Educação Física II
9. Estágio Supervisionado
10. Estatística
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Instituições de Direito Público e Privado
14. Legislação Tributária
15. Matemática
16. Mercadologia
17. Programação e Controle de Produção
18. Psicologia Aplicada à Administração
19. Sociologia Aplicada à Administração
20. Teoria Econômica

(**) - Curso de Administração de Empresas para diplomados em Economia, Engenharia, Direito, Ciências Sociais, em cursos de Contador, e de Atuário, bem como em cursos em nível superior ministrados - por estabelecimentos de ensino da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, desde que venham a cursar as matérias do currículo de Administração, que não tenham figurado em seu curso anterior (Resolução CFE 08/7/66, Art. 4 e 5).

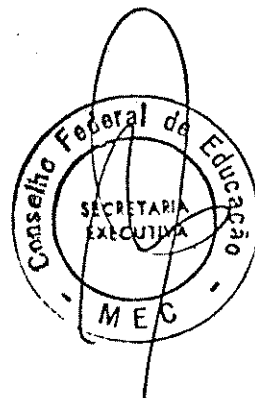




CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DISCIPLINAS

1. Administração de Recursos Humanos
2. Administração Financeira
3. Análise das Funções Administrativas
4. Análise e Consolidação de Balanços
5. Análise e Sistemas Administrativos
6. Auditoria
7. Contabilidade Comercial Bancária
8. Contabilidade de Custos
9. Contabilidade Geral
10. Contabilidade Introdutória
11. Controladoria
12. Direito Comercial
13. Educação Física I
14. Educação Física II
15. Educação Física III
16. Estágio Supervisionado
17. Estatística
18. Estudo de Problemas Brasileiros
19. Estudo do Homem Contemporâneo
20. Ética Profissional
21. Fundamentos de Matemática
22. Instituições de Direito Público e Privado
23. Introdução à Administração
24. Introdução à Teoria Econômica
25. Legislação Social
26. Legislação Tributária
27. Matemática Financeira
28. Mercadologia
29. Pesquisa Operacional
30. Política Econômica
31. Processamento de Dados
32. Psicologia Aplicada à Administração
33. Sociologia Aplicada à Administração
34. Técnicas de Comunicação Escrita
35. Teoria Econômica



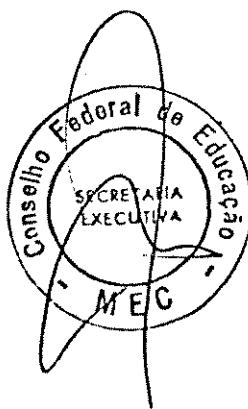


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE LETRAS - LICENCIATURA PLENA EM PORTUGUÊS E INGLÊS

DISCIPLINAS

1. Cultura Brasileira
2. Didática I
3. Didática II
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
8. Estudo de Problemas Brasileiros
9. Estudo do Homem Contemporâneo
10. Introdução à Psicologia
11. Língua Inglesa I
12. Língua Inglesa II
13. Língua Inglesa III
14. Língua Latina
15. Língua Portuguesa I
16. Língua Portuguesa II
17. Língua Portuguesa III
18. Lingüística
19. Literatura Brasileira I
20. Literatura Brasileira II
21. Literatura Brasileira III
22. Literatura Inglesa
23. Literatura Norte-Americana
24. Literatura Portuguesa I
25. Literatura Portuguesa II
26. Prática de Ensino de Inglês
27. Prática de Ensino de Português
28. Psicologia da Educação
29. Teoria da Literatura





FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DISCIPLINAS

1. Administração em Serviço Social
2. Antropologia
3. Desenvolvimento de Comunidade
4. Direito e Legislação Social
5. Economia
6. Educação Física I
7. Educação Física II
8. Estágio Supervisionado
9. Estatística
10. Estudo de Problemas Brasileiros
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Ética em Serviço Social
13. Filosofia
14. Formação Social, Economia e Política do Brasil
15. História do Serviço Social
16. Introdução à Prática do Serviço Social I
17. Introdução à Prática do Serviço Social II
18. Metodologia de Elaboração de Monografia I
19. Metodologia de Elaboração de Monografia II
20. Metodologia do Serviço Social I
21. Metodologia do Serviço Social II
22. Metodologia do Serviço Social III
23. Pesquisa em Serviço Social I
24. Pesquisa em Serviço Social II
25. Planejamento em Serviço Social I
26. Planejamento em Serviço Social II
27. Política Social
28. Prática Profissional I
29. Prática Profissional II
30. Psicologia
31. Psicologia Social
32. Sociologia
33. Técnicas de Comunicação Escrita
34. Teoria do Serviço Social I
35. Teoria do Serviço Social II
36. Trabalho de Conclusão de Curso



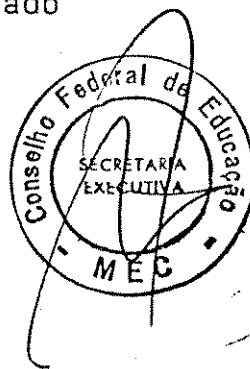


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

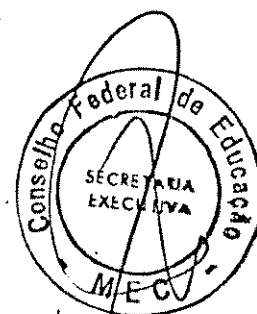
1. Didática Gerâl
2. Educação Física
3. Estrutura e Funcionamento do Ensino
4. Estudo de Problemas Brasileiros
5. Estudo do Homem Contemporâneo
6. Filosofia
7. Fundamentos de Ciências Sociais
8. Geografia do Brasil
9. Geografia Geral I
10. Geografia Geral II
11. História do Brasil
12. História Geral I
13. História Geral II
14. Introdução à Psicologia
15. Língua Portuguesa
16. Organização Social e Política do Brasil I
17. Organização Social e Política do Brasil II
18. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado
19. Psicologia da Educação
20. Teoria Geral do Estado





FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS - LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
DISCIPLINAS

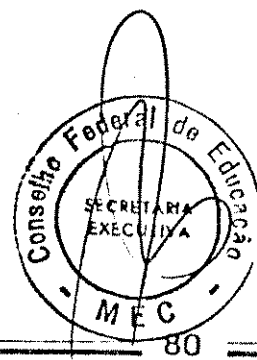
1. Antropologia Cultural
2. Civilização Ibérica
3. Contribuições da Sociologia Brasileira
4. Cultura Brasileira
5. Didática Especial
6. Didática Geral
7. Economia
8. Educação Física
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino
10. Estudo de Problemas Brasileiros
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Etnologia e Etnografia Brasileira
13. Filosofia
14. Fundamentos de Ciências Sociais
15. Geografia do Brasil I
16. Geografia do Brasil II
17. Geografia Geral I
18. Geografia Geral II
19. História da América
20. História da Arte
21. História da Filosofia
22. História das Ciências
23. História das Religiões
24. História do Brasil I
25. História do Brasil II
26. História do Brasil III
27. História Econômica Geral e do Brasil
28. História Geral I
29. História Geral II
30. História das Idéias Políticas e Sociais
31. Introdução à Psicologia
32. Língua Portuguesa
33. Metodologia da Pesquisa em História
34. Organização Social e Política do Brasil I
35. Organização Social e Política do Brasil II
36. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado I
37. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado II
38. Psicologia da Educação
39. Teoria Geral do Estado





FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS - LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
DISCIPLINAS

1. Antropologia Cultural
2. Biogeografia
3. Cartografia
4. Contribuições da Sociologia Brasileira
5. Cultura Brasileira
6. Didática Especial
7. Didática Geral
8. Economia
9. Educação Física
10. Elementos de Geologia
11. Estrutura e Funcionamento do Ensino
12. Estudo de Problemas Brasileiros
13. Estudo do Homem Contemporâneo
14. Etnologia e Etnografia Brasileira
15. Filosofia
16. Fundamentos de Ciências Sociais
17. Geografia do Brasil I
18. Geografia do Brasil II
19. Geografia do Brasil III
20. Geografia Geral I
21. Geografia Geral II
22. Geografia Regional
23. História do Brasil I
24. História do Brasil II
25. História Econômica Geral e do Brasil
26. História Geral I
27. História Geral II
28. Introdução à Psicologia
29. Língua Portuguesa
30. Metodologia da Pesquisa em Geografia
31. Organização Social e Política do Brasil I
32. Organização Social e Política do Brasil II
33. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado I
34. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado II
35. Psicologia da Educação
36. Teoria Geral do Estado
37. Tópicos Avançados de Geografia Física
38. Tópicos Avançados de Geografia Humana



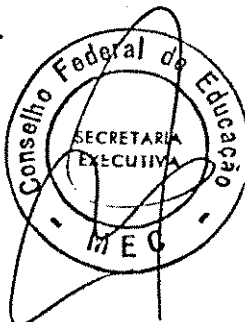


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

1. Álgebra I
2. Álgebra II
3. Biologia Geral
4. Cálculo Diferencial e Integral I
5. Cálculo Diferencial e Integral II
6. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
7. Computação Básica e Programação
8. Didática Geral
9. Educação Física
10. Elementos de Geometria
11. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
12. Estudo de Problemas Brasileiros
13. Estudo do Homem Contemporâneo
14. Física Geral e Experimental I
15. Física Geral e Experimental II
16. Geologia Geral
17. Informática na Educação
18. Instrumentação para o Ensino de Ciências
19. Prática do Ensino e Estágio Supervisionado
20. Probabilidade e Estatística
21. Programação de Computadores
22. Psicologia Educacional
23. Química Geral
24. Tópicos de Matemática Elementar



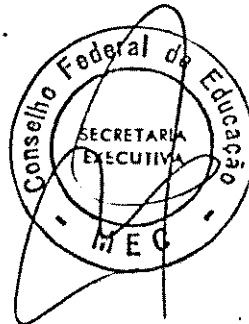


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA DE 1º GRAU

DISCIPLINAS

1. Álgebra I
2. Álgebra II
3. Biologia Geral
4. Cálculo Diferencial e Integral I
5. Cálculo Diferencial e Integral II
6. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
7. Computação Básica e Programação
8. Didática Geral
9. Educação Física
10. Elementos de Geometria
11. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
12. Estudo de Problemas Brasileiros
13. Estudo do Homem Contemporâneo
14. Física Geral e Experimental I
15. Física Geral e Experimental II
16. Geologia Geral
17. Informática na Educação
18. Instrumentação para o Ensino de Ciências
19. Prática do Ensino e Estágio Supervisionado
20. Probabilidade e Estatística
21. Programação de Computadores
22. Psicologia Educacional
23. Química Geral
24. Tópicos de Matemática Elementar



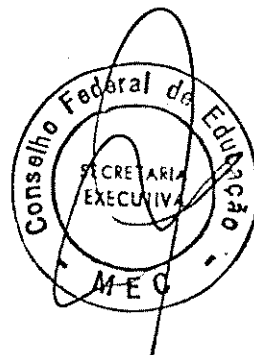


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE CIÊNCIAS - LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA

DISCIPLINAS

1. Álgebra I
2. Álgebra II
3. Álgebra III
4. Análise Matemática
5. Biologia Geral
6. Cálculo Diferencial e Integral I
7. Cálculo Diferencial e Integral II
8. Cálculo Numérico e Gráfico
9. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica
10. Computação Básica e Programação
11. Didática Geral
12. Educação Física
13. Elementos de Geometria
14. Equações Diferenciais
15. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
16. Estudo de Problemas Brasileiros
17. Estudo do Homem Contemporâneo
18. Física Geral e Experimental I
19. Física Geral e Experimental II
20. Funções de Variáveis Complexas
21. Geologia Geral
22. Geometria Superior
23. História e Filosofia da Matemática
24. Informática na Educação
25. Informática no Ensino da Matemática
26. Instrumentação para o Ensino de Ciências
27. Matemática Aplicada
28. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado I
29. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado II
30. Probabilidade e Estatística
31. Programação de Computadores I
32. Programação de Computadores II
33. Psicologia Educacional
34. Química Geral
35. Tópicos de Matemática Elementar
36. Topologia





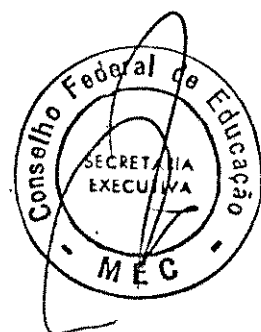
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO (**)

DISCIPLINAS

1. Didática
2. Educação Física I
3. Educação Física II
4. Educação Física III
5. Estágio Supervisionado
6. Estatística Aplicada à Educação
7. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau I
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau II
10. Estudo de Problemas Brasileiros I
11. Estudo de Problemas Brasileiros II
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Filosofia da Educação I
14. Filosofia da Educação II
15. História da Educação
16. Metodologia do Ensino de 1º Grau
17. Metodologia do Ensino de 2º Grau
18. Prática de Ensino de 1º Grau
19. Prática de Ensino de 2º Grau
20. Psicologia da Educação I
21. Psicologia da Educação II
22. Sociologia da Educação I
23. Sociologia da Educação II
24. Sociologia Geral

(**) - Complementação de estudos para licenciados.





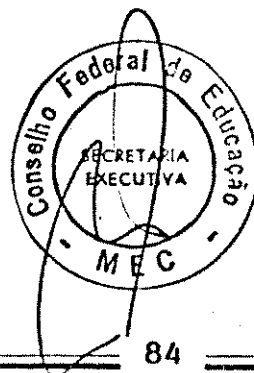
FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO EM INSPEÇÃO ESCOLAR (**)

DISCIPLINAS

1. Didática
2. Educação Física I
3. Educação Física II
4. Educação Física III
5. Estágio Supervisionado
6. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
7. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau I
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau II
9. Estudo de Problemas Brasileiros I
10. Estudo de Problemas Brasileiros II
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Filosofia da Educação I
13. Filosofia da Educação II
14. História da Educação
15. Legislação de Ensino
16. Metodologia do Ensino de 1º Grau
17. Metodologia do Ensino de 2º Grau
18. Princípios e Métodos de Inspeção Escolar I
19. Princípios e Métodos de Inspeção Escolar II
20. Psicologia da Educação I
21. Psicologia da Educação II
22. Sociologia da Educação I
23. Sociologia da Educação II
24. Sociologia Geral

(**) - Complementação de estudos para licenciados.



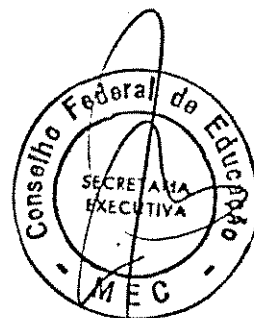


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR(**)

DISCIPLINAS

1. Administração da Escola de 1º e 2º Graus
2. Didática
3. Educação Física I
4. Educação Física II
5. Educação Física III
6. Estágio Supervisionado
7. Estatística Aplicada à Educação
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau I
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau II
11. Estudo de Problemas Brasileiros I
12. Estudo de Problemas Brasileiros II
13. Estudo do Homem Contemporâneo
14. Filosofia da Educação I
15. Filosofia da Educação II
16. História da Educação
17. Metodologia do Ensino de 1º Grau
18. Metodologia do Ensino de 2º Grau
19. Princípios e Métodos de Administração Escolar
20. Psicologia da Educação I
21. Psicologia da Educação II
22. Sociologia da Educação I
23. Sociologia da Educação II
24. Sociologia Geral

(**) - Complementação de estudos para licenciados

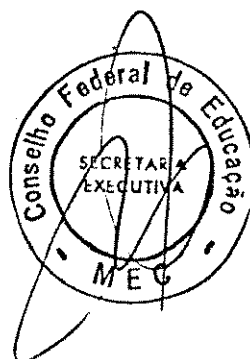




FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO EM MAGISTÉRIO

DISCIPLINAS

1. Administração de Escola de 1º e 2º Graus
2. Antropologia Cultural
3. Cultura Brasileira
4. Didática
5. Educação Física I
6. Educação Física II
7. Estágio Supervisionado
8. Estatística Aplicada à Educação
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Filosofia da Educação I
14. Filosofia da Educação II
15. História da Educação
16. Introdução à Filosofia
17. Introdução à Psicologia
18. Língua Portuguesa
19. Metodologia do Ensino de 1º Grau
20. Metodologia do Ensino de 2º Grau
21. Metodologia do Trabalho Científico
22. Prática de Ensino de 1º Grau
23. Prática de Ensino de 2º Grau
24. Princípios e Métodos de Administração Escolar
25. Psicologia da Educação I
26. Psicologia da Educação II
27. Sociologia da Educação I
28. Sociologia da Educação II
29. Sociologia Geral



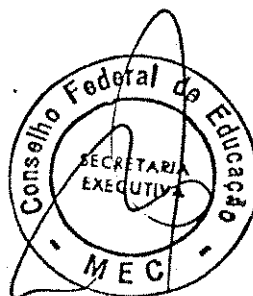


FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III

CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO EM INSPEÇÃO ESCOLAR

DISCIPLINAS

1. Antropologia Cultural
2. Cultura Brasileira
3. Didática
4. Educação Física I
5. Educação Física II
6. Estágio Supervisionado
7. Estatística Aplicada à Educação
8. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
10. Estudo de Problemas Brasileiros
11. Estudo do Homem Contemporâneo
12. Filosofia da Educação I
13. Filosofia da Educação II
14. História da Educação
15. Introdução à Filosofia
16. Introdução à Psicologia
17. Legislação do Ensino
18. Língua Portuguesa
19. Metodologia do Ensino de 1º Grau
20. Metodologia do Ensino de 2º Grau
21. Metodologia do Trabalho Científico
22. Prática de Ensino de 1º Grau
23. Prática de Ensino de 2º Grau
24. Princípios e Métodos de Inspeção Escolar
25. Psicologia da Educação I
26. Psicologia da Educação II
27. Sociologia da Educação I
28. Sociologia da Educação II
29. Sociologia Geral





FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - CAMPUS III
CURSO DE PEDAGOGIA - HABILITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

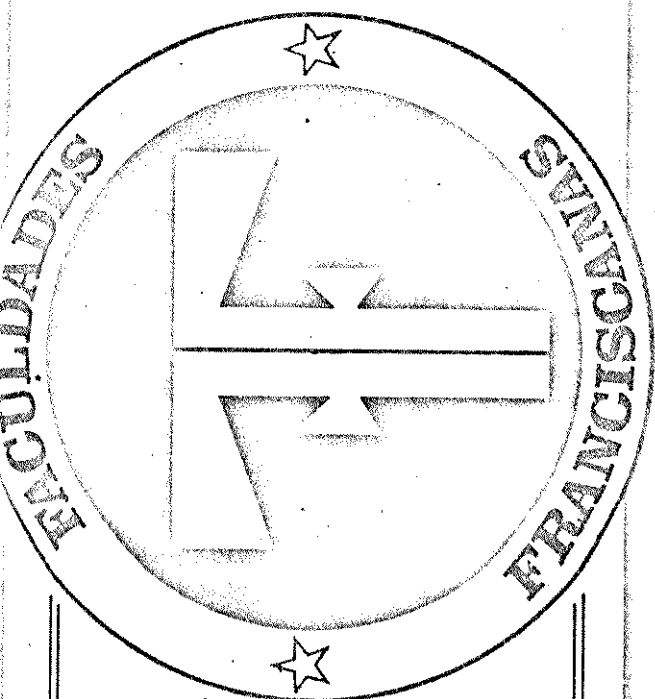
DISCIPLINAS

1. Administração de Escola de 1º e 2º Graus
2. Antropologia Cultural
3. Cultura Brasileira
4. Didática
5. Educação Física I
6. Educação Física II
7. Estágio Supervisionado
8. Estatística Aplicada à Educação
9. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
10. Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
11. Estudo de Problemas Brasileiros
12. Estudo do Homem Contemporâneo
13. Filosofia da Educação I
14. Filosofia da Educação II
15. História da Educação
16. Introdução à Filosofia
17. Introdução à Psicologia
18. Língua Portuguesa
19. Metodologia de Ensino de 1º Grau
20. Metodologia de Ensino de 2º Grau
21. Metodologia do Trabalho Científico
22. Prática de Ensino de 1º Grau
23. Prática de Ensino de 2º Grau
24. Princípios e Métodos de Administração Escolar
25. Psicologia da Educação I
26. Psicologia da Educação II
27. Sociologia da Educação I
28. Sociologia da Educação II
29. Sociologia Geral



ANEXO IX

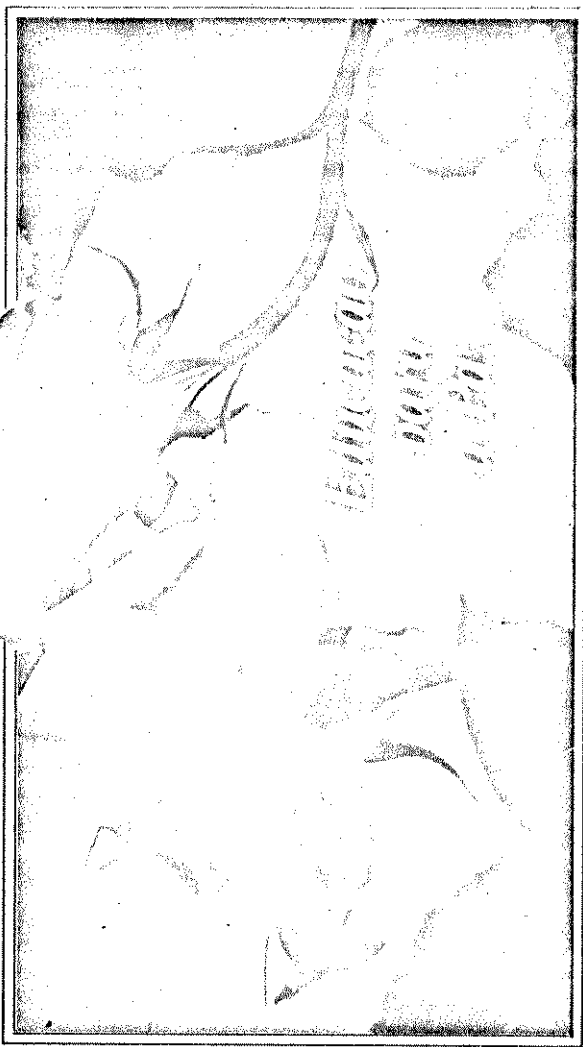
PROJETO SÓCIO-EDUCACIONAL DA
UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO



AMPUS I —
Paragana Paulista
Av. São Francisco
de Assis, 218
Telefone: (011) 433-1500

AMPUS II — Itatiba
Rua Alexandre
Rodrigues Barbosa, 45
Telefone: (011) 435-1262

AMPUS III —
Sorocaba Paulo
Rua Aureliano
de Góes, 109
Telefone: (011) 826-9499



Este Projeto, elaborado ao longo dos anos da presença dos Franciscanos em Bragança Paulista, vai cumprindo etapas de sua implantação. A fim de que o objetivo fundamental da proposta franciscana dentro das Faculdades seja alcançado, importa que a Comunidade Acadêmica se integre, tornando-se elemento ativo do processo. Inicialmente a realidade do Projeto terá influência onde atuam as Faculdades Franciscanas; no futuro, através dos formados nestas Faculdades, esta abrangência se estenderá às mais distantes regiões.

Neste momento estamos colocando nas mãos de todos, o texto do Projeto Sócio-Educacional das Faculdades Franciscanas.

Que este Projeto sirva de estímulo a quantos queiram ser instrumentos na construção da Paz pela prática do Bem!

Frel Constâncio Nogara
Diretor Geral

As Origens das Faculdades Franciscanas

1 — CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS

Em 1975, a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil celebrava seu Tricentenário de Fundação como Unidade Jurisdicional da Ordem Franciscana, no Brasil. Ainda em 1975, instalara-se no mundo inteiro o Ano Franciscano, comemorativo dos 750 Anos da Morte de São Francisco de Assis.

Ao ensejo destes dois eventos, os Franciscanos viveram momentos intensos de reflexão e revisão: sobre sua identidade e sobre o significado de sua presença em meio à Comunidade dos Homens em que estão inseridos, através de suas Unidades de Promoção Humana.

2 — OS FRANCISCANOS E A EDUCAÇÃO

Um dos setores que foi objeto desta reflexão e revisão foi precisamente o de suas obras de educação e assistência. Concluiu-se pela oportunidade de a Província Franciscana consolidar sua já ampla atividade educacional em regime formal e informal, mediante sua presença a nível universitário.

Por circunstâncias históricas, debitáveis, sem dúvida, à Providência divina, este propósito dos Franciscanos chegou ao conhecimento do MEC — Ministério da Educação e Cultura, que, à época, estava sob a responsabilidade do Ministro Ney Braga, de há muito ligado às atividades educacionais franciscanas no Brasil.

3 — O IMPASSE NAS FACULDADES DE BRAGANÇA

E aconteceu que a intenção dos Franciscanos de dedicar-se à juventude universitária chegou ao conhecimento do Ministro Ney Braga, precisamente no momento em que atingia seu ápice a crise institucional que se instalara no complexo de Cursos Superiores das "Faculdades de Bragança Paulista", então mantidos pelo Instituto de Ensino Superior da Região Bragantina, os quais, conforme posteriormente se apurou, estavam com processo já encaminhado para serem globalmente fechados, não viesse a ser encontrada instituição idônea que se dispusesse a assumir a responsabilidade de saná-los, primeiro, e, depois, dar-lhes continuidade ao nível desejado pelas Superiores Autoridades Educacionais do País.

O que tudo acontecia no momento em que a Província Franciscana também submetia à criteriosa reformulação as atividades de uma de suas Instituições jurisdicionadas, a Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, então estabelecida na cidade do Rio de Janeiro.

4 — O ENCONTRO DE INTERESSES

De todas estas circunstâncias coincidentes, resultou, em fins de 1975 e princípios de 1976, o Encontro de Interesses: de um lado, o interesse do MEC de buscar uma

solução para o grave problema que tinha em mãos, ou seja, a explosiva crise institucional das "Faculdades de Bragança", que colocava em risco o futuro de uma Comunidade Acadêmica de cerca de 11.000 pessoas, entre alunos, professores e funcionários técnico-administrativos, e, de outro lado, o propósito da Província Franciscana de marcar presença em meio à juventude universitária.

5 — OS FRANCISCANOS ASSUMEM O COMPROMISSO

Este Encontro de Interesses, ocorrido, inicialmente, a nível de entendimentos oficiais, acabou por oficializar-se da seguinte forma:

- a) Deliberação da Assembléia Geral da Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, realizada em 14.03.76, pela qual esta se declarou disposta a assumir a responsabilidade de dar continuidade ao Complexo de Cursos Superiores das "Faculdades de Bragança", em crise, e que hoje, devidamente sanadas, formam as Faculdades Franciscanas, para isso destinando todo o seu patrimônio econômico-financeiro.
- b) Compromisso da Província Franciscana, no sentido de destacar, gradativamente o suficiente número de religiosos franciscanos habilitados, em ordem a viabilizar a árdua missão que, num gesto de verdadeiro significado histórico, assumia, através de uma de suas Instituições jurisdicionadas, a Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana.
- c) A partir destas deliberações, lastreadas em razões do mais elevado sentido ético-social, desenvolveu-se o Processo de Mudança de Mantenedora dos Cursos Superiores das já mencionadas "Faculdades de Bragança". O Processo culminou com o Parecer-CFE n.º 169/76, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 07 de abril

de 1976, e homologado em 20 de abril de 1976 pelo então Ministro Ney Braga, e com a consequente tomada de posse em 1.º de maio de 1976, data natalícia das Faculdades Franciscanas.

6 — O ESPÍRITO QUE PRESIDIU AS DELIBERAÇÕES QUE DERAM ORIGEM E VIDA AS FACULDADES FRANCISCANAS

O espírito que presidiu as deliberações que deram origem e vida às Faculdades Franciscanas consta da própria Ata da A.G.E. de 14.03.76 e da Exposição de Motivos encaminhada ao MEC em 04.04.76, e que formou o processo-CFE n.º 001-454/76, julgado pelo supramencionado parecer-CFE n.º 1.169/76. Para conhecimento público, e para que fique constando como testemunho histórico, transcrevemos abaixo alguns tópicos dos dois mencionados documentos, reveladores deste espírito, que também se constituem em fundamento das diretrizes que norteiam o Projeto Sócio-Educacional das Faculdades Franciscanas.

a) Lê-se na Ata da A.G.E. de 14.03.76:

"A aceitação da transferência, para a Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, deste complexo universitário, somente tem significado, com o objetivo de engajarmos cerca de 10.000 jovens matriculados nos diversos Cursos, na tarefa comum de construir a paz pela prática do bem... Saliaram os presentes o elevado significado das deliberações tomadas, que representam um marco histórico na vida quer da Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, quer da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, que, juntas, através da Educação pela vida, se propõem servir a tão larga parcela da juventude brasileira, em ordem a capacitá-la a cons-

truir a paz da nação brasileira, e, por ela, a comunidade das nações, pela vivência pessoal e comunitária do bem".

b) Confirma-se na Exposição de Motivos ao MEC:

"A razão única e fundamental, que motivou as Suplicantes a aceitar o convite de dar continuidade a esse Complexo Educacional é o desejo fraterno e amigo de levar, aos cerca de 10.000 jovens matriculados e aos que venham a matricular-se nos diversos Cursos, a sempre viva e poderosamente eficaz mensagem de São Francisco de Assis, consubstanciada nas palavras — "paz e bem" — com que a todos saudava e a todos a si atraía, a todos confraternizando".

"As Suplicantes têm conhecimento dos problemas que afligem a comunidade estudantil matriculada nesses Cursos. Daí ser o seu primeiro cuidado o de restituir a essa Comunidade Acadêmica a necessária paz, procurando restabelecer a ordem, pela fiel observância das normas e diretrizes que regem o ensino superior no País. Concomitantemente, empenhar-se-ão por buscar os meios e condições que permitam o aprimoramento dos níveis de ensino e pesquisa".

"Concluindo, ratificam as Suplicantes as razões que as nortearam na aceitação do convite para assumir a responsabilidade de dar continuidade a este complexo universitário, ou seja: levar, a tão significativa parcela da juventude brasileira, a mensagem franciscana de "paz e bem", a fim de capacitá-la, humana e profissionalmente, pelo saber e pelo ser, a traduzir em obras aquela tão sublime, quanto conhecida prece do Santo de Assis, a qual, por expressar o mais alto ideal de vida, aqui nos permitimos transcrever, adotando-a como lema e programa de vida e de ação do complexo universitário que serão as Faculdades Franciscanas, vocacionadas a se constituírem na futura Universidade São Francisco de Assis:

Senhor!

Fazei-me instrumento de vossa PAZ.

Onde houver ódio, que eu leve o AMOR.

Onde houver ofensa, que eu leve o PERDÃO.

Onde houver discórdia, que eu leve a UNIÃO.

Onde houver dúvida, que eu leve a FÉ.

Onde houver erro, que eu leve a VERDADE.

Onde houver desespero, que eu leve a ESPERANÇA.

Onde houver tristeza, que eu leve a ALEGRIA.

Onde houver trevas, que eu leve a LUZ.

Mestre!

Que eu procure mais CONSOLAR
que ser consolado.

Que eu procure mais COMPREENDER
que ser compreendido.

Que procure mais AMAR
que ser amado.

Pois é DANDO que se RECEBE.

É PERDOANDO que se é PERDOADO.

É MORRENDO QUE SE VIVE PARA A
VIDA ETERNA



Fazei-me instrumento
de vossa PAZ.

7 — OBRA DE RESTAURAÇÃO

Em 1.º de maio de 1976, os Franciscanos iniciaram a Obra de Restauração para a qual foram convidados e que assumiram com o espírito que fizeram questão de deixar documentado, pelas palavras supratranscritas, no competente Processo que tramitou junto aos Superiores Órgãos Educacionais do País.

A situação que os Franciscanos encontraram era de generalizado caos, em todos os sentidos. Ressaltamos a situação acadêmica, que exigia imediatas medidas de saneamento. Assim:

— A Faculdade de Medicina estava em regime de intervenção Federal, e, por via de consequência, impedida de aceitar novos candidatos, e, o que era mais grave, sem condições de reconhecimento e de conceder o Diploma para o exercício da profissão aos jovens matriculados.

— A Faculdade de Engenharia já tinha 8 turmas de alunos formados, compreendendo um total de 169 alunos, que, também, corriam o risco de não receberem o Diploma para o exercício da profissão de Engenheiro, precisamente porque o Curso não estava reconhecido, nem tinha, então, condições de vir a sê-lo.

— Os demais Cursos, quer em Bragança Paulista (*Odontologia, Ciências Biológicas, Pedagogia*), quer em São Paulo (*Administração, Contabilidade, Estudos Sociais, Letras, Ciências, Pedagogia, Serviço Social*), igualmente não estavam reconhecidos e sem condições de vir a ser reconhecidos, quer pela situação dos próprios cursos, quer pela generalizada crise institucional de todo o complexo universitário.

— Resumindo: Em maio de 1976, dos 21 Cursos assumidos pelos Franciscanos, apenas 8 estavam reconhecidos e em condições para expedir Diplomas para o válido exercício da respectiva profissão. O trabalho de reconhecimento dos demais 13 Cursos,

e de saneamento de inúmeras irregularidades nos outros 8 já reconhecidos, se prolongou até fins de 1977. A partir de janeiro de 1978, todos os Cursos, que então passaram a integrar as *Faculdades Franciscanas*, estavam reconhecidos, em regular funcionamento e em condições de fornecer os Diplomas aos jovens neles matriculados, que, assim, passaram a ter seu futuro profissional garantido.

8 — O REGIMENTO UNIFICADO DAS FACULDADES FRANCISCANAS

As *Faculdades Franciscanas* são integradas por 10 (dez) Faculdades, que, inicialmente funcionavam como Instituições isoladas de Ensino Superior. A partir de 1978, após haverem concluído a primeira etapa de saneamento da situação encontrada, os Franciscanos deram início ao trabalho de integração das 10 Faculdades, mediante elaboração de um *Regimento Unificado*, com a participação do Corpo Acadêmico das diversas Faculdades.

O anteprojeto do *Regimento Unificado das Faculdades Franciscanas* foi concluído em fins de 1980, tendo sido aprovado pelo CFE — Conselho Federal de Educação em janeiro de 1981, pelo parecer-CFE n.º 103/81, do qual transcrevemos as seguintes palavras conclusivas:

"Como se vê, trata-se de instrumento elaborado por mãos competentes e dedicadas, sendo de louvar-se a iniciativa da Entidade que, com a integração administrativa e didático-científica de suas 8 (oito) Unidades, pela forma precedida nos artigos 8.º e 10 da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, dá o primeiro passo no sentido de sua futura institucionalização como Universidade".

O Projeto Sócio-Educacional das Faculdades Franciscanas

1 — O PROJETO SÓCIO-EDUCACIONAL E A EVANGELIZAÇÃO

Os Franciscanos, ao assumirem, em maio de 1976, o complexo de Cursos Superiores que hoje, devidamente sanados, formam as *Faculdades Franciscanas*, se propuseram, conscientemente, desenvolver um *Projeto Sócio-Educacional* que, por suas opções programáticas, se constituiu em eficaz *Instrumento de Evangelização*: o que fizeram, em continuação e complementação das já vastas atividades que vêm exercendo neste setor, no presente, e as que desenvolveram no passado, desde quando o franciscano Frei Henrique de Coimbra, com Pedro Alvares Cabral, aportou em Terras de Santa Cruz.

E ao assumirem este novo *Projeto Sócio-Educacional*, os franciscanos fizeram em atitude de consciente resposta aos apelos da mensagem sócio-cultural que se contem no legado que lhes deixou São Francisco de Assis, buscando ulterior inspiração nos princípios que levaram a Igreja a um *Comprometimento Expresso* com o *Desenvolvimento* dos povos latino-americanos, de acordo com as diretrizes traçadas pela II e III Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano, realizadas nas cidades de Medellín e Puebla, nos anos de 1968 e 1979, respectivamente.

Tanto na Conferência Geral de Medellín quanto na de Puebla, interpretando os ensinamentos do Concílio Vaticano II e dos últimos Papas (João XXIII, Paulo VI e João Paulo II), para o contexto Latino-Americano, a Hierarquia da Igreja fixa suas atenções na Educação, qualificando as atividades educacionais, quer em regime formal, quer em regime informal, como atividades básicas e decisivas para o Processo de Evangelização, entendida como Processo Multidimensional de Desenvolvimento Integral do Homem, ao nível da profundidade e amplitude de sua dignidade como pessoa humana, em ordem a capacitá-lo a ser o sujeito ativo do desenvolvimento de sua própria personalidade e do desenvolvimento da comunidade em que está inserido, a exemplo de Cristo, o "Homem Perfeito", que "Manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre a sua altíssima dignidade" (CS. 22).

Neste sentido, são muitos e explícitos os pronunciamentos das Conferências Episcopais de Medellín e de Puebla, interpretando para a nossa realidade os ensinamentos da Igreja, sobre a Educação e a Cultura:

a) Lê-se nos Documentos de Medellín:

— "Esta II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que se propôs comprometer a Igreja no processo de desenvolvimento dos povos latino-americanos, fixa muito especialmente sua atenção na Educação, como fator básico e decisivo no processo de desenvolvimento do continente" (4.1).

"A educação é a maior garantia do desenvolvimento da pessoa e do progresso social, já que, conduzida retamente, não só prepara os autores do desenvolvimento, mas também é a melhor dispensadora dos seus frutos, que são as conquistas culturais da humanidade, constituindo-se no elemento mais importante da nação" (4.10).

b) Completa-se nos Documentos de Puebla:

— "As ideologias em voga sabem que as Universidades são um campo propício para a sua infiltração e para conseguir o domínio da cultura e da sociedade" (n.º 1.053).

— "Segue-se daí a atenção que todos devemos dar ao ambiente intelectual e à Universidade. Pode-se afirmar que se trata de uma opção-chave capital e funcional, pois do contrário perder-se-ia uma Posição decisiva para iluminar as mudanças das estruturas" (n.º 1.055).

3 — OPÇÕES DETERMINANTES DO PROJETO SÓCIO-EDUCACIONAL

Esta atenção especial dispensada à Educação, como meio-chave para o processo de evangelização, deve ser interpretada à luz das duas opções preferenciais da Igreja, definidas nas Conferências Episcopais de Medellín e de Puebla, a saber: a Opção preferencial e solidária pelos pobres e a Opção preferencial pelos jovens, sendo a segunda consequência da primeira, e ambas uma decorrência do tema global da evangelização, entendida no sentido acima declarado, como um processo multidimensional de desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens, em sua dimensão pessoal e comunitária.

a) A opção preferencial e solidária pelos pobres:

— MEDELLIN:

"A ordem específica do Senhor de evangelizar os pobres deve levar a uma distribuição tal dos esforços e do pessoal apostólico que se dê preferência efetiva aos setores mais pobres, necessitados e segregados por um motivo ou outro, estimulando e acelerando as iniciativas e estudos que se vêm realizando neste sentido" (14.9).

— ao direito das instituições educacionais de selecionar os candidatos que se dispõem a formar-se para os ideais que pretende, como seu direito;

— É assim que, pelo próprio sistema de ingresso à Universidade, muitos jovens, imbuídos de outros ideais, e dispostos, a partir do íntimo de sua consciência, a aderir a um Projeto Educacional ao nível do Projeto Sócio-Educacional das Faculdades Franciscanas, a ele nem sempre têm acesso.

12 — AS ESPERANÇAS DO PROJETO SÓCIO-EDUCACIONAL

Animam-se, porém, as Faculdades Franciscanas a manter este seu Projeto Sócio-Educacional, ainda que como meta a longo prazo, mas parcialmente aplicável a curto e médio prazo, face à mudança de mentalidade e disposição concreta de acionar mecanismos neste sentido por parte de alguns setores dos poderes públicos federais e internacionais, particularmente na área da saúde e preservação ambiental. Sob este aspecto, merecem destaque, ao menos na linha de manifestação de intenções e propósitos, os seguintes Setores:

a) *Ministério da Saúde e Previdência e Assistência Social*, que em seu programa nacional de serviços básicos de saúde — PREVSAUDE — inclui:

— Além do cuidado direto da saúde mediante atenção médica-odontológica-psicológica em todos os níveis;

— medidas preventivas de: saneamento básico; melhoria de habitação.

Tal objetivo só será possível, através de programas integrados, desenvolvidos com a participação de professores das diversas áreas.

É isso mesmo que prevê o Projeto de Ação Integrada das Faculdades Franciscanas.

— O Sistema Educacional Oficial em vigor, favorece uma economia do supérfluo, baseada no consumismo e na ânsia de "ter mais", quando a própria dignidade da pessoa humana está vocacionada a "ser mais", na posse de sua auto-realização no serviço e no amor.

— Esta orientação do sistema educacional vigente pode sacrificar a profundidade humanística nas aras do pragmatismo e do imediatismo, a fim de ajustar-se às exigências forçadas do mercado de trabalho. Este tipo de educação é responsável por colocar os homens a serviço da economia, quando esta é que deve estar a serviço do homem.

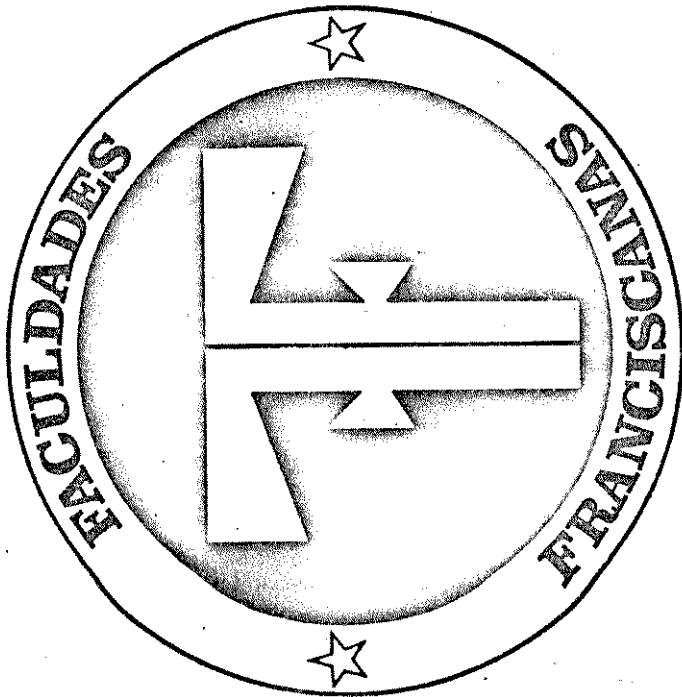
— O Sistema Educacional vigente tende a favorecer o fechamento das diversas áreas do saber sobre si mesmas, dificultando o diálogo interdisciplinar, indispensável ao progresso da cultura e ao desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade.

— É tudo isto, uma conseqüência da inversão de valores que está na base das estruturas sócio-econômicas e políticas que regem a sociedade contemporânea, mais pela ânsia de "ter mais", que pelo empenho de "ser mais", prevalecendo o "egoísmo sobre o amor".

b) *Caráter competitivo do sistema de ingresso à Universidade*

— O Sistema de Concurso Vestibular para o ingresso ao ensino superior, pelo fato de ser "competitivo" por força de lei, dificulta:

— ao direito de cada um escolher o tipo de educação, do que decorre o direito de escolher a instituição educacional que melhor atenda ao tipo de formação adequado aos ditames de sua consciência;



BRAGANÇA PAULISTA		
Av. S. Francisco de Assis, 218 (Campus Universitário), Fone (011) 433-1500		
Cursos	Vagas	Turnos
MEDICINA	80	Diurno
ODONTOLOGIA	120	Noturno
DIREITO	500	Noturno
ADMINISTRAÇÃO	110	Noturno
C. ATUARIAIS	110	Noturno
C. ECONÔMICAS	110	Noturno
C. CONTÁBEIS	110	Noturno
C. BIOLÓGICAS	60	Noturno
PEDAGOGIA	180	Noturno

ITATIBA		
R. Alexandre R. Barbosa, 45 Fone (011) 435-1262		
Curso	Vagas	Turnos
ENGENHARIA CIVIL	150	Diurno
ENGENHARIA CIVIL	150	Noturno
PSICOLOGIA - Licenciatura e Formação de Psicólogos	80	Diurno
PSICOLOGIA - Licenciatura e Formação de Psicólogos	80	Noturno
LETRAS - Português e Inglês	80	Noturno
CIÊNCIAS - Matemática	80	Noturno
ESTUDOS SOCIAIS	80	Noturno
Educação Moral e Cívica	80	Noturno

SÃO PAULO		
Rua Aurélio Castanho, 109 Fone (011) 824-9499		
Cursos	Vagas	Turnos
ADMINISTRAÇÃO	100	Noturno
C. CONTÁBEIS	100	Noturno
CIÊNCIAS-1º GRAU	70	Noturno
ESTUDOS SOCIAIS	70	Noturno
Educação Moral e Cívica	70	Noturno
LETRAS-Português e Inglês	70	Noturno
PEDAGOGIA	140	Noturno
SERVIÇO SOCIAL	70	Matutino
SERVIÇO SOCIAL	70	Noturno

FACULDADES FRANCISCANAS

Colaboração do

Comind

Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S. A.

b) *Programa Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde no Brasil* — Acordo OPS-MS-MEC-MPAS, que estabelece estratégias, com vistas "a contribuir para o aperfeiçoamento de processos de Integração Docente-Assistenciais (IDA)", prevendo, entre outras, as seguintes linhas de ação:

— Promoção de apoio ao desenvolvimento de experiências de formação de recursos humanos, através de processos de integração docente-assistencial.

— Apoio à realização de estudos e atividades para integração de serviços de saúde próprios das Universidades, especialmente Hospitais Universitários, no sistema de prestação de serviços de saúde.

— União de esforços em um processo de crescente articulação entre Instituições de Educação e Serviços de Saúde adequados às necessidades reais da População.

— IDA — Integração Docente-Assistencial implica um conceito diferente do tradicional do processo de ensino e aprendizado, concentrando-se em torno a vivências práticas na realidade concreta, em função das quais devem ser desenvolvidos os conteúdos acadêmicos, com participação ativa dos aprendizes em todo o processo.

— Os serviços de saúde assumem uma responsabilidade concreta em relação às atividades de ensino, particularmente através de:

— as provisões de campo de prática real, em todos os níveis de complexidade e no contexto das realidades sociais da região;

— um papel na docência em serviço, através da orientação do aprendiz no exercício de uma prática real.

— E precisamente isto que se propõem as Faculdades Franciscanas através de seu Projeto Sócio-Educacional e respectivo Programa de Ação Integrada, pela implantação gradativa e progressiva dos diversos Programas de Integração Docente-Assistenciais, programas estes reciprocamente complementares: PROPAS (Programa Pró-Assistência à Saúde) + PROMAM (Programa Pró-Meio Ambiente) + PROSEP (Programa Pró-Organização Sócio-Econômica e Política).

A Instituição Responsável

Nome: Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana.

Qualificação: Instituição de Educação e Assistência, sem objetivos econômicos ou de lucros para os seus sócios. Foi fundada na cidade do Rio de Janeiro em 31 de maio de 1945. Constituiu-se em pessoa jurídica mediante o Registro de seu Estatuto Social originário, feito em 10.01.46, sob n.º de Ordem 992, no livro K-1 de Registro de Pessoas Jurídicas, do 3.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A última reforma de seu Estatuto Social está devidamente registrada no Cartório do Registro de Imóveis e Anexos do Município e Comarca de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, sob n.º de Ordem 02 do livro-A de Registro das Pessoas Jurídicas, em data de 24.05.1976, tendo para esta Cidade e Comarca de Bragança Paulista, também transferido sua Sede Social: da Rua Visconde de Pirajá, 351 — Ipanema/RJ, para: Av. São Francisco de Assis, 218 — Cx. P. 163 — Bragança Paulista.

A Instituição tem Inscrição no CGC/MF e Matrícula no IAPAS, sob n.º 33.495.870/0001-38.

— É reconhecida como de *Utilidade Pública*:

Federal, por força da Lei n.º 501 de 29-11-48, aprovada pelo Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado) e sancionada pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

Municipal, pelas Leis n.ºs 1.512 de 16.03.77 e 1.542 de 10.04.81, aprovadas pelas Câmaras Municipais de Bragança Paullista, e, respectivamente, Itatiba e sancionadas pelos respectivos Prefeitos Municipais.

— É portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, expedido pelo CNSS Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação e Cultura, julgando Processo específico, nos termos da legislação pertinente.

Unidades dependentes: A Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana é Mantenedora das Faculdades Franciscanas, complexo universitário unificado, constituído de diversas Faculdades, e juridicamente subordinado à Casa de N. Sa. da Paz-Ação Social Franciscana e dela dependente, sem personalidade jurídica própria, porém, com autonomia didático-científica, nos limites estabelecidos no seu *regimento unificado*.

Relação com a Ordem Franciscana: Em termos de direito privado brasileiro, a Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana é pessoa jurídica autônoma, com a soberania inerente a este seu "status" jurídico. Por disposição estatutária, no entanto, a Casa de Nossa Senhora da Paz-Ação Social Franciscana, na promoção de suas finalidades institucionais busca inspiração nos Ideais franciscanos de vida. Neste aspecto, está sob a vigilância hierárquica da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, unidade integrante da Ordem dos Frades Menores (franciscanos), fundados por São Francisco de Assis.

Fontes Inspiradoras

- 1 — São Francisco de Assis e a Cosmovisão Franciscana elaborada pelos grandes Mestres da Ordem Franciscana a partir da primigênia inspiração de seu fundador.
- 2 — Concílio Vaticano II, e respectivos documentos, em especial:
 - Constituição Pastoral "Gaudium et Spes".
 - Declaração "Gravissimum Educationis" sobre a Educação.
 - Decreto "Apostolicam Actuositatem" sobre o apostolado dos leigos.
 - Declaração "Dignitatis Humanae" sobre a liberdade religiosa.
- 3 — Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968:
 - A Igreja na atual transformação da América Latina, à Luz do Concílio Vaticano II.
- 4 — Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Puebla, no México, em 1979:
 - A Evangelização no presente e no futuro da América Latina.
- 5 — Documentos dos últimos Sumos Pontífices:
 - João XXIII
 - Paulo VI
 - João Paulo II.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maria Célia de & MASETTO, Marcos T. O professor universitário em aula. São Paulo, Cortez Editora, 1980. 130pp
- ALMEIDA JUNIOR, A. Conselhos Departamentais e Departamentos Estudos Especiais. DOCUMENTA nº 12, março de 1963: Parecer nº 30/62 C.L.N. e Censu aprovado em 7/02/63.
- ALONSO, Myrtes. O Papel do Diretor na Administração Escolar. São Paulo, Difel Difusão Editorial S.A., 1981, 197 pp.
- ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves. Universidade de São Paulo — Fundação e Reforma. São Paulo, UEC/INEP/CBPE, 1974
- ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a Educação Brasileira. São Paulo, Cortez Editora, Coleção Educação Contemporânea, 1982. 190 pp.
- BELLO, Ruy de Ayres. Princípios e Normas de Administração Escolar. São Paulo, Editora do Brasil S.A., 1965. 307 pp.
- BELTH, Marc. La educación como disciplina científica. Buenos Aires, Editorial El Ateneo, 1965. 239 pp.
- BERGER, Manfredo. Educação e Dependência. São Paulo, Difel, Difusão Editorial S.A., 1984. 354 pp.
- BERGO, Antonio Carlos. O Positivismo: caracteres e influência no Brasil *In* Reflexão Nº 25, Instituto de Filosofia da PUCCAMP, Cortez Editora, Janeiro-Abril, 1983.
- BORDENAVE, Juan Diz & PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de Ensino-Aprendizagem. Petrópolis, Editora Vozes, 1978. 312 pp

- BORDENAVE, Juan Diaz. O que é participação. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985. 84 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981. 211 p.
- BUFFA, Ester. Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada. São Paulo, Editora Cortéz & Moraes, 1979. 109 p.
- BOLETIM INFORMATIVO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E SERVIÇO DE APOIO PEDAGÓGICO. São Paulo, PUCSP, 1983. 5 p.
- CHAGAS, Valnir. O Departamento na Organização Universitária. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1972. Apostila 101, 16 p.
- CHAMLIAN, Helena Coharik. O Departamento na Estrutura Universitária. Tese de Mestrado - USP, São Paulo, 1977. 211 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. São Paulo, Difel - Difusão Editorial S.A., 1977. 211 p.
- CARDOSO, Maria Luiza Pontes. Departamento Universitário: Estrutura e Funções. São Paulo, Edições Loyola, 1984. 136 p.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 371 p.
- CARVALHO, Guido Ivan de. Legislação de Ensino Superior. Revista dos Tribunais Ltda., São Paulo, 1975. 4 volumes
- CARVALHO, Maria Lúcia R.D. Escola e Democracia: Subsídios para um modelo de administração segundo M.P.Follet. Campinas, 1979. 108 p.
- CARNEIRO, David. História esquemática da Educação e das Universidades no Mundo. Surto da primeira universidade no Brasil. Curitiba, Editora da Universidade do Paraná, 1984. 105 p.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral de administração. São Paulo, Ed. McGraw-Hill do Brasil Ltda., 1987. 562 p.

- COUTINHO, Afrânio. Universidade, Instituição Crítica. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A., 1977, 194 p.
- CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. O Sistema Departamental da Universidade Brasileira. Projeto MEC/SUBIN/DAU/CRUB, Brasília, 1974. 4 volumes.
- CUNHA, Luiz Antonio & GOES, Moacyr de. O golpe na educação Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 1985. 95 pp.
- CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira e Edições U.F.C. do Rio de Janeiro, 1980. Coleção Educação e Transformação, 295 pp.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Escola Pública, Escola Particular e a Democratização do Ensino. São Paulo, Cortez Editora, 1985. 160 pp.
- DEBESSE, Maurice & Mialaret Gaston. Tratado das Ciências Pedagógicas - História da Pedagogia. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1974. 559 pp.
- DELORENZO NETO, A. Sociologia Aplicada à Administração — Sociologia das Organizações. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1979. 347 pp.
- DENNISON, Charles P. Faculty Rights and Obligations. "Teacher's College" (1955) citado in DOCUMENTA Nº 12, março de 1963. p. 11
- DOCUMENTO: Origens e Projeto Sócio Educacional das Faculdades Franciscanas. Educação para a Paz, 1982.
- DOCUMENTO: A Cátedra e o Ensino Superior. DOCUMENTA Nº 13, 1963.
- DOUGLAS, Harl R. Administração Moderna de Escolas Secundárias. Rio de Janeiro, Edição Fundo de Cultura, 1963. 2 V. 747 pp.
- ESTATUTO DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. Publicado em DOCUMENTA Nº 298. Aprovado pelo Parecer Nº 629/85.
- ETZIONE, Amitae. Organizações Modernas. Trad. de Miriam Moreira Leite. São Paulo, Editora Pioneira, 1974. 190 pp.
- FARIAS, Gonçalo Pereira de. Teoria Geral da Administração - Uma Introdução. São Paulo, Editora Atlas, 1978. 131 pp.

- FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade Brasileira em Busca de Sua Identidade. Petrópolis, Editora Vozes, 1977. 102 pp.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro - Efetividade ou Ideologia. São Paulo, Edições Loyola, 1979. 107 pp.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil Anos 60 - O Pacto do Silêncio. São Paulo, Edições Loyola, 1985. 126 pp.
- FELIX, Maria de Fátima Costa. Administração Escolar: Um Problema Educacional ou Empresarial? São Paulo, Cortez Editora, 1985. 199 pp.
- FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira — Reforma ou Revolução. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1975. 257 pp.
- FERREIRA, Francisco Whitaker. Planejamento, Sim e Não. Um modo de agir num mundo em permanente mudança. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. 157 pp.
- FOSTER, W.P. The Changing Administrator: Developing Managerial Praxis. Educational Theory. 30(1):11-24, Winter 1980.
- FRAGATA, Júlio. Noções de Metodologia para a Elaboração de um Trabalho Científico. São Paulo, Edições Loyola, 1981. 89 pp.
- FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 149 pp.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 93 pp.
- FREIRE, Paulo. Educação como Prática de Liberdade. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977. 150 pp.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978. 218 pp.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. 79 pp.
- FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo, Editora Moraes, 1980. 102 pp.

- FREIRE, Paulo & outros. Vivendo e Aprendendo. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980. 127 pp.
- FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sêrgio. Sobre Educação (Diálogo). Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. 132 pp.
- FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler. 2a. edição, São Paulo, Cortez Editora, 1982. 96 pp.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6a. edição, São Paulo, Editora Moraes, 1977. 142 pp.
- FURTER, Pierre. Educação e Reflexão. Petrópolis, Editora Vozes, 1978. 93 pp.
- FURTER, Pierre. Juventude e Tempo Presente. Tradução de Paulo Rosa, Petrópolis, Editora Vozes, 1975. 286 pp.
- GIANOTTI, José Artur. A Universidade em Ritmo de Barbárie. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986. 113 pp.
- GORZ, André. Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora S.A., 1980. 248 pp.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S/A, 1979. 244 pp.
- GRESSLER, Lori Alice. Pesquisa Educacional: Importância, Modelos, Validade, Variáveis, Hipóteses, Amostragem, Instrumentos. São Paulo, Edições Loyola, 1983. 140 pp.
- JAMESON, Samuel H. Planejamento. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1963. 285 pp.
- KERLINGER, Fred N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais - Um tratamento conceitual. São Paulo, E.P.U.-USP 1979. 378 pp.
- KIMBROUGH, Ralph E. Princípios e Métodos de Administração Escolar. São Paulo, Edição Saraiva, 1977. 485 pp.
- KOONTZ & O'DONNEL. Princípios da Administração. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1974. 2 v. 864 pp.
- LIKERT, Rensis. Novos Padrões de Administração. São Paulo, Editora Pioneira, 1971. 307 pp.

- LOURENÇO FILHO. Organização e Administração Escolar. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1972. 314 pp.
- LUCKESI, Cypriano e outros. Fazer universidade - uma proposta metodológica. São Paulo, Ed. Cortez. 1984, 232 pp.
- LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D. Pesquisa em Educação — Abordagens Qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1986. 99 pp.
- LINDAKER, Charles Richard. Burocracia Weberiana na Estrutura Educacional do Estado de São Paulo. Campinas. Editora Palmeiras, 1974. 148 pp.
- MARCH, J.G. & SIMON, H.A. Teoria das Organizações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978. 353 pp.
- MARTINS, Carlos B. Ensino Pago: um retrato sem retoques. São Paulo, Global Editora, 1981. 211 pp.
- MARTINS, CARLOS ESTEVAM. Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil. Rio de Janeiro, Edições do Graal Ltda. 1977. 425 pp.
- MARTINEZ, Maria Josefina & LAHORE, Carlos E. Oliveira de. Planejamento Escolar. 2a. edição. São Paulo, Editora Saraiva, 1978. 205 pp.
- NERICE, Imídeo G. Metodologia do Ensino Superior. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1967. 239 pp.

- NISKIER, Arnaldo & CUNHA, Fátina. Administração da Escola: uma gerência inovadora. Rio de Janeiro, Bloch Editores S.A., 1985. 239 p.
- NISKIER, Arnaldo. Nova Educação: entre o coração e a máquina. Rio de Janeiro, Bloch Educação, 1985. 215 p.
- NÓBREGA, Vandick L. da. Enciclopédia de Legislação do Ensino. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1970. 3 v.
- O Serviço de Apoio Pedagógico na PUC - SP. Um levantamento de sugestões e opiniões junto a chefes de departamentos e coordenadores de cursos. São Paulo, PUCSP, 1982. 31 p.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior. São Paulo, Cortez Editora, 1980. 111 p.
- O'SHAUGHNESSY, J. Organização de Empresas. São Paulo, Editora Atlas, 1973. 205 p.
- Parecer nº 37/64 - Da extensão a ser dada aos departamentos. DOCUMENTA nº 29, setembro de 1964
- Parecer nº 82/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 11:206-7, Fevereiro de 1970
- Parecer nº 136/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 124:178-81, Março de 1971
- Parecer nº 139/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 11:154-7, Fevereiro de 1970
- Parecer nº 197/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 112:202-6, Março de 1970
- Parecer nº 529/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 116:106-8, Julho de 1970
- Parecer nº 567/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 117:127-44, Agosto de 1970
- Parecer nº 698/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 118:189-90, Setembro de 1970
- Parecer nº 887/70 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 121:154-6, Dezembro de 1970

- Parecer nº 4/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 126:
334-5, Maio de 1971
- Parecer nº 152/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 124:
89-104, Março de 1971
- Parecer nº 154/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 124:
47-69, Março de 1971
- Parecer nº 172/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 124:
192-5, Março de 1971
- Parecer nº 263/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 125:
158-60, Abril de 1971
- Parecer nº 366/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 127:
302-4, Junho de 1971
- Parecer nº 370/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 127:
13-22, Junho de 1971
- Parecer nº 374/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 127:
306-8, Junho de 1971
- Parecer nº 394/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 127:
55-63, Junho de 1971
- Parecer nº 431/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 127:
266-7, Junho de 1971
- Parecer nº 775/71 do CFE - DOCUMENTA, Rio de Janeiro, 131:
223-5, Outubro de 1971
- Parecer nº 706/72 do CFE - DOCUMENTA, Brasília, 140:360-4,
Julho de 1972
- Parecer nº 1271/72 do CFE - DOCUMENTA, Brasília, 144:40-3,
Novembro de 1972
- Parecer nº 1292/72 do CFE - DOCUMENTA, Brasília, 144:188-94,
Novembro de 1972
- Parecer nº 14/73 do CFE - DOCUMENTA, Brasília, 146:64-6 ,
Janeiro de 1973
- Parecer nº 16/73 do CFE - DOCUMENTA, Brasília, 146-69-73,
Janeiro de 1973
- Parecer nº 17/73 do CFE - DOCUMENTA, Brasília, 146:73-6,
Janeiro de 1973

Parecer nº 26/73 do CFE, DOCUMENTA, Brasília, 146:88-95 ,
Janeiro de 1973

Parecer nº 82/73 do CFE, DOCUMENTA, Brasília, 146:260-6 ,
Janeiro de 1973

Parecer nº 759/73 do CFE, DOCUMENTA, Brasília, 150:143-6,
Maio de 1973

Parecer nº 1412/73 do CFE, DOCUMENTA, Brasília, 153:79-83,
Agosto de 1973

Parecer nº 2224/73 do CFE, DOCUMENTA, Brasília, 156:323-9,
Novembro de 1973

PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar - Introdução Crítica. São Paulo, Cortez Editora, 1986. 174 p.

PRADO JUNIOR, Bento e outros. Descaminhos da Educação Pós-68. Cadernos de Debate nº 8. São Paulo, Editora Brasileira, 1980. 87 p.

PRESTES, Naide Alves. Supervisão pedagógica: uma abordagem teórico-prática. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes Ltda., 1976. 79 p.

REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO publicado na Revista DOCUMENTA, nº 298, aprovado pelo Parecer nº 629/85.

REITORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS. Declaração de Princípios. Revista de Estudos Pedagógicos, julho-setembro , 1961

RESOLUÇÃO nº 29 de 14/06/1974 do CFE, Brasília, Diário Oficial, 2 de julho de 1974

REZENDE, Antonio Muniz de. O saber e o poder na universidade: dominação ou serviço? São Paulo, Editora Cortez, Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, 1982. 88 p.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978. 307 p.

RIBEIRO, Darcy. UnB: Invenção e Descaminho. Rio de Janeiro, Avenir Editora Ltda., 1978. 139 p.

RIBEIRO, José Querino. Ensaio de uma teoria da administração escolar. São Paulo, Edição Saraiva, 1978. 206 p.

- RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da Educação Brasileira - A Organização Escolar. São Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1978. 139 pp.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. Administração Acadêmica Universitária. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos S.A., 1977. 218 pp.
- RIGGS, Fred W. Administração nos países em desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968. 509 pp.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930-1973). 2a. edição, Petrópolis, 1980, Editora Vozes. 267 pp.
- ROSA, Pe. Antonio Geraldo Amaral. O Departamento na Estrutura Acadêmica das Instituições Isoladas de Ensino Superior. Recife, 1976, Apostila. 38 pp.
- SALOMON, Dêcio Vieira. Como fazer uma monografia - Elementos de Metodologia do Trabalho Científico. Belo Horizonte, Interlivros, 1974. 301 pp.
- SANDER, BENNO. Administração da Educação no Brasil - É hora da Relevância. In Educação Brasileira, Revista do CRUB, Ano IV, nº 9, Brasília, 2º semestre, 1982. 27 pp.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos. Administração Educacional e Desenvolvimento Social. In Revista Brasileira de Administração da Educação - ANPAE. Volume I, nº 1. Porto Alegre, Janeiro-Junho de 1983.
- SAVIANI, Demerval. Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira através das Leis 5.540/68 e 5.692/71. In Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento. São Paulo, Editora McGraw-Hill do Brasil, 1976. 277 p.
- SAVIANI, Demerval. A Estrutura de Ensino na Universidade Brasileira. In Revista ANDE, Ano I, nº 5, 1982.
- SAVIANI, Demerval. Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. 3a. edição, São Paulo, Edições Saraiva, 1978. 146 pp.
- SAVIANI, Demerval. Ensino público e algumas falas sobre universidade. São Paulo, Ed. Cortez, 1984. 110 pp.
- SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo, Ed. Cortez, 1984. 96 pp.

- SAVIANI, Demerval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Ed. Cortez, 1986. 224 pp.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Método do Trabalho Científico. São Paulo, Cortez & Moraes Ltda., 1978. 159 pp.
- SILVA, Maurício Rocha e. Repercussão da L.D.B. sobre a Organização do Ensino Superior. DOCUMENTA nº 38, Junho 65
- SILVA, Maurício Rocha e. Universidade sem catedras. Estudo Especial. DOCUMENTA nº 13, Abril 63
- SILVA, Maurício Rocha e. Da extensão a ser dada aos departamentos. DOCUMENTA nº 29, setembro de 1964
- SIMON, Herbert A. Comportamento Administrativo. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 277 pp.
- SNYDERS, Georges. Para onde vão as pedagogias não diretivas? Lisboa. Editora Moraes, 1976. 365 pp.
- SNYDERS, Georges. La actitud de izquierda en pedagogia. México Ediciones de Cultura Popular S.A., 1979. 64 pp.
- SPERB, Dalilla C. Administração e Supervisão Escolar. Porto Alegre. Editora Globo, 1976. 200 pp.
- STARRAT, Sergiovanni. Novos Padrões de Supervisão Escolar. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1978. 366pp
- SUCUPIRA, Newton. A condição da universidade e a reforma universitária brasileira. São Paulo, Brasil Universitário, junho-dezembro de 1972, Publicação do MEC
- TABA, Hilda. Elaboración del Currículo. Buenos Aires, Ed. Troquel, 1974
- THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa - Ação. São Paulo, Editora Cortez, 1985. 108 pp.
- TOBIAS, José Antonio. História da Educação Brasileira. São Paulo, Editora Juriscredi, sem data. 484 pp.
- TRAGTENBERG, Maurício. Administração, Poder e Ideologia. São Paulo, Editora Moraes, 1980. 198 pp.
- TRAGTENBERG, Maurício. Sobre Educação, Política e Sindicalismo. São Paulo, Cortez Editora, 1982. 163 pp.

- TURRA, Clódia Maria Godoy e outros. Planejamento de Ensino e Avaliação. Porto Alegre, Ed. Puc Emma, 1957. 307 pp.
- VAZ, Pe. José Carlos de Lima. A Universidade Católica no Brasil. São Paulo, Edições Loyola, 1983. 179 p.
- VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. Planejamento Participativo na Escola. Um desafio ao educador. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1968. 118 p.
- VIEIRA, Evaldo. Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio à Geisel. São Paulo, Cortez Editora, 1983. 240 p.
- VIEITEZ, Cândido Giraldez. Os professores e a organização da escola. São Paulo, Cortez Editora, 1982. 164 p.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. O que é Universidade. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. 91 p.
- WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. 530 p.
- WITTMANN, Lauro Carlos. Habilitação em administração da educação: pressupostos e perspectivas. Informativo ANPAE nº 3, 1981